

Cronos

REVISTA DO
PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIAS
SOCIAIS DA UFRN
ISSN 1518-0689

NATAL/RN

VOLUME 10

NÚMERO 2

JUL / DEZ

2009

Meio Ambiente
e Sociedade





Cronos

NATAL/RN

VOLUME 10

NÚMERO 2

JUL/DEZ

2009

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: José Ivonildo do Rêgo

Vice-Reitora: Ângela Maria Paiva Cruz

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Márcio Moraes Valença

Vice-Diretora: Maria da Conceição Fraga

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: Orivaldo Pimentel Lopes Júnior

Vice-Coordenador: Alessandro Galeno Araújo Dantas

CRONOS – REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Editores: Alessandro Galeno Araújo Dantas

Homero de Oliveira Costa

COMISSÃO EDITORIAL

Alessandro Galeno Araújo Dantas

Orivaldo Pimentel Lopes Júnior

Homero de Oliveira Costa

José Antonio Spinelli Lindoso

José Willington Germano

Lore Fortes

Norma Missae Takeuti

Vânia de Vasconcelos Gico

CONSELHO EDITORIAL

Boaventura de Sousa Santos – Univ. de Coimbra

Brasília Carlos Ferreira – UFRN

Carlos Nelson Coutinho – UFRJ

Celso Frederico – USP

César Barreira – UFC

Edgard de Assis Carvalho – PUC/SP

Evaldo Vieira – USP

Gilberto Vasconcellos – Univ. Federal Juiz de Fora

João Emanuel Evangelista – UFRN

João Gabriel Teixeira – UnB

John Lemons – New England – USA

Maria da Conceição Almeida – UFRN

Mauro Koury – UFPB

Michel Zaidan Filho – UFPE

Robert Austin – La Trobe University – Austrália

Teresa Sales – UNICAMP

Vincent de Gaulejac – Université Paris 7 – França

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Universidade Federal do Rio Grande do Norte | UFRN

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes | CCHLA

Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Lagoa Nova | CEP 59.078-970

E-mail cronos@cchla.ufrn.br

Natal | RN Brasil | 2009

Organização do Dossiê: Aldo Dantas e Wagner Ribeiro

Diretor da EDUFRN: Herculano Ricardo Campos

Editor de Imagens: Alex Galeno

Gravuras e Desenhos da Capa e do Miolo: *O Vale Lackawanna* (1855), de George Inness.

Capa: Mariz Comunicação Integrada

Editoração Eletrônica: Marcus Vinícius Devito Martines

Normalização: Liana Maria Nobre Teixeira

Auxiliar de Editoria: Fábio de Melo Morais

A **Revista CRONOS, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN**, é publicada em Natal – Rio Grande do Norte, com periodicidade semestral. Sua proposta é difundir a pesquisa e a reflexão acadêmicas, relevantes em Ciências Sociais, oriundas de centros de investigação qualificados do Brasil e do exterior, procurando contribuir para o processo de reflexão e debate teórico sobre as transformações fundamentais e os desafios que se processam nas sociedades contemporâneas, na ordem, tanto internacional quanto nacional, regional ou local. A cada número da revista, um dossiê temático anunciará a problemática em discussão, seguido de seções de artigos inéditos de autores inscritos num movimento pluridisciplinar e de entrevista realizada com um pensador social da atualidade.

Catálogo na fonte
Maria Lúcia Lagreca de S. Cabral

Cronos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, v. 1, n. 1 (jan./jun. 2000) – Natal (RN): EDUFRN – Editora da UFRN, 2000 - .

Semestral

Descrição baseada em: v. 10, n. 2 (jul./dez. 2009).

ISSN 1518-0689

1. Ciências Sociais – Periódico. 2. Meio Ambiente e Sociedade – Periódico.

CDU 301(05)
CDD 300.05

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

A Publication of the Post-Graduation Program in Social Sciences of the UFRN

Natal-RN volume 10 número 2 julho/dezembro 2009

ISSN 1518-0689

Sumário

Summary

EDITORIAL	9	EDITORIAL
DOSSIÊ MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE		DOSSIER ENVIRONMENT AND SOCIETY
<i>Gleice Donini de Souza (USP)</i>	15	<i>Gleice Donini de Souza (USP)</i>
<i>Wagner Costa Ribeiro (USP)</i>		<i>Wagner Costa Ribeiro (USP)</i>
NovaGerar: experiência pioneira do Brasil no MDL		Novagerar: experience pioneer of Brazil in MDL
<i>Hervé Théry (Directeur de recherche au CNRS, Professor convidado na USP)</i>	35	<i>Hervé Théry (Directeur de recherche au CNRS, Professor convidado na USP)</i>
<i>Neli Aparecida de Mello (USP)</i>		<i>Neli Aparecida de Mello (USP)</i>
Mecanismos globais na construção das políticas ambientais, GEF e MAB		Global Mechanisms in the construction of environmental policies, GEF and MAB
<i>Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio (UFSC)</i>	57	<i>Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio (UFSC)</i>
A disputa pelas águas no Brasil: para além da ideologia da governança		The contention waters in Brazil: in addition to the ideology of governance
<i>Sara Gurfinkel Marques de Godoy (USP)</i>	77	<i>Sara Gurfinkel Marques de Godoy (USP)</i>
Uma análise do mercado mundial de certificados de carbono		An analysis of the world market for carbon certificates
<i>Maria Adélia Aparecida de Souza (USP)</i>	101	<i>Maria Adélia Aparecida de Souza (USP)</i>
Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. As metáforas do capitalismo		Environment and sustainable development: metaphors of capitalism

ARTIGOS

Jairo Bezerra da Silva (UFCEG/PB), Lemuel Dourado Guerra (UFCEG/PB), Ramonildes Alves Gomes (UFCEG/PB), Marcionila Fernandes (UEPB)
 Ecologia política das cisternas de placas: uma abordagem sociológica das medidas governamentais recentes relativas aos problemas de abastecimento de água em comunidades rurais de Boa Vista e Montadas-PB

Vanessa Tavares Dias (IUPERJ)
 Classe e consciência de classe em dois estudos sobre o operariado no Brasil

ENTREVISTAS

Emir Sader (USP)

Entrevistado por Maria Ivonete Soares Coelho (UFRN/UERN)

Simone Cabral Marinho dos Santos (UFRN/UERN)

Dalcy da Silva Cruz (UFRN)

João Bosco Araújo da Costa (UFRN)

Transcrito por Maria Ivonete Soares Coelho (UFRN/UERN) e Kelly Cristina Silva de Brito (UFRN)

Bernard Lahire (École normale supérieure de Lyon)

Entrevistado por Norma Missae Takeuti (UFRN)

Revisão de Lilia Junqueira (UFPE)

POEMAS

Nei Leandro de Castro

Fabulista

O colégio da infância

Visita ao poeta no Rio de Janeiro

A dor da elegia

ARTICLES

121 *Jairo Bezerra da Silva (UFCEG/PB), Lemuel Dourado Guerra (UFCEG/PB), Ramonildes Alves Gomes (UFCEG/PB), Marcionila Fernandes (UEPB)*
 Political ecology of cards: a sociological approach of recent Government measures relating to problems of water supply in rural communities of Boa Vista and mounted-PB

145 *Vanessa Tavares Dias (IUPERJ)*
 Class and class consciousness in two studies on the workers in Brazil

INTERVIEWS

165 *Emir Sader (USP)*

Interviewed by Maria Ivonete Soares Coelho (UFRN/UERN)

Simone Cabral Marinho dos Santos (UFRN/UERN)

Dalcy da Silva Cruz (UFRN)

João Bosco Araújo da Costa (UFRN)

Typescript by Maria Ivonete Soares Coelho (UFRN/UERN) and Kelly Cristina Silva de Brito (UFRN)

173 *Bernard Lahire (École normale supérieure de Lyon)*

Interviewed by Norma Missae Takeuti (UFRN)

Lilia Junqueira (UFPE)

POEMS

181 *Nei Leandro de Castro*

182 *Fabulista*

183 *The College of early childhood*

184 *Visit the poet in Rio de Janeiro*

184 *The pain of Elegy*

Nova canção do exílio	186	New song of exile
Prelúdio e fuga	187	Prelude and Fugue
RESENHAS		REVIEWS
<i>Ozaías Antonio Batista (UFRN)</i> Desenvolvimento como política para uma liberdade possível	191	<i>Ozaías Antonio Batista (UFRN)</i> Development policy a freedom possible
<i>Thereza Cristina Bertazzo Silveira Viana (UFRN)</i> Análises e perspectivas acerca da irregular (C)idade brasileira	197	<i>Thereza Cristina Bertazzo Silveira Viana (UFRN)</i> Analyses and perspectives about the irregular Brazilian City
DOSSIÊ DOS AUTORES	203	AUTHOR'S DOSSIER
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS	211	PUBLISHING RULES
SUMÁRIOS ANTERIORES	213	PREVIOUS SUMMARIES





Editorial

As assim chamadas “Questões Ambientais” infelizmente viraram moda. Entretanto muitos pesquisadores, fugindo aos reducionismos característicos do modismo e munidos dos rigores que devem fazer parte da boa pesquisa acadêmica enfrentaram o desafio de discutir questões prementes do nosso tempo sem cair na armadilha de colocá-los simplesmente como problemas ambientais, afinal problemas é um atributo do humano. É este o sentido geral do **Dossiê Meio Ambiente e Sociedade**.

Partindo de uma perspectiva sociológica crítica Norma Valêncio analisa a Política Nacional de Recursos Hídricos argumentando a partir de aspectos das tensões entre a racionalidade econômica e os direitos sociais. Como estes recursos são condição para existência e sobrevivência a autora deixa claro que o acesso a este bem vital é revelador de desigualdades e como as disputas pela água não dizem respeito a problemas de cunho hidrológico.

Gleice D. Souza e Wagner C. Ribeiro discutem o Projeto NavaGerar. Experiência brasileira inspirada no Protocolo de Kyoto. Este tratado prevê a criação de mecanismos de Desenvolvimento Limpo que foram aplicados experimentalmente no Município de Nova Iguaçu – RJ trazendo, segundo os autores melhorias socioambientais. Para introduzir o tema e deixar o leitor não especialista situado é feita uma contextualização sobre o surgimento das inquietações ambientais e das mudanças climáticas.

Hervé Thery e Neli A. de Melo analisam mecanismos globais voltados para construção de políticas públicas de meio ambiente. Defendem a tese de que a viabilidade destas políticas está condicionada aos mecanismos de regulação, consertação e de comunicação. A partir daí mostram como políticas de bem comum são estabelecidas via convenções e acordos e como produzem reflexos diversos nos países signatários. Hervé e Neli, dois geógrafos de boa cepa, um francês a outra brasileira não poderiam pensar senão a partir deste lugar. É por isso que a análise internacional-local se calca sobre os reflexos territoriais dos mecanismos globais.

O mercado Mundial de Carbono é analisado por Sara G. M. de Godoy, que parte da preocupação em relação ao chamado aquecimento global e mostra como o mercado de carbono sai do âmbito puramente ambiental para o econômico e social. Corroborar com a ideia – irrefutável? – de que há um aumento das temperaturas do planeta e de que estas são frutos de ações antropogênicas.

Ao colocar o Meio ambiente e o desenvolvimento sustentável como uma metáfora do capitalismo atual Maria A. de Souza, geógrafa instigante e grande parceira do saudoso Milton Santos, nos brinda com um texto que é um contraponto a alguns dos artigos deste dossiê e ao ambiente de unanimidade que se estabeleceu em torno de algumas questões ditas ambientais. Faz severa crítica a universidade

por ter, via de regra, absorvido o conceito de desenvolvimento sustentável sem questioná-lo, para ela um conceito sem base metodológica e epistemológica. Assim sendo se propõe: a) introduzir elementos não consensuais na discussão sobre meio ambiente e sustentabilidade; b) discutir questões metodológicas, epistemológicas e éticas no trato dos problemas do planeta; c) averiguar o papel das diferentes disciplinas no trato da questão ambiental; d) aprimorar questões teórico-conceituais. Como não poderia deixar, ao final propõe uma abordagem da questão via os nexos territoriais e as bacias hidrográficas.

É este o banquete que o leitor encontrará neste dossiê. Bom apetite a todos.

Aldo Aloísio Dantas da Silva



Dossiê Meio Ambiente e Sociedade

NovaGerar: experiência pioneira do Brasil no MDL

Gleice Donini de Souza – USP

Wagner Costa Ribeiro – USP

RESUMO

Este texto apresenta e discute o projeto NovaGerar, experiência desenvolvida no Brasil no âmbito do Protocolo de Kyoto. Trata-se de uma aplicação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, previsto no protocolo, que, apesar das dificuldades, resultou em melhorias socioambientais para o município de Nova Iguaçu/RJ, onde foi implementado. Para situar o leitor, o artigo inicia com o surgimento da ordem ambiental internacional das mudanças climáticas, depois analisa o caso citado e, por fim, suas consequências socioambientais.

Palavras-chave: Protocolo de Kyoto. Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Certificado de Redução de Emissões. Cooperação internacional.

ABSTRACT

This paper presents and discusses the project NovaGerar, experience developed in Brazil under the Kyoto Protocol. This is an implementation of the Clean Development Mechanism, foreseen in the protocol, which, despite the difficulties, resulted in social and environmental improvements for the city of Nova Iguaçu/RJ, where has been implemented. To situate the reader, the article begins with the emergence of international environmental climate change order, then examines the case cited, and, finally, its social and environmental consequences.

Keywords: Kyoto Protocol. Clean Development Mechanism. Certified Emission Reductions (CERs). International cooperation.

INTRODUÇÃO

As consequências do aquecimento global são desastrosas para a sobrevivência humana. Devido à potencial magnitude e aos impactos do aquecimento global, aliados aos resultados positivos no aumento

de temperatura apresentados pelo IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*), chegou-se, no âmbito da ONU, à Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

A UNFCCC, adotada na Rio-92 fixou como meta a redução das emissões de gases de efeito estufa na atmosfera segundo os níveis de 1990. Anos depois, por meio da Conferência das Partes, a UNFCCC criou o Protocolo de Kyoto, um instrumento legal para o controle das emissões de gases estufa. O Protocolo estabeleceu três mecanismos inovadores, conhecidos como implementação conjunta (JI), comércio de emissões (CER) e mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL), criados para que as Partes do Anexo I cumpram suas metas de redução de emissões. O MDL prevê financiamentos de países desenvolvidos pertencentes ao Anexo I em países em desenvolvimento – como é o caso do Brasil, em diversos segmentos com o objetivo final de promover melhorias socioambientais e gerar créditos de carbono.

O primeiro projeto de MDL registrado e validado em âmbito mundial pelo Protocolo de Kyoto é o brasileiro NovaGerar, desenvolvido na cidade de Nova Iguaçu no Rio de Janeiro, o qual discutiremos neste trabalho. Para tal, esse texto apresenta a ordem ambiental internacional das mudanças climáticas, aborda o projeto NovaGerar e seus benefícios socioambientais.

1 A ORDEM AMBIENTAL INTERNACIONAL DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A Terra é aquecida pelas radiações infravermelhas emitidas pelo Sol. Essas radiações chegam à superfície e são refletidas para o espaço. Alguns gases presentes na atmosfera, dentre os quais destaca-se o dióxido de carbono, garantem que parte dessas radiações infravermelhas não volte ao espaço, refletindo-as novamente para a superfície mantendo o equilíbrio térmico do sistema superfície/atmosfera. Sem a presença desses gases a temperatura da Terra seria de -18°C . Portanto, o efeito estufa é um fenômeno natural, sem o qual não existiria vida na Terra.

Mudanças climáticas de grande impacto já ocorreram no planeta sem a intervenção humana.

Há indícios de que há 65 milhões de anos um enorme asteróide tenha atingido a Terra com tamanha violência que uma enorme nuvem de poeira causou uma escuridão por cerca de três anos. Houve diminuição geral da temperatura na superfície terrestre, as cadeias alimentares foram quebradas e muitas espécies de seres vivos morreram. Até mesmo animais e vegetais em locais distantes da colisão foram afetados. Essa é a teoria da catastrófica extinção dos dinossauros [...] (GALVÃO; GRIMONI; UDAETA, 2004, p. 273).

Entretanto, estudos têm demonstrado que o sistema climático vem sendo alterado pelo aumento da concentração de gases de efeito estufa (dentre os quais destacam-se dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), hidrofluorcarbonos (HFCs), perfluorcarbonos (PFCs) e hexafluoreto de enxofre (SF₆), o que aumenta a capacidade da atmosfera de absorver irradiação infravermelha resultando em aumentos de temperatura.

Esse aumento das emissões é resultado da ação antrópica, principalmente da intensa atividade industrial que libera grandes quantidades de gases de efeito estufa na atmosfera. Cerca de 85% das emissões médias globais são oriundas da queima de combustível fóssil enquanto 15% provém da mudança de uso do solo e atividades agrícolas.

As mudanças verificadas no clima atual decorrem de emissões do passado. A Revolução Industrial, quando se iniciou em larga escala o uso de combustíveis fósseis para gerar energia e mover máquinas e motores, é apontada frequentemente como o momento de ruptura, um marco na necessária periodização da emissão de gases-estufa resultantes da ação humana (RIBEIRO, 2002, p. 78).

As questões ambientais relacionadas à mudança do clima surgiram na agenda política em meados da década de 80 e ganharam maior visibilidade na cena internacional em 1987, por ocasião da publicação do relatório da ex-primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland para a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento das Nações Unidas. Neste relatório, denominado *Nosso Futuro Comum*, a acumulação dos GEEs na atmosfera era indicada como um risco para o planeta, sendo sua mais grave consequência o aumento da média de temperatura da Terra (COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

Apesar da gravidade da denúncia, não havia até então conhecimento científico capaz de verificar sua validade. Com esse fim, em 1988, a Organização Meteorológica Mundial (OMM) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) criaram o *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), formado por uma equipe de especialistas internacionais que deveria: identificar as incertezas e lacunas no conhecimento atual com relação às mudanças climáticas e seus potenciais impactos, e preparar um plano de ação para cobrir essas lacunas.

O primeiro relatório foi publicado em 1990, no qual os grupos de trabalho apresentaram as seguintes conclusões:

Os especialistas estão certos de que as emissões das atividades humanas estão aumentando substancialmente as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera e que isso realçará os efeitos desses gases e resultará no aumento adicional na temperatura da superfície da Terra. Os modelos disponíveis indicam um aumento global da temperatura durante o século 21 de 0,3°C por década com uma escala incerta de 0,2°C a 0,5°C, e um aumento global do nível do mar de 6 cm por década com uma escala variável de 3 a 10 cm por década (IPCC, 2004, p. 3, tradução nossa)¹.

O processo de acumulação dos GEE na atmosfera, segundo a comunidade científica internacional, trará profundos impactos ambientais, sociais e econômicos, tais como: degelo das calotas polares e o consequente aumento do nível dos oceanos (comprometendo/impossibilitando a ocupação das regiões litorâneas); mudança no regime de chuvas; extinção de animais e plantas; desertificação; aumento dos vetores de diversas doenças.

Os relatórios subsequentes do IPCC confirmaram e aumentaram o grau de certeza quanto a intervenção antrópica no sistema climático e as desastrosas consequências para a humanidade, como o divulgado em 2007 (IPCC).

A tese científica, segundo a qual a ação do homem tem efeitos sobre o aquecimento global, foi reforçada pelas conclusões dos estudos. Isso criou as condições políticas para uma ação global de controle das emissões dos GEE. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York em 9 de maio de 1992, e assinada no âmbito da “Cúpula da Terra”, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), ocorrida no Rio de Janeiro em junho do mesmo ano, a Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) entrou em vigor no dia 21 de março de 1994. Entretanto, devido a pressão dos Estados Unidos e de diversos países árabes

1 Texto original: “The experts concluded that they are certain that emissions from human activities are substantially increasing the atmospheric concentrations of greenhouse gases and that this will enhance the greenhouse effect and result in an additional warming of the Earth’s surface. Models available at that time predicted under business as usual a rate of increase of the global mean temperature during the 21st century of 0.3 °C per decade with an uncertainty range of 0.2°C to 0.5°C, and an increase of the global mean sea level of 6 cm per decade with an uncertainty range of 3 to 10 cm per decade” (IPCC, 2004, p. 3).

produtores de petróleo, o texto da Convenção ficou vago o suficiente para ser aceito por unanimidade entre os países participantes da Eco 92 (RIBEIRO, 2001).

O objetivo da Convenção está explícito em seu Artigo 2:

desta Convenção e de quaisquer instrumentos jurídicos com ela relacionados que adote a Conferência das Partes é o de alcançar, em conformidade com as disposições pertinentes desta Convenção, a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. Esse nível deverá ser alcançado num prazo suficiente que permita aos ecossistemas adaptarem-se naturalmente à mudança do clima, que assegure que a produção de alimentos não seja ameaçada e que permita ao desenvolvimento econômico prosseguir de maneira sustentável (BRASIL. MCT, 2005).

A Convenção Quadro reuniu no chamado Anexo I², os países com os maiores índices de emissão de gases-estufa do mundo. A eles coube o compromisso de manter o volume de emissões de 1990 a partir do ano 2000.

As Partes reúnem-se anualmente na Conferência das Partes (COP) para rever a implementação da Convenção e dar continuidade às discussões sobre a melhor forma de tratar da mudança do clima.

As Conferências das Partes (COP) iniciaram-se em 1995, com a discussão para a criação de um “protocolo ou de algum instrumento legal” de controle da emissão dos gases.

Depois de dois anos e meio de negociações intensas, o Protocolo de Kyoto foi aprovado na COP 3 no dia 11 de dezembro de 1997, o qual trataremos a seguir.

2 O Anexo I da Convenção é composto pelos países que historicamente possuem maiores índices de emissões de Gases de efeito estufa: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Bielo-Rússia*, Bélgica, Bulgária, Canadá, Comunidade Européia, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Federação Russa, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Letônia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Mônaco, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, República Tcheca, Romênia, Suécia, Suíça, Turquia e Ucrânia.

1.1 O Protocolo de Kyoto e os mecanismos de flexibilização

O Protocolo de Kyoto foi adotado na COP3 realizada em Kyoto no Japão, e estabelece às Partes do Anexo I metas individuais e vinculação legal de limitação ou redução de suas emissões de gases de efeito estufa, que representem um corte total de pelo menos 5%, na média, em relação aos níveis de 1990 no período de 2008-2012.

A aprovação do Protocolo de Kyoto estabeleceu alguns princípios, dentre os quais o da precaução, o da responsabilidade comum, porém, diferenciada, e o do poluidor pagador. O princípio da precaução, conforme explicita Derani (2001, p. 167), “está ligado aos conceitos de afastamento de perigo e segurança das gerações futuras, como também de sustentabilidade ambiental das atividades humanas”, ou seja, estabelece que mesmo na ausência de elevado grau de confiabilidade nas previsões, e levando-se em conta a magnitude dos efeitos adversos, devem ser tomadas medidas de prevenção de modo a evitar o agravamento do efeito. Na incerteza dos cenários futuros, a estratégia é prevenir os acontecimentos e evitar o risco de futuras catástrofes.

O princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada estabelece que, embora o problema ambiental seja global, caberia aos países tradicionalmente industrializados e historicamente responsáveis pelos danos ambientais, o ônus por evitar seu agravamento. Ainda citando Derani (2001, p. 159), o princípio do poluidor pagador

visa à internalização dos custos relativos externos de deterioração ambiental. Tal traria como consequência um maior cuidado em relação ao potencial poluidor da produção, na busca de uma satisfatória qualidade do meio ambiente. Pela aplicação deste princípio, impõe-se ao ‘sujeito econômico’ (produtor, consumidor, transportador), que nesta relação pode causar um problema ambiental, arcar com os custos da diminuição ou afastamento do dano.

O Protocolo estabeleceu três “mecanismos” inovadores, conhecidos como Implementação Conjunta (JI), Comércio de Emissões (CER) e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), criados para auxiliar as Partes do Anexo I a cumprirem suas metas de redução de emissões.

A Implementação Conjunta prevê que as reduções certificadas em projetos individuais e específicos de qualquer país pertencente ao Anexo I poderão ser transferidas para outro país do Anexo I. “Isso

quer dizer que o país receptor do benefício poderá registrar uma taxa de redução aumentada, enquanto o país fornecedor terá sua taxa reduzida” (GALVÃO; GRIMONI; UDAETA, 2004, p. 283).

O Comércio de Emissões prevê a negociação das taxas de redução entre si, ou seja, um país que atingir uma taxa de redução superior à meta exigida, poderá vender a taxa excedente a outro país pertencente ao Anexo I.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), iniciativa proposta pelo governo brasileiro durante as discussões das Conferências das Partes, prevê financiamentos de países pertencentes ao Anexo I, em países que ainda não necessitam reduzir as emissões, como é o caso do Brasil, China e Índia³. A proposta do MDL consiste na premissa de que cada tonelada de CO₂ não emitida ou retirada da atmosfera por um país de fora do Anexo I poderá ser negociada no mercado mundial, criando um atrativo para a redução das emissões globais. Os países do Anexo I que não quiserem ou não conseguirem reduzir suas emissões poderão financiar projetos ou simplesmente comprar Certificados de Emissões Reduzidas (CER) em países que não necessitam diminuir as emissões e usá-los para cumprir suas metas de redução.

Em 1998, o Protocolo de Kyoto é aberto para adesões, e recebe em um ano 84 assinaturas. Para entrar em vigor, o Protocolo deve ser ratificado (adotado, aprovado ou aceito) por 55 Partes da Convenção, incluindo as Partes do Anexo I que contabilizaram 55% das emissões de dióxido de carbono desse grupo em 1990.

A ratificação do Protocolo de Kyoto pelo governo russo possibilitou a entrada em vigor do Protocolo em 16 de fevereiro de 2005.

A entrada em vigor do Protocolo de Kyoto em 16 de fevereiro de 2005, possibilita a abertura de um amplo mercado de créditos de carbono, permitindo ao Brasil beneficiar-se/captar investimentos internacionais para projetos ambientais, que resultam em melhorias locais e globais.

O primeiro projeto de MDL registrado e validado em âmbito mundial pela Convenção Quadro é o brasileiro NovaGerar, desenvolvido na cidade de Nova Iguaçu no Rio de Janeiro, o qual discutiremos a seguir.

3 Para uma análise das consequências das mudanças globais na América do Sul, ver Dias, Ribeiro e Nunes (2007).

2 O PROJETO NOVAGERAR

Em 2001, a prefeitura de Nova Iguaçu no Rio de Janeiro, abriu a concorrência para a concessão da operação, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos. A proposta da prefeitura de Nova Iguaçu englobava a concessão do gerenciamento dos resíduos por 20 anos, além da recuperação ambiental do antigo Lixão de Marambaia e a concepção e execução do projeto de Aterro Sanitário, incluindo o licenciamento ambiental, a implantação e a operação.

A S.A. Paulista implantou e opera a Central Integrada de Tratamento de Resíduos de Nova Iguaçu (CTR) que entrou em operação em 13 de fevereiro de 2003, numa área de 1,2 milhão de metros quadrados. A CTR é composta por um aterro sanitário (para resíduos classes II e III de acordo com a NBR 10.004), uma unidade de tratamento de percolados (chorume), uma unidade de tratamento de resíduos de serviços de saúde (ambulatoriais e hospitalares) e uma unidade de reciclagem de entulho.

A estrutura instalada para a CTR Nova Iguaçu possibilitou a implementação de um projeto de MDL.

2.1 Da CTR Nova Iguaçu ao MDL

A decomposição anaeróbia de resíduos sólidos compostos por matéria orgânica gerados pelas atividades humanas resulta na liberação de biogás. O Biogás é composto essencialmente por metano (CH₄) cujo potencial de aquecimento global (Global Warming Potential) é 21 vezes maior que o gás carbônico. Portanto, projetos que envolvam a redução do gás metano, a partir do aproveitamento de matéria orgânica depositada em aterros sanitários, são uma alternativa de melhoria ambiental local e global.

A estrutura construída para a CTR possibilitou a criação de um projeto de minimização de gases de efeito estufa e venda de certificado de emissões reduzidas de carbono. Para este projeto foi constituída uma “*joint venture*” entre a S.A Paulista, que desenvolveu a CTR Nova Iguaçu, e a empresa ambiental Ecorescurities – empresa financeira que lida com questões ambientais e é especializada em desenvolvimento de projetos de mitigação de GEE – denominada NovaGerar. Os investimentos devem gerar em um sistema de coleta de gás e uma usina geradora de eletricidade modular (com um potencial de capacidade esperado de 12 MW após alguns anos de operação), para capturar o metano do aterro e utilizá-lo na geração de eletricidade para abastecer a rede de energia elétrica, reduzindo as emissões em estimadas 14 milhões de toneladas de CO₂, durante os próximos 21 anos.

O projeto atraiu o interesse do Governo dos Países Baixos e do Banco Mundial (Bird) para a compra dos créditos de carbono, baseada no MDL. A diferença entre as toneladas de carbono que seriam lançadas na atmosfera sem o projeto e as que são lançadas com o projeto é denominada de emissões reduzidas ou créditos de carbono. Foram negociados com o Banco Mundial os créditos de carbono gerados pelo empreendimento até 2012.

A parceria entre a S.A. Paulista e a *Ecosecurities* foi desfeita em 2005, devido a diferença de porte das empresas, o que gerou um desequilíbrio na capacidade de investimento por parte da *Ecosecurities*. Porém, durante todo o processo de elaboração e registro do projeto, a *Ecosecurities* esteve presente, conforme discutiremos a seguir.

2.2 Etapas do projeto NovaGerar

Para que um projeto, sob as regras do MDL, resulte em reduções certificadas de emissões, as atividades de projeto devem, necessariamente, passar por sete etapas do ciclo do projeto: elaboração de documento de concepção de projeto (Project Design Document – PDD), usando metodologia de linha de base e plano de monitoramento aprovados; validação (verifica se o projeto está em conformidade com a regulamentação do Protocolo de Kyoto); aprovação pela Autoridade Nacional Designada; submissão ao Conselho Executivo para registro; monitoramento; verificação/certificação; e emissão de CERs segundo o acordo do projeto.

O projeto NovaGerar foi submetido a essas sete etapas, as quais descreveremos e analisaremos a seguir.

2.2.1 Documento de Concepção do Projeto (*Project Design Document* – PDD)⁴

O Documento de Concepção do Projeto está dividido em sete seções, inclui cinco anexos e deve conter principalmente a descrição do projeto, a metodologia da Linha de Base (*baseline*), o plano de

4 Todas as informações descritas nesta seção foram baseadas no Projeto de Aproveitamento do Biogás de Aterro Sanitário (NOVAGERAR, 2004).

monitoramento e verificação, o cálculo das emissões de GEE, os impactos ambientais e os comentários das partes interessadas.

2.2.1.1 Descrição geral das atividades do projeto

A Descrição geral das atividades do projeto apresenta um resumo do histórico da concepção do projeto, quantificação da capacidade de geração de créditos de carbono, principais impactos sociais e ambientais decorrentes do projeto, participantes, que no caso são *Ecosecurities, S.A. Paulista, EnerG* (empresa britânica especialista em aproveitamento energético em aterros sanitários) e o *World Bank Netherlands Clean Development Facility* (WB NCDF – Fundo de Desenvolvimento Limpo dos Países Baixos do Banco Mundial). Além disso traz a descrição técnica das atividades do projeto, incluindo a tecnologia a ser empregada.

A tecnologia empregada pela CTR Nova Iguaçu permite gerenciar o biogás, resultando em atividades complementares ao aterro sanitário, que são a coleta e queima do metano, reduzindo seu efeito de gás de efeito estufa, além de possibilitar a geração de energia.

2.2.1.2 Metodologia da linha de base

A metodologia da linha de base foi desenvolvida de forma específica para o projeto de aproveitamento do gás de aterro sanitário da NovaGerar e foi denominada AM0003: *Simplified Financial Analysis for Landfill Gas Capture Projects* – Análise Simplificada para Projetos de Captura de Gás de Aterro Sanitário.

A legislação ambiental brasileira, considerada por alguns especialistas como uma das mais rigorosas do mundo, não prevê que os aterros sanitários façam a coleta e disposição do biogás gerado pela decomposição da matéria orgânica. A situação torna-se ainda mais grave quando verificamos que 63,6% dos resíduos urbanos produzidos no Brasil têm como destino final os lixões, que não possuem nenhum controle ambiental, não há tratamento do chorume e muito menos controle e queima do biogás produzido.

Conforme colocado por Souza (2007, p. 144), "enquanto a obrigatoriedade não ocorre, os projetos de aterro sanitário que fazem o gerenciamento do biogás tornam-se um diferencial passível de serem enquadrados como atividades de MDL".

Uma das alternativas dos cenários de linha de base proposta pelo projeto NovaGerar leva em consideração a não obrigatoriedade da coleta do biogás, mantendo o aterro funcionando sem essa premissa.

A segunda alternativa é a instalação de equipamentos para a coleta e incineração do LFG (*Landfill gas* – biogás), o que não é plausível para a operadora, tendo em vista o valor do investimento sem retorno financeiro.

A terceira alternativa prevê o investimento em equipamentos de geração de energia por meio do biogás. Essa alternativa resultaria em coleta de biogás, portanto este deixaria de ser emitido diretamente para a atmosfera, além de possibilitar a geração de energia, o que resulta em mudanças no sistema de energia.

Dentre as alternativas de cenário de linha de base suscitadas pelo projeto, tornam-se plausíveis, na perspectiva da S. A. Paulista, as alternativas 1 e 3.

A Etapa 3 para determinação da linha de base do projeto prevê o cálculo da Taxa Interna de Retorno conservadora para a atividade de projeto proposta, não levando em consideração o financiamento do carbono. Dessa forma, para o projeto NovaGerar os principais retornos financeiros derivados da coleta de gás são a venda de eletricidade, o que o torna dependente dos fatores relacionados ao setor energético brasileiro.

O setor energético brasileiro fundamenta-se na produção de energia por meio das hidrelétricas. Dessa forma, o investimento em fontes alternativas de energia, como a utilização de biogás de aterros sanitários é considerada arriscada.

A análise financeira conduzida pelo Projeto, considerando o exposto acima e a partir de um ponto de vista de decisão de investimento mostrou que a Taxa Interna de Retorno do projeto sem o financiamento de carbono é negativa, o que resume o cenário de linha de base a uma única alternativa, a continuação da operação do aterro sem qualquer tipo de tratamento do biogás, ou seja, *business as usual*.

A partir da seleção da Alternativa mais plausível para o cenário de linha de base, as Etapas 6 e 7 desse processo contemplam a descrição completa e análise do cenário da linha de base durante o período de crédito.

Os fatores determinantes para a escolha da Alternativa 1, *Business as Usual*, foram as regulamentações sobre aterro aplicáveis ao local (ou a falta de regulamentações para ser mais coerente) e a não viabilidade econômica para a utilização do gás de aterro.

A linha de base ficou assim definida:

Nenhum tipo de coleta e tratamento de gás de aterro nos dois locais, desta maneira, a liberação sem obstáculos do gás de aterro à atmosfera até um tempo futuro em que a coleta e o tratamento de gás de aterro será ou exigida por lei ou se tornar um curso de ação economicamente atrativo. Esta alteração no possível futuro da linha de base será determinada pelo plano de monitoramento elaborado para o projeto (NOVAGERAR, 2004).

Este cenário de linha de base é o fator determinante para o cálculo da Redução de Emissões do projeto conforme o plano de monitoramento. A linha de base será revista a cada 7 anos, para assegurar que condiz com a realidade. Além disso, as alterações na legislação brasileira quanto ao gerenciamento dos aterros sanitários será acompanhada anualmente como parte do Plano de Monitoramento.

Segundo Souza (2007, p. 148), “a partir da análise financeira conduzida para a definição da linha de base, concluiu-se que a implementação do projeto não é o curso econômico mais atraente, o projeto não faria parte do cenário de linha de base, portanto pode-se concluir que o Projeto NovaGerar é adicional”.

No cenário de linha de base de referência do projeto, a ausência de coleta de biogás (em Marambaia e Adrianópolis) seria responsável pela emissão de aproximadamente 70.000 toneladas de metano por ano. Multiplicando esse valor pelo GWP do metano (que equivale a 21 vezes o GWP do dióxido de carbono), temos cerca de 800.000 toneladas de CO₂ e por ano. As emissões acumuladas de CO₂ e sem o projeto, ao longo do período de creditação são estimadas de forma conservadora em mais de 16,8 milhões de toneladas.

A redução das emissões de metano contribui para o objetivo final da Convenção de Mudanças Climáticas, mitigando os impactos globais das emissões de GEE.

2.2.1.3 Duração da atividade do projeto

A data de início da atividade do projeto foi 01/07/2004 (definida como o início da operação do sistema de coleta de gás de aterro e de geração de eletricidade). A expectativa de tempo de vida útil operacional da atividade do projeto é de 21 anos, sendo o primeiro período de abrangência de 07 anos.

2.2.1.4 Plano de Monitoramento

O Plano de Monitoramento foi desenhado a partir da escolha da tecnologia para coleta e queima do biogás, bem como da tecnologia para a geração de energia. O Plano de Monitoramento prevê o monitoramento e controle direto das reduções de emissões do projeto NovaGerar.

O biogás produzido é capturado por um sistema que simultaneamente alimenta os *flares* (na data de publicação do PDD o sistema de *flares* não estava ativo) e os geradores. Esse sistema possui aparelhos que controlam os possíveis vazamentos de biogás, as emissões de metano e a energia gerada. Os dois equipamentos – *flares* e geradores – operam continuamente e estão conectados a computadores que registram e armazenam os dados gerados neste processo. Um programa de computador específico calcula a energia e os créditos gerados no processo. A tecnologia utilizada permite a obtenção destes dados de 4 em 4 minutos.

2.2.1.5 Cálculos de emissões de GEE pelas fontes

O total de redução de emissões (em equivalente de toneladas de CO₂) é o somatório dos resultados da combustão de metano em geradores e da combustão de metano em queimadores (aplicados os devidos fatores de conversão e GWP). A soma é, então, reduzida pelo Fator de Ajuste de Eficácia em 20% para Marambaia, de forma a manter as estimativas conservadoras.

A captura e a combustão de metano do gás de aterro para gerar eletricidade evitará efetivamente a emissão de 14,07 milhões de toneladas de CO₂ em 21 anos depois do desconto de 20% de moderação.

Devido à natureza singular dos processos de monitoramento e de cálculo das Reduções de Emissões (por exemplo, monitoramento direto de redução de emissões), a soma descrita acima não pode ser usada diretamente para completar a tabela abaixo.

Desta forma, com base em uma variedade de pressuposições a respeito de volume e de taxas de deposições de lixo, na tabela a seguir são exibidos os resultados do perfil de geração de metano, a eficiência de coleta de LFG, o conteúdo de metano no LFG, a eficiência do queimador, as taxas de aquecimento do motor, entre outros fatores e as reduções de emissão projetadas. Observe que estas tabelas são apenas estimativas dos valores esperados.

Tabela 1: Resumo da linha de base e das emissões do projeto (em tCO₂e), depois do ajuste para conservação (redução de 20%)

Período de abrangência	Linha de base de emissões	Emissões do projeto	Reduções das emissões
7 anos	2.358.500	353.775	1.895.256
10 anos	4.339.849	650.977	3.548.494
14 anos	8.000.971	1.200.146	6.631.322
21 anos	16.790.727	2.518.609	14.072.802

Fonte: NOVAGERAR, 2004, p. 36.

2.2.1.6 Impactos ambientais

A ausência do gerenciamento dos resíduos e sua disposição em lixões resulta em emissões de gás de aterro, cuja principal composição é o metano, que causam efeitos ambientais globais – são GEE, portanto contribuem para o aquecimento global – e locais. A instalação do aterro sanitário de Adrianópolis (CTR Nova Iguaçu) e o controle do lixão de Marambaia resultarão na mitigação dos efeitos da decomposição dos resíduos e dos impactos ambientais.

Para a obtenção das licenças ambientais para a operação do aterro, a concessionária – S.A. Paulista – apresentou um Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), que passou por um processo de consultas públicas e resultou em um Termo de Compromisso com o Ministério Público, do qual destaca-se o fechamento e recuperação do lixão de Marambaia.

2.2.1.7 Comentários das partes interessadas

O processo de consulta das Partes Interessadas para o projeto NovaGerar incluiu opiniões sobre o lixão de Marambaia e o aterro de Adrianópolis e foi realizado pela Associação Brasileira de Engenharia

Sanitária e Ambiental (ABES) – organização independente especializada em questões de engenharia sanitária e ambientais.

Nesse processo se utilizou questionário específico e dividiu o público de interesse em 5 grupos: representantes do setor público (inclusive agências ambientais, prefeituras, governos estadual e federal e universidades locais); organizações não governamentais (ONGs); representantes do setor privado (fornecedor de energia elétrica e distribuidor de gás local); a organização internacional de alteração do clima (IETA); e catadores.

Todas as organizações consultadas concordaram com o projeto e a maioria delas destacou a importância do aterro dada a situação precária da disposição de lixo no Brasil e em particular na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Na opinião das Partes Interessadas consultadas, o projeto contribui para a geração de benefícios sociais e ambientais, de escalas local e global. Socialmente, os mais impactados pelo projeto serão os catadores que trabalhavam no lixão de Marambaia, que de acordo com as premissas do projeto serão absorvidos pela operadora do aterro e por outros projetos a serem implementados pelo poder público.

2.2.2 Validação

A validação do Project Design Document (PDD) do Projeto de Aproveitamento do Biogás de Aterro Sanitário – NovaGerar, preparado para o *Prototype Carbon Fund* do Banco Mundial foi feita pela Entidade Operacional Designada *Det Norske Veritas* (DNV).

O processo de validação do projeto se iniciou em novembro de 2002 e foi concluído em fevereiro de 2004. A validação consistiu de três fases: i) revisão específica da concepção do projeto, da metodologia de linha de base e do plano de monitoramento (Dez/2002 a Fev/2004); ii) acompanhamento das entrevistas com as partes interessadas do projeto (Fev/2003) e iii) resolução de questões pendentes e parecer da versão final do relatório de validação e opiniões (Fev/2003 a Fev/2004).

Conforme afirma Souza (2007, p. 159), “a emissão da validação favorável pela EOD representa uma etapa muito importante, pois atesta que o projeto é passível de reduzir emissões de GEE e está de acordo com as premissas do Protocolo de Kyoto”.

2.2.3 Aprovação pela autoridade nacional designada

O PDD do projeto NovaGerar, bem como a validação pela Entidade Operacional Designada foram submetidos a apreciação da Autoridade Nacional Designada (AND), que no caso do Brasil é a Comissão Interministerial de Mudança do Clima, em 30 de março de 2004.

A Comissão Interministerial deve avaliar o relatório de validação e a contribuição do projeto para o desenvolvimento sustentável do país, considerando os seguintes aspectos: distribuição de renda, sustentabilidade ambiental local, desenvolvimento das condições de trabalho e geração líquida de emprego, capacitação e desenvolvimento tecnológico, e integração regional e articulação com outros setores.

Em 2 de junho de 2004, a AND publicou junto ao Comitê Executivo a carta de aprovação considerando que o projeto NovaGerar contribuirá para o desenvolvimento sustentável do país.

2.2.4 Submissão ao conselho executivo para registro

A EOD solicitou o registro junto ao Comitê Executivo da Convenção no dia 18 de novembro de 2004.

O projeto NovaGerar foi o primeiro do mundo a ser registrado no Comitê Executivo da ONU no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, assinalando a efetiva entrada em vigor do mercado de créditos de carbono. Essa condição representou um impacto à empreendedora, que passou a realizar palestras e novos contratos a partir da experiência obtida nessa iniciativa pioneira.

2.2.5 Monitoramento pós-implantação

O Plano de Monitoramento, aprovado pelo Painel Metodológico (AM0003), vem sendo aplicado desde o início do funcionamento da CTR Nova Iguaçu, porém, somente a partir de março de 2007 é que o Plano de Monitoramento do projeto NovaGerar especificamente, teve início, pois a queima pelos *flares*, conforme descrito no PDD passou a ser utilizada. O Plano de Monitoramento deverá ser aplicado durante toda a vida útil do projeto e os dados coletados serão utilizados para o cálculo dos CERs.

2.2.6 Verificação/Certificação

A partir do levantamento dos dados para o cálculo das reduções das emissões de GEE, terá início o processo de verificação, que consiste em auditorias periódicas e independentes para revisar os cálculos acerca das emissões de GEE. Esse processo tem o intuito de verificar se as reduções realmente aconteceram. O WB NCDF será responsável por escolher a verificadora e acompanhar todo o processo de auditoria.

A verificação inicial do projeto NovaGerar será conduzida pela certificadora SGS, que fará auditoria nos dados do primeiro ano de implementação do Plano de Monitoramento, portanto de março/2007 a março/2008. As auditorias podem ser realizadas a cada solicitação de créditos, portanto podem ser semestrais, anuais ou mesmo em períodos maiores, pois o custo para a verificação é alto e deve ser pago pelo solicitante dos CERs.

2.2.7 Emissão dos CERs

Cumpridas todas as etapas do projeto e provadas que as reduções de emissões de GEE são reais, mensuráveis e de longo prazo, são originadas as CERs. As CERs são emitidas pelo Comitê Executivo e serão creditadas aos participantes do projeto, no caso do NovaGerar à S.A. Paulista e ao *World Bank Netherlands Clean Development Facility*.

2.3 Benefícios socioambientais do projeto NovaGerar

A implantação da CTR Nova Iguaçu e do projeto NovaGerar possibilitou a mitigação de impactos ambientais e a geração de benefícios sociais. É uma experiência que rendeu ganhos sociais e ambientais, como aponta Marcovitch (2006) em análise de outros casos no Brasil.

No Brasil, segundo dados do IBGE, 63,6% da parte expressiva dos resíduos produzidos diariamente no país têm como destinação final os lixões, os quais causam sérios impactos ambientais por não apresentarem os pré-requisitos básicos para a correta disposição dos resíduos.

Os lixões acabam sendo a alternativa para o sustento de muitas pessoas que, excluídas do mercado de trabalho formal, passam a sobreviver dessa prática degradante, que condena trabalhadores a tirarem sua subsistência dos rejeitos da sociedade.

A licitação pública da prefeitura de Nova Iguaçu para a concessão dos serviços de tratamento e disposição final dos resíduos sólidos domiciliares e públicos da cidade previa, além da construção da Central de Tratamento de Resíduos, o fechamento e remediação do passivo ambiental gerado pela disposição de resíduos no lixão de Marambaia durante 13 anos.

Na época do fechamento do lixão, cerca de 89 catadores sobreviviam da renda gerada pela coleta de materiais no local. Com o encerramento da disposição de resíduos no lixão, parte destes catadores foram contratados pela CTR Nova Iguaçu, alguns foram absorvidos por empresas que prestam serviços à prefeitura e outros passaram a trabalhar na cooperativa de reciclagem construída pela prefeitura que recebe os materiais provenientes da coleta seletiva do município. O fechamento do lixão representou uma melhoria nas condições de trabalho e dignidade dos ex-catadores, incluindo-os no mercado formal de trabalho e proporcionando melhores condições de sobrevivência.

A instalação da estrutura do aterro sanitário permite tratar de forma adequada o chorume e o biogás produzido pela decomposição dos resíduos, minimizando os impactos ambientais. A utilização do biogás para a geração de energia e sua queima em flares garante a redução das emissões de metano diretamente na atmosfera, contribuindo para a mitigação do efeito estufa. Portanto, são ações de melhoria local que resultam em um impacto positivo na escala global.

O conhecimento gerado e o pioneirismo brasileiro na elaboração do projeto de MDL são fatores importantes a serem considerados, pois a estrutura constituída para a CTR e o projeto de redução de GEE podem ser um modelo replicável para outros municípios do país, contribuindo para a mitigação de impactos ambientais locais e globais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados pelo IPCC têm evidenciado a interferência antrópica no sistema climático e as desastrosas consequências para a sobrevivência na Terra.

Diante desta perspectiva é necessário buscar soluções para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e dos desastres advindos do aumento de temperatura do planeta. O estabelecimento da UNFCCC, do Protocolo de Kyoto e dos mecanismos para redução das emissões possibilitaram a busca pelo desenvolvimento sustentável, que visa garantir a reprodução da vida das gerações presentes e futuras.

Por meio do MDL permite que países em desenvolvimento possam captar recursos para que seu desenvolvimento seja menos impactante ao meio ambiente.

O Brasil ainda não tem metas de redução, portanto tem uma grande oportunidade de estabelecer um desenvolvimento econômico socialmente justo e ambientalmente equilibrado por meio de projetos de MDL. O NovaGerar é um exemplo dessa aplicação, proporcionando o adequado gerenciamento dos resíduos, a diminuição dos impactos locais e a redução das emissões de metano e melhorias globais ao contribuir para atingir o objetivo da UNFCCC.

Resta saber se as negociações em curso no cenário internacional manterão projetos que permitam a países distantes dos níveis de desenvolvimento dos mais ricos receberem investimentos que viabilizam a melhoria das condições socioambientais e a cooperação internacional. Independente disso, o pioneirismo do Brasil ficou registrado nas ações de mitigação do aquecimento global, ainda que os maiores ganhos tenham sido para empresários, o que não é uma novidade. Mas as melhorias sociais obtidas por um mecanismo de mercado devem ser registradas. Talvez essa seja a principal lição do MDL e do Protocolo de Kyoto, tenham eles vida longa ou curta.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Protocolo de Kyoto**. Texto editado e traduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia com apoio do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. 1997. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/28739.html>. Acesso em: 22 nov. 2006.

_____. **Texto da convenção-quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima**. Editado e traduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia com o apoio do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. Anexo I. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4120.html>. Acesso em: 22 nov. 2005.

COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. São Paulo: Max Limonad, 2001.

DET NORSKE VERITAS. **Validação do gás de aterro sanitário de NovaGerar para o projeto de energia, Brasil**. Prototype Carbon Fund. Relatório de Validação n° 2003-0221. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/16045.html>. Acesso em: 25 abr. 2007.

DIAS, Pedro; RIBEIRO, Wagner Costa; NUNES, Luci. **A contribution to understanding the regional impacts of global change in South América**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2007. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/iea/artigos/globalchangeinsouthamerica.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2007.

GALVÃO, L. C. R.; GRIMONI, J. A. B.; UDAETA, M. E. M. (Org.). **Iniciação a conceitos de sistemas energéticos para o desenvolvimento limpo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

IPCC. **16 years of scientific assessment in support f the climate convention**. December 2004.

MARCOVITCH, Jacques. **Para mudar o futuro**. São Paulo: EDUSP/Saraiva, 2006.

NOVAGERAR. **Projeto de aproveitamento do biogás de aterro sanitário**. Documento de Concepção do Projeto. Preparado para a Unidade de Financiamento de Carbono (PCF – Prototype Carbon Fund) do Banco Mundial. Fevereiro de 2004.

RIBEIRO, Wagner C. Mudanças climáticas, realismo e multilateralismo. **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 18, v. 1, n. 18, p. 75-84, 2002.

_____. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, Gleice D. **Aplicação do mecanismo de desenvolvimento limpo: o caso NovaGerar**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Mecanismos globais na construção das políticas ambientais, GEF e MAB

Hervé Théry – Directeur de recherche au CNRS,
Professor convidado na USP
Neli Aparecida de Mello – USP

RESUMO

A viabilidade de uma política pública encontra-se condicionada por seus mecanismos de regulação, de concertação, de comunicação. Políticas internacionais voltadas para a gestão dos bens comuns da humanidade são estabelecidas via convenções e acordos mundiais que, por meio de ações diversificadas globais produzem reflexos nas ações internas dos diferentes países signatários. Reproduzindo-se através da aplicação de mecanismos, adotam as exigências e condicionalidades neles previstas.

Palavras-chave: Meio ambiente. Políticas públicas. GEF. MAB.

ABSTRACT

The feasibility of public policies has been constrained by its regulatory, consultation and communication mechanisms. International policies aimed at managing the common property of mankind are set up via global agreements and conventions that, through diversified global actions, have effect on the internal actions of the various signatory countries. Through the application of those mechanisms, they adopt the requirements and conditionalities therein included.

Keywords: Environment. Public policies. GEF. MAB.

A viabilidade de uma política pública encontra-se condicionada por seus mecanismos de regulação, de concertação, de comunicação.

Políticas internacionais voltadas para a gestão dos bens comuns da humanidade são estabelecidas via convenções e acordos mundiais que, por meio de ações diversificadas globais produzem

reflexos nas ações internas dos diferentes países signatários. Reproduzindo-se através da aplicação de mecanismos, adotam as exigências e condicionalidades neles previstas.

O processo de ratificação e assinatura, no Congresso Nacional de convenções, protocolos ou acordos, explicita a sua aceitação, o que as transforma em determinantes das políticas nacionais e engendra a internalização dos objetivos, diretrizes e estratégias mundiais sejam eles voltados para o controle de substâncias destruidoras da camada de ozônio, para a conservação da biodiversidade ou ao combate à desertificação. Da mesma maneira, programas e projetos financiados por organismos internacionais também possuem um rol de exigências, a serem cumpridas rigorosamente.

Se, por um lado, os mecanismos de regulação das políticas nacionais refletem a conexão com as políticas internacionais, sendo, portanto, respostas nacionais aos compromissos internacionais, por outro, constituem-se sistemas técnicos sustentados pelo conjunto de regras e procedimentos. Estes sistemas técnicos (GIDDENS, 1991) não têm o poder de influenciar apenas as legislações e o comportamento das instituições; eles geram, sobretudo, interferências sobre o território nacional. São espaços que serão modificados por meio de novos sistemas técnicos, reconstruídos a partir de novos paradigmas, novas racionalidades de pensamento.

De maneira ainda mais contundente, as políticas ambientais necessitam de um conjunto de mecanismos a serem implantados simultaneamente. Impossível optar por apenas um ou outro tipo, indutor, participativo ou de controle; técnico, financeiro ou legal. Sua factibilidade decorre de se permitir a diversidade de meios. As políticas internacionais de gestão dos bens comuns são basicamente de quatro tipos: instrumentos econômicos, medidas regulamentares, gestão coletiva e medidas voluntaristas (REVISTA DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE, 2002). Grosso modo, destacam-se entre os primeiros, o princípio poluidor pagador, o mercado do direito de poluir; os sistemas de sanções e normas de emissão, do produto, de procedimentos técnicos de instalações produtivas entre as medidas regulamentares; a participação na gestão coletiva dos bens comuns; a responsabilidade unilateral das empresas, os acordos ambientais negociáveis entre a autoridade pública e a empresa, os sistemas voluntários públicos de eco-etiquetagem.

Criar formas ou estímulos financeiros para uma gestão adequada do processo ou do território complementa um outro ângulo e podem ser mais efetiva que a aplicação irrestrita da punição prevista em lei.

Interessa-nos refletir a este respeito e, avaliar de que maneira, ao se transformarem em ações políticas reproduzem-se no espaço nacional.

A PRESENÇA INTERNACIONAL NO LOCAL: OS REFLEXOS TERRITORIAIS DE MECANISMOS GLOBAIS

O primeiro aspecto a ser considerado diz respeito à alteração de paradigmas. Se em um dos ângulos do contexto em que foram forjados os novos mecanismos técnicos e de financiamentos a importância do meio ambiente era crescente, noutra parte, aumentavam de magnitude a visão neoliberal e a perda de importância da função de Estado. Simultaneamente o mundo vivia e vive um forte crescimento da mobilização da sociedade civil, mensurável pelo crescimento das organizações não governamentais. Altera-se o contexto político.

Da mesma maneira, altera-se o contexto social. As dinâmicas da globalização impõem novas formas de relacionamento: as decisões, as relações fazem-se, agora, por meio de redes políticas e redes técnicas, as quais funcionam em velocidade similar à de transmissão de dados.

O Estado, outrora senhor das decisões, adota novas estratégias e passa a dividir responsabilidades com sociedades organizadas em redes locais conectadas e articuladas globalmente. Esta mudança de paradigma problematiza a relação meio ambiente e desenvolvimento frente à chamada “governança mundial”, constituída pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial de Comércio. Estes novos atores da geopolítica internacional são capazes de “impor” pontos de vista dominantes de alguns países, organizações mundiais e de empresas transnacionais mais poderosas, porém, o contraponto de pressão é a mobilização da sociedade, cada vez mais organizada, ágil e também interconectada globalmente.

Para Oliveira (2006), tais instituições arbitram e estabelecem as condições da competição entre as diversas formas do capital mundial, produtivo e financeiro, despolitiza a economia, pois os Estados “nacionais” estão submetidos às condicionalidades externas e agudiza os conflitos internos entre classes e setores. Em outras palavras, tais condicionalidades delimitam o espaço e os termos dos conflitos de classe e de interesses dos atores internos. Condicionam o reconhecimento e o cumprimento das condicionalidades, isto é, adotam conceitos, métodos, importam mecanismos, criam formas de operacionalizar as metas de políticas públicas.

Percebe-se, assim, claramente, o entrelaçamento entre as políticas nacionais e os compromissos internacionais assumidos pelo país ao se tornar signatário de convenções, acordos ou protocolos. Os desafios, porém, são incomensuráveis e se colocam para diversos segmentos sociais e políticos. Para o mundo político, a maior questão se encontra entre a vantagem (ou necessidade) de lançar mão das ofertas internacionais de recursos técnicos ou financeiros, e a possibilidade de, ao aceitá-los, permitir ingerência sobre como tratar o meio ambiente nacional e enfraquecer a soberania do país. Para uma

visão nacionalista, a “internacionalização ambiental”, real ou fictícia, significa o sentimento de que há ingerência de outrem ao nível dos ideais e da definição da agenda política do meio ambiente, atuando, portanto, como fator de intromissão sobre os interesses nacionais.

Na realidade, há pouco debate e reflexões a respeito das influências concretas, advindas de condicionalidades inclusas nos programas e projetos financiados (MELLO, 2006). Assim como o mundo político, a sociedade em geral, encontra-se também dividida: alguns segmentos apoiam as mudanças dos comportamentos humanos em relação ao seu meio ambiente, enquanto outros se debatem contra por classificarem estas visões de catastrofistas e por não merecem consideração.

De fato, o atrito político e social tem impedido uma rápida mudança, mas tem sido incapaz de bloqueá-la na íntegra. O acesso e a internalização destes mecanismos vem ocorrendo lentamente. Assim, a possibilidade de um avanço mais significativo não prescinde de uma reorganização institucional, com novas atribuições, articulações, mudança de mentalidade dos próprios atores envolvidos e das formas de aplicação de suas regras.

a) A decodificação de alguns mecanismos internacionais

O debate sobre a factibilidade de implantação das políticas ambientais fundamenta-se sobre a disponibilidade de recursos financeiros e sua expressão espacial.

Os recursos que constituem os fundos destes mecanismos são formados pelos principais países que, entre 1970 a 1992 disponibilizaram um volume de 0,3 a 0,4% do PNB como uma “ajuda pública ao desenvolvimento”. Países, instituições, organizações privadas se mobilizam para aceder aos créditos financeiros ou técnicos disponibilizados por mecanismos multilaterais, mais antigos como o *Global Environmental Facility* (GEF) e o *Fond Français pour l'Environnement Mondial* (FFEM), ou mais recentes como o mercado do carbono.

O mercado de carbono movimentou o mundo dos negócios. Desde que o Protocolo de Kyoto entrou em vigor ativou-se um movimento de créditos ambientais, as *commodities* ambientais. O Protocolo serve-se destes instrumentos de mercado e ao instituir permissões negociáveis esta, na verdade, estabelecendo o direito de poluir. Segundo os países signatários, são ativos financeiros capazes de garantir a sustentabilidade dos negócios. Não se conhece, porém, o balanço efetivo da contribuição de seus resultados para as mudanças globais, visto que ainda não há sistemas de avaliação globais, em função de sua recente implantação.

Como estes alteraram as condições globais de redução dos perigos originados pelas mudanças climáticas? Ou o quanto a humanidade poderia se tranquilizar por não estar contribuindo para um futuro desastroso? A literatura mostra que o mercado de créditos ambientais tem provocado mudanças de ação, mas sem nada alterar no modelo de desenvolvimento e de consumo vigentes.

Ao lado deste, instrumentos que possuem uma capacidade indutora e reflexos sobre o território e por já possuírem algum tempo de implantação, podem ter seus resultados e influências avaliados.

Presentes na política ambiental brasileira desde os anos 1990, financiamentos oriundos do GEF ou do FFEM contribuem com uma parcela dos recursos disponíveis na área ambiental. Por outro lado, mecanismos técnicos como o *Man and Biosphere* (MAB), da Unesco, integram-se ao sistema territorial de proteção.

Para compreender a originalidade de cada um e ao mesmo tempo, as dificuldades ou facilidades de acesso, algumas informações são fundamentais:

Criado em 1991 como o mecanismo oficial de financiamento das ações especialmente aquelas a ser engendradas nos países em desenvolvimento¹ para a proteção do meio ambiente global, o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (*Global Environment Facility*) foi o primeiro a financiar os custos incrementais para investimento em soluções de problemas globais. Os objetivos amplos, inicialmente previstos, ajustaram-se às duas convenções principais assinadas na Conferência do Rio. O PNUD, PNUMA e o Banco Mundial atuaram como agentes financeiros de ações e projetos, tendo-se transformado em mecanismo de financiamento da Convenção da Diversidade Biológica e partilha objetivos comuns com programas internacionais como a Agenda 21, o Protocolo de Montreal ou outras convenções. Foram inúmeras as dificuldades encontradas para sua implementação, incluindo a própria modalidade da origem e gestão dos recursos, obrigando o comitê gestor a modificar sua estrutura e modo de funcionamento. As duas fases importantes, uma experimental e outra operacional, mostram a evolução do Fundo que se obriga a manter a coerência entre sua ação e as estratégias das convenções. Sua fase experimental (1991-1994) e sua fase operacional, subdividido em três outros períodos (1994-1998, 1998-2002 e 2002-2006). Originalmente constituído como um *Global Environment Trust Fund*, com a participação inicial de 34 países, atualmente conta com mais de 160 países. O modelo de gestão adotado é constituído por um Conselho e por um administrador da Caixa do Fundo (o Banco Mundial). Em dois momentos distintos houve recomposição dos recursos.

1 Segundo linguagem utilizada na ONU e suas agências.

Inicialmente previsto para atender somente quatro áreas temáticas (as mudanças climáticas, a conservação da biodiversidade, as águas internacionais e os poluentes orgânicos persistentes), o Fundo teve que redefinir as suas linhas de atuação frente a mobilização internacional para investimentos específicos em algumas outras convenções como a da desertificação e a indisponibilidade dos países ricos atenderem os compromissos de atingirem 0,79% de seus PIB anuais. As reuniões dos países participantes e do comitê gestor decidiram investir em novos mecanismos e novos fundos para investir no meio ambiente global. Foram incluídas duas outras temáticas, a degradação dos solos e a de áreas multifocais.

Como qualquer outro mecanismo de financiamento, para aceder aos recursos disponibilizados pelo GEF, o projeto deve cumprir todos os procedimentos de submissão, os critérios de elegibilidade e, especialmente enquadrar-se nas modalidades de financiamento.

O outro mecanismo internacional ambiental, o MAB, programa *Man and Biosphere*, da Unesco², tem seu marco de criação vinculado à Conferência internacional da Biosfera e à discussão, por um grupo de trabalho, do conceito de reserva da biosfera. Seu objetivo é o de “conciliar a conservação da biodiversidade, a busca de um desenvolvimento econômico e social e a manutenção dos valores essenciais associados”.

O início da rede de reservas ocorreu em 1976 e em 1983, o primeiro congresso internacional das reservas permitiu a discussão e a elaboração do seu Plano de Ação. As funções de uma reserva da biosfera são conservação, desenvolvimento e apoio às atividades de pesquisa, educação, formação e observação permanente relacionadas com atividades de interesse local, nacional e mundial.

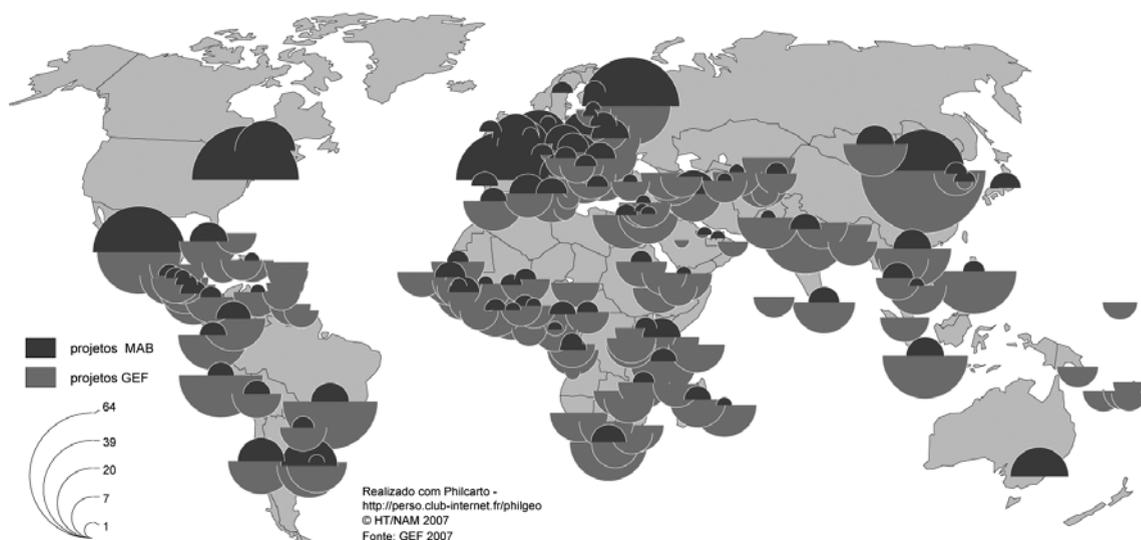
Em 1995, a Estratégia de Sevilha adequa as ações para o futuro desenvolvimento das reservas no século XXI e estabelece como as mesmas podem ajudar na implantação da Agenda XXI. Também os objetivos foram readequados de forma a utilizar as reservas como modelo de ordenamento do território e locais de experimentação do desenvolvimento sustentável. Por outro lado, também objetiva a inclusão de técnicas de solução de conflitos.

2 A UNESCO investe no conhecimento e em políticas voltadas para o patrimônio cultural e natural. Zanirato e Ribeiro (2006) fazem um estudo aprofundado da evolução deste conceito ao longo da história institucional da UNESCO. E na base deste conceito que os programas de incentivo à manutenção dos bens ambientais, como as Reservas da Biosfera por ter, no artigo 7º da Convenção de 1972 que a proteção internacional consistiria na adoção de um sistema de cooperação e assistência internacional destinado a secundar os Estados-partes, nos esforços que desenvolvam para preservar e identificar esse patrimônio. Para isso foi instituído o Comitê do Patrimônio Mundial.

Desta maneira, as reservas servem de aplicação a outros acordos internacionais, servem-se das zonas de transição para demonstrar métodos de desenvolvimento sustentável em escala regional dependendo da participação da população por meio de um pacto entre a comunidade local e a sociedade em seu conjunto para a gestão de cada reserva. Há indicadores internacionais, nacionais e ao nível de cada reserva, a qual deve ser avaliada a cada 10 anos.

No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985 de 18/06/2000 e Decreto nº. 4.340 de 22/08/2002) como sistema nacional associa-se ao sistema internacional, configurado pelas Reservas da Biosfera. Sustentado técnica e politicamente pela UNESCO (Programa MAB) elas constituem em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e União Mundial para a Natureza (IUCN) e agências internacionais de desenvolvimento, uma rede técnica, política e, de certa maneira, também financeira em todo o mundo.

Projetos do GEF e MAB



Os dois tipos de investimento – financeiros e técnicos / financeiros mostram uma espacialização bem peculiar: no hemisfério norte, predomínio das ações de conservação ambiental; no hemisfério sul, projetos com recursos financeiros oriundos do GEF, portanto, ligados à questão do

modelo de desenvolvimento e os custos maiores devidos às externalidades ambientais que precisam ser incorporadas.

Sobressaem os países desenvolvidos quanto ao número de projetos de Reservas da Biosfera, não apenas porque há muito mais pressões, e muito fortes, da sociedade em geral a respeito da conservação de ecossistemas, de fauna e flora em perigo de extinção e, conseqüentemente o maior apelo para a conservação de seus ambientes naturais, mas porque a origem de tais preocupações remonta aos movimentos sociais dos anos 1960. É preciso lembrar o livro “De l’écologie à l’autonomie”, de Daniel Cohn-Bendit e Cornelius Castoriadis, como um marco conceitual da ecologia política juntamente com a primeira revista que tratava cientificamente das condições ambientais.

A Europa, modo geral, pode ser considerada o berço do movimento verde, onde encontrou respaldo político e social. Considerando-se que um dos condicionantes para a criação e implantação de Reservas é o envolvimento efetivo da população, a mobilização das sociedades europeias e norte-americanas é um aspecto extremamente forte e expressivo.

O segundo tipo de investimento, o do GEF, é destinado a projetos cuja contribuição para o meio ambiente global demanda recursos maiores que a capacidade de investimento em meio ambiente que os países possuem. Ele é destinado a países menos desenvolvidos e normalmente tomadores de empréstimos, que acessam aos recursos do GEF para investir em ações que lhes permitam proteger a biodiversidade, ou investir em projetos que contribuam para a redução das mudanças climáticas globais, especialmente novas formas de produção de energia limpa ou ainda para reduzir as pressões que aumentam o grau de degradação do solo entre outros.

Países localizados na América Central e do Sul, na Ásia, na África, no Leste Europeu e no Oriente Médio são os lugares preferenciais para tais investimentos.

No contexto global, esta espacialização denota uma clara diferenciação entre o Norte e o Sul, estreitamente articulada com as condições econômicas, sociais e políticas dos blocos de países e seus posicionamentos quanto às questões ambientais globais.

A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE EM MEIO AMBIENTE

A convenção da Unesco que trata de “patrimônio comum da humanidade” como lugares notáveis que mereçam ser preservados para as gerações futuras, foi aprovada em 1972, ao mesmo tempo da criação do PNUMA, no âmbito das Nações Unidas.

Junto a esta noção patrimônio e de santuarização, associou-se a noção territorial para proteger as paisagens como espécies ameaçadas dentro do seu meio, constituindo, naquela época o primeiro modelo internacional em redes: as reservas da biosfera se constituiriam em redes de áreas protegidas.

O Brasil aderiu a esta convenção em 1977 e aos poucos começou a implantar áreas protegidas sob esta égide. Evidentemente, no início, com velocidade de implantação muito lenta, viu-se impulsionado pela mundialização ambiental, cujo debate, inclusão na agenda política e inúmeras ações de organizações não governamentais mundo afora, contribuiu para qualificar um número de lugares e a dar-lhes um valor simbólico forte. É notório, no mundo todo, o crescimento no número de áreas naturais classificadas como patrimônio natural.

Para Zanirato e Ribeiro (2007) a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, promovida pela Unesco em 1972 (baseada no relatório³ elaborado em 1968 pela União Internacional para Conservação da Natureza) trata o patrimônio natural como formado pelos

monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos dessas formações que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas das zonas estritamente delimitadas que constituam o *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; e os lugares ou as zonas naturais estritamente delimitadas que tenham um valor excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação e da beleza natural definido no interior da convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, concluindo pela definição de que os mesmos deveriam ser tornar 'patrimônio universal', cuja responsabilidade seria da comunidade internacional.

3 A base do relatório da IUCN foram as propostas da Comissão Franceschini que define bens ambientais como "as zonas corográficas que constituem paisagens naturais ou transformadas pela ação do homem e as zonas delimitadas que constituam estruturas de assentamentos urbanos ou não urbanos, que apresentem particular valor de civilização" (GONZALES-VARAS, Ignacio. *Conservación de bienes culturales*. Madrid: Cátedra, 2003, p. 46 apud ZANIRATO; RIBEIRO, 2007).

O movimento internacional de evolução deste conceito é analisado pelos dois autores, ressaltando os passos que marcaram a inclusão das diversas formas de cultura e, considerado na atualidade como “conjunto de elementos naturais ou culturais, materiais ou imateriais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais de sua identidade”.

Concluem os autores que

o patrimônio natural é conservado à luz da ciência. Menos por permitir uma identidade a quem nele vive, mas sim pelos atributos que lhe conferem beleza cênica, a possibilidade de novas experiências e a busca de informação genética. Ou seja, a conservação de áreas naturais ainda obedece à visão utilitarista, que predomina na sociedade capitalista. Ao mesmo tempo, possibilita reconhecer nesses verdadeiros refúgios aos processos produtivos e de urbanização o foco de alternativas à reprodução da vida.

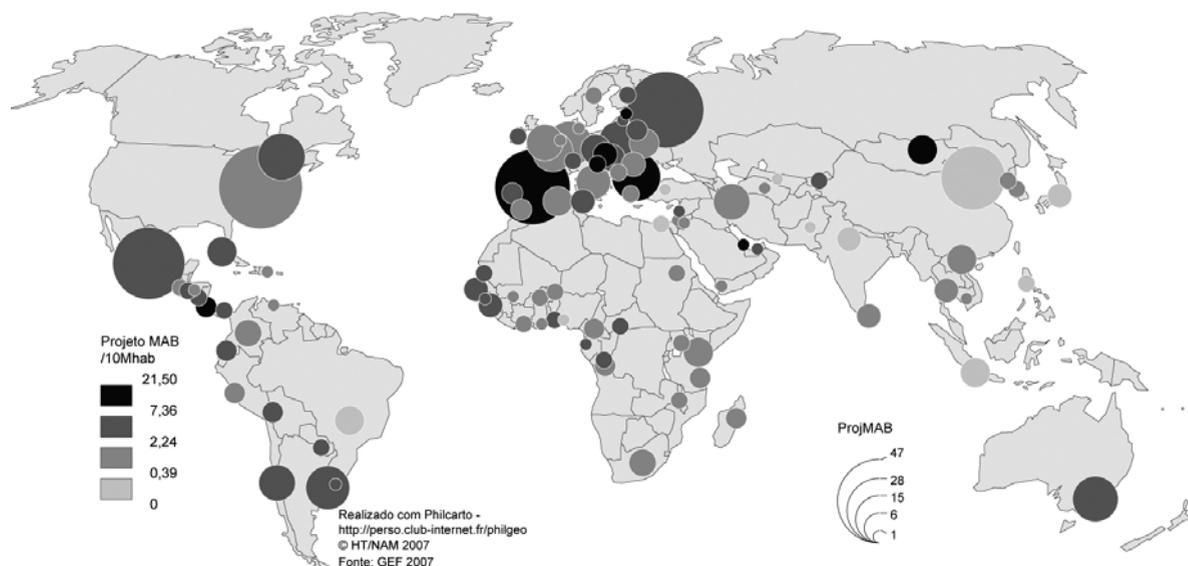
Provavelmente por se tratar de uma visão utilitarista da natureza, como a definem Zanirato e Ribeiro (2007), que é inegável o avanço numérico e qualitativo de tais zonas de proteção. Muitas delas tem sido palco de atividades cotidianas envolvendo as instituições responsáveis por sua gestão, as comunidades locais e a Unesco, por meio de seu aparato técnico.

Segundo a definição da própria Unesco, a Reserva da biosfera é um instrumento de conservação que favorece a descoberta de soluções para os problemas ambientais, privilegiando o uso sustentável dos recursos naturais nas áreas protegidas. A intenção é fazer com que a população local tome consciência da importância da Reserva e vá aos poucos adequando as práticas de manejo atuais a modelos ambientalmente sustentáveis. No mundo todo há Reservas da Biosfera. No Brasil, as reservas da biosfera cobrem áreas da Mata Atlântica, dos Cerrados e do Pantanal.

O primeiro aspecto destacado pelo mapa (Projetos MAB e população) permite opor, grosso modo, dois mundos: os países desenvolvidos e os outros. Praticamente todos os países europeus possuem o número mais elevado de projetos MAB já implantados por países, sendo seguido pelos EUA. A única grande concentração de projetos encontram-se localizados na União Europeia e que permite uma proporção variando entre 8 e 22 % tomando-se como referência a relação com cada 10 mil habitantes.

A distribuição mundial nos permite avaliar que existem três blocos sem a presença de Reservas da Biosfera: na África são os países áridos do deserto Saara, as ilhas do Sudeste Asiático e regiões extremamente frias da Groelândia e Islândia.

Projetos MAB e população



A exceção destas regiões onde inexistem investimentos do MAB, novamente são os países do Sul, portanto, os menos desenvolvidos, que possuem pouquíssimos projetos. Tomados em proporção a 10 mil habitantes, nosso referencial, são poucos os países que se colocam na mesma categoria – 8 a 22% – dos países ricos. Na América Latina, somente México, Argentina estão entre os maiores números de projetos implantados; na África, o número é ainda menor, destacando-se somente a África do Sul e Kenya (5 e 6) o Senegal (4) na África de Sudoeste; no Oriente Médio estão os menores números de projetos.

E que conclusões poderíamos ter a partir desta distribuição de projetos? Uma primeira e provável explicação para o destaque do número de projetos no Kenya é a localização da sede do PNUMA em Nairobi, condição suficientemente forte para estimular a criação de parques naturais ou reservas da biosfera. Uma segunda conclusão é que, embora seja uma constatação extremamente antiga e considerada como simplista, permitimo-nos repeti-la: a preocupação com a conservação do meio ambiente, com sua proteção, *strito sensu*, continua sendo um objetivo dos ricos. Meio ambiente em países pobres ainda se configura como uma questão marginal.

b) Mecanismo financeiro – *o Global Environment Facility*

Considerando-se a experiência acumulada em 15 anos e o número de projetos realizados ou em andamento, nos interessa também compreender suas próprias dinâmicas, sendo possível avaliar em termos mais globais qual teria sido a sua influência, a importância dos projetos financiados e o número de países atendido, a partir de seus relatórios anuais.

Informações coletadas em 2007 nos permitem analisar a distribuição global dos projetos e os valores envolvidos, pelas seis áreas temáticas. Considerados em número de projetos, a Tabela 1, classifica os 9 países com maiores números de projetos, caracterizando, de uma certa maneira, a forte presença dos países emergentes:

Tabela 1: Projetos do GEF por país e por área

	Mudanças climáticas	Biodiversidade	Áreas multifocais	Poluentes persistentes	Águas internacionais	Degradação dos solos
China	29	16	5	7	7	0
Brasil	10	16	4	1	4	2
Índia	22	9	1	1	0	0
México	11	12	4	2	0	0
Rússia	7	12	3	1	2	1
Filipinas	12	12	3	2	1	0
Indonésia	10	17	1	1	1	0
Egito	7	6	3	1	2	0
Marrocos	6	4	3	2	0	0
Total	114	104	27	18	17	3

Da mesma maneira, os valores envolvidos nos financiamentos, expressos na tabela 2, também demonstram uma representatividade espacial relacionada aos países emergentes e menos aos países mais pobres e menos desenvolvidos.

Tabela 2: Valores dos grants do GEF por país e por área

	Mudanças climáticas	Biodiversidade	Áreas multifocais	Águas internacionais	Poluentes persistentes	Degradação dos solos
China	394.652	90.660	26.100	73.400	72.793	0
Brasil	156.328	149.133	21.447	12.387	1.849	13.290
Índia	212.876	51.966	0,2	0	3.558	0
México	132.909	97.331	15.652	0	4.656	0
Rússia	28.231	55.816	75.900	6.192	3.375	3.375
Filipinas	77.860	45.197	7.351	5.350	4.566	0
Indonésia	57.901	64.420	0,2	0,4	0,5	0
Egito	67.880	9.038	5.121	5.261	0,5	0
Marrocos	56.641	14.719	1.698	0	4.336	0
Total	1.185.278	578.279	153.269	102.590	95.132	16.665

Interessante destacar os elevados valores, normalmente assumidos pelos países, com co-financiamentos.

O mapa representando os projetos do GEF nos grandes países de atuação, por setores nos apresenta uma primeira revelação interessante: a presença reduzidíssima de projetos relacionados às soluções contra a degradação dos solos, ressaltando-se apenas a República Russa e o Brasil, tanto em percentual do total de projetos financiados como em valores (milhões de US\$). Chama também a atenção o quão pouco importante é o tema de combate aos poluentes orgânicos persistentes: os baixos valores envolvidos em projetos e o número pouco significativo dos mesmos. Em valor, o único destaque é para a China.

Tabela 3: Projetos do GEF por área

Áreas Focais	Nº. projetos	Nº. projetos	Valor (US\$ milhões)	Co-financiamentos (US\$ milhões)
Águas internacionais	75	114	891.511	2,110.000
Ozônio	23	25	181.892	182.000
Clima	420	608	2,343.850	9,290.000
Biodiversidade	580	791	2,371.474	3,800.000
Poluentes orgânicos (criado em 2001)	72	145	189.654	91.000
Áreas multifocais (Global environmental management)	63	232	608.531	
Degradação de solos desertificação e desmatamento (criado em 2002)		39	212.197	155.000
Total	1233	1954	6,799.109	15,628.000

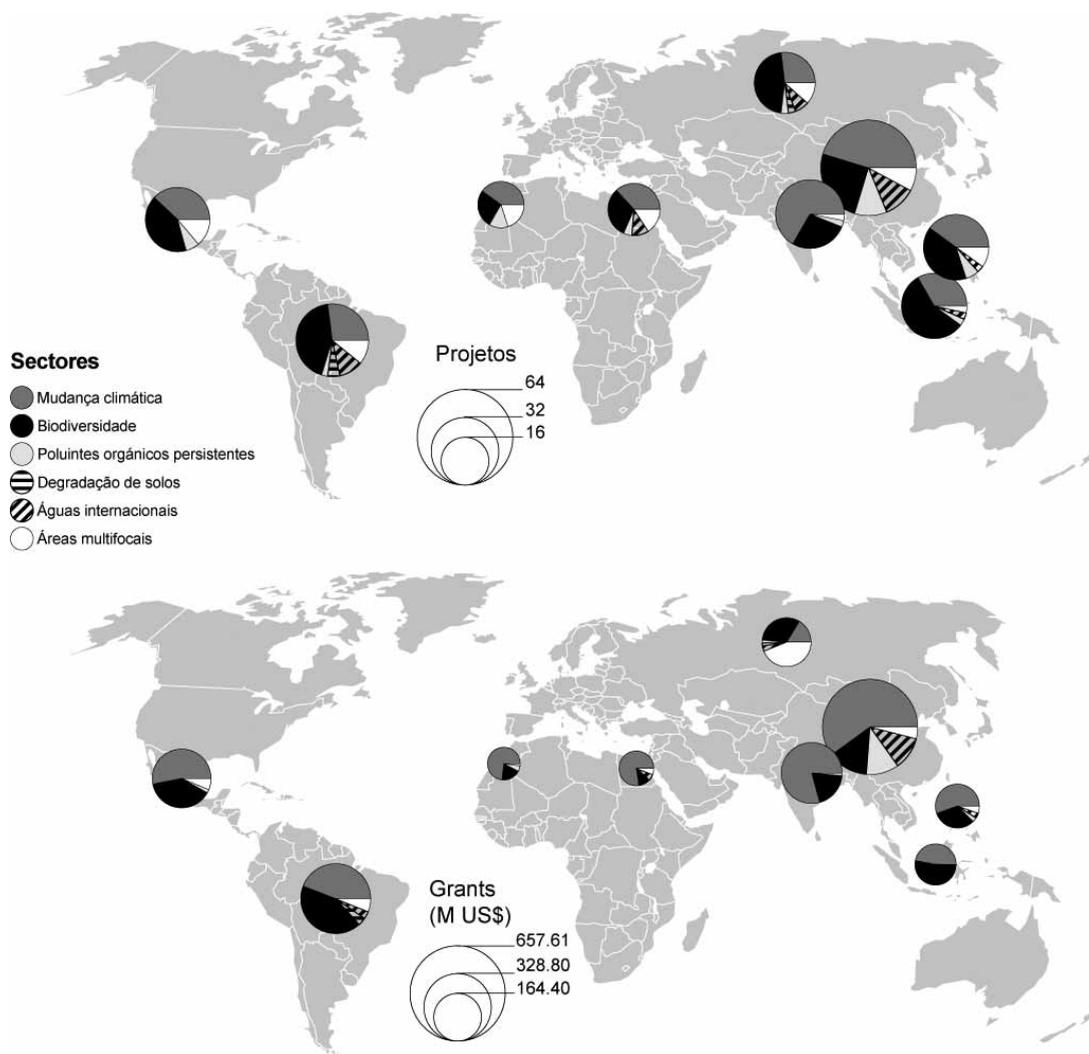
Fonte: GEF, 2007. Totalização do investimento do GEF e co-financiamentos.

Se, por um lado, a luta contra a degradação de solos ainda não atingiu um patamar importante, por outro, tanto em número de projetos quanto na quantidade dos recursos envolvidos, a luta visando a redução dos impactos das mudanças climáticas tem uma forte presença, em todos os continentes e especialmente nos grandes países.

O segundo tema que mais foi objeto de investimentos é a conservação da biodiversidade. Tanto em número de projetos quanto pelos valores envolvidos destaca-se a presença elevada de projetos e de recursos solicitados ao GEF.

Considerando-se os valores médios por projeto correspondente aos totais de recursos financiados, alguns aspectos merecem destaque: projetos cujo valor médio encontra-se acima de 10 000 US\$ estão localizados no continente asiático: China, seguido da Índia, segue-se o continente latino-americano,

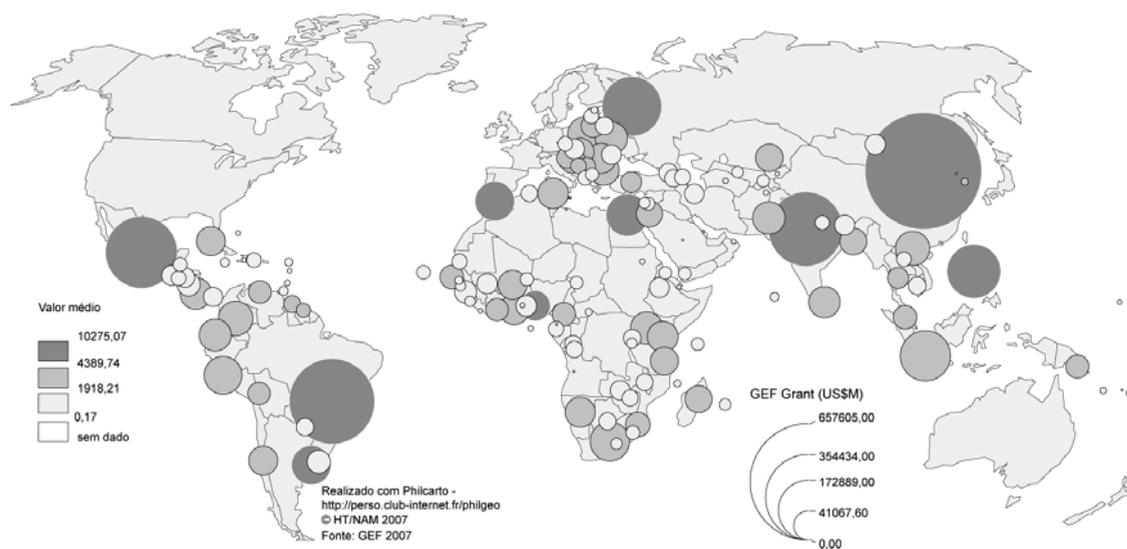
com o México, Brasil e Argentina e em terceiro lugar, alguns países africanos, Egito, Marrocos e Senegal. Quanto aos totais envolvidos, estes variam entre 50 e 650 milhões, conforme a espacialização dos dados nos mostra.



Projetos com valores totais e/ou médios relativamente baixos se distribuem praticamente por todos os continentes, havendo algumas concentrações espaciais: Europa de Leste, Sudeste e Sudoeste Africano, América Central.

Contudo, ao relativizar tais valores por milhões de habitantes, os grandes países, com baixas densidades de população perdem para os pequenos países mais populosos, especialmente as concentrações já vistas no mapa anterior (América Central e do Sul, Oeste e sul da África, países da Europa do Leste. Por outro lado, China, Índia, Indonésia, México e Brasil obtiveram baixos valores médios de projetos.

Grants do GEF, valor médio



Que relação pode ser estabelecida quanto à importância da população no contexto das soluções para o ambiente global? A população não pode ser vista apenas em sua dimensão numérica como durante os primeiros debates sobre o agravamento dos problemas de meio ambiente. Evidentemente um número elevadíssimo de pessoas pode ultrapassar a capacidade de sustentação do próprio planeta. Porém valores absolutos poderiam não ser problemas caso o modelo de consumo associado não

fosse tão predatório: sociedades não industriais continuam a utir um modo de vida compatível com os recursos disponíveis no seu meio (KORMONDY; BROWN, 2002).

O aspecto que merece ser incorporado nesta relação sera, sem duvida, a inserção dos atributos da população como capital social. Estaríamos frente à uma posição de um capital social bem constituído e capaz de propor e desenvolver projetos em países como Índia, China e Indonésia? Por que estes países apresentam os maiores investimentos do GEF?

c) comportamento das sociedades em relação aos fundos financeiros e técnicos

Desde que foi definido pelo PNUD como um indicador que melhor representa a situação dos países e de suas populações, superando em parte a simples divisão da renda nacional pela quantidade de habitantes do país, o índice de desenvolvimento humano tem sido bastante utilizado e também extremamente debatido. Criticam-se os critérios de seleção das variáveis, a simplificação que o mesmo representa como indicador mundial, as médias nacionais que mascaram os bons ou maus desempenhos regionais e locais: críticas perfeitamente aceitáveis quando se consideram as vantagens e desvantagens na construção de indicadores e índices. Contudo, é inegável a vantagem de sua utilização especialmente em assuntos que possuem uma dimensão global especialmente pela possibilidade de relacionar a situação dos diversos países.

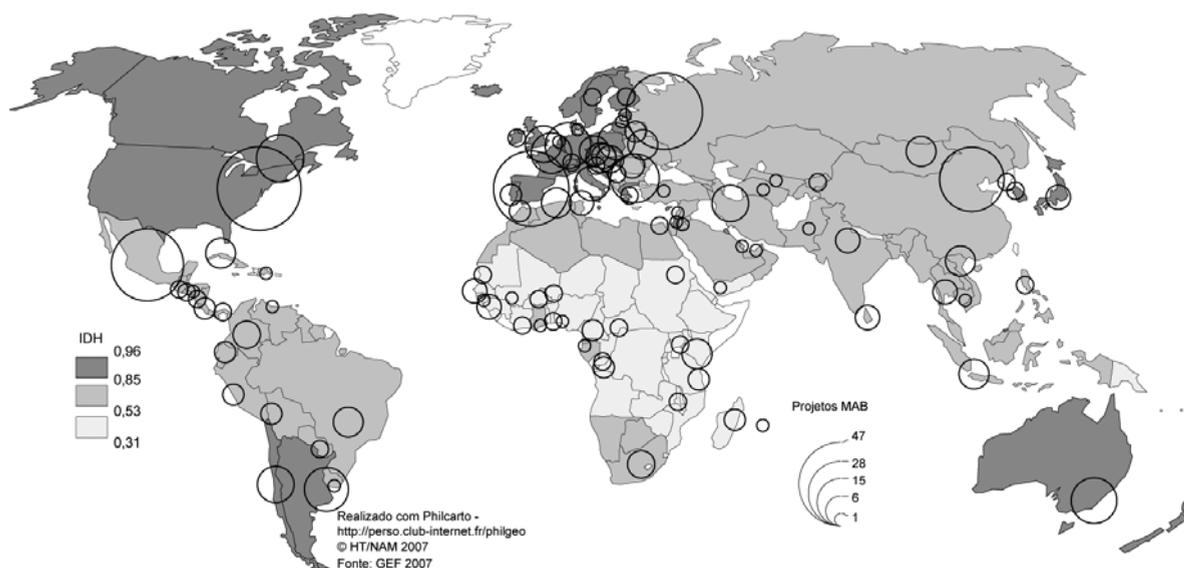
Assim, consideramos este aspecto importante para a ser introduzido no debate a respeito das inter-relações entre os mecanismos técnicos e financeiros e o nível de desenvolvimento de uma determinada região.

A correlação entre a presença de projetos MAB e o IDH pode significar que os países detentores dos maiores índices de desenvolvimento humano – entre 0,94 e 0,98 – especialmente países da Europa, Austrália, da América do Norte e apenas Chile e Argentina na América do Sul, são também os maiores detentores de projetos, normalmente um número que varia entre 15 e 47 por país. Os países que se situam na escala entre 0,75 e 0,85 são mais diversificados: ora possuem até 15 reservas da biosfera, ora menos que 6. Os poucos países situados entre 0,53 e 0,75 cuja performance é também bastante baixa por apresentar um número reduzido de projetos, atingindo um máximo de 6. Finalmente, os países com índice de desenvolvimento humano extremamente baixos, entre 0,31 e 0,53, implantaram somente entre 1 e 6 reservas da biosfera.

Da mesma maneira, poderíamos argumentar que quanto maior o indicador de desenvolvimento humano, maior a preocupação com o meio ambiente. Mas, porque? Quais as condições que permitem

um melhor acesso aos recursos disponíveis? *Grosso modo*, são recursos disponíveis a qualquer país que cumpra as condições de candidatura e de enquadramento da temática a ser financiada. Mas, como conhecimento do mecanismo, a capacidade de elaborar projetos, os meios de envolvimento da população e de convencimento de seus decisores, etc., contribuem para que a participação relativa seja muito maior?

Projetos do MAB e IDH

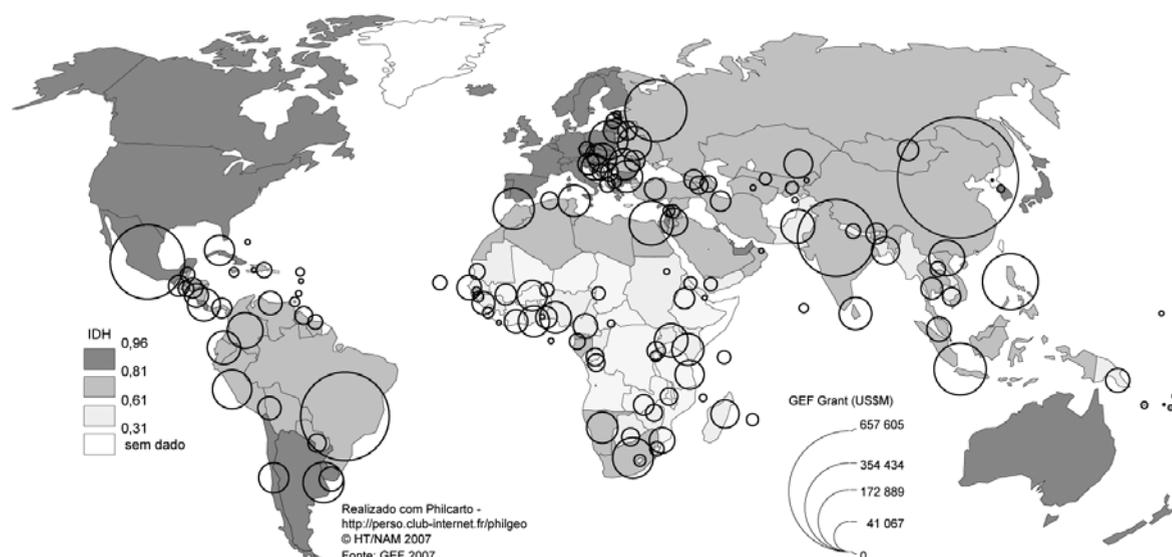


Considerando-se os projetos financiados pelo GEF e sua relação com o IDH destes países podemos verificar que os países cujo IDH se encontra no patamar mais elevado, entre 0,81 e 0,96, não possuem nenhum projeto financiado pelo GEF, sobretudo porque os mesmos são doadores e contribuintes do Fundo e não tomadores de recursos. Porém, não é difícil argumentar que tais países, na verdade, pressionam para a tomada de decisão dos governantes dos países em desenvolvimento, seja para a propositura de projetos, seja para que suas políticas abordem as questões ambientais globais.

Nesta relação ente projetos GEF e IDH, os países com IDH médios (0,73 a 0,81) sobressaem-se com os maiores valores de investimento do GEF. Nas últimas categorias de IDH, é possível perceber

também uma gradação quanto aos valores investidos. Enquanto os países com os indicadores nos patamares entre médios e baixos, entre 0,44 e 0,73, obtiveram recursos variando entre US\$ 170 milhões e US\$ 350 milhões, os países com os menores indicadores de desenvolvimento humano – 0,44 a 0,31 – são poucos os que conseguem recursos para projetos com valores próximos a US\$ 40 milhões.

Projetos do GEF e IDH



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos investimentos destinados tanto à ideia mais geral de conservação de ecossistemas naturais e suas populações (permitindo a implantação de outros modelos de desenvolvimento, objetivo maior do programa MAB/Unesco que estimula a criação de Reservas da Biosfera por todo o mundo) quanto à formas menos degradadoras do meio ambiente (mas sem relegar a um plano secundario o desenvolvimento requerido por suas populações) revela o maior envolvimento dos países emergentes entre aqueles que são elegíveis aos recursos do GEF como os mais interessados a demonstrar que suas

prioridades de desenvolvimento levam em conta o meio ambiente, de maneira a reduzir o quanto podem os impactos ambientais.

Uma questão se coloca: quando os países menos desenvolvidos terão capacidade e/ou interesse em participar mais ativamente do processo global? Até que ponto suas problemáticas internas os deslocam do foco global? Não seria indicado um esforço dirigido para integrá-los mais efetivamente?

Por outro lado, se no contexto dos países emergentes há uma procura relativamente grande dos recursos de doação do GEF, isto pode significar, primeiramente uma política do GEF de se concentrar nestes países; ou que suas políticas de meio ambiente são bastante condicionadas pelas estratégias e prioridades do GEF; ou, ainda, que seus orçamentos nacionais são insuficientes para cobrir suas políticas de meio ambiente, o que pode ser decorrente do descompromisso político de fazer aumentar sua participação na divisão dos recursos nacionais. De uma maneira ou de outra, a análise dos investimentos parece fazer ressaltar uma condição de forte inter-relação entre o internacional e as políticas nacionais.

REFERÊNCIAS

GEF. Disponível em: <http://www.gefweb.org>. Acesso em: 02 set. 2007.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991. p. 11-82.

KORMONDY, E. J.; BROWN, D. E. Recursos naturais e ecologia de comunidades. In: _____. **Ecologia humana**. São Paulo: Atheneu, 2002. cap. 11, p. 253-287.

MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas públicas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. As contradições do ao: globalização, nação, região, metropolização. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco (Org.). **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

REVISTA DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE, UFPR, n. 5, jan./jun. 2002.

UNESCO. Disponível em: <http://portal.unesco.org>. Acesso em: 02 set. 2009.

ZANIRATO, Silvia; RIBEIRO, Wagner Costa. Conhecimento tradicional e propriedade intelectual nas organizações multilaterais. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas v. 10, n.1, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1414-753X2007000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 05 abr. 2008.

_____. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0102-01882006000100012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 05 abr. 2008.

A disputa pelas águas no Brasil: para além da ideologia da governança¹

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio – UFSC

RESUMO

A água é um importante fator de sobrevivência e as formas de acesso a esse recurso pode revelar a lógica e os valores da vida social. No Brasil, o acesso a água é operado de acordo com o padrão oferecido pelo Estado. Entretanto, as regras, em muitos casos, são baseadas em preconceitos e decisões não democráticas. Numa perspectiva sociológica crítica, este estudo analisa como o Estado implementa a Política Nacional de Recursos Hídricos trazendo para três microrrecortes aspectos das tensões entre a racionalidade econômica e os direitos sociais. Identificando-se limitações à cidadania, conclui-se que as políticas de recursos hídricos precisam avançar em busca da transformação social.

Palavras-chave: Recursos Hídricos. Direitos Humanos. Cidadania.

ABSTRACT

Water as an important factor of survival and the access ways can reveal the values of social life. In Brazil, the access to water is operated in accordance with the standard of State. However, the roles, in many cases, are based in prejudices and no democratic decisions. To a critical sociology prospect, this research analyses how the State implements the National Policy for Water Resources, bringing to a three microclipping aspects of the tensions between an economic rationality and the social rights. Identifying limitations to the citizenship, it was concluded that water politics need to advance in the social transformation aspect.

Keywords: Water Resources. Human Rights. Citizenship.

1 Apoio: MCT/CNPq.

INTRODUÇÃO

O desenho institucional que esteia as relações de poder em torno da água, no Brasil, e o discurso que o acompanha, traz para a cena política uma aparente novidade, qual seja, a de está sendo colocado em xeque o *modus operandi* que suscitou o estágio atual de escassez de água, em quantidade e qualidade. O Estado entende que esteja sendo eficaz na sinalização de sua vontade política em torno da universalização do acesso à água potável; da descentralização dos espaços decisórios; do fomento de uma hermenêutica diatópica na construção de uma nova práxis socioambiental. Donde seu anseio para que se constitua um imaginário pautado pela ideia de que a sua interlocução com a sociedade no tema das águas encontra-se em alteração substantiva, orientando-se para um compromisso de transformação social; isto é, no enfrentamento das desigualdades socioeconômicas que se expressam no acesso aos mínimos vitais e sociais bem como no fomento à dialogicidade de saberes e conhecimentos nas arenas decisórias.

Ocorre, todavia, que um processo de transformação social implicaria na superação da trama historicamente constituída na lógica centralista e elitista (FERNANDES, 1960). Tratar-se-ia de algo que não passaria despercebido à coletividade, na sua multifacetada e conflituosa composição, devido às inúmeras narrativas que esse fenômeno ganharia, produzidas tanto pelos que testemunharam quanto pelos que participaram ativamente do processo.

Não havendo registro de que um fenômeno dessa natureza tenha ocorrido, o corolário é que a aparente inovação na forma de controle das águas e o discurso que a ancora resguardam um conteúdo sociopolítico conservador o qual inviabiliza compromissos com uma transformação genuína. De molde que assistimos tão somente a uma mudança, característica da modernização simples. A negação das condições concretas da realidade social – e não de seu efetivo enfrentamento – denota a característica ideológica em torno de uma governança das águas.

Ultrapassando o discurso da boa governação – o qual corresponde à busca, dentre outros, de desburocratização e eficiência administrativa – o discurso da governança ambiental pretende indicar predisposição dos sujeitos envolvidos para a negociação horizontalizada. O Estado motivaria os cidadãos à participação nos processos decisórios posto as “evidências” em torno de uma partilha de poder genuína. Conforme Aragão (2007)

Se, tradicionalmente, se dizia que a participação do público deveria ser *permitida*, actualmente, numa perspectiva de governança, a participação do público em matérias ambientais deve ser não só *prevista* como *promovida*,

activamente *fomentada, ponderada* e tomada em *consideração* desde a concepção até à execução das políticas e tendo sempre o cuidado de divulgar amplamente o resultado da participação.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento, dentre outros órgãos multilaterais, passou a destacar, nos últimos anos, o requerimento de internalização da dimensão ambiental com foco em governança para que os países mutuários possam ser contemplados com novos aportes de capital. Tal foco é recomendado como forma de instrumentalizar o desenvolvimento do mercado de bens e serviços ambientais no país e promover a participação do setor privado nas atividades relacionadas com o ambiente. Na minuta de Política do Meio Ambiente e Observância de Salvaguardas do referido Banco lê-se:

Na análise ambiental efetuada em apoio do processo ao desenvolver documentos de programação, serão considerados, entre outros, os seguintes fatores: (i) a identificação de questões ambientais prioritárias transeitoriais, suas causas e impactos; (ii) o estado da governança ambiental (por exemplo, o nível de desenvolvimento institucional, a participação da sociedade civil, o acesso às informações, a adequação do arcabouço jurídico e de políticas, e a capacidade do setor público para a gestão ambiental) (BID, 2004).

No debate econômico recente, a governança ambiental está presente, dentre outros aspectos, como um indicador relevante para ser incorporado em índices de sustentabilidade que medem a capacidade socioinstitucional de um país no tema ambiental (MARTINS; FERRAZ; COSTA, 2006) e que pode favorecer que mecanismos de cooperação e coordenação fluam pela estrutura de incentivos (*payoffs*) tomando o lugar da ação coletiva (BARROS; MUELLER; NOGUEIRA, 2007).

As abordagens supra denotam que, conforme Zhouri (2007), a concepção de governança vem atualizar o sentido de gestão forjando-se uma figuração de consensualidade que escamoteia as relações de poder. Dito de outro modo, a participação esperada é a que descarta a legitimidade dos dissensos inerentes à situação de classe e afirma a eficácia da resolução negociada. Tudo se passa como se um novo pacto social em torno do acesso e uso da água tivesse sido fundado, imbuído, o Estado, da vontade de alterar qualitativamente o processo decisório em prol de outro projeto de desenvolvimento. Contudo, a constituição de uma trama de arenas – na forma de associações, comitês, agências, conselhos –, fundada na concepção de governança ambiental, revela apenas que os mecanismos de manutenção da ordem

social, nas mesmas bases, atualizaram-se para fazer face aos requerimentos contemporâneos de controle excludente sobre os recursos de uma natureza fragmentada pelo e para o capital.

A fim de perscrutar sociologicamente tais considerações, essa reflexão focalizará privilegiadamente três aspectos, a saber: a) a racionalidade econômica que subjaz ao desenho institucional atual no controle das águas; b) a qualificação distintiva dos sujeitos constituídos nas arenas decisórias; c) a invisibilidade política de dimensões extra econômicas do acesso e uso da água na vida cotidiana.

Passemos a tratá-las.

1 UM NOVO DESENHO INSTITUCIONAL PARA UMA VELHA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

No Brasil, o modelo de desenvolvimento adotado ao longo do século XX, e que persevera, teve forte participação do Estado, engendrando paroxismos nas condições econômicas da sociedade. Seja num viés estatizante ou neoliberal, o Estado e os interesses privados não se contrapuseram em nenhum momento. O Estado colocou-se a serviço das empresas e do jogo de interesses das mesmas na disputa de territórios nos quais produziram mercados para deles se servirem (ANDRADE, 1994) de forma que a confusão conceitual entre crescimento econômico e desenvolvimento foi intencionalmente mantida no discurso oficial para postergar ao máximo a crise de legitimidade do modelo. Nesse aspecto, Zhouri e Teixeira (2007, p. 2) comentam:

No Brasil, os efeitos das transformações acarretadas pelo processo de mundialização manifestam-se, sobretudo, a partir da adoção de uma política conservadora de ajuste econômico que tem reconduzido meio ambiente e justiça social ao estatuto de ‘entraves ao desenvolvimento’ [...] A própria ‘liberação das forças do mercado’ característica da mundialização exige a disseminação de uma política de desregulamentação [...]. Multiplicam-se, assim, cenários de confronto entre as populações locais, setores do Estado e segmentos empresariais. Este processo torna-se evidente na política de expansão da geração de energia elétrica no Brasil.

Para Martins (2003), extremos de progresso tecnológico e de bem estar para setores limitados não apenas conviveram, mas foram geradores de extremos de privação, pobreza e marginalização social

para outros setores da população na medida em que o objetivo do desenvolvimento foi centralmente a própria economia e não a cidadania, bloqueando-se a percepção dos problemas sociais graves.

As décadas mais recentes foram as mais representativas do contexto de ampliação dos investimentos intensivos de capital no país os quais, fortalecendo a inserção brasileira no mercado global por meio de tecnologias avançadas, deflagrou um processo sem precedentes de descartabilidade do trabalho direto, com respectivo impacto na distribuição de renda e numa estratificação preocupante à manutenção do tecido social. Um aspecto econômico relevante desse fenômeno foi a estagnação relativa do mercado de trabalho, mitigada por políticas assistenciais enquanto o Estado centra suas decisões macroeconômicas no respaldo aos processos de financeirização da economia e produção de grande escala, preferencialmente orientada para a exportação e sua contribuição no equilíbrio do balanço de pagamentos. Ocorre que os temas do trabalho, do emprego e da renda, ao lado da questão previdenciária, passam a ser tratados como exógenos à dinâmica econômica, como algo incomodativo a onerar o Estado; e, obscurecem-se as conexões entre o fomento à modernização dos agentes econômicos de porte e o fosso na apropriação social da riqueza.

Uma dimensão a ser considerada é que o contexto supra, conforme assinala Araújo (2001), cimenta uma sociedade atomizada, favorável à individualização anômica, onde modalidades de comportamento alienados e alienantes proliferam. A autora segue observando:

A migração campo-cidade, a segregação espacial urbana, os reduzidos momentos de lazer, dentre outros fatores, contribuem para a inexistência de *'condutas coletivas de interação extra econômica'*, ao tempo em que moldam posturas passivas - *'imobilismo social'* - diante da realidade circundante ou, no lado oposto, [...] condutas de crise, a exemplo dos saques, dos *'arrastões'*, do crime organizado (ARAÚJO, 2001, n. p.).

Devido à preponderância do viés economicista de desenvolvimento e, por conseguinte, ao tipo de racionalidade movente das interações socioambientais hodiernas, as representações da água como bem vital e bem público não lograram a devida visibilidade junto ao Estado, e permaneceu como válido o argumento que reduz a problemática da escassez e disputa ao domínio do mercado.

A água é um fator relevante para a acumulação. Orbita no sistema produtivo e de serviços e, desde aí, articula-se à financeirização crescente da economia, sendo as últimas três décadas as que puseram destaque a esse aspecto no Brasil, sobretudo quando efeitos deletérios da aglomeração se fizeram notar;

como, na Região Metropolitana de São Paulo, deflagrando medidas de racionamento e transposição de caudais de bacia vizinha através do Sistema Cantareira.

Em alguns casos, como na produção de hidrenergia, abastecimento e envasamento de água mineral, a água evidencia-se como objeto direto de trabalho. Tais segmentos do capital mais centralmente precisam exercer controle social sobre as condições de acesso ao recurso para garantir o processo de produção de valor; significa dizer que as formas de apropriação privada da água não podem limitar-se à dimensão territorial na qual os direitos de concessão são reconhecidos, mas é preciso estender o controle até onde o ciclo hidrológico possa ser afetado. Para que os investimentos vultosos ampliem suas garantias de retorno, não apenas o progresso técnico, na forma de inovações incorporadas aos meios de produção e aos processos, precisa ser considerado para maximização do aproveitamento do objeto de trabalho. Aquilo que os neoclássicos denominam como externalidades passa a exigir um acompanhamento próximo para que os riscos à acumulação sejam eliminados ou mitigados. Por seu turno, os demais segmentos da produção industrial – que utilizam a água como insumo, resfriamento de máquinas ou, ainda, nas parcelas domésticas de suas plantas, dentre outras funções – e de serviços, como o lazer e o turismo, e as atividades agropastoris, sobretudo irrigantes, passam a se preocupar com o cenário de disputa pelo recurso e ficam desejosos de que seus interesses e suas demandas sejam validados e garantidos em arenas decisórias.

Assim, no âmbito nacional, são segmentos do capital que pressionam o Estado para que, no varejo, suas especificidades sejam consideradas e tenham garantias no planejamento da demanda e, no atacado, a racionalidade de mercado persista como critério de regulação em torno do acesso e uso da água, no que as perícias de economistas, hidrólogos e afins se colocam à disposição.

Um novo desenho institucional, com aparência descentralizadora, disso decorre; porém, fazendo-se passar como resultante de um processo de redemocratização, valorizador de uma cidadania participativa, tal como os Novos Movimentos Sociais, como parcelas do ambientalismo, reivindicavam. Frente ao contexto externo, no qual os anseios privatistas imperam, o Estado brasileiro espera ser identificado no rol dos que se inserem num estágio superior de modernidade na medida em que fomenta dinâmicas institucionais abertas para uma aparente polifonia em temas ambientais. A transplantação do desenho institucional francês para uma realidade sociopolítica diversa denota a preocupação supra. Donde deriva que o avanço institucional observado não possa ser tomado senão como persistência da mentalidade colonial que se funda na lógica assimilacionista, ansiosa por conciliar o antagonico e, tal como nos termos de Martins (2000), torna-nos estrangeiros em face do que realmente somos e vivemos.

Em meio às alterações de desenho institucional, as opções de crescimento econômico, que se deseja ver confundido com desenvolvimento, permanecem constantes. Um exemplo é a preponderância

e incontestabilidade dos negócios do setor hidrelétrico no acesso aos mananciais, conforme o disposto no Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), lançado em março de 2007. Isso retira dos grupos representantes de modos de vida tradicionais eventualmente impactados e de grupos ambientalistas preocupados com alterações substantivas nos ecossistemas aquático e terrestres da área de inundação, a montante e jusante, dentre outros segmentos, as condições políticas de ver consideradas suas reivindicações que atentem contra tal interesse. O Plano Nacional de Recursos Hídricos (BRASIL, 2006) apresenta-se como um processo flexível e participativo, que destaca sua consonância com o princípio da subsidiariedade, segundo o qual as decisões que possam ser tomadas em níveis mais próximos às comunidades devem ser respeitadas; mas, toma como “elementos de uma estratégia robusta” certos fatores invariantes como as hidrelétricas, que continuarão a ser implantadas em qualquer cenário.

O caso recente do Complexo Madeira – no qual, com o aporte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Iniciativa pela Integração da Infraestrutura da América do Sul (IIRSA), estão previstos projetos de quatro usinas, a despeito da afetação nas áreas indígenas parintintim – dá a exata dimensão de que as arenas participativas são prescindíveis no âmbito nacional como além dele (HURWITZ, 2007). Quando as tensões se elevam em torno da disputa da água em contexto transfronteiriço, o Estado cujo território encontra-se a montante assume deliberadamente que seus projetos de desenvolvimento sobrepõem aos que se encontram rio abaixo, como lembra Caubet (2006, p. 25):

É só lembrar os problemas agudos que se apresentam em certas regiões em relação a determinados rios: Rio Grande (México, Estados Unidos da América); Nilo (Egito, Sudão, Etiópia); Jordão (Israel, Jordânia e Síria); Bramaputra (Índia e Bangladesh); Eufrates (Turquia, Síria e Iraque); Tigre (Turquia e Iraque), sem esquecer as tensões entre o Brasil e a Argentina, na década de setenta, por causa do aproveitamento das águas do Paraná e da construção da barragem de Itaipu. Em muitos casos, os problemas são ‘resolvidos’ na base do fato consumado, em prol do ribeirinho de montante, que é favorecido por sua posição geográfica.

Outro exemplo é o do entendimento de que o instrumento de cobrança da água, instituído no âmbito da Política Nacional de Recursos Hídricos, em 1997, seja válido para aplicação no contexto socioeconômico brasileiro o que, de um lado, revela a prevalência de uma racionalidade de mercado

sobre a dimensão da cidadania e, de outro, desconsidera a lógica endógena de formação de preços e seu contraste com o poder aquisitivo dos estratos inferiores de renda.

Ao recorrer-se ao argumento da cobrança da água como instrumento eficaz para sanção problemas de desperdício, poluição e afins, deixa-se em segundo plano o fato de que, no processo histórico de formação de preços de bens e serviços, no Brasil, o empresário trata suas obrigações fiscais e afins como elemento de custo a ser repassado na expressão monetária final da mercadoria. O consumidor final arca com esse custo de forma que não incida sobre a acumulação tal ônus. Nada aponta para que a cobrança da água esteja para além desse mecanismo estabelecido na cultura empresarial. Quando o fornecedor do bem ou serviço atua num contexto monopolista – como ocorre em serviços essenciais, como abastecimento e energia – mais se evidencia, de um lado, que o consumidor sinte-se fragilizado diante a estrutura de preços e, de outro, que o setor tenha seus argumentos de recomposição de preços aceitos junto ao órgão regulador quando, a princípio, se vir impedido a praticá-lo.

Há casos, como em municípios de semiárido nordestino, nos quais a chegada da infraestrutura de abastecimento até sua moradia, na lógica de mercado, é vã, tendo em vista a incapacidade de remunerar o serviço de saneamento local. A tarifa da água que não cabe na renda familiar inviabiliza que as torneiras das moradias sejam utilizadas, indo, as donas de casa, em busca de água de açudes para dar banhos nas crianças, lavar as roupas da família e saciar outras necessidades, como ocorre em Orós/CE (VALENCIO; GONÇALVES, 2006). Devido à demanda crescente e oferta limitada de água, a curva ascendente do preço é o esperado e, em contraponto, em termos sociais, o Brasil assiste à fragilização crescente das condições de garantia de trabalho e renda de parte significativa da população economicamente ativa. Essa se torna incapaz de responder ao acesso aos bens essenciais numa lógica de mercado. Dados oficiais dão conta que mais de metade da População Economicamente Ativa (PEA) encontra-se fora do mercado formal de trabalho – no trabalho informal, atuando por conta própria ou desempregado – sendo que o estrato de trabalhadores com 8 e mais anos de estudos já mostram dificuldades de inserção (CURI; MENEZES-FILHO, 2006) e informações do mercado de trabalho tomadas isoladamente pelas autoridades econômicas mascaram o panorama geral, estruturalmente preocupante (CHACON, 2007). Logo, as alternativas precárias de obtenção de renda para a sobrevivência e reprodução social de contingentes expressivos da sociedade brasileira não pode ser um ponto desde o qual se construa como legítimo um instrumento de política que obstaculize o acesso à água ao invés de ampliá-lo.

Enfim, a discussão acerca do mundo do trabalho, do emprego formal e da distribuição da riqueza, passa ao largo das arenas na temática das águas para que a modelagem neoclássica, prescindindo de traduzir a complexidade do real, aponte para o instrumento da cobrança com eficaz no incitamento ao progresso tecnológico visando formas mais sustentáveis de uso do bem.

2 A BACIA HIDROGRÁFICA COMO UM NOVO *LOCUS* DE AFIRMAÇÃO DE PODER

Outro aspecto relevante, disposto na Política Nacional de Recursos Hídricos e reiterado no Plano Nacional, é a adoção da Bacia Hidrográfica como unidade de gestão, novidade que coloca o cidadão frente a uma expressão física do ambiente que não se coaduna com os referenciais geográficos onde constrói seu entendimento de um fazer político ancorado nas figuras de poder que lhe representam.

Nos termos das Ciências Sociais, a ideia de território, como referência métrica, biofísica ou ecossistêmica, não é suficiente para dar coesão social e política aos vários grupos ali inseridos. Para consegui-lo, é preciso que o território esteja em conformidade com a ideia de lugar, isto é, como um espaço vivido, base de uma sociabilidade comum. Conforme Garjulli (2003, p. 40):

[...] as identidades sociais e as áreas de atuação das instituições seguem lógicas próprias de recorte territorial que, embora muitas vezes englobem vários municípios, dificilmente correspondem aos limites de uma bacia hidrográfica. Não existe qualquer tipo de identidade social que corresponda aos limites da bacia hidrográfica. A diversidade de atores que estão trabalhando na sua gestão possui percepções espaciais calcadas em outras referências territoriais; a referência da bacia terá necessariamente que ser construída e disputada com as unidades e percepções já existentes. No entanto, a maioria dos comitês dá pouca importância ao aspecto da construção simbólica da bacia.

Dito de outro modo, não é a deliberação tecnocrática para a existência de um “outro aqui”, escorado em referenciais ambientais quaisquer, que gera um correspondente imediato de um “outro nós”, isto é, cidadãos identificados entre si, integrados, e partícipes, direta e indiretamente, da cena política açambarcada por este novo território. Destrinçando-se municípios, regiões e estados da federação em bacias, ou trechos de bacias, difícil é, ao cidadão, tomar para si esse território como lugar no qual esteja historicamente vinculado e ativo no escopo de deliberações. O contrário é mais factível como possibilidade política de legitimação, isto é, quando grupos que produzem seu lugar como processo histórico lutam pelo reconhecimento de sua territorialidade frente ao Estado.

Posto que estamos na dinâmica de uma democracia representativa na qual as opções do cidadão têm fraco alcance institucional – haja vista as mudanças de partidos dos eleitos, os redesenhos político-partidários constantes e as coligações que obstaculizam a compreensão das distinções ideológicas e programáticas com as quais os seus quadros comprometem-se – a Política Nacional de Recursos

Hídricos baseia sua proposta de ordenamento territorial numa nova prática política. Esta aponta para um misto de democracia participativa e representativa que relativiza o poder das autoridades constituídas no executivo – como prefeitos, governadores e afins – e desconsidera nuances partidárias, oferecendo-se, aparentemente, como uma alternativa a um contexto político precedente supostamente de baixa credibilidade.

Todavia, essa distinção entre institucionalidades, como que operando em lógicas distintas e, eventualmente, antagônicas, é fictícia.

Em relação ao semiárido, a dominação do tipo coronelística desde sempre permeou a gestão da água e não está disposta a fazer concessões e, reportando novamente Garjulli (2003, p. 39),

Entre os desafios que se colocam para a implementação da política de gestão participativa dos recursos hídricos na região semiárida, está a herança cultural e política de práticas clientelistas e conservadoras consolidadas na relação entre o Estado e a sociedade. Historicamente, as oligarquias rurais detiveram o controle dos órgãos de implementação das políticas de combate à seca e reforçaram, em as intervenções, a vinculação da propriedade privada da terra e da água [...] como produto de um Estado autoritário onde os direitos de cidadania foram subtraídos, o cidadão passa a ser sinônimo de cliente, de beneficiário. [...] a situação de escassez permanente de água na região semiárida leva a necessidade da gestão compartilhada, entretanto, quer seja pelos vícios do aparato estatal ou da própria população, a prática política conservadora certamente se repetirá se a sociedade, em seu conjunto, não se der conta de que a água é um bem público.

Conflitos são inerentes ao processo em que há projetos diversos de lugar em disputa. Contudo, a ideia de governança rechaça a possibilidade de os sujeitos tensionem nas arenas decisórias. Conforme Zhouri (2007, p. 6-7):

Governança assume, via de regra, um sentido correlato à ideia de ‘gestão’, pois se subscreve à crença em um consenso inerente à noção de desenvolvimento sustentável. Este consenso aposta na possível conciliação entre os ‘interesses’ econômicos, ecológicos e sociais, abstraindo dessas dimensões as relações de poder que, de fato, permeiam a dinâmica dos processos sociais.

É relevante destacar que novos ordenamentos territoriais correspondem à busca de espaço político pelos que os deflagram. Daí porque, os formuladores da ideia de bacia, com o seu correspondente político, comitês, agências, conselhos e afins, não deixam vazios de poder e não ficam à mercê de fatores que eventualmente ameacem os projetos hegemônicos de lugar. As relações entre as classes sociais são territorializadas e deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder que um grupo social acalenta sobre esta extensão terrestre e sobre os que ali se inserem (ANDRADE, 1994; GEIGER, 1994); isto é, estabelecendo os limites das práticas que são aceitáveis, toleráveis ou repudiadas.

Como as estruturas de poder e racionalidade econômica que subjazem ao novo desenho institucional permanecem imutáveis, os objetivos de ampliação de acesso à água, a que o Estado se compromete discursivamente no âmbito interno como multilateral, não podem ser alcançados. As dificuldades de cumprimento das Metas do Milênio são, nesse sentido, um exemplo claro que se aplica ao Brasil e a América Latina em geral. Em entrevista, A. K. Biwas, Diretor do Centro do Terceiro Mundo para o Manejo de Água afirma categoricamente:

Os objetivos [do Milênio] não são novos. Desde a década de 70, têm sido criadas propostas para melhorar o tema do abastecimento e saneamento das águas; de fato, o que se propõem agora é menos do que no passado. A única diferença é que, nos últimos anos, o tema se tornou mais popular e a ele se dá maior difusão e publicidade. Se recapitulado, se pode ver que, em 1976, nas Nações Unidas, durante a Conferência Mundial, se estabeleceu que, para 1990, todo o planeta deveria ter acesso a água limpa. Dos anos 80 a 90, foi a década do saneamento e disponibilidade de água. Porém, chegou ao fim e os objetivos não se cumpriram. O pior de tudo é que não se perguntou o porquê. Logo, em 2000, se produziu os objetivos do milênio e se voltou a estabelecer grandes metas para 2015. O mais interessante é que os responsáveis por não haver se cumprido as metas da década passada são os mesmos que têm em suas mãos o projeto agora (apud SOLIS, 2005, p. 17, tradução nossa)².

2 Texto original: “Los objetivos [do Milênio] no son nuevos. Desde la década del 70 se han creado propuestas para mejorar el tema del abastecimiento y saneamiento de las aguas; de hecho, lo que se propone ahora es menos de lo que en el pasado. La única diferencia es que en los últimos años, el tema se há vuelto más popular, y se el da mayor difusión y publicidad. Si se recapitula, se puede ver que en 1976, en las Naciones Unidas, durante la Conferencia del Mundo, se

3 A SOCIODINÂMICA DA APARTAÇÃO E A RECUSA À POLIFONIA

Há uma década, a Política Nacional de Recursos Hídricos foi instaurada como subproduto do status ministerial que o tema ambiental conquistou. Tal conquista deu-se, porém, à custa da representação utilitária da natureza e da fragmentação da mesma em recursos a serem manejados de formas distintas e por *expertises* diversas: os recursos florestais, com seu espaço próprio de produção de política submetido ao crivo dos engenheiros florestais; os recursos pesqueiros, submetido ao controle dos biólogos e engenheiros de pesca; e os recursos hídricos, como monopólio político dos hidrólogos. Uma vez que a burocratização do tema ambiental ancorou-se na visão especialista, isto é, tendo como fulcro a perspectiva partitiva da realidade no norteamo das soluções, o contexto decisório pretensamente polifônico ficou comprometido em sua origem.

O controle técnico do espaço decisório em recursos hídricos passou, assim, por um tipo de dominação simbólica que não permitiu fluir a contestação dos diferentes sujeitos com quem se obrigou a interagir e menos ainda tem sido admitidas incertezas sobre o futuro que denotem insuficiências do conhecimento perito para deslindá-lo. Se a confiança é resultado de uma interação na qual os compromissos geradores de bem-estar são seguros (GIDDENS, 1991), tal resultado se alcança, na governança das águas, através de um esforço ideológico: o da manutenção da crença no hidrólogo como portador de um arsenal cognitivo que lhe permite compreender a problemática socioambiental transcendendo a situação de aparente conflito, o que lhe permite desqualificar pragmaticamente aos que discutem a “questão hídrica” como questão sociopolítica. A força da manipulação simbólica está em fazer-se reconhecer, aprovar e aceitar pelo fato de se apresentar sob a aparência de universalidade, manipulando a construção da realidade social ao utilizar argumentos que induzam que dada estrutura da percepção do mundo é a única verdadeira (ELIAS; SCOTSON, 2000). Trata-se, daí, de uma crença respaldada numa ambiguidade, já que a ideia de perícia é a de visão parcelar da realidade, portanto, com limitada suficiência ao entendimento global da situação. Ocorre que, no que concerne à formação em nível de graduação e pós-graduação dos hidrólogos, o arcabouço de conhecimento sobre a estrutura e dinâmica social é

estableció que para 1990 todo el planeta debía tener acceso a água limpia. Del año 80 al 90 fue la década de saneamiento y disponibilidad del água. Pero llegó la fecha y los objetivos no se cumplieron. Lo peor de todo es que nadie se preguntó el por qué. Luego, en el 2000, se plantearon los objetivos del milênio y se voleron a establecer grandes metas para el 2015. Lo más interesante es que los responsables de que no se hayan cumplido las metas de la década pasada son los mismos que tienen en sus manos el proyecto ahora” (apud SOLIS, 2005, p. 17).

restrito e são pouco valorizadas as oportunidades de contato com uma discussão teórico-metodológica consistente das Ciências Sociais além de pouca propensão para o exercício de práticas transdisciplinares, nas quais as verdades de comunidades tradicionais, religiosas, artísticas e outras sejam igualmente consideradas.

A resistência à dialogicidade é parte relevante do mecanismo de diferenciação que constrói zonas de poder para essa e outras perícias (FLORIANI, 2006), ou seja, suas representações e práticas adquirirão permanência enquanto durar sua posição no mundo social. Do que decorre que os critérios tecnocráticos, a serviço de propósitos políticos, prevaleçam na administração da coisa pública em detrimento de uma democracia participativa (MACHADO, 2003).

O caráter participativo de arenas, como os comitês de bacia, pode ser sintetizado como rituais de assimilação passiva da fala perita, nos quais são tomados simplificada e os processos sociais de tal modo que as circunstâncias às quais o discurso se refere estão apenas à espera da intervenção técnica de seus pares para serem melhoradas. O capital simbólico, neste caso, é o poder de falar e o acesso aos meios materiais e políticos para fazer, imbricados um no outro; isto é, quanto maior a condição de operar mudanças visíveis, aludidas como manifestação do progresso, maior a autoridade da fala e, quanto mais se difunde o discurso do progresso, maior a possibilidade de operar mudanças materiais no lugar que esse discurso alcança.

A ideia de governança tem por pressuposto um projeto harmonizador, despolitizando-se os embates para, em seu lugar, manter-se controle estrito sobre grupos, recursos e processos. A figuração dos sujeitos ali postos precisa ser convincente para que todos creiam que esteja em curso uma resolução negociada, embora as regras do jogo tenham sido construídas unilateralmente. A relativa diversificação do público presente é o cenário do qual a perícia se apropria para valorizar seus jargões como lugar interpretativo desde onde instrumentalizam o poder mantenedor de uma dada ordem no território. A concepção de democracia direta dessa perícia é “levar conhecimento e informação” para um público tratado como massa ignara; ou seja, parte-se do pressuposto de que o modo de entendimento da realidade pelo outro é, a priori, inválido e insuficiente e a figuração mestre-aprendiz é aquela a qual os leigos devem sujeitar-se. Ao classificar como ignorância tudo o que não está no seu escopo interpretativo da realidade, a participação do diferente nas arenas ditas participativas é anulada e, assim, conclui-se que resta-lhe apenas confiar o poder aos peritos, em nome do “bom senso”.

Nas reuniões de comitês, os representantes de comunidades pobres e comunidades tradicionais constituem-se, no geral, como minoria. Não bastasse sua inferioridade numérica, resultado da calculabilidade de uma diversidade não ameaçadora, no âmbito da arena dada, sua inferioridade social precisa ser destacada através das atitudes de constrangimento e das feições de repúdio dos grupos afluentes em

relação à presença desses sujeitos, às suas roupas, gestos e linguagem, fazendo pairar sobre os mesmos uma essência negativa que os induza a silenciarem-se (VALENCIO; MENDONÇA; MARTINS, 2005). Seu direito à oposição fica, assim, esvaziado bem como a validação de suas alternativas para enfrentar os problemas de acesso e uso da água, aquilo que Martins (2003) denomina como uma forma de inclusão enganadora. Nessa mesma direção, Cardoso (2003, p. 41) relata:

Há ainda uma outra estratégia muito comum, que é não negar frontalmente a participação, mas miná-la através de subterfúgios que visam destituir de poder os espaços participativos, tais como colocar uma maioria de participantes da esfera pública, não convocar para reuniões, não “convidar” a participar organizações de oposição ou contestatárias, indicar representantes sem poder de tomar decisão, ou mesmo limitar as competências da instância participativa. No que tange ao discurso de técnicos, é muito frequente que, nas audiências públicas, para apresentar os planos diretores das bacias, realizados por instituições de pesquisa e empresas de consultoria, aqueles que apresentam façam-no de uma forma que simplesmente inviabiliza sequer que se gere algum tipo de discussão, ou mesmo que se levante dúvidas.

Não há, assim, possibilidade de que uma hermenêutica diatópica se processe entre sujeitos com projetos diferenciados de lugar e o recurso mais recorrente do perito para se autoconsagrar como intérprete necessário é impor seu próprio “dialeto” como o único capaz de traduzir o problema, descrever a solução e encaminhá-la. Nos termos de Bourdieu, sua performatividade, com efeito de oráculo,

precisa produzir a dificuldade que somente ele poderá resolver [...] Esse paradoxo da monopolização da verdade coletiva está na origem de todo efeito de imposição simbólica: eu sou o grupo, isto é, a coação coletiva, a coação do coletivo sobre cada membro, sou o coletivo feito homem e, simultaneamente, sou aquele que manipula o grupo em nome do próprio grupo; eu me autorizo junto ao grupo que me autoriza para coagir o grupo (BOURDIEU, 1990, p. 192-198).

Por fim, é relevante considerar que comitês de bacia são micro recortes nos quais a lógica macro-envolvente está seriamente implicada, fortalecendo os interesses de alguns setores frente aos direitos de outros. Por exemplo, a forte expansão do setor sucroalcooleiro no nível nacional, endossada pelo governo

federal no uso do apelo à sustentabilidade ecológica na produção de combustíveis, é aquilo que, no nível da bacia, pode fazer prevalecer as demandas de acesso a água desse segmento em detrimento de outros. Os argumentos em torno de sua sintonia com o projeto maior de crescimento valem para esse segmento quanto para a hidroenergia e outros enraizados há décadas no planejamento da esfera federal que des-temporaliza-se o fazer político no nível local como uma “invariância”; ou seja, algo dado e indiscutível. A aparente democracia participativa torna-se, assim, ineficaz no que tange o afã de renovabilidade e autonomia dos conteúdos decisórios bem como de materialização do princípio de igualdade.

4 DESAFIOS DA VIDA COTIDIANA E ENFRENTAMENTO DO PROJETO HEGEMÔNICO DE DESENVOLVIMENTO

Se a mudança do desenho institucional apenas atualizou a intervenção especialista no controle das águas, o problema não está colocado como alternativa entre técnicas, mas entre modos de vida e modelos de desenvolvimento; diz respeito, portanto, às estratégias pelas quais a destruição de posições de poder foi sendo evitada ao longo do tempo. Teria havido reflexividade se as relações do Estado com a sociedade no tema das águas fossem mote de revisão crítica, favorecendo-se a constituição de um ambiente político genuinamente polifônico, consagrando direito a voz não apenas às minorias que se encontram organizadas, mas àquelas ainda desarticuladas. Mas, conforme vimos, ruma-se para a apartação dos diferentes ao invés da busca da igualdade num processo de esvaziamento das arenas ditas participativas a que só é possível mascarar, quantitativamente, fomentando a presença de semelhantes: frações do Estado nos seus inúmeros órgãos, frações do grande capital, nas suas inúmeras atividades, frações da classe média, nas inúmeras ONGs que estão ao largo das dimensões de direitos humanos e cidadania. A escassa representação da agricultura familiar, da pesca artesanal, de comunidade quilombola ou comunidade indígena que vê-se em comitês de bacia não passa de elementos de uma composição estética para uma performance monológica.

À medida que a importância da água em esferas extra econômicas da vida cotidiana é relegada ao segundo plano nas discussões relativas ao acesso e uso do recurso, tornam-se invisíveis certos sujeitos, os quais não conseguem se constituir como interlocutores válidos.

Contudo, no âmbito público, há práticas religiosas cujos rituais em torno da água reforçam significados, comunitariamente partilhados, em torno do valor da existência humana. Como assevera Boff (2004, p. 1):

Por ser um bem escasso, nota-se corrida desenfreada à posse privada da água doce. Quem controla a água controla a vida. Quem controla a vida detém o poder [...] Direito à vida implica direito à água potável gratuita. Mas porque há custos na captação, tratamento, distribuição, uso, reuso e conservação, existe inegável dimensão econômica. Mas esta não deve prevalecer sobre o direito, antes, torná-lo real e garantido para todos. Água doce é mais que recurso hídrico. É vida com todas as suas ressonâncias simbólicas de fecundidade, renascimento e purificação. Isso tem imenso valor, mas não tem preço.

No âmbito privado, há a figura do chefe do lar, historicamente constituída no Brasil como um papel feminino, responsável por lidar com os cuidados de assepsia dos membros da família e da casa, entendendo-as como questão de saúde e também de afetividade, reafirmando-se os laços íntimos. O fazer privado pode, contudo, acobertar a luta desigual entre usuários num contexto de escassez hídrica. O discurso da dona de casa, cujo esteio é os cuidados das relações no mundo privado, é tido como destituído de uma verdade cabível no âmbito público, sem possibilidade de validação na criação uma dinâmica social que se diz aberta à participação.

As chefes do lar do interior paulista estão a braços com a queima da cana que ocorre regularmente entre junho e setembro, época da safra, que coincide com a época de estiagem e baixa umidade relativa do ar os quais, por si só, são comprovadamente eventos que comprometem a saúde de crianças, idosos e demais grupos da população sujeitos a crises respiratórias (ARBEX, 2002). A ausência de chuvas ou queda acentuada da precipitação pluviométrica reduz os caudais dos mananciais e as políticas de combate ao desperdício de água são, aí, deflagradas.

As concepções de que a queima da cana, dispersando material particulado pelo ar, seja um mal necessário, mas a limpeza das áreas das casas com água seja um desperdício, são construções sociais; isto é, elaboradas para favorecer a condescendência com um tipo de desenvolvimento, predatório, cujos efeitos deletérios ultrapassam a planta produtiva sem negociar os embaraços que, em termos práticos, políticos e simbólicos, ocorrem na outra ponta, esta sim, sujeita a criminalização. Enquanto a queima da cana, per si, não é visto como problema que permeia a disputa da água, o consumo doméstico do recurso o é, de tal sorte que a dona de casa tem que ver-se com a fiscalização e ônus de multas quando seu quintal é o palco onde o material particulado, derivado das práticas do capital, se instala. Para a fiscalização, não há espaço para negociar sentidos: os juízos e penas a serem atribuídos não perpassarão os porquês da dona de casa se dedicar a tais fazeres de limpeza nem tampouco considerarão a experiência de privação de fazeres como vivência de desumanização.

Se donas de casa não encontram meios de legitimar seu direito de assento e decisão em comitês de bacia, embora o cotidiano de administração das rotinas do mundo privado, isto é, das famílias, esteja seriamente implicado, os que estão representados nessa arena – preponderantemente composta por homens e pelos valores masculinos – decidem acerca dos limites das suas práticas. A violência simbólica, que sujeita chefes dos lares a coadunar os seus fazeres com uma lógica de distribuição exógena ao mundo privado, é fruto de um debate que não lhes confere palavra e arbítrio, sintoma do interesse crescente em alienar certos grupos das condições de autorregulação, reafirmando sua descartabilidade e coisificação.

A criminalização das práticas de assepsia que alcançam o mundo privado indica que parcelas cada vez mais expressivas da sociedade brasileira estão sendo imersas num processo de nulificação porque, de um lado, não conseguem ser entendidas como sujeito (MARTINS, 2003) e, de outro, sentem-se incapazes de se submeter à contínua ressocialização na lógica que prepondera no acesso aos bens vitais.

A esses, resta, contudo, a realidade sonhada, a esperança, que se sustenta no imaginário e constrói uma outra realidade social (DESROCHE, 1987). A esperança não se constitui em acalentar os mesmos sonhos de bem estar das minorias afluentes, de seus patamares de consumo e privilégios (MARTINS, 2003), mas desenhar um devir mediado pela consciência social crítica e a pluralidade das experiências de que são portadores, para além das ideologias conciliatórias.

CONCLUSÃO

Uma vez que persistem, em termos macrossociais, as iniquidades distributivas, não havendo projeto consistente de combate à miséria e à pobreza; a intolerância ao diferente, não havendo polifonia que alcance a possibilidade de materializar um modelo de desenvolvimento alternativo; a desimportância das esferas extra econômicas da existência frente à racionalidade de mercado, o cenário de disputas pelas águas no Brasil aponta para uma acelerada apartação social no acesso e uso desse bem vital.

A aparência participativa de arenas normativas e deliberativas no tema das águas, ensejado na alteração do desenho institucional, é o que dá fôlego para a persistência do exercício do poder em moldes tecnocráticos na medida em que se evita que a renovabilidade da forma contamine suas estruturas ao ponto de permitir que outro projeto de sociedade, a partir dos temas das águas, venha à tona. A rejeição ao debate denso sobre a realidade social, no lugar do qual pululam diagnósticos e prescrições redutivistas, com base nos quais há priorização da garantia de acessos a água para segmentos do capital, demons-

tra a disposição ao conservadorismo a despeito do fato de que, dado os desafios contemporâneos, as respostas convencionais estão falindo rapidamente.

As disputas em torno da água não são questões de hidrologia. São, fundamentalmente, problemas sociais, e assim precisam ser tratados para que as interpretações dos embates, numa perspectiva de classe, possam indicar caminhos para além das mudanças aparentes.

É mister, pois, que a modernização do Estado, que alcança o tema das águas, seja desvelada na sua retórica transformadora, no descortinamento necessário das suas alianças com segmentos da economia, na inflexibilidade burocrática e no gosto pelas interações hierárquicas. Não polarizar nem polemizar com o modelo de desenvolvimento que redundou em larga desigualdade social, mas se tornar instrumental a este, é típico de formas conservadoras de exercício do poder. Os avanços que disso resultam não têm potencial para deflagrar autorregeneração institucional em bases de equidade e justiça social, que é o desafio de acesso e uso da água no Brasil que ainda está por ser enfrentado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994, p. 213-220.

ARAGÃO, A. Governança ambiental para o desenvolvimento sustentável. In: GTIII AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO. Encontro Viver a Europa: uma constituição para os europeus. **Anais...** Coimbra: Rede de Conselhos Europeus do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, 2007. Disponível em: <http://www.ieei.pt/files/GT3.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2007.

ARAÚJO, M. L. C. **Controle ambiental e participação social**. Trabalhos para discussão 114. Recife: FUNDAJ, 2001. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/114.html>. Acesso em: 28 set. 2007.

ARBEX, M. A. **Avaliação dos efeitos do material particulado proveniente da queima da plantação de cana-de-açúcar sobre a morbidade respiratória na população de Araraquara - SP**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina/USP, São Paulo, 2002.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID. **Minuta de política do meio ambiente e observância de salvaguardas**. Washington, 2004. 14 p.

BARROS, F. H. G.; MUELLER, B.; NOGUEIRA, J. M. **The influence of social institutions on agents' behavior related to common pool resources allocation.** II Research Workshop on "Institutions and Organizations". São Paulo: FGV/USP/IBMEC, 2007. 24 p. Disponível em: www.fea.usp.br/iirwio/papers/RWIO_The%20influence%20of%20social%20institutions%20on%20agents'%20behavio.pdf. Acesso em: 01 dez. 2007.

BOFF, L. Água: vida ou mercadoria? In: América Latina em movimento. 2004. Disponível em: <http://alainet.org/docs/5651.html>. Acesso em: 13 mar. 2005.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Recursos Hídricos.** Águas para o futuro: cenários para 2020. Brasília, 2006.

CARDOSO, M. L. M. Desafios e potencialidades dos comitês de bacias hidrográficas. **Ciência e Cultura**, ano 55, n. 4, p. 40-41, out./dez. 2003.

CAUBET, C. G. **A água doce nas relações internacionais.** Barueri: Manole, 2006.

CHACON, S. S. **Geração de emprego e renda:** ponto essencial para o alcance do desenvolvimento. Brasília: Conselho Federal de Economia, 2007. 3 p.

CURI, A. Z.; MENEZES-FILHO, N. O mercado de trabalho brasileiro é segmentado? Alterações no perfil da informalidade e nos diferenciais de salários nas décadas de 1980 e 1990. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 36, n. 4, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612006000400008&script=sci_arttext. Acesso em: 21 nov. 2007.

DESROCHE, Henri. **Sociologia da esperança.** São Paulo: Paulinas, 1987.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

FLORIANI, D. Ciências em trânsito, objetos complexos: práticas e discursos socioambientais. Campinas. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, n.1, p. 65-80, jan./jul. 2006.

GARJULLI, R. Os recursos hídricos no semiárido. **Ciência e Cultura**, ano 55, n. 4, p. 38-39, out./dez. 2003.

GEIGER, P. P. Des-territorialização e espacialização. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p. 233-246.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

HURWITZ, Z. **O Complexo Madeira**: bancos internacionais financiam desmatamento e deslocamento. Califórnia: IRC – Programa das Américas do International Relations Center, 2007. 4 p. Disponível em: <http://americas.irc-online.org/pdf/reports/0705Madeira-port.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2007.

MACHADO, C. J. S. Mudanças conceituais na administração pública do meio ambiente. **Ciência e Cultura**, ano 55, n. 4, p. 24-26, out./dez. 2003.

MARTINS, A. R.; FERRAZ, FT.; COSTA, M. M. Sustentabilidade Ambiental como Nova Dimensão do Índice de Desenvolvimento Humano dos Países. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 139-162, dez. 2006.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SOLIS, C. Objetivo inalcanzable. **Aqua Vitae**, n. 1, p. 16-18, out./dez. 2005.

VALENCIO, N. F. L. S.; GONÇALVES, J. C. Da confiança à fatalidade: colapso de barragens como limite ao paradigma da modernização? **Revista Política & Trabalho**, João Pessoa, v. 25, p. 203-222, out. 2006.

VALENCIO, N. F. L. S.; MENDONÇA, Sandro Augusto Teixeira de; MARTINS, Rodrigo Constante. Ação institucional e violência simbólica na pesca profissional artesanal do rio São Francisco. In: SPÍNDOLA, Evaldo Gaeta; WETLAND, Edson (Org.). **PPG-SEA: trajetória e perspectiva de um curso multidisciplinar**. 1. ed. São Carlos: RiMa, 2005. v. 4, p. 175-202.

ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a Governança Ambiental. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., 2007, Caxambu. **Anais... MR-09 conflitos ambientais: estratégias de resolução ou politização**. Caxambu: ANPOCS, 2007. 16 p.

ZHOURI, A.; TEIXEIRA, R. O. S. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., 2007, Caxambu. **Anais... ST 7 – Conflitos Ambientais, processos de territorialização e identidades sociais**. Caxambu: ANPOCS, 2007. 23 p.

Uma análise do mercado mundial de certificados de carbono

Sara Gurfinkel Marques de Godoy – USP

RESUMO

As preocupações em relação ao aquecimento global têm tomado uma dimensão maior nos últimos anos, saindo de um âmbito puramente ambiental expandindo para o econômico e social. Incertezas científicas quanto às mudanças climáticas ainda permanecem, mas vêm se reduzindo ano a ano, principalmente devido ao aprimoramento dos estudos científicos. Ainda persistem os cientistas que não corroboram com a ideia de que o aumento das temperaturas atuais se deve a causas antropogênicas (provocadas pelo homem), nem tampouco se realmente o aquecimento do planeta é um problema real. No entanto, os pensamentos que se destacam são de que a ação humana realmente está influenciando o efeito estufa da atmosfera, causando o aumento da temperatura, e conseqüentemente as mudanças climáticas. Como resultado da preocupação com o aumento de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera, o mercado de carbono surge como um instrumento econômico na busca da resolução de um problema ambiental. Nessa linha, o Protocolo, firmado em 1997, determinou um teto de emissões para vários países desenvolvidos e propôs um aparato institucional para dar sustentação à implantação desse processo. Mesmo antes de sua criação, outros mercados de certificados já estavam estabelecidos, e outros surgiram depois. O comércio de créditos de carbono é um mercado em crescimento, e apesar de estudos prevendo o fracasso desse instrumento, ainda não é possível concluir a sua eficiência, uma vez que sua implantação é bastante recente. Em virtude da dimensão dos problemas causados pelo aquecimento global, e da importância dos mercados de carbono como tentativa de redução de emissões, é interesse deste trabalho apresentar as ideias tanto dos céticos como os não em relação ao aquecimento global, e analisar o desenvolvimento do mercado de carbono. Para tanto, apresenta um entendimento do aquecimento global; o posicionamento mundial perante a problemática; os antecedentes dos mercados de carbono; e por fim, um panorama global dos créditos de carbono.

Palavras-chave: Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Protocolo de Kyoto. Redução de emissão.

ABSTRACT

Lately, the global warming concerns have been taking a wide dimension, not merely environmental, otherwise, economic and social ones. Despite scientific uncertainties, they've been being reduced year by year, mainly due

to scientific studies improvement related to climate changes, and although some scientists don't agree with global warming idea, most of the studies believes that the increase in globally averaged temperatures is very likely due to the observed rise in anthropogenic (man-made) greenhouse gas concentration. As result of greenhouse gases emissions increase in the atmosphere, the carbon market appears as an economic mechanism to solve an environmental problem. In this line, Protocol firmid in 1997 determined a developed countries emissions ceiling, considering an strong institucional apparatus support. Even before its establishment, there were already other carbon markets in process, and others appearing later. The carbon credits is an increasing market, and although studies foreseeing this instrument failure, it's not possible conclude its efficiency, because it is a very recent program. Due to global warming problems, and the carbon market importance as an emission reduction attempt, it is interest of this work to present the global warming skeptic and not skeptic ideas, and analyze carbon market development. For in such a way, it presents global warming issues and the world-wide positioning related to that; carbon markets antecedents; and finally, a carbon credits global view.

Keywords: Clean Development Mechanism. Kyoto Protocol. Emission reduction.

INTRODUÇÃO

Dentre as questões ambientais mais relevantes da atualidade, as mudanças climáticas se destacam, pois ameaçam o mundo inteiro e não somente algumas regiões isoladas. Por meio do progresso científico, estão aumentando as evidências que comprovam que as atividades antrópicas (atividades produzidas pelo homem) são as grandes responsáveis pelo aumento da concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera, e conseqüentemente aumentando o aquecimento global, o principal causador das mudanças climáticas (IPCC, 2008). Por outro lado, ainda persistem alguns teóricos, os ditos céticos, que não acreditam no aquecimento, nem tampouco o consideram um problema tão relevante.

A conscientização maior dos países em relação ao aumento da concentração dos GEE na atmosfera desencadeou algumas políticas de redução de emissões, dentre as quais a criação de mercados de carbono. O Protocolo de Kyoto surge como um exemplo de uma tentativa de minimizar as emissões excessivas dos gases na atmosfera, por meio da criação de um comércio de certificados. Tal como o Protocolo surgem outras estruturas de comércio de certificados, muitos adotados até mesmo antes da aprovação final do tratado.

Assim, esse trabalho almeja promover um breve entendimento das emissões dos gases de efeito estufa na atmosfera, e do aquecimento global; o posicionamento mundial perante a problemática; os antecedentes dos mercados de carbono; e por fim, um panorama global dos créditos de carbono.

EMISSÕES DOS GASES DE EFEITO ESTUFA

Atualmente muito se discute a respeito dos malefícios dos gases de efeito estufa na atmosfera. Porém, somente é prejudicial quando a quantidade dos gases é muito elevada, pois adequadamente, os gases mantêm o planeta aquecido. Caso não existisse o efeito estufa natural¹, a temperatura média da superfície da Terra situar-se-ia na faixa de 15-20° C abaixo de zero, ao contrário dos 15° C que têm sido observados. Os gases de efeito estufa (GEE) são compostos de moléculas que se encontram naturalmente na atmosfera e os mais relevantes são: dióxido de carbono (CO₂), vapor de água (H₂O), metano (CH₄), ozônio (O₃) e óxido nitroso (N₂O)² (BNDES, 1999; IPCC, 2008).

Para o melhor entendimento, segue uma explicação mais detalhada deste processo. A energia da radiação eletromagnética emitida pelo sol atinge a atmosfera principalmente na forma de radiação luminosa, de raios infravermelhos (calor) e raios ultravioletas. Uma parcela desta radiação é refletida pela atmosfera, outra é absorvida por ela e uma terceira parte atravessa e alcança a superfície terrestre. A superfície, por sua vez, reflete uma parte desta radiação e absorve o restante, e depois, devido a processos físicos, sua energia transforma-se em calor, sob forma de radiação térmica. É neste ponto que entra o papel dos gases chamados de efeito estufa, pois graças a eles parte do calor irradiado pela superfície é aprisionado na atmosfera garantindo assim a temperatura da Terra.

Embora a existência do efeito estufa seja algo indispensável à vida no planeta, sua intensificação pode causar prejuízos econômicos e ambientais, pois alguns destes gases permanecem na atmosfera por décadas antes de se dissiparem. Uma grande parte dessa emissão excessiva decorre dos gases adicionais gerados por atividades humanas como a produção agrícola, pecuária e industrial, bem como hábitos de consumo (IPCC, 2008).

O maior problema em relação aos GEE se dá em virtude de que sua concentração está aumentando muito rapidamente, principalmente devido às emissões antrópicas. Os níveis de CO₂, por exemplo, aumentaram em volume de 280 partes por milhão no período que antecede à Revolução Industrial

- 1 O efeito natural dos gases de efeito estufa na atmosfera foi primeiramente descrito pelo cientista francês Jean Baptiste Fourier, em 1824 (GJERDE; GREPPERUD; KVERNDOKK, 2005).
- 2 Novos gases resultantes apenas das atividades antrópicas, principalmente industriais, passaram a acentuar o efeito estufa, sendo os principais: hidrofluorcarbonos (HFCs), perfluorcarbonos (PFCs), hexafluoreto de enxofre (SF₆), cloro-fluorcarbonos (CFCs) e hidroclorofluorcarbonos (HCFCs) (CQNUMC, 1997).

para quase 360 partes por milhão nos dias de hoje, o que representa 60% do efeito estufa antrópico³ (OLIVEIRA, 2008; IPCC, 2008).

POSICIONAMENTOS EM RELAÇÃO AO AQUECIMENTO GLOBAL

Os problemas ambientais estão dentro de um campo complexo, amarrado a uma malha de interesses diversos e muitas vezes conflitantes. Para que se alcance um objetivo único, a diminuição das emissões de GEE é essencial que haja a cooperação internacional, e consequentemente decisões políticas, éticas e econômicas entram na discussão. Os países têm interesses e posicionamentos diferenciados tanto em relação ao entendimento, quanto ao combate às mudanças climáticas. O efeito dos gases na atmosférica ainda suscita muitas dúvidas, já que prevalecem incertezas em relação a mensuração do clima, e os reais malefícios que podem trazer a sociedade. As projeções das emissões também são susceptíveis a questionamentos, assim a forma como interpretam e definem as ações a serem tomadas difere de país a país.

As economias mundiais apresentam comportamentos diversos, Inglaterra, Japão, são exemplos de países comprometidos com as melhoras climáticas, inclusive quando observamos sua participação no mercado de carbono, mais especificamente em relação ao Protocolo de Kyoto, já que são os maiores compradores de certificados⁴.

Os Estados Unidos, por sua vez, apresentam uma posição contrária ao Protocolo, não tendo sequer ratificado o tratado. O Governo Bush alega que as metas de redução impostas pelo tratado, podem prejudicar suas economias, pois os gastos com as reformas tecnológicas seriam muito elevados. Também não concordam com o fato de que países em desenvolvimento, como a China, Índia e Brasil não tenham objetivos de redução. Assim, os EUA ao não concordarem com as premissas básicas do Protocolo, colocam em cheque a eficácia da aplicação do tratado, uma vez que suas emissões correspondem a mais de 30% do global de GEE. O posicionamento desse país é sensível à política adotada pela Casa Branca, e

3 O tempo médio de permanência do CO₂ na atmosfera é de 200 anos, e do metano são 14 anos (informação coletada no seminário de carbono, realizada em novembro de 2004, em São Paulo, oferecida pela empresa *Internews* tendo como palestrante Thelma Krug cientista do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE e do American Institute for Global Change Research – INTER).

4 Verificar tópico seguinte desse trabalho.

como no início de 2009 irá eleger o próximo presidente, o rumo das políticas ambientais, inclusive sobre a aceitação do Protocolo, ou a adoção de outras medidas irão depender de quem assumir o poder. No entanto, apesar dessa controvérsia, há muitas outras medidas de redução de emissões em andamento no país, como iniciativas regionais, com metas e regras particulares tal qual acontece na Califórnia, e em outros sete estados do oeste americano.

OS DITOS “CÉTICOS”

Devido à complexidade do assunto, e pela falta de consenso sobre o entendimento das causas e consequências das mudanças climáticas, existem estudiosos – ainda que em menor número – dentro da comunidade científica mundial contestando a existência de aquecimento global. Outros tantos rejeitam a tese de que o aquecimento esteja sendo provocado primordialmente pelas atividades humanas, e não por fatores naturais. Muitos dos céticos apresentam um leque amplo de argumentos contrários aos relatórios do IPCC (GROSSMAN, 2001; LINDZEN, 2005 apud VEIGA; VALE, 2007).

Um exemplo de um estudioso de destaque dessa corrente de pensamento é Richard S. Lindzen, titular da cadeira Alfred P. Sloan de Ciências Atmosféricas no MIT. Outro, nesse caso brasileiro, é Luiz Carlos Molion, doutor em física pela USP, que apresenta conclusões de que por meio da avaliação da variabilidade natural do clima há dúvidas de que o aquecimento de 0,6°C seja decorrente da intensificação dos GEE na atmosfera. Acrescenta que também que não é possível afirmar, como os relatórios do Intergovernmental Panel of Climate Changes (IPCC) – Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima – apontam, que há uma tendência de aquecimento crescente e permanente nas próximas décadas. O único fato incontestável, segundo o autor, é que a concentração de CO₂ aumentou de 35% nos últimos 150 anos, mas nada garante que tenha sido consequência das influências antrópicas. Assim, não é conclusivo colocar que o crescimento de temperatura observado nos dias de hoje é consequência do aumento de CO₂ na atmosfera. Outro sim, pode ter sido exatamente o contrário, que o CO₂ tenha aumentado como resposta a elevação de temperatura dos oceanos e do ar (MOLION, 2007).

OS PRECURSORES DO ENTENDIMENTO DO AQUECIMENTO GLOBAL

Os estudos sobre as mudanças climáticas se intensificaram nas últimas décadas, havendo um enorme avanço na pesquisa da ciência do clima, tanto na área da observação, no campo da modelagem

e no tratamento da incerteza. Um dos grandes responsáveis por esses estudos é o IPCC, estabelecido em 1988 pelo United Nations Environment Programme (UNEP), Programa das Nações Unidas para o Meio, Ambiente (PNUMA) e a World Meteorological Organization (Organização Mundial de Meteorologia – OMM), que foi criado com o objetivo de prover informações para que os governos pudessem elaborar as políticas relacionadas à mudança climática (OLIVEIRA, 2008; IPCC, 2008).

O primeiro relatório lançado pelo Painel foi publicado em 1990, o segundo em 1995, o próximo em 2001 e o quarto em 2007. O IPCC é composto por pesquisadores dos países membros das Nações Unidas que analisam criticamente a literatura científica e técnica já existente no mundo. A partir desses estudos elaboram relatórios com as informações mais relevantes sobre os aspectos da mudança do clima, revisados por especialistas e submetidos à aprovação dos representantes de todos os governos envolvidos.

Os processos atmosféricos e oceânicos são os principais controladores do clima, e o aprofundamento de estudos científicos sobre esses temas aumentaram muito nos últimos anos, fornecendo subsídios mais contundentes para elaboração do último relatório do IPCC. Os avanços do quarto relatório em relação aos anteriores são resultados do maior número de dados analisados, consequência de técnicas mais, e do aprofundamento no conhecimento em relação à simulação dos processos físicos envolvidos na mudança climática. Aumentou assim significativamente o nível de confiança dos modelos de predição do comportamento do clima, além do grau de certeza em relação à participação antrópica nas emissões de GEE observada na atualidade. Nos relatórios anteriores os cientistas já haviam constatado que os homens são os grandes responsáveis pelo efeito estufa, no entanto o que mudou em relação às conclusões do último relatório é justamente o percentual de certeza dessa constatação. Mas ainda, é importante frisar, essa conclusão não é consenso entre os cientistas.

Com base no primeiro relatório do IPCC, em 1990, a Assembleia Geral das Nações Unidas respondeu aos apelos em relação às mudanças do clima, estabelecendo o Comitê Intergovernamental de Negociação que foi o responsável pela redação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – CQNUMC (United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC). A CQNUMC foi assinada em 1992, durante a realização, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Rio-92. A CNUMAD adotou outros compromissos específicos além da Convenção-Quadro que seria a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Declaração do Rio e a Agenda 21 (PEREIRA, 2002; RIBEIRO, 2003; ROCHA, 2003; UNFCCC, 2005).

As nações que assinaram a Convenção-Quadro se dispuseram a elaborar uma estratégia global de combate às emissões de GEE na atmosférica, reconhecendo a mudança do clima como uma

preocupação comum da humanidade. A CQNUMC foi o grande marco para o desenvolvimento de soluções para combater o desgaste do meio ambiente causado pela emissão dos gases de efeito estufa. Mobilizou-se um número muito grande de interessados em soluções, incluindo não somente ecologistas e pessoas preocupadas com a natureza de maneira geral, mas também governantes de países desenvolvidos alarmados com os malefícios que as mudanças do clima poderiam causar às suas economias. A problemática ambiental deixou de ter, portanto, uma dimensão puramente física e biológica e passou a ter uma dimensão também econômica e política (GODOY, 2005).

Como consequência da Convenção, os países membros foram separados em dois grupos: os listados no seu Anexo I (conhecidos como “Partes do Anexo I”) e os que não são listados nesse anexo (comumente chamadas “Partes não-Anexo I”).

Garantindo o Princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada, as Partes do Anexo I são basicamente os países industrializados, que, são os que mais contribuíram no decorrer da história para as mudanças no clima atualmente observadas e contam com maior capacidade financeira e institucional para tratar do problema. Corresponde aos países que eram membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE) em 1992, além dos países chamados de economias em transição (conhecidos como EITs), que compreendem a Federação Russa e vários outros países da Europa Central e Oriental. Essas Partes comprometeram-se em adotar políticas e medidas nacionais com a meta de retornar suas emissões de gases de efeito estufa aos níveis de 1990, até o ano 2000 (CQNUMC, 2004a; FRANGETTO; GAZANI, 2002; RIBEIRO, 2003).

Depois dos compromissos primordiais em relação à redução de GEE terem sido determinados na Convenção do Clima, os países membros deveriam refletir sobre as determinações, criando novos objetivos e revisando os anteriores. Para tanto, era necessário estabelecer um processo permanente e periódico de discussão, com troca de informações sobre o desenvolvimento científico, progresso tecnológico e as disposições políticas dos países. Foi, então, criada a Conferência das Partes (COP), que é o órgão supremo da Convenção, a autoridade mais alta para tomada de decisões, cujas reuniões ocorrem anualmente desde 1995 (CQNUMC, 2004a; PEREIRA, 2002). A 3ª Conferência foi realizada entre 1 e 12 de dezembro de 1997, em Kyoto, Japão, dando origem a criação do Protocolo de Kyoto.

OS MERCADOS DE CRÉDITOS DE CARBONO

O funcionamento dos mercados de carbono em geral resultam de negociações de direitos, que remete a ideia de permissões negociáveis de emissão formulada inicialmente por Dales em 1968 e

desenvolvida posteriormente por Tietenberg em 1985 e por Baumol e Oates em 1988. Cabe ao governo, autoridade ambiental, definir a quantidade de emissão máxima que as empresas ou países poderão emitir do poluente por um período de tempo, e depois as distribuem aos agentes, segundo critério específico. A soma das permissões conjunta de todos os agentes é igual à quantidade máxima total admitida de emissões de GEE, fixada pelas autoridades ambientais (ALMEIDA, 1998).

Atualmente não há um único mercado de carbono⁵, definido por uma única *commodity*, por apenas um contrato. O que é comumente chamado de “mercado de carbono” é uma coleção de diversas transações por meio das quais volumes de reduções de emissões de GEE são comercializados e eles se diferenciam em relação ao tamanho, formato e regulamentação. Essas transações podem ser também separadas em *Kyoto compliance* e *non-Kyoto compliance*, ou seja, créditos de carbono que obedecem aos parâmetros impostos pelo Protocolo ou não.

O PROTOCOLO DE KYOTO

O Protocolo de Kyoto é um tratado com vinculação legal, segundo o qual os países industrializados deveriam reduzir suas emissões combinadas de gases de efeito estufa em torno de 5,2% em relação aos níveis de 1990, no período compreendido entre 2008 e 2012. O Protocolo de Kyoto foi aberto para assinatura, na sede das Nações Unidas em Nova York em 16 de março de 1998. Porém, ficou estabelecido que só entraria em vigor 90 dias após a data de depósito de seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão por pelo menos 55 nações da Convenção, incluindo os países desenvolvidos e industrializados que contabilizaram pelo menos 55% das emissões totais de dióxido de carbono, ou equivalentes em 1990 (CQNUMC, 1997; ROCHA, 2003).

O Protocolo define os gases considerados de efeito estufa e os setores da economia responsáveis por essas emissões, para assim poder determinar os percentuais de emissão e metas de redução. Os gases selecionados são basicamente: Dióxido de carbono (CO₂), Metano (CH₄), Óxido nitroso (N₂O), Hidrofluorcarbonos (HFCs), Perfluorcarbonos (PFCs), Hexafluoreto de enxofre (SF₆).

5 Crédito de carbono, certificado de carbono, certificado de redução de emissão é a nomenclatura utilizada nesse trabalho para designar genericamente os certificados resultantes das reduções de emissão dos CO₂e, englobando Reduções Certificadas de Emissões (RCE), do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), e os demais certificados de redução de emissões resultantes de outros mercados.

Os setores que o Protocolo considera como responsáveis pelas emissões são basicamente: energia, transporte, emissões fugitivas de combustíveis, combustíveis sólidos, petróleo e gás natural, processos industriais, produtos minerais, indústria química, produção de halocarbonos e hexafluoreto de enxofre, consumo de halocarbonos e hexafluoreto de enxofre, agricultura, uso do solo, mudança do uso do solo e floresta, tratamento de esgoto (CQNUMC, 1997).

OS MECANISMOS DE FLEXIBILIZAÇÃO

O Protocolo de Kyoto introduziu os instrumentos econômicos necessários para auxiliar o cumprimento dos objetivos e princípios de redução de emissões de GEE. Visando facilitar o atendimento das metas de redução, o Tratado criou ferramentas comerciais chamadas de Mecanismos de Flexibilização, por meio dos quais um país Anexo I pode ultrapassar o seu limite de emissões sem que as emissões líquidas globais aumentem, e desde que haja redução equivalente em outro país (CQNUMC, 1997; PEREIRA, 2002).

Os mecanismos de flexibilização previstos no Protocolo são três: a Implementação Conjunta (*Joint Implementation*), o Comércio de Emissões (*Emissions Trading*) e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL (*Clean Development Mechanism – CDM*). Os três mecanismos possibilitam a criação e o desenvolvimento de um mercado de carbono. Seguem as principais características de cada um.

A Implementação Conjunta permite aos países industrializados compensarem suas emissões participando de projetos e sumidouros em outros países Anexo I (CQNUMC, 1997).

O Comércio de Emissões explicita as transações referentes às emissões de GEE entre as Partes Anexo I. Trata-se da adoção de políticas baseadas em mercados de licenças negociáveis para poluir (*Allowances – Tradable Permits*). Esse mecanismo permite aos países desenvolvidos negociarem entre si as quotas de emissão acordadas em Kyoto por meio do qual países com emissões maiores que suas quotas podem adquirir créditos para cobrir tais excessos (CQNUMC, 1997; PEREIRA, 2002; ROCHA, 2003).

Por último, e o que afeta diretamente os países em desenvolvimento, é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), por meio do qual os países industrializados podem cumprir seus compromissos de redução investindo em projetos que evitem emissões dos gases causadores do efeito estufa nos países em desenvolvimento, e estes podem vender as reduções certificadas de emissões. Os proje-

tos implantados devem fomentar o desenvolvimento sustentável no país hospedeiro⁶. Este instrumento viabiliza a cooperação internacional, uma vez que incentiva o aumento de investimentos em países em desenvolvimento, mediante entrada de capital externo e incrementos internos destinados à causa ambiental. Segundo o Protocolo – e mesmo antes de sua implantação a CQNUMC já apresentava essas preocupações –, países do Anexo I devem financiar e facilitar a transferência de conhecimentos, tecnologia, *know-how*, práticas e processos ambientalmente seguros relativos às mudanças climáticas para os países em desenvolvimento (CQNUMC, 1997).

Nesse sentido, há um benefício indireto do MDL nos países em desenvolvimento, que a princípio, não possuem metas de redução. Por meio desse instrumento, os seguintes resultados podem ocorrer: diminuição as emissões – benefício ambiental; venda dos créditos de carbono – benefício econômico; e promoção do desenvolvimento sustentável – benefício social, ambiental e social. No entanto, apesar de fazer parte das premissas do Protocolo, essas possíveis vantagens estão sujeitas a falhas de mercado, e oportunismos. Por exemplo, não é claro o que significa promover o desenvolvimento sustentável, nem o quanto deve ser transferido de tecnologia, e *know-how* para os países em desenvolvimento. Na busca de minimizar essas imperfeições e incertezas é essencial a existência de instituições tanto nacionais quanto internacionais que sustentam o Protocolo e devem se aperfeiçoar constantemente.

A eficácia dos mecanismos de flexibilização ainda não pode ser comprovada, uma vez que o prazo de cumprimento dos objetivos propostos por Kyoto compreende o período de 2008 e 2012, sendo muito cedo para traçar qualquer conclusão. No entanto, alguns teóricos apontam que poucos países irão cumprir as metas de redução de emissões propostas no tratado, mesmo sendo reduzidas. As nações que possuem maior chance de alcançar os patamares propostos é a Alemanha e Reino Unido, e países como Bélgica, Suécia, Dinamarca e Finlândia, que, no entanto, não serão muito relevantes. Reduções verdadeiramente significativas só ocorrerão em algumas das economias do Leste Europeu, entre as quais só chegam a ter alguma importância relativa a Polônia, a Romênia e a República Checa. Por isso, segundo Veiga e Vale (2007) não há dúvida de que em 2008-2012 as emissões terão aumentado na maioria dos países com metas, ou mesmo nos que não concordam com o Protocolo, como os EUA, que até o momento são terminantemente contra à ratificação do Protocolo. Os países em de desenvolvimento, como os emergentes China, Índia, África do Sul, Brasil e México, também sofreram elevação de emissões.

6 País hospedeiro, também chamado de país anfitrião, é onde ocorre o projeto.

Outro ponto que deve ser lembrado é o momento no qual o Protocolo foi criado. O tratado foi estabelecido num contexto histórico-científico, onde as mensurações sobre as mudanças climáticas assim como as projeções de emissões de GEE eram mais incertas que nos dias de hoje. Pode-se dizer que o Protocolo determina metas de reduções não muito agressivas e eficazes. Mas o fato é que esses objetivos de redução foram feitos com base em dados disponíveis na época de sua elaboração, sujeito a inconsistências se compararmos com as informações existentes atualmente. O Protocolo é sustentado por um arcabouço institucional que permite sua atualização e aperfeiçoamento de suas regras, sendo, assim, flexível e adaptável a novas realidades científicas. Exemplo disso foi levantado na última COP, em 2007, aceitando a possibilidade de alteração das metas de redução estipuladas inicialmente.

Outro fato questionável em relação à eficácia da implantação do Protocolo, diz respeito à inclusão dos países em desenvolvimento nas metas obrigatórias de redução. Mesmo não possuindo compromissos quantificados de limitação e redução de emissões obrigatórias, esses países, tem obrigações internacionais, legais e morais para cumprir seus compromissos no âmbito da Convenção, que se resume na adoção de ações nacionais de mitigação que sejam mensuráveis, reportáveis e verificáveis para o pós-2012, quando termina o primeiro período de compromissos do Protocolo de Kyoto. Os países em desenvolvimento devem, assim, estabelecer as de ações para desacelerar o crescimento, estabilizar e reduzir suas emissões de gases efeito estufa nos diversos setores. Nem todos os compromissos são necessariamente metas de redução, podem ser compromissos para estabilizar emissões ou pelo menos reduzir a taxa de crescimento dessas, ou, por exemplo, diminuição de desmatamentos.

OUTROS MERCADOS MUNDIAIS DE CRÉDITOS DE CARBONO ALÉM DE KYOTO

Podemos destacar atualmente algumas instituições mais relevantes que participam do mercado de carbono mundial como é o caso de: Bolsa Mercantil e Futuros (Brasil), Banco Mundial, *Chicago Climate Exchange*, UK ETS, EU ETS, CERUPT e ERUPT.

a) Bolsa Mercantil & Futuros – BM&F

Pensando no desenvolvimento desse mercado, a BM&F em convênio com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e a Fundação Getúlio Vargas organiza o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), que seria um conjunto de regulamentações, instituições,

sistemas de registros de projetos e centros de negociações em processo de implementação no Brasil visando estimular o desenvolvimento de projetos de MDL e dar maior transparência ao mercado ambiental. Para participantes desse mercado a BM&F criou o banco de projetos de MDL, que está disponível na internet, no site da BM&F, desde o final de 2005. O banco de projetos da BM&F é um sistema eletrônico para registro de informações relacionadas aos projetos de MDL, que já tenham sido validados ou que ainda estejam em fase de estruturação. Somado a isso, investidores pré-selecionados pela BM&F podem divulgar suas intenções de compra/venda dos certificados que serão gerados por projetos de MDL (BM&F, 2007).

A BM&F é uma tentativa brasileira de formalizar o mercado de carbono. Possivelmente, em razão das indefinições ainda existentes sobre o perfil jurídico dos certificados, e de particularidades desse mercado o comércio de certificados ainda não está disponível para negociação via compra/venda livres na Bolsa de Mercadorias. De toda maneira, a BM&F é a primeira bolsa no mundo a fazer um leilão de créditos resultantes do projeto de MDL brasileiro, do aterro Bandeirantes. Assim, apesar da não total regulamentação do mercado de carbono (como existe para *commodities*, como café, algodão), já é possível a negociação de certificados resultante de leilão de vendas de créditos.

b) Banco Mundial

O Banco Mundial participa ativamente do mercado de carbono por meio principalmente de seus fundos de captação de recursos, financiando assim muitos projetos de reduções de emissão dos países em desenvolvimento. Os seus principais fundos relacionados com o mercado de carbono são: O *The Prototype Carbon Fund* (PCF); *The Netherlands Clean Development Facility*; *The Italian Carbon Fund*; *The Bio Carbon Fund*; *Danish Carbon Fund* (WORLD BANK, 2007a).

O Banco Mundial é um grande incentivador de projetos ambientais, e mais especificamente projetos redutores de emissão resultantes de Kyoto. Por meio de seus fundos há recursos disponíveis para financiamento e compra de certificados de carbono, e o montante de recursos está em franco crescimento, a contar pelo aumento crescente de fundos existentes. O Banco Mundial é também grande provedor de informações sobre esse mercado, fato importante, uma vez que é um programa incipiente e a população leiga é ávida de informações concretas e confiáveis.

c) *Chicago Climate Exchange (CCX)*

A *Chicago Climate Exchange* promove um comércio eletrônico de negociações referente à redução de emissões de carbono, desde dezembro de 2003. A CCX é fruto de um interesse de seus membros (mais de 100) em reduzirem as emissões dos GEE e que fizeram um acordo voluntário entre eles com regras básicas de redução e padrões de comportamento específicos. Esta bolsa é resultado de uma associação de empresas de diversos setores como o químico, papel e celulose e automotivo, que se anteciparam à implantação do Protocolo de Kyoto, e formaram essa bolsa em Chicago que tem o intuito de efetuar negociações de créditos de carbono. Cabe ressaltar que as negociações que ocorrem na CCX não seguem totalmente os padrões propostos pelo Protocolo de Kyoto, portanto, o mercado da CCX caracteriza-se como *non- Kyoto compliance*.

Os dois instrumentos financeiros comercializados no momento na CCX são *Allowances (XA's)*, que são Permissão de Emissão, e *Exchange Offsets (XO's)*, Redução de Emissão. As *Exchange Allowances* são emitidos de acordo com uma base de emissão permitida no âmbito de determinação da própria CCX (*Member's Emission Baseline*). As *Exchange Offsets* são emitidas em função da qualificação de projetos de mitigação que são registrados na CCX pelos membros participantes, interessados nas trocas de crédito. Todos os instrumentos financeiros devem ser registrados na CCX, e suas características são definidas em contrato (CCX, 2008).

A CCX é uma iniciativa voluntária que está em funcionamento já mesmo antes de Kyoto. Muitas empresas contam com as facilidades e confiança de fazer parte de um mercado já regulamentado e estabelecido, com câmara de compensação, e uma gama de informações disponíveis e acessíveis a qualquer interessado. Isso é um diferencial nesse mercado, uma vez que a maioria dos créditos, os resultantes de Kyoto, por exemplo, são negociados 'em balcão', sem um órgão de compensação, com grandes incertezas sobre preços, pois estas informações não são disponíveis a todos interessados.

d) Outros mercados desenvolvidos pelos governos mundiais

Um importante mercado a se destacar é o do Reino Unido. Nos dias 11 e 12 de março de 2002, o Governo do Reino Unido lançou seu mercado nacional de carbono, sendo *non- Kyoto Compliance (UK Emissions Trading Scheme - UK ETS)*, por meio de um leilão de 4.028.176 tCO₂e. Trinta e quatro empresas participaram desse leilão e teriam a incumbência de cumprirem com as reduções propostas. As

empresas podem negociar entre si as *Allowances* de modo a atingirem as metas estabelecidas (DEFRA, 2005; ROCHA, 2003; UK, 2002).

Um outro mercado na mesma linha do mercado UK ETS é o europeu, *EU Emission Trade Scheme* (EU ETS), que começou recentemente a operar, em janeiro de 2005. A primeira fase de cumprimento de reduções é de 2005 a 2007 e a segunda é de 2008 a 2012, coincidindo com a primeira fase do Protocolo de Kyoto (DEFRA, 2005).

Em novembro de 2004, um importante fato contribuiu para o aumento da demanda por certificados ligados aos projetos de MDL. A Comissão responsável pelo EU ETS criou uma Diretiva de Conexão (*Linking Directive*), que é uma linha reguladora que determina a relação entre EU ETS e o Protocolo de Kyoto. A *Linking Directive* permite às instituições incluídas no *EU Emission Trade Scheme* utilizarem certificados de MDL com o objetivo de atender seus compromissos de redução a partir de 2005. Este fato fez com que companhias européias tivessem maior interesse na compra de RCEs, para assim cumprirem seus compromissos de redução (IETA, 2005; POINT CARBON, 2005b; WORLD BANK, 2005b).

Outro importante programa criado foi o *Certified Emission Reduction Unit Procurement Tender* (CERUPT), criado pelo governo holandês. Este programa é resultado do interesse do Governo holandês em investir em projetos de MDL por meio da compra de RCEs, pois a Holanda tem a intenção de que 50% do total de suas metas de redução proposta pelo Protocolo de Kyoto sejam cumpridas por meio da utilização dos mecanismos de flexibilização.

O Governo holandês também criou o *Emission Reduction Unit Procurement Tender* ERUPT, programa semelhante ao CERUPT, porém direcionados para projetos de Implementação Conjunta (CARBON TRADE, 2005).

O EU ETS é o mercado de carbono de grande volume negociado, incluindo inclusive certificados resultantes de Kyoto para os cumprimentos de metas estipuladas. Sua implantação antecede Kyoto, e a segunda fase de cumprimento de reduções já se iniciou em 2008, demonstrando assim uma solida participação nesse mercado.

UM PANORAMA MUNDIAL DOS MERCADOS DE CARBONO

Em relação aos valores, o montante observado em 2005 girou em torno de US\$ 10 bilhões referente aos mercados de carbono em geral, sendo que US\$ 2,7 bilhões referiam-se aos créditos gerados nos projetos de MDL. Em 2006 observou-se um total de cerca de US\$ 20 bilhões, o dobro de 2005 sendo que 3,2 bilhões em MDL. Há uma forte tendência de crescimento do mercado de carbono. Há uma forte

tendência de crescimento do mercado de carbono. Essa tendência pode ser observada tanto no que tange ao volume financeiro quanto das emissões de CO₂ e, conforme pode ser descrito na Tabela 1.

Tabela 1: Valor e volume transacionado de carbono e equivalente

Data	Valor transacionado dos créditos de carbono, Kyoto e non-Kyoto compliance (milhões de US\$)	Volume transacionado dos créditos de carbono, Kyoto-compliance (mtCO ₂ e*)
1996 – 2002	–	160
2003	330	78
2004	–	107 – 250
2005	11.455	429
2006	27.416	584
Estim. p/ 2007	28.757	597
Estim. p/ 2010	45.000	–

* mtCO₂e significa milhões de toneladas métricas de carbono ou equivalentes.

Fonte: Ecosystem Market Place (2005); Banco Mundial (2005); Andrade (2004); Conejero (2003); Point Carbon (2007).

PREÇOS DOS CRÉDITOS DE CARBONO

Até outubro de 2005 não havia nenhuma emissão real de certificados decorrentes dos projetos de MDL, porém em 2006 foi constatado 215 certificados emitidos (UNFCCC, 2006, UNFCCC, 2007; WORLD BANK, 2005b).

Outra evidência de que o mercado de carbono está evoluindo, pode ser verificado quando observamos o número de RCEs registrados. Em 2005 haviam 10 projetos de MDL registrados, sendo que 1 brasileiro; em janeiro de 2006 já houve uma evolução para 96 registros, com 7 brasileiros; e por fim, em abril de 2007 já havia um número muito mais elevado, de 633, dos quais 97 brasileiros.

Para verificar as diferenças em relação aos preços segue Tabela 2 e Tabela 3 com os valores observados e estimados. Observa-se que há uma tendência de crescimento desses preços que têm variado entre de U\$ 2 à U\$ 7 desde 2003 até meados de 2005, e em 2006 já atingiu patamares de US\$ 24 (UNFCCC, 2006; WORLD BANK, 2007b).

Tabela 2: Preço médio dos créditos de carbono Kyoto-compliance (US\$/tCO₂e)

Preço	2003	2004	2005	2006	2007
Observado	2-10 1	3-7 2	3-7 4	6-24 4	12-25 4
Estimado p/ 2010	50-100 3	5-15 3	5-11 3	-	-

Fonte: Banco Mundial (2005); Kossoy (2004); World Bank (2005a).

Tabela 3: Preço médio dos créditos de carbono Chicago Climate Exchange - CCX (US\$/tCO₂e)

Ano	2005	2006	2007	Agosto 2008
Preço	1,50 – 2,50	3,6 – 4,25	2- 3,70	2 – 4,85

Fonte: CCX (2008).

É importante mencionar, que os preços dos certificados diferem-se de acordo com o mercado que participam, constatando-se que mercados *Kyoto-compliance* apresentam preços dos certificados mais elevados. Para se ter um panorama dos motivos que podem afetar as variações de preços, segue abaixo os principais determinantes:

- a) perfil dos agentes de comercialização dos certificados;
- b) risco de registro, que representa a possibilidade de um projeto não ser aprovado e registrado como MDL. À medida que mais projetos vão sendo registrados, este risco tende a diminuir;

- c) risco de projeto, que representa a possibilidade do projeto não gerar a quantidade esperada de RCEs;
- d) origem e data de obtenção prevista dos certificados;
- e) benefícios sociais e ambientais adicionais que o projeto pode trazer;
- f) risco empresa;
- g) risco país (ANDRADE, 2004, POINT CARBON, 2005a).

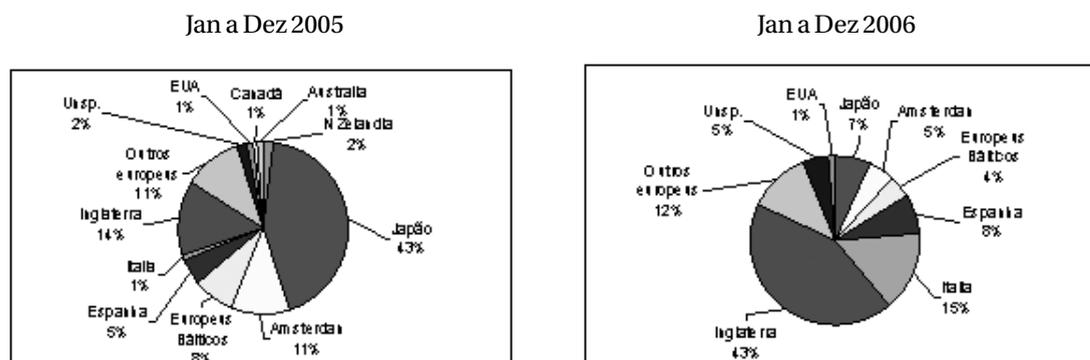
O tipo de contrato a ser utilizado pelos projetos brasileiros depende da negociação entre o comprador e o vendedor dos créditos. Somente depois de verificada e certificada a redução de emissões é que o Comitê Executivo do MDL autoriza as emissões dos certificados, e estes serão proporcionais às reduções de emissões verificadas. Porém, no momento que o proponente está pensando em fazer um projeto de MDL ele pode entrar em contacto com instituições afins para que consiga negociar a futura compra dos certificados.

Outra alternativa vigente no mercado, é a antecipação do recebimento dos recursos provenientes da venda futura dos créditos, com um comprador específico. Ou seja, o proponente negocia antecipadamente com um interessado nas compras, que poderá antecipar os recursos mesmo antes dos certificados serem emitidos. Caso o proponente não tenha um comprador dos certificados ele deve procurar uma instituição que possa auxiliar a negociação tais quais: bancos privados ou públicos; consultorias privadas especializadas em meio ambiente; Banco Mundial, BNDES dentre outros.

PRINCIPAIS COMPRADORES E VENDEDORES DOS CRÉDITOS DE CARBONO

Os compradores de créditos de carbono atualmente podem basicamente ser separados em: instituições multilaterais, como o Banco Mundial; fundos do Governo, como da Áustria, Bélgica, Dinamarca; bancos de desenvolvimento; outras empresas.

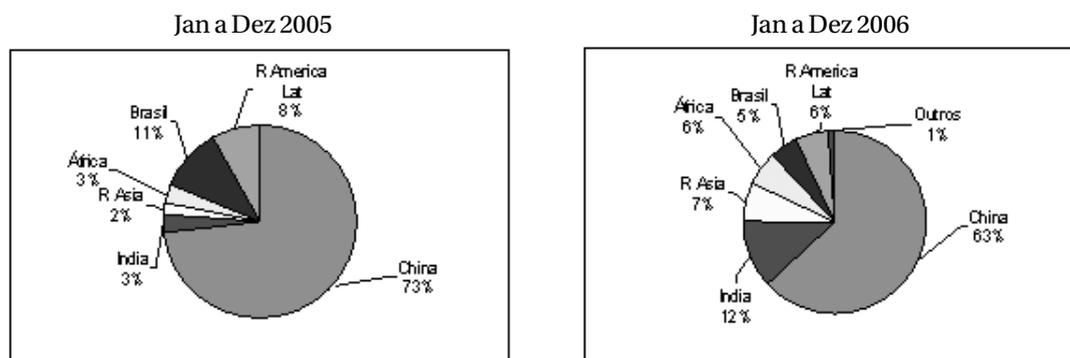
Os países que mais compram créditos até 2005 eram o Japão, Holanda e países europeus em geral, conforme descrito nos Gráfico 1 e 2. Porém, em 2006 houve um grande crescimento da Inglaterra e Itália, Japão assim perdendo participação. Uns dos grandes compradores dos créditos de carbono são os fundos de investimento, como os fundos do Banco Mundial e do Governo da Holanda (WORLD BANK, 2005b; WORLD BANK, 2007b).



Fonte: World Bank (2005b, 2007b).

Gráficos 1 e 2: Participação dos principais compradores no mercado de créditos de carbono (em % do volume de CO₂e transacionado)

Conforme observado nos Gráficos 3 e 4, os maiores vendedores de créditos são os países asiáticos (principalmente a China) e a América Latina, com pequena participação dos países africanos, apesar desses últimos terem grande mercado para se desenvolver (WORLD BANK, 2007b). Os grandes mercados potenciais são o da China, Brasil, México, Índia. O Brasil aparece como detentor de 50% das vendas da América Latina.



Fonte: World Bank (2005b, 2006).

Gráficos 3 e 4: Participação dos principais vendedores no mercado de créditos de carbono (em % do volume de CO₂e transacionado)

CONCLUSÃO

As emissões dos GEE na atmosférica são um problema que assola o mundo como um todo nos dias de hoje. Apesar da falta de consenso dentro da comunidade científica, a tese que prevalece é que o aquecimento global realmente é um fato, e o aumento das atividades humanas dos últimos anos aumentaram os GEE na atmosfera causando o efeito estufa, e este por sua vez é o grande responsável pela elevação das temperaturas. Mesmo que não haja consenso em relação às mudanças climáticas, é importante considerar a premissa básica proposta pela CQNUMC, o princípio da precaução, segundo o qual mesmo sem ter totalmente certeza em relação às problemáticas ambientais, o mundo deve tomar medidas para se precaver contra os possíveis malefícios que as emissões de GEE na atmosfera podem ocasionar.

De toda maneira, a preocupação mundial com a elevação do aquecimento global resultou em uma conscientização maior dos países em relação ao aumento da concentração dos GEE na atmosfera o que desencadeou a criação de mercados de carbono como tentativa de minimizar as emissões excessi-

vas dos gases. Com a ajuda de complexos arcabouços institucionais, a responsabilidade de cada emissor é estabelecida, e estes devem efetuar as mudanças necessárias para que as diminuições ocorram.

A criação de mercados permite uma flexibilidade para o cumprimento do objetivo de diminuir as emissões, uma vez que o interessado elabora uma análise custo/benefício e adota a melhor estratégia de redução. Caso o custo de reduzir em seu próprio país for alto, a empresa pode comprar certificados de outra região sem necessariamente ter investido em projetos de redução; ou até mesmo investir em projetos em outro local para daí comprar os certificados. Assim uma vez o comércio de certificados estabelecido, os custos totais para se atingir um determinado nível conjunto de redução serão necessariamente menores, porque uma maior parcela de abatimento estará sendo realizada por atores mais eficientes.

Os mercados de carbono surgem como instrumento econômico usado na tentativa de atingir a melhoria ambiental. Vale lembrar, que existem posturas contrárias em relação à utilização desses mecanismos como instrumento eficaz de redução de emissões, mas, segundo dados disponíveis o comércio de certificados está em franco crescimento. Para que esses mercados se desenvolvam e se solidifiquem cada vez mais, é importante a existência de instituições sólidas e eficientes, no intuito de sustentar e regulamentar da melhor forma possível de maneira segura e eficaz.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. T. **Política ambiental**: uma análise econômica. Campinas: Papirus, Fundação Editora da Unesp, 1998.

ANDRADE, C. M. Estruturação financeira de projetos de carbono. In: CURSO de como negociar créditos de carbono. Palestra proferida durante o curso, São Paulo, Internews, setembro de 2004.

BANCO MUNDIAL. **Banco Mundial e as mudanças climáticas**. 2005. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org/temas/resenas/clima.htm>>. Acesso em: jun. 2005.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. **Efeito estufa e a Convenção sobre a Mudança do Clima**. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Assessoria Especial de Meio Ambiente e Ministério da Ciência e Tecnologia. Coordenação de Pesquisa em Mudança do Clima, 1999.

BOLSA MERCANTIL E FUTUROS – BM&F. **Projetos para redução de emissões e desenvolvimento são debatidos na BM&F.** Disponível em: <<http://www.bmf.com.br/2004/pages/imprensa1/destaques/2005/julho/DestaqueAgropauta.asp>>. Acesso em: abr. 2007.

CARBON TRADE. **CERUPT:** the Netherlands' CDM Programme. Disponível em: <<http://www.carbontradewatch.org/projects/CERUPT.doc>>. Acesso em: ago. 2005.

CHICAGO CLIMATE EXCHANGE (CCX). Disponível em: <<http://www.chicagoclimatex.com>>. Acesso em: dez. 2008.

CONEJERO, Marco Antonio. **Sequestro de carbono:** uma solução para o problema de externalidades. FEA-USP, 2003. Monografia (Bacharelado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2003.

CONVENÇÃO QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DE CLIMA – CQNUMC. **Convenção quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima:** o que isto significa? Editado e traduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT com o apoio do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/clima/convencao/oque.htm>>. Acesso em: out. 2004.

_____. **Protocolo de Kyoto à convenção sobre mudança do clima.** 1997. Editado e traduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT com o apoio do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/clima/kioto/protocolo.htm>>. Acesso em: out. 2004.

DEPARTMENT FOR ENVIRONMENT FOOD AND RURAL AFFAIR (DEFRA). **Emission Trading Schemes – ETS.** Disponível em: <<http://www.defra.gov.uk/environment/climatechange/trading/>>. Acesso em: jul. 2005.

ECOSYSTEM MARKET PLACE. **Backgrounder:** Kyoto Protocol: Clean Development Mechanism (CDM) and Joint Implementation (JI). 2005a. Disponível em: <http://ecosystemmarketplace.net/pages/marketwatch.backgrounder.php?market_id=10&is_aggregate=0>. Acesso em: jul. 2005.

FRANGETTO, Flavia W.; GAZANI, Flavio R. **Viabilização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil.** O Protocolo de Kyoto e a Cooperação internacional. Instituto Internacional de Educação no Brasil. São Paulo: Editora Fundação de Peirópolis, 2002.

GJERDE, J.; GREPPERUD, S.; KVERNDOKK, S. **Optimal climate policy under the possibility of a catastrophe.** Disponível em: <<http://repec.org/>>. Acesso em: abr. de 2005.

GODOY, Sara Gurfinkel M. **O Protocolo de Kyoto e o mecanismo de desenvolvimento limpo**: uma avaliação de suas possibilidades e limites. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

INTERNATIONAL EMISSION TRADING ASSOCIATION (IETA). Disponível em: <www.ieta.org>. Acesso em: jul. 2005.

INTRODUCTION TO THE INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Disponível em: <<http://www.ipcc.ch>>. Acesso em: jul. 2008.

KOSSOY, A. Como negociar créditos de carbono? In: Curso de como negociar créditos de carbono? uma abordagem prática e gerencial. Palestra proferida durante o curso, São Paulo, Internews, setembro de 2004.

MOLION, Luiz Carlos B. **Aquecimento global**: uma visão crítica. Disponível em: Disponível em: www.geografia.ufflch.usp.br/graduacao/AQUECE_GLOBO.doc. Acesso em: jun. 2007.

OLIVEIRA, Sonia Maria Barros de. Base científica para a compreensão do aquecimento global. In: VEIGA, José E. (Org.). **Aquecimento global**: frias contendas científicas. São Paulo: SENAC, 2008.

PEREIRA, André S. **Do fundo ao mecanismo**: gênese, características e perspectivas para o mecanismo de desenvolvimento limpo; ao encontro ou de encontro à equidade? Mestrado – Programa de Planejamento Energético/COPPE/UFRJ, 2002. Disponível em: <<http://www.ppe.ufrj.br>>. Acesso em: mar. 2005.

POINT CARBON. **CDM & JI Monitor 19 de abril de 2005**. Disponível em: <<http://www.pointcarbon.com/article.php?articleID=8166&categoryID=261>>. Acesso em: jul. 2005.

_____. **CDM & JI Monitor 31 de maio de 2005**. Disponível em: <<http://www.pointcarbon.com/article.php?articleID=8841&categoryID=261&PHPSESSID=df83282d73ba24a56a5ba2dd75e2c9e7>>. Acesso em: jul. 2005.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Patrimônio ambiental brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

ROCHA, Marcelo T. **Aquecimento global e o mercado de carbono**: uma aplicação do modelo CERT. Esalq. 2003. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2003.

UNITED KINGDOM (UK). Department for Environment, Food & Rural Affairs. **UK emissions trading scheme**. 2002. Disponível em: <<http://www.defra.gov.uk/environment/climatechange/trading/index.htm>>. Acesso em: jul. de 2005.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). **Request issuance of CER.** Disponível em: <http://cdm.unfccc.int/Projects/pac/ar_howto/Register/Issuance>. Acesso em: jul. 2005.

_____. **CDM Statistic.** Disponível em: <<http://cdm.unfccc.int>>. Acesso em: nov. 2006.

_____. **CDM Statistic.** Disponível em: <<http://cdm.unfccc.int/Statistics/index.html>>. Acesso em: abr. 2007.

VEIGA, José Eli; VALE, Petterson M. **Aquecimento global:** um balanço de controvérsias. Texto apresentado no ciclo de seminários da Faculdade de Economia – USP, intitulado “Brasil do século XXI: desafios do futuro. 2007. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/VEIGA_VALE_12_NOV_07.pdf. Acesso em: ago. 2008.

WORLD BANK. **Carbon finance at the world bank:** list of funds. 2007. Disponível em: <<http://carbonfinance.org/Router.cfm?Page=Funds&ItemID=24670>>. Acesso em: maio 2007.

_____. **Estimating portencial market for clean development mechanism.** Disponível em: <<http://carbonfinance.org/doc>>. Acesso em: jun. 2005.

_____. **State and trends of the carbon market.** 2005. Disponível em: <<http://carbonfinance.org/pcf/>>. Acesso em: jun. 2005.

_____. **State and trends of the carbon market.** 2006. Disponível em: <http://carbonfinance.org/docs/StateandTrendsMarketUpdateJan1_Sept30_2006.pdf>. Acesso em: nov. 2006.

_____. **State and trends of the carbon market.** 2007. Disponível em: <http://carbonfinance.org/docs/Carbon_Trends_2007-_FINAL_-_May_2.pdf>. Acesso em: maio 2007.

Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. As metáforas do capitalismo

Maria Adélia Aparecida de Souza – USP

RESUMO

O debate científico sobre os significados entre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, ainda não foi feito na Geografia, com a profundidade que esses temas merece. Este artigo se propõe a contribuir para esse debate no campo da disciplina geográfica, onde essa temática tem tido muito vigor. Defendemos aqui que os discursos sobre a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável são de enorme força política, porém sem nenhuma fundamentação na ciência geográfica. Além disso, emergindo das grandes instituições internacionais esses conceitos são eivados de significação política. Na Geografia o conceito de meio ambiente não pode encontrar respaldo, pois não encontram consistência teórica. Aqui lidamos com o conceito de meio natural, meio geográfico, meio técnico e meio técnico científico e informacional, com profunda argumentação teórica e empírica. Meio ambiente é um conceito vazio, uma excrescência, desprovido de sentido teórico profundo. Uma metáfora, portanto. Da mesma forma a sustentabilidade não apresenta fundamento científico rigoroso, pois ela se constitui numa impossibilidade dentro do modo de produção hegemônico em que vivemos – o capitalismo – que necessita da insustentabilidade, da escassez, para a sua dinâmica essencial. Daí este artigo tratar de metáforas do capitalismo, ao elaborar sobre estes dois significados.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Geografia. Capitalismo.

ABSTRACT

The scientific debate about the meanings of environment and sustainable development, has not been done in geography, with the depth that these issues deserve. This article aims to contribute to this debate in the field of discipline of geography, where this topic has had much effect. We argue here that the discourse on environmental issues and sustainable development are of enormous political force, but without any foundation in geographic science. Moreover, emerging from major international institutions such concepts are riddled with political significance. Geography in the concept of environment can't find support, because there aren't theoretical consistency. Here we deal with

the concept of the natural, geographical environment, technical equipment and technical means scientific and informational, with deep theoretical and empirical arguments. Environment is an empty concept, an excrescence, devoid of deep theoretical sense. A metaphor, then. Likewise sustainability presents no rigorous scientific foundation, because it is an impossibility within the hegemonic mode of production that we live in – capitalism – that needs the unsustainability, of scarcity, for its essential dynamics. Hence this article dealing with metaphors of capitalism, to elaborate on these two meanings.

Keywords: Sustainable development. Geography. Capitalism.

A ideia e a escolha deste tema de reflexão tiveram início, há anos, nos diálogos da autora deste artigo com Milton Santos no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Houve a continuidade desta reflexão, um pouco mais tarde, no curso Ciências da Terra da UNICAMP.

A dinâmica da vida humana no Planeta e a prática acadêmica fizeram crescer a necessidade de aprofundar a discussão deste tema de enorme importância e que ainda não foi discutido suficientemente do ponto de vista epistemológico e metodológico (teórico e conceitual) na Academia. Nesta, apenas estudos de caso e relatos técnicos de observação sobre o denominado *meio ambiente* e suas consequências sobre a Terra têm sido feitos. Mas um debate teórico, profundo, isento, isso ainda está por ser realizado.

A Universidade assumiu apressadamente o conceito da sustentabilidade e do ambiental, importando-os das agências financiadoras internacionais, sem ter tornado pública uma discussão teórica mais consistente. O conceito foi nela introduzido sem crítica, pois os estudos e teses produzidos nos inúmeros programas de pesquisa não cuidaram do rigor metodológico, isto é, de um método que se ajuste às características do funcionamento deste mundo novo em que vivemos. As matrizes montadas se revelam inconsistentes do ponto de vista do método: não há rigor disciplinar, nem interdisciplinar e sequer transdisciplinar. O que prevalece é o método analítico em um mundo impregnado de contradições. Conceitos são justapostos para montagem de um vigoroso discurso político-ideológico. Não há, porém, a produção de um rigoroso texto teórico sobre a questão ambiental no Brasil.

No entanto, a Academia já possuía seus conceitos usados multidisciplinarmente para referenciar os mesmos fenômenos, processos e problemas, antes mesmo da Biologia, hoje líder dessas preocupações, firmar-se como nova ciência principalmente após o desenvolvimento do microscópio. Na velha História Natural, na Geografia, os conceitos de meio, ecossistema, ambiente estão lá rigorosamente tratados. O que distinguia e distingue as suas visões disciplinares, no entanto, é que umas cuidam do estudo da

vida dos seres vivos e outras cuidam das relações sociais criadas pelos seres vivos, porém humanos. A questão ambiental aí se atrapalha, pois mistura epistemologicamente a história da natureza (*natureza naturata*) com a história do Mundo (*segunda natureza*). Mas tudo indica não ter havido uma reconstituição epistemológica da chamada “ciência ambiental”, pois os trabalhos clássicos (de Aristóteles, Leonardo Da Vinci, Maximilien Sorre ou Engels) nem sempre são citados nem referenciados. Da Biologia e outras ciências naturais às Ciências Humanas, como em muitas abordagens ditas interdisciplinares, as adoções dos conceitos vindos das agências internacionais foram extremamente rápidas. Parece que a dita ciência ambiental foi inventada a partir da decisão das Nações Unidas de promover suas reuniões mundiais, seja em Estocolmo, no Rio de Janeiro ou em qualquer outra parte do mundo, iniciada com a Carta Mansholt, na década de 1970.

De qualquer modo, o mais importante é que há uma polêmica subjacente a tudo isso e tem sido difícil alimentá-la. O poder político dessas instituições e dos ecologistas inibe e patrulha uma discussão mais rigorosa cientificamente sobre a dita questão ambiental e seus conceitos (metáforas) fundadores, tais como sustentabilidade, meio ambiente e outros tantos difundidos em poderosos textos políticos contemporâneos.

A hipótese de trabalhos que se formula para alimentar este debate é que, a partir da datação da criação dessa questão ambiental, que coincide com a necessidade do capitalismo de se reciclar, funda-se uma falácia que tomará conta das mentes críticas pela perspicácia da sua elaboração, em que Terra e Mundo são confundidos, gerando assim uma enorme dificuldade para a explicação histórica deste. Parece-nos que a ideia de *segunda natureza*, tão importante para a compreensão do mundo do trabalho e desta contemporaneidade, sucumbe diante de uma visão distorcida das ciências humanas para a compreensão da natureza.

Diante do exposto, devem ser considerados os seguintes objetivos:

1. Introduzir elementos para uma troca de ideias sobre a denominada questão do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.
2. Alimentar uma polêmica que possibilite a discussão sobre as formas de lidar com o Planeta e seus problemas a partir de consistências metodológicas, epistemológicas e éticas.
3. Aprofundar o discernimento entre as epistemologias das diferentes disciplinas envolvidas nesta compreensão para, conseqüentemente, discernir sobre questões relevantes a serem pesquisadas.
4. Aprimorar um arcabouço teórico-conceitual sobre os temas em pauta: meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

LIMITES DESTA REFLEXÃO:

1. As pesquisas de uma geógrafa preocupada com a compreensão do mundo contemporâneo e, muito especialmente, com a epistemologia da Geografia e de seus conceitos.

2. A procura de fundamentos consistentes, de natureza acadêmica, para essa compreensão do mundo sob o olhar do geógrafo.

3. Aprimorar, para os temas em pauta (meio ambiente e desenvolvimento sustentável), uma metodologia crítica, distinguindo a visão inter ou transdisciplinar do objeto daquela do processo no qual está o objeto de reflexão e de pesquisa.

4. Procurar discernir, especialmente para esses temas, o discurso do método do texto político; o discurso competente do discurso apenas inteligente e oportunista.

5. Reconstituir as razões da introdução desses conceitos na academia e sua fundamentação teórico-epistemológica.

6. Aprofundar a compreensão da relação entre a inevitabilidade dos muitos processos naturais e as múltiplas determinações dos processos sociais.

7. Não ser este o tema central das preocupações acadêmicas ou científicas da autora deste que, atualmente, dedica-se ao estudo das geografias da desigualdade e do lugar como uma categoria de análise geográfica fundamental, além do território usado, para a compreensão do funcionamento desta contemporaneidade

Diante disso, a hipótese de reflexão central deste texto é que *meio ambiente e desenvolvimento sustentável são falsos problemas acadêmicos e científicos. O que existe são processos geográficos, biológicos e processos geológicos interagentes e que podem e devem ser cientificamente estudados. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável são metáforas, discursos políticos e não temas científicos.*

Este texto procura trazer argumentos para a comprovação dessa hipótese.

INTRODUZINDO TEORICAMENTE A DISCUSSÃO

A importância da deterioração da chamada **relação sociedade-natureza** é, sem dúvida nenhuma, um problema com o qual deve haver preocupação.

É importante, no entanto, agregar alguns elementos fundamentais a essa preocupação e que devem ser aqui, necessariamente, introduzidos:

1. o privilégio de se lidar com o conhecimento do Planeta;
2. **a dimensão ética** desse conhecimento;
3. a competência metodológica que se deve ter, do ponto de vista acadêmico, nos ensinamentos ministrados e nas pesquisas que se fazem, sabendo sobretudo distinguir o que é pesquisa básica do que é pesquisa aplicada nos campos de conhecimento.

É impossível lidar com as Ciências da Terra e do Mundo (as Ciências Humanas e Sociais) vendo-as apenas como técnica (normativa) e como desenvolvimento, isto é, como ciência aplicada.

É exatamente essa compreensão que introduz a reflexão na visão transdisciplinar, filosófica, das diversas disciplinas e na sua provável (possível) diferença metodológica. A Geografia, preocupada com o presente no Mundo, com suas formas aparentes (da natureza e da sociedade), não pode mais desvincular o presente e o passado (as formas hoje são reveladoras desses tempos) do futuro (afinal já podemos construir o espaço virtual).

Não se pretende enveredar aqui por uma discussão extremamente inovadora que os filósofos começam a fazer, nestes tempos de revolução paradigmática, sobre **os limites da racionalidade**, que há séculos vem presidindo nossas ações e as formas que vimos desenvolvendo através dos tempos para o conhecimento do Mundo e do Planeta.

Questões metodológicas e filosóficas que orientam a compreensão da Ciência e do Mundo... A ideia de movimento, de processo, do novo, da dialética. Como lidar com tais questões no plano epistemológico das nossas disciplinas para, a partir daí, construir o novo imposto pelo Mundo?

Logo, que método utilizar? Dedutivo? Dedutivo-indutivo? Dialético?

Questões essenciais para a montagem do conhecimento e que carecem ser conhecidas, aprofundadas e examinadas, especialmente pelo processo de entendimento dos temas em pauta: o ambiente e a sustentabilidade.

Considera-se aqui, por exemplo, obras como as de Ilya Prigogine, Isabel Stengers – **La fin des certitudes** –, este um livro que discute questões filosóficas do mais alto valor, mas, sobretudo, nessa dimensão, a questão do tempo: “Le futur est-il donné ou bien est-il en construction? La croyance en notre liberté est-elle une illusion?”¹ Einstein frequentemente afirmava que o tempo é ilusão. Porém o tempo é

1 O futuro está certo ou em construção? A crença em nossa liberdade é uma ilusão? (tradução da autora do texto).

História Social, História e Geografia da humanidade! Certamente, na dimensão da existência, o tempo é uma ilusão, melhor dizendo, um instante.

Aí surge um tema importante e que fundamenta também a discussão sobre os conceitos que presidem este texto, utilizados na Física, na Geologia, na Geografia: *a flecha do*

tempo, o paradoxo do tempo, tratado por Prigogine como preocupação central desse seu livro.

Afinal, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, questão ambiental, não dizem respeito ao futuro? Logo, não podem ser examinados como planos meramente analíticos, técnicos, estáticos do ponto de vista metodológico.

Essa questão é bem mais complicada do que a vã produção de milhares de páginas de relatórios técnicos, descritivos ou normativos sobre as relações entre Sistema Terra e Sistema Mundo, como costumam ser chamadas na Europa ou nos Estados Unidos.

Introduz-se aqui, à guisa de indicação de leitura metodológica, o Livro de Abraham Moles, ***As Ciências do Impreciso***, matemático que, com enorme competência, fala daquilo que os cientistas humanos não têm conseguido saber dizer sobre a importância e consistência da sua argumentação, longe da rigidez daquelas das ditas ciências **duras**.

E Moles (1995) nos provoca a partir de uma interessante citação de Popper (1978), um papa da escola analítica: “É um erro supor que a objetividade da ciência dependa da objetividade do científico. Mas é em todos os pontos um erro acreditar que o especialista das ciências da natureza seja mais objetivo do que o pesquisador em ciências sociais”, ao reagir ao livro de Adorno (1969) intitulado *Der Positivismusstreit in der Deutschen Soziologie*.

Aspectos aparentemente dispersos, mas que estão no centro das discussões teóricas que se quer provocar aqui.

PROBLEMATIZANDO SOBRE OS TEMAS

A origem deste texto está na veemência com a qual se têm formulado críticas a respeito do uso indiscriminado desses “conceitos” na Academia.

O argumento utilizado é o de que eles se constituem em conceitos fluidos, pois possibilitam a apreensão de falsos problemas diante da compreensão que hoje precisamos ter sobre:

- a natureza
- o conhecimento do planeta

- as características deste período histórico
- a reconstituição metodológica desses conceitos.

Claro que são temas imensos e impossíveis, todos eles, de serem aprofundados aqui.

Tecem-se alguns comentários, fora do contexto de contribuição da autora deste artigo, considerando-se que o processo de conhecimento é múltiplo e complexo e, por vezes, lento e muito mais preocupado com a novidade (que é passageira) do que com o novo, que é o que realmente transforma.

Como planejadora urbana e regional, desde longa data, assusta-se esta autora, um pouco, com os modismos juntados a essa importante ação sociopolítica que é o planejamento, pelas modas e novidades e por um palavreado completamente destituído de significado e sentido científico, logo, social e político. Teme-se que os recortes tomados pelo planejamento do território, nestes últimos quase trinta anos (com nomes os mais diversos), entrem em um beco sem saída: faz-se a análise pela análise, como se o mundo fosse uma torta feita de camadas distintas – ora a massa, ora o recheio.

Felizmente o mundo é uma complexidade e é ela que deve ser tocada por nossas metodologias para tentar chegar bem perto da inatingível realidade. Esta é intocável exatamente porque é dinâmica, complexa e, no mundo de hoje, excessivamente acelerada.

Nossas metodologias não podem jamais descuidar-se desse aspecto para não empobrecerem nosso trabalho e não se reduzir a realidade a uma torta. Essa é a preocupação fundamental de todos aqueles que hoje querem estudar a realidade do mundo neste fantástico período da história empenhado pela técnica, pela ciência e pela informação.

É preciso reconhecer, antes de tudo, que tais características, querendo ou não, impregnaram o Planeta com suas bacias hidrográficas, seus RIMAs, EIAs, Planos Diretores e tudo o mais.

É preciso também não desconhecer que, a partir do momento em que o Planeta começou a ser periodicamente fotografado, a compreensão sobre a natureza e sobre as formações territoriais mudaram de figura e, conseqüentemente, de método. O que é inaceitável é estudar-se a realidade do mundo de hoje, revolucionado pela técnica, pela ciência e pela informação, com olhares dos anos 50 e 60, apenas fazendo um jogo de palavras para colocar uma roupa nova num velho conceito e, sub-repticiamente, mudar o foco do problema.

Por exemplo, o problema essencial do planejamento dos recursos hídricos não é a Terra (isto é, a água em si mesma), mas a sociedade e sua “relação” com a água. Para essa compreensão, no entanto, é preciso dominar metodologias mais avançadas de estudo e entendimento da formação das massas líquidas no Planeta e não utilizar uma perspectiva apenas analítico-dedutiva da água e das bacias. Saltamos, portanto, do meio natural ao meio técnico, científico e informacional. Saímos do plano meramente

analítico para aquele das intencionalidades. A questão, por conseguinte, é bem mais complexa do que se possa imaginar, com as normatizações técnicas insistentemente produzidas pelos poderosos Comitês de Bacias ou Comitês e Conselhos Ambientais. Quando se descola a sociedade do espaço, transformando este em um palco, abre-se mão da compreensão da totalidade e da intencionalidade, prerrogativas do funcionamento do mundo de hoje. Espaço e Sociedade são o mesmo, como diria Heidegger. O espaço geográfico é uma instância social, como quer Milton Santos.

Assim, considera-se que, efetivamente, o *pulo do gato* para o avanço dos estudos e das intervenções em favor da promoção humana e social precisa ser revisto, sobretudo no que concerne ao Banco Mundial e às empresas que elaboraram os Planos Diretores e que, até aqui, têm ditado as normas, conceitos e metodologias.

Na maioria das vezes, os trabalhos que presidem o encaminhamento das questões relativas ao ambiente² são excessivamente empiristas e analítico-dedutivos: os SIGs e a Cartografia, aliás, têm sido os instrumentais técnicos fundamentais para o estudo ambiental.

Claro que o volume de informações coletadas, embora segmentado, já é um bom princípio. Mas há questões-chave que não foram consideradas e que prejudicaram (não obstante o termo forte) um maior avanço da compreensão da relação entre os problemas da Terra (como a água, por exemplo) e a promoção do desenvolvimento (é assim que ainda se compreendem as coisas). Questões insistem que envolvem visões de mundo, de planeta e de futuro. É preciso lembrar que toda metodologia se constrói durante a realização do trabalho, mas que o método pode e deve ser anunciado antecipadamente.

O método de trabalho utilizado pela autora deste artigo é aquele pautado na compreensão da realidade como uma complexidade a partir do espaço geográfico, condição essencial para o entendimento da natureza, hoje. Esta realidade é aquela que nos é revelada agora, isto é, hoje, e que decorre de um processo, de uma formação histórica. Ainda mais, esta realidade é dinamizada pelas características desta contemporaneidade que é completamente diferente daquela de há vinte anos: a técnica se faz presente no espaço e, muito especialmente, nas questões essenciais deste texto.

Ou seja, os processos da natureza, de objetos naturais (como sempre são tratados), para a autora deste artigo são objetos técnicos. E é essa a novidade na produção de uma metodologia para se lidar com os problemas das relações Sistema Mundo/Sistema Terra. Pode-se retomar, por exemplo, o caso da água

2 Não há possibilidade, neste artigo, para desenvolver o significado deste termo dentro da fenomenologia e sua relação com o problema da intersubjetividade, o que complica o seu uso pelos estudos que vêm sendo produzidos na dita *questão ambiental* e nas formulações relativas ao desenvolvimento sustentável.

para aplicar aí esses conceitos. Nem água, nem bacia podem ser tratadas setorial e “desterritorializada-mente”, dissociadas das possibilidades técnicas do mundo hoje, da sua intervenção sobre o território e sua distinta valoração pelas diferentes formações econômicas e sociais do planeta.

Assim, o método de trabalho escolhido contempla esta contemporaneidade como uma complexidade e, a sociedade atual, como uma totalidade cada vez mais envolvida e comprometida com as características destes tempos que geram cada vez mais geografias desiguais e profundos processos de segregação socioespacial. Logo, a sustentabilidade improvável fica no domínio das metáforas.

Dessa forma, entende-se que existam questões sociais, questões geográficas, problemas físicos do planeta a serem enfrentados. Não se pode compreender, portanto, os tais problemas ambientais. Ou então propomos outra discussão importantíssima: o ambiente envolve o homem, a sociedade? Ou a questão maior é realmente a questão social, até mesmo nos aspectos pertinentes ao conhecimento da geosfera, como fazem os geólogos? Por que conhecer? Para *salvar* o ambiente ou **a vida, sobretudo a humana?** Dizem os incautos: mas o ambiente é antrópico! Diz a autora deste, voltando à questão da racionalidade: mas o domínio e a “criação” do ambiente têm um sujeito – a sociedade e sua incrível racionalidade. Logo, o sujeito é a sociedade, não o ambiente, para a compreensão das transformações e dos remédios para os males do mundo contemporâneo dos quais a poluição e a extinção de elementos e aspectos da natureza são tão somente mais preocupantes.

Aqui surge outra discussão importante, de cunho metodológico, filosófico, orientador das nossas pesquisas, denunciando uma metodologia de trabalho e um método.

Podem-se passar horas discutindo a pertinência e a oportunidade dos métodos analítico ou dialético no desvendar dos problemas que fundamentam a dita questão ambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável, que serão discutidas mais adiante.

PRINCÍPIOS, LIMITES E DEFINIÇÕES. UM EXEMPLO – A ÁGUA

Claro está que esta discussão não pode prescindir da explicitação do significado da geosfera para a vida e para a sociedade.

Retoma-se, como exemplo, o problema da água. Para tanto, desde logo, alguns **princípios e limites** precisam ser esclarecidos:

1. A presença da água é o mais importante traço do planeta Terra, isto é, 70% da sua superfície é formada pelos oceanos.

2. Das disponibilidades de água do Planeta, isto é, a estimativa de 1,4 bilhões de km³, 97% é de água salgada.

3. A água é um elemento essencial para o desenvolvimento da vida e da sociedade humanas.

4. As políticas da água precisam estar integradas às demais políticas públicas, sendo a sua escala privilegiada de intervenção a regional.

5. A água só pode ser entendida através da compreensão da dinâmica das esferas fluidas, isto é, da atmosfera e da hidrosfera, bem como do ciclo da água que liga solo, subsolo, vegetação e atmosfera. A água, elemento renovável na superfície do Planeta, é fruto do processo que se dá na complexidade da dinâmica da vida na Terra.

Desnecessário apontar aqui as revolucionárias e atualizadas pesquisas e observações realizadas atualmente no Planeta para o aprofundamento da compreensão dessas questões que deixaram para trás classificações arcaicas como, por exemplo, a de Köeppen para o clima. Hoje, é a movimentação e a dinâmica da atmosfera que permitem o seu estudo e não mais uma classificação rígida como a referida anteriormente e que caracterizava os estudos climáticos até os anos cinquenta. As pesquisas sobre circulação atmosférica, hoje em dia, permitem previsões quase perfeitas sobre as condições meteorológicas, elemento vital para as questões da água como também da vida econômica. Os trabalhos do geógrafo Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, em Climatologia são fundamentais para essa compreensão.

Apesar da tecnologia disponível, lamentavelmente os estudos referentes à Hidrologia e à Hidrogeologia ainda carecem de observações sistemáticas, especialmente em nosso país. Bancos de dados sistematizados ainda inexistem em muitas áreas do Planeta, apesar da importância dessa informação especialmente para o planejamento do uso e obtenção da água.

6. Para a compreensão e planejamento da água é fundamental a compreensão do processo de evapotranspiração, sobretudo para as grandes superfícies. Esse é o maior problema para o balanço global da água e, muito especialmente, para algumas regiões brasileiras.

7. A necessidade de um eficiente monitoramento, de longo prazo, sobre as atividades socioeconômicas e sua relação com os recursos hídricos: somente assim a sociedade influenciará qualitativa e quantitativamente na gestão desses recursos.

8. As políticas da água não podem estar dissociadas de uma política socioeconômica e de uma política territorial nacional, estadual, regional e municipal.

9. É preciso ter clareza de que não é a água que custa caro à sociedade, mas as opções de desenvolvimento e as formas de apropriação do Planeta é que custam caro à humanidade, sobretudo às gerações futuras.

ECODESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

É exatamente aqui que algumas **definições e uma reconstituição metodológica** se impõem.

A Conferência de Estocolmo, em 1970, há quarenta anos, criava o conceito de *ecodesenvolvimento*, considerado extremamente radical pela delegação americana que vai, posteriormente, na Comissão Brundtland, inventar o conceito de *desenvolvimento sustentável*, hoje reproduzido aleatoriamente por técnicos, cientistas, profissionais e políticos progressistas do mundo inteiro, independentemente de suas crenças e ideologias. Um conceito político interessando a uma nação – a americana –, mas permeando intervenções desde então no mundo inteiro! Lidar com as questões do Planeta é lidar com questões políticas, é bom não nos esquecermos disso. Caso contrário, como poderiam os movimentos ecologistas crescer tanto no mundo nestes últimos quarenta anos?

Assim, para a discussão em pauta (questão ambiental e desenvolvimento sustentável), as definições carecem de uma fundamentação absolutamente ajustada à compreensão que os brasileiros detêm sobre o funcionamento do seu território. Dessa forma, por exemplo, ainda que seguindo uma conceituação mais próxima daquela trazida pela ecologia política (pois é disso que se trata), esta ecologia não cuida apenas do *ambiente* ou *meio ambiente* como querem alguns. Vista de uma forma mais contemporânea, a ecologia trata, concomitantemente, da espécie humana, de suas atividades e do ***meio geográfico*** que é hoje, mais do que nunca, clivado pela técnica, transformou-se em um ***meio técnico-científico e informacional***.

Voltando ao exemplo da água, os denominados recursos hídricos, como qualquer outro, não podem de maneira nenhuma ser tratados fora desse contexto. Em face da sua importância para a manutenção da vida, a água está no centro dessa perspectiva analítica.

Fala-se de ecologia política, pois ela abriga esta necessidade e premência de se proceder a uma promoção da relação espécie, atividade e meio técnico, científico e informacional conforme um sistema de valores. Não há como imaginar que a lida de qualquer aspecto do Planeta, hoje, fuja a essa determinação. Daí a precariedade das metodologias descritivas, setoriais. Somos forçados pela técnica a proceder, ainda no plano analítico, à inter-relação que revele a complexidade do denominado Sistema Terra que, a nosso ver, é Sistema Mundo, como diria Olivier Dolffus, eminente geógrafo francês.

Para alguns, essa abordagem da ecologia política é um novo passo dos movimentos de emancipação da humanidade. Chegam mesmo a propor que ela seja a exasperação do ideal de cidadania. Neste tempo novo, ainda que lidando com algo aparentemente simples como a questão da água, ideais de **autonomia, solidariedade e responsabilidade** são definições que não podem deixar de se juntar aos princípios éticos de trato do Planeta.

OS FUNDAMENTOS NECESSÁRIOS PARA UMA ABORDAGEM DO TERRITÓRIO NESTE PERÍODO DA HISTÓRIA: OS NOVOS NEXOS TERRITORIAIS E AS BACIAS HIDROGRÁFICAS COMO EXEMPLO PARA A CRÍTICA DOS TERMOS-CHAVE DESTE TEXTO

Lidar com Recursos Hídricos é, fundamentalmente, lidar com a diversidade territorial. Aqui já se introduz uma discussão sumamente interessante e fértil sobre a infinidade de planejamentos de bacias que existe hoje, entre nós, na qual inúmeros colegas estão envolvidos. Mas atenção, a questão é extremamente complicada!

A novidade está em entender a dinâmica territorial do país e adequar o gerenciamento das bacias a ela.

Para tanto, pressupõe-se a consideração da Bacia Hidrográfica como uma unidade de análise (conhecimento) e não de planejamento; a unidade de planejamento é, de um lado, o país (Estado nacional) – nível de definição de diretrizes políticas de uso da água, sobretudo no que concerne ao consumo – e, de outro, a região, o município e a comunidade do lugar. Ainda mais, é preciso questionar qual o objetivo político a ser atingido pela sociedade como um todo em um dado território.

A água não pode ser gerenciada como um setor em decorrência da multiplicidade de nexos que ela estabelece na dinâmica territorial cujo âmbito não é aquele da bacia. Essa dinâmica é movida por processos internos e externos e configura espaços que adquirem uma mobilidade (transitoriedade) cada vez maior. Isso porque a técnica vem clivando o espaço geográfico e o território. Esses nexos que se estabelecem diante dessa dinâmica territorial podem ser locais, regionais, estaduais, nacionais ou mesmo internacionais, se examinamos o caso brasileiro.

Por outro lado, o planejamento e controle *stricto sensu* da água e das bacias não resistem a um acurado questionamento do funcionamento da vida socioeconômica contemporânea.

Por serem definidores, os sistemas técnicos, ou melhor, as densidades técnicas existentes no território precisam ser analisadas. E a dinâmica e funcionamento desses sistemas técnicos destroem a ideia equivocada de sustentabilidade. Hoje, mais do que nunca, o planejamento e controle da água não podem

prescindir desse tipo de análise. A ritmicidade do mundo acelerou-se com as disponibilidades técnicas atuais, implodindo qualquer tipo de proposta baseada em sustentabilidade. A sustentabilidade é uma metáfora poderosa e que acoberta o tema do qual precisamos tratar, falar, discutir: o da desigualdade. O Mundo, finalmente, mundializou-se e, cada vez mais, tende a ser unitário do ponto de vista técnico, mas fragmentado e **insustentável** (segregado) do ponto de vista socioespacial, sociopolítico. Os processos sociais é que levam a isso e definem os projetos de *exploração da natureza*.

AS BASES DE UMA METODOLOGIA

1. A compreensão do funcionamento do território que fundamente as prioridades em investimentos e, conseqüentemente, o balanço geral do desenvolvimento entre as diferentes regiões de um país, respeitadas as suas vocações, a cultura do povo que nelas vive, suas expectativas – significa “especializar” o desenvolvimento.

Mas como fazê-lo?

Há diferentes maneiras. Hoje se dispõe de Sistemas de Informações Geográficas que permitem uma visão empírica integrada do funcionamento do território e a sua rápida regionalização. Essa praticidade fornecida pela informática precisa ser casada com a compreensão dos processos históricos da formação socioespacial.

2. O segundo ponto da metodologia, de modo a garantir a complexidade da realidade na análise, é montar um quadro analítico das necessidades e do seu crescimento para cada formação socioespacial:

- necessidades objetivas e subjetivas
- hierarquia das necessidades
- dissociar níveis de necessidade básica, de necessidades sociais
- necessidades diretas e indiretas.

Essas necessidades não podem apenas ser listadas. Elas precisam ser mapeadas, cartografadas, para que delas se tenha uma visão socioespacial. Mas não nos esqueçamos aqui da maravilhosa discussão feita sobre NECESSIDADE pelo filósofo ORTEGA Y GASSET em seu indispensável texto *Meditações sobre a Técnica*.

3. Ajustada a essa análise das necessidades, cujas matrizes deverão ser montadas na fase de elaboração do plano, uma Matriz dos Elementos do Nível de Vida que justifique os critérios de necessidade precisa ser elaborada.

- níveis básicos – biológicos, sanitários, domésticos, residenciais, etc.;
- níveis sociais – culturais, familiares, de sociabilidade, vida cívica, vida municipal, ético, espiritual;
- particularidades do caso urbano. Neste caso é fundamental uma pesquisa de campo. É importante aqui distinguir, inclusive conceitualmente, o urbano da cidade. A cidade é negócio, é produção, é materialidade. O urbano é social, é modo de vida e de produção. É cultural.

4. Exame das necessidades progressivas e do crescimento da estagnação do lugar ou da região e suas conexões com os problemas específicos, de natureza socioespacial, que se examinam.

Define-se assim uma MATRIZ DE NECESSIDADES E DE NÍVEL DE VIDA que precisa ser cotejada com uma matriz que estime as potencialidades e possibilidades do desenvolvimento da região ou do lugar, com a transversalidade daquilo que se estuda.

A água, por exemplo, poderia ser tratada da seguinte maneira:

1. a análise dos recursos naturais destacando a caracterização das bacias hidrográficas;
2. a infraestrutura fundamental e os sistemas técnicos: as redes, os equipamentos produtivos, sociais;
3. as estruturas: a organização do território, a força de trabalho, a capacidade financeira e as parcerias necessárias, os orçamentos disponíveis.

Tais elementos definirão uma MATRIZ DE POTENCIALIDADES.

Somente a partir daí e de outras matrizes intermediárias que venham a ser definidas é que se monta a MATRIZ DE GESTÃO E MANEJO, que fornecerá critérios de arbitragem e decisão sobre os recursos hídricos desta vez absolutamente ajustados às necessidades de desenvolvimento da sociedade como um todo.

Daí decorrem:

1. O quadro fundamental da gestão:

- a determinação do estado de desenvolvimento vinculado aos recursos hídricos;
 - a delimitação das unidades territoriais de planejamento e controle.
2. O quadro das opções preliminares e das arbitragens por finalidades: das vocações regionais, das classes sociais, do balanço das necessidades e as funções estabelecidas para a região, das normas de necessidade.
 3. A escolha dos meios econômicos e das arbitragens técnicas, determinadas pelos fatores de desenvolvimento das regiões: consumo, emprego, investimento, localização da infraestrutura, etc.
 4. A escolha dos meios de intervenção, as arbitragens políticas: das estruturas governamentais, das tensões sociológicas e econômicas, da arbitragem educacional.

Assim se espera ter um recorte no plano que insira a água no processo de desenvolvimento de modo a definir ações parciais, setoriais, mas vinculadas ao processo geral de desenvolvimento do Estado, do país e do mundo.

No caso brasileiro, é bom jamais esquecer que somos o País das Águas e que sua escassez (se é que existe ou possa existir no presente) é um fato absolutamente social. Há tempos deixamos de acreditar que a seca é obra de Deus. Temos água para inundar o nordeste, se assim o quisermos. A questão é que, como outros “recursos naturais”, a água está sendo preparada para se tornar uma importantíssima mercadoria do século XXI.

Quem viver verá...

É bom recordar Santos (2002, p. 237) em seu interessante ensaio sobre a questão do meio ambiente: “Os objetos técnicos, maquínicos, juntam à razão natural sua própria razão, uma lógica instrumental que desafia as lógicas naturais, criando, nos lugares atingidos, mistos ou híbridos conflitivos” (Grifo da autora deste texto).

CONCLUINDO

Como, nesta complexidade, introduzir a ideia de sustentabilidade? Ou se confunde este termo, apressadamente, com liberdade?!

Volta-se, então, ao início desta reflexão e a Ilya Prigogine:

É o significado do diálogo com a natureza que identificamos ao conhecimento científico. O que emerge hoje é então uma descrição mediana, situada entre duas representações alienantes, aquela de um mundo determinista [que tende ao equilíbrio, ao sustentável]³ e aquela de um mundo arbitrário submetido ao aleatório. As leis físicas correspondem a uma nova forma de inteligibilidade que expressa representações probabilistas irreduzíveis. Elas são associadas à instabilidade e, seja no nível microscópico ou macroscópico, elas descrevem na medida do possível os acontecimentos sem reduzi-los a consequências dedutíveis e previsíveis por leis deterministas (PRIGOGINE, 1996, p. 222). (Tradução da autora deste texto)⁴.

Lembre-se ainda Whitehead, citado por Prigogine (1996): “uma grande parte do mundo escorregou por entre as malhas da rede científica”.

E é exatamente isso que nos faz viver, nestes últimos anos, momentos privilegiados da história das ciências.

Vamos, portanto, exorcizar as bruxas do conhecimento.

Começemos com a construção do novo num Mundo que desde 11 de setembro de 2001 vive sob ameaça, mas em tempo de mudança.

Vai valer a pena!

3 Essa inserção no texto de Prigogine é da autora deste artigo.

4 Texto original: “C’ est la signification du dialogue avec la nature que nous identifions à la connaissance scientifique. Ce qui émerge aujourd’hui est donc une description mediane, située entre deux representations alienantes, celle d’ un monde deterministe,, et celle d’ un monde arbitraire soumis au seul hasard. Les lois ne gouvernent pas le monde, mais celui-ci n’est pas non plus régi par le hasard. Les lois physiques correspondent à une nouvelle forme d’intelligibilité qu’expriment les representations probabilistes irréductibles. Elles sont associées à l’instabilité et, que ce soit au niveau microscopique au macroscopique, elles décrivent les événements en tant que possibles, sans les reduire à des conséquences déductibles et previsibles de lois deterministes” (PRIGOGINE, 1996, p. 222).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor (Org.). **Der Positivismusstreit ind der deutschen Soziologie**. Berlin: Hermann Luchterhand Verlag, 1969.

MOLES, Abraham A. **As ciências do impreciso**. Trad. de Glória C. Lins. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

POPPER, Karl. **Lógica das Ciências Sociais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1978.

PRIGOGINE, Ilya. **La fin des certitudes: temps, chaos et les lois de la nature**. Avec la collaboration de d'Isabelle Stengers. Paris: Éditions Odile Jacob, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.





Artigos

Ecologia política das cisternas de placas: uma abordagem sociológica das medidas governamentais recentes relativas aos problemas de abastecimento de água em comunidades rurais de Boa Vista e Montadas-PB

Jairo Bezerra da Silva – UFCG/PB
Lemuel Dourado Guerra – UFCG/PB
Ramonildes Alves Gomes – UFCG/PB
Marcionila Fernandes – UEPB

RESUMO

Este trabalho analisa a emergência das ações e estratégias microespaciais destinadas ao enfrentamento da questão hídrica no semiárido nordestino, focalizando as continuidades e discontinuidades de fenômenos tradicionais tais como o do clientelismo, oferta e comercialização de águas, tráfico de influências nas dinâmicas sociais relativas ao manejo dos recursos hídricos na área. Apresenta dados de um trabalho de campo realizado em duas áreas atingidas pelo **Programa 1 Milhão de Cisternas de Placas**, através dos quais discute-se os efeitos da construção de cisternas sobre a qualidade de vida dos beneficiados. A metodologia consistiu de observações diretas e da realização de entrevistas com beneficiados e mediadores (coordenadores da Articulação do Semiárido – ASA) do **PIMC** na área mencionada.

Palavras-chave: Recursos hídricos. Políticas Públicas. Micro/Macroações.

ABSTRACT

This work analyze here the appearing of micro-spatial actions and strategies related to the dealing of hydric questions at the Semi-Arid of Brazilian Northeast, focusing the continuities and discontinuities of traditional phenomena as clientelism, water supply, water commercialization, and traffic of influences in social dynamics concerned to water resources management at that area. We present data from a field work carried out in two áreas addressed by the **1 Million Cisterns of Plaques Program**, through which discusses the effects of the building of cisterns on the life quality of the beneficiaries. The methodology consisted by direct observation and oral interviews with benefi-

ciaries and with mediators from the **Semi-Arid Articulation**, a non-governmental organization that operates in the mentioned area.

Keywords: Water Resources. Public Policies. Micro/Macro Actions.

INTRODUÇÃO

A questão da água é um problema que vem há séculos afligindo o semiárido nordestino, e nele, principalmente, as populações mais carentes. Nas duas últimas décadas, observamos algumas transformações radicais nos discursos e práticas governamentais com relação às ações propostas para minimizar as dificuldades advindas das constantes estiagens que ocorrem na região. O nosso objetivo nesta pesquisa foi o de analisar as principais dinâmicas sociais que resultaram no atual cenário das políticas públicas relacionadas ao enfrentamento dos problemas de abastecimento de água na área citada, a partir do estudo do caso da estratégia de construção de cisternas de placas em comunidades rurais do semiárido paraibano, localizadas nos municípios de Boa Vista e Montadas-PB. Na primeira parte do trabalho, analisamos a conjunção das instituições e dos atores sociais envolvidos na elaboração e implementação das novas políticas governamentais definidas em referência às chamadas “formas alternativas e tecnologias sociais de convivência com o semiárido” da região nordeste. Para isso, adotamos uma perspectiva teórica inspirada na sociologia reflexiva, de Pierre Bourdieu, a fim de identificar os mecanismos subjacentes aos discursos e práticas referidos aos processos de construção das cisternas de placas na área mencionada; e nas noções e abordagens da corrente da Ecologia Política, que se caracterizam pela mobilização de estratégias de multi/trans/inter-disciplinaridade, com o intuito de entender o cenário atual da gestão pública dos recursos hídricos no Brasil, no qual encontram-se, com frequência, discursos e práticas marcados por conceitos tais como os de “sustentabilidade”, “manejo racional” e de valorização de ações de escala microespacial em substituição às ações de escala macroespacial.

Na segunda parte do trabalho, apresentamos o resultado da pesquisa de campo, analisando catorze entrevistas com os beneficiários das cisternas de placas e os beneficiários do projeto de redução da pobreza na Paraíba (Cooperar): entrevistamos dez sujeitos no município de Montadas e dois no município de Boa Vista-PB, além de entrevistas com um ex-representante da ASA Paraíba e outra com o representante atual da ASA – Ceará.

ENTRE A SUBSTITUIÇÃO E A OPERACIONALIZAÇÃO DE ESCALAS MACRO E MICROESPACIAIS: O CASO DO *PIMC*

A região definida como o semiárido brasileiro abrange todos os estados do nordeste e mais a região norte do Estado de Minas Gerais e nordeste do Espírito Santo, compondo uma extensa região na qual vivem mais de 18 milhões de pessoas, das quais oito milhões na zona rural.

Esta região tem uma precipitação pluviométrica média de 750 mm por ano, relativamente alta em relação a outras regiões do planeta. Entretanto, as precipitações chuvosas são mal distribuídas e de forma irregular, além do que, devido às altas temperaturas da região, o índice de evaporação é elevado, resultando em constante escassez de água potável, principalmente na zona rural.

Dentro deste contexto e decorrente da adversidade natural mencionada, inúmeros projetos e programas de governo, há mais de 01 (um) século, preocupam-se em encontrar soluções para o problema, tendo adotado como estratégia principal para a solução do problema da escassez de água na região a construção de grandes barragens durante o instante em que prevalecia o argumento do paradigma da modernidade ao acreditar que as ações de superação da falta de água deveriam ser asseguradas com medidas intervencionistas implementadas pelo Estado. É desse período a construção de grandes barragens no nordeste por meio dos principais órgãos governamentais tais como o Instituto de Obras Contra a Seca (IOCS), o Instituto Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) e o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) com o intuito de modificar o quadro da adversidade climática vivenciado na região nordeste.

A solução adotada mostrou-se ineficaz, uma vez que as grandes barragens, além de causarem um elevado impacto ambiental, não resolveram as dificuldades decorrentes da escassez hídrica da região, principalmente, para as populações rurais pobres, uma vez que as grandes massas de água armazenadas nestes lagos artificiais foram utilizadas preferencialmente para o consumo urbano e para alguns projetos de irrigação localizados nas suas margens, favorecendo mais os grandes proprietários.

O fracasso deste modelo de gestão de recursos hídricos mostrou-se evidente, com a recorrência dos constantes flagelos sociais decorrentes do fenômeno cíclico das secas, durante as quais as pessoas da zona rural, muitas vezes residentes a poucos quilômetros destes grandes reservatórios, ficavam sem ter água nem ao menos para beber. Mesmo com a promulgação da Lei 9.433/97 (BRASIL, 1997), que implantou a política nacional de recursos hídricos com base na gestão a partir da bacia hidrográfica, gerida por um comitê formado paritariamente por integrantes do governo e da sociedade civil organizada com atuação naquela área, a situação do acesso à água potável das pequenas comunidades rurais não tem sofrido alterações significativas.

Esta dificuldade de acesso à água doce no semiárido nordestino fez surgir, já no início da década de 90, ideias que visavam aproveitar *os escassos* recursos hídricos da região, oriundos principalmente das precipitações chuvosas e que, por não serem aproveitados, acabavam sendo desperdiçados e nos períodos de estiagem, as populações rurais, muitas vezes, ficavam sem água até para o consumo humano, a depender do abastecimento feito através de carros pipa.

Um exemplo dessas iniciativas são as cisternas de placas, que surgiram do aperfeiçoamento de um sistema já existente de captação de águas de chuvas nas comunidades rurais, o qual utilizava normalmente tanques de alvenaria, de forma retangular para o armazenamento da água das chuvas.

Na primeira metade da década de 90, Organizações Não Governamentais (ONGs) atuando na área do semiárido desenvolveram uma nova técnica de construção mais simples e mais econômica do que a forma tradicional, com base em placas pré-moldadas de cimento, rapidamente difundida em todo o semiárido como solução capaz de resolver o crítico e cíclico problema da falta de água potável nesta região.

Outra alternativa de gerenciamento de recursos hídricos que vem sendo difundida e bem aceita no semiárido nordestino são as barragens subterrâneas, áreas úmidas criadas artificialmente a partir de obras de engenharia em leitos de riachos ou áreas por onde haja escoamento de água quando da ocorrência de chuvas, de modo que haja a retenção de uma parte destas águas, o que possibilita o desenvolvimento de culturas diversas durante todo o período de estiagem da região.

Além destas, outras estratégias vêm sendo utilizadas para o armazenamento e gerenciamento *dos escassos* recursos hídricos do semiárido, a exemplo dos tanques de pedras, pequenos reservatórios de água construídos para aproveitar os lajedos de pedra da região, efetuando-se o aumento da capacidade de armazenamento de água através de construções de alvenaria. Isso permite ter-se um pequeno reservatório de água potável para a dessedentação dos animais, para as atividades domésticas de limpeza e outras utilizações que não exijam uma elevada qualidade da água.

Entidades como a Articulação do Semiárido (ASA), com sede em Recife (PE), um fórum de organizações civis que congrega mais de 750 entidades como igrejas, ONGs, sindicatos de trabalhadores, associações comunitárias e outras dessa natureza, têm difundido estas tecnologias entre as populações rurais do nordeste do Brasil com o intuito de reduzir as dificuldades relacionadas ao abastecimento de água.

Nessa direção, um dos projetos mais importantes atualmente em fase de implementação é o Programa 1 Milhão de Cisternas de Placas (P1MC), que resultou de convênio firmado com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) – e que conta também com a participação da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN). O projeto, iniciado em 2000, pretende, em 05 anos, construir 1 milhão de cisternas de

placas em toda a região semiárida, beneficiando cerca de 5 milhões de pessoas. Até o momento já foram construídas, aproximadamente, 250 mil cisternas de placas.

Através do estudo do histórico das políticas públicas relativas à *escassez* de água no semiárido brasileiro, nossa pesquisa teve como objetivo central analisar os princípios norteadores destas políticas e a maneira pela qual estas formas alternativas de gestão das águas vêm sendo institucionalizadas e implementadas, verificando sua eficácia e discutindo o cenário de enfrentamento de interesses no qual elas emergem.

Outro aspecto por nós estudado foi a transformação do discurso e das ações dos atores envolvidos na implantação destas novas tecnologias sociais, já que no início a difusão destas técnicas foi efetuada por ONGs com atuação no semiárido, mas hoje algumas destas tecnologias já foram incorporadas aos programas governamentais, inclusive federais, sendo apresentadas como a solução para os problemas hídricos da região.

Durante a realização da pesquisa de campo, constatamos uma série de incongruências observadas em torno do processo de transformação dos discursos e propostas na área das políticas públicas de enfrentamento de problemas relacionados à *escassez* de água no semiárido brasileiro. A constatação dessas incongruências nos fez entender alguns dos principais fenômenos associados a outras políticas públicas implementadas na área dos recursos hídricos, relacionadas ao clientelismo, à utilização política de medidas emergenciais de acesso à água e ao privilegiamento de segmentos específicos da população envolvidas, apresentados sistematicamente na parte referente à pesquisa de campo.

Outro ponto por nós analisado na pesquisa de campo são os elementos indicativos da mudança dos paradigmas políticos do estado centralizador para o estado mínimo, paralelamente à passagem do *paradigma da modernidade* para o *paradigma da sustentabilidade*, engendrando ações intervencionistas de caráter microespacial, a exemplo do programa ASA/P1MC. Somando-se à análise da mudança de paradigmas, buscamos ainda neste trabalho entender as relações e os papéis desempenhados pelos diversos atores sociais envolvidos na implementação das atuais políticas públicas destinadas à anunciada solução dos problemas de escassez de água na região indicada, a saber: as comunidades que adotaram as novas tecnologias; as ONGs responsáveis pela difusão e acompanhamento da implantação; os governos federal e estadual, a quem cabe a elaboração de políticas públicas para a gestão dos recursos hídricos.

Após a incorporação do paradigma do desenvolvimento sustentável aos discursos e políticas públicas do governo federal, modificam-se as estratégias das ações com relação ao enfrentamento da escassez hídrica na região. Enquanto que, com o paradigma anterior, a postura das ações governamentais era no sentido do “combate às secas”, apresentando como solução a construção de grandes barragens,

a perfuração em larga escala de poços subterrâneos em propriedades particulares e o incentivo a projetos de irrigações, como os implantados nos vários açudes construídos pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) –, com o novo paradigma há uma mudança no enfoque das ações governamentais com relação ao semiárido, alterando-se o discurso para o da “convivência com as secas”, passando a serem valorizadas as microações e as ações no nível dos indivíduos, as quais permitam a sustentabilidade do homem no seu ambiente.

Analisamos aqui também aspectos relacionados à “sustentabilidade” destas alternativas de convivência com o semiárido, estudando, através dos dados colhidos na pesquisa, de que maneira estas alternativas influenciam o desenvolvimento econômico e social das comunidades que as adotaram.

A proposta central deste artigo que resulta de um trabalho empírico e de uma revisão de literatura no âmbito da ecologia política é explicar os fenômenos relacionados ao acesso e ao uso de recursos hídricos nas regiões do semiárido por nós pesquisadas, como também o atual quadro de políticas públicas destinadas ao enfrentamento de problemas relacionados ao abastecimento de água no semiárido paraibano e averiguar até que ponto estas experiências de convivência com a região semiárida, mediadas pela introdução de novas tecnologias, são efetivamente capazes de influenciar na transformação dos cenários, do ponto de vista social e econômico, contribuindo para o desenvolvimento da região e possibilitando a concretização do direito cidadão ao acesso à água. Além do que, buscamos entender as descontinuidades do processo que se engendra como neutro, *apartidário*, como operacionalizado, em termos de discurso, pela Articulação do Semiárido, uma vez que esse aparece como símbolo da ação efetiva dos governos estadual e federal.

OS FUNDAMENTOS DA ECOLOGIA POLÍTICA

A reflexão inspirada na Ecologia Política das questões ambientais referidas especificamente ao campo dos recursos hídricos, tem contribuído para a constituição de uma compreensão das relações entre meio ambiente e sociedade numa perspectiva sociológica. Somada à abordagem dos técnicos da área de águas, bem como a de outros de áreas afins, essa perspectiva pode produzir uma abordagem significativamente mais complexa do debate sobre a conjuntura recente nesse campo do que a observada até recentemente.

Partindo da perspectiva teórica acima indicada, e do aporte da análise sociológica proposta por Pierre Bourdieu, analisamos a elaboração e implementação das políticas governamentais recentes relativas ao enfrentamento dos problemas de abastecimento de água no cariri paraibano, focalizando de

modo mais específico a estratégia de construção de cisternas de placas, executada pela Articulação do semiárido (ASA) e pelo COOPERAR. Essa e outras iniciativas de implementação de alternativas de convivência com os problemas de estiagem são aqui analisadas em termos de sua retórica, que alude ao *encanto das microações e da participação popular* envolvidas nesses processos, elicitando representações sociais da relação com a água, elaboradas pelos segmentos sociais atingidos pela referida estratégia governamental recentemente implementada, mobilizadas nos processos de sua efetivação na área mencionada, bem como no que se refere aos indicativos do grau de sua eficácia.

Assim como em outros setores, discursos tais como o de **segurança e sustentabilidade ambiental hídrica** reúnem símbolos e imaginários referidos ao macro/microespaço, sendo de fundamental importância pesquisar as transformações nos cenários, nas instituições, nos atores, nas ações relativas ao enfrentamento de problemas relativos ao acesso e uso de água nas sociedades contemporâneas, bem como a retórica de escassez e de gestão racional de recursos hídricos, a qual se articula, inclusive, em termos globais.

A corrente denominada de Ecologia Política analisa as maneiras pelas quais a política – em seu significado o mais amplo possível – molda o conhecimento sobre as relações que as sociedades estabelecem com o meio ambiente físico, discutindo como as influências de diversos fatores – dos sistemas econômicos, da ciência, da cultura, da linguagem e dos discursos, da ideologia, dos direitos de propriedades, dos movimentos sociais e da resistência, da organização das comunidades locais e de grupos de interesses externos a estas, dentre outros – se exercem sobre as formulações e interpretações discursivas em geral, e particularmente as científicas, sobre as formas humanas de apropriação da natureza.

Nesse campo teórico, que se constitui a partir do último quartel do século passado, tem sido produzida uma série de questionamentos das explicações dominantes sobre as causas da degradação ambiental e sobre as alternativas propostas para seu enfrentamento, articulando análises que inter-relacionam os aportes da economia política e da ecologia, apresentando ainda ênfases: (1) no exame de definições de políticas públicas ambientais e de práticas institucionais e sociais a elas relacionadas (BRAUN; CASTREE, 1998; BRYANT, 2001; BRYANT, 1997; FRIEDMAN; RANGAN 1993; MOORE, 1996; PEET; WATTS 1996; PELUSI; WATTS, 2001); (2) na economia política da natureza, particularmente em referência aos processos de mercadorização dos recursos naturais (BANNERJEE, 2003, GOLDMAN, 1998; SCHRÖDER, 1995); e na politização das mudanças biogeofísicas ocorridas (HORTA, 2000, GUERRA et al., 2002; STOTT; SULLIVAN, 2000).

Nesse campo teórico, que se constitui a partir do último quartel do século passado, tem sido produzida uma série de questionamentos das explicações dominantes sobre as causas da degradação ambiental e sobre as alternativas propostas para seu enfrentamento, articulando análises que

inter-relacionam os aportes da economia política e da ecologia, apresentando ainda ênfases: (1) no exame de definições de políticas públicas ambientais e de práticas institucionais e sociais a elas relacionadas (BRYANT, 2001; BRYANT; BAILEY, 1997; FRIEDMAN, 1993; MOORE, 1996; PEET; WATTS 1996; PELUSI; WATTS, 2001); (2) na economia política da natureza, particularmente em referência aos processos de mercadorização dos recursos naturais (BANNERJEE, 2003, GOLDMAN, 1998; SCHRÖDER, 1995); e na politização das mudanças biogeofísicas ocorridas (HORTA, 2000, GUERRA et al., 2002; STOTT; SULLIVAN, 2000).

A adoção da perspectiva da Ecologia Política possibilita a análise de dinâmicas das relações de poder, construídas em lutas materiais e discursivas que têm como objeto de disputa os recursos naturais (BRYANT, 1998), dando uma atenção especial à maneira pelas quais as políticas governamentais para o semiárido na área hídrica estão ligadas a sistemas de controle político e econômico, cuja ação é, frequentemente, amplamente desconhecida da maioria dos atores aos quais as referidas políticas se dirigem.

A contribuição da abordagem em termos da ecologia política se expressa na transdisciplinaridade que ela implica, propondo-se uma abordagem dos processos através dos quais percepções e discursos sobre problemas socioambientais e relativos ao seu enfrentamento se disseminam, promovendo um debate sobre o papel da ciência e da articulação política na hegemonização de descrições dos cenários de dinâmicas ambientais marcadas por situações de escassez atual ou iminente e no convencimento em torno das estratégias apresentadas como capazes de solucionar os problemas identificados (BRYANT, 2001).

Outro aspecto, abordado por Robbins (2004), na perspectiva da ecologia política, vai no sentido de apresentar a (des)naturalização das chamadas crises relacionadas ao acesso dos recursos naturais (hídricos), enfatizando sua dimensão de caráter mais político do que natural, o que leva à focalização das estratégias políticas de poder para uso e controle desigual dos recursos naturais no atual modo de produção capitalista. Robbins (2004) ainda mostra que a apropriação dos recursos naturais ocorre de maneira desigual entre os países ricos e pobres e ao mesmo tempo desmonta a tese da super-população, construída por Malthus e desconstruída por Karl Marx, chamando a atenção para o exemplo da Índia, onde o consumo de água por habitante é três vezes menor do que o dos Estados Unidos, embora possua um maior contingente populacional.

Para Porto-Gonçalves (2006) o acesso e o uso dos recursos hídricos no Brasil se dá de forma bastante desigual, constituindo-se sua gestão uma arena atravessada por interesses políticos e econômicos de alta monta, o que precisa ser levado em consideração quando se analisam os fundamentos locais do paradigma da sustentabilidade, segundo os quais as unidades produtivas locais seriam capazes de

se auto estruturarem, operacionalizando tecnologias de baixo custo e de fácil aprendizagem, como resultado de processos de caráter meramente técnico.

Leff (2006), outro teórico da ecologia política que consideramos importante trazer aqui, propõe uma nova metodologia baseada numa racionalidade e/ou epistemologia ambiental, com a finalidade de observar o conjunto dos instrumentos do mercado, os quais operariam em torno do uso/controle e gestão dos recursos naturais, fazendo com que os desequilíbrios socioambientais se intensifiquem.

Nossa análise das dinâmicas que resultam num conjunto de ações políticas inspiradas no paradigma da sustentabilidade, a exemplo da proposta das cisternas de placas, aponta para um vínculo de ações desse estilo com diretrizes do projeto neoliberal e seus reflexos no Estado. Neste sentido, é necessário romper com uma análise do PIMC e outros dessa natureza que pretenda considerá-los como instâncias de neutralidade, isoladas das esferas do exercício do poder. Nessa direção, com Leff (2006, p. 144) pensamos ser necessário, inclusive, colocar sob análise a ideologia do desenvolvimento sustentável, nos lugares onde ela se deixa ver menos:

As políticas de desenvolvimento sustentado se inscrevem nas vias de ajuste que a economia neoliberal aportaria à solução dos processos de degradação ambiental e ao uso racional dos recursos ambientais; ao mesmo tempo, responde a necessidade de legitimação da economia de mercado, que em seu movimento inercial resiste ao estampido que lhe foi determinado pela sua inércia mecanicista. Como se fosse uma bola de neve, na queda verifica-se a adesão de uma capa discursiva com a qual se tenta deter seu colapso. Assim, prossegue em movimento cego em direção a um destino sem futuro, sem horizontes nem perspectivas, que fecha as vias para a desconstrução da ordem econômica antiecológica e impede o trânsito no sentido da nova ordem social, guiada pelos princípios da sustentabilidade ecológica, da democracia participativa e da racionalidade ambiental.

ALGUNS PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA SOCIOLOGIA E DA ECOLOGIA POLÍTICA

A necessidade de uma ruptura com as ilusões do saber aparente, ordenado, neste caso específico, em torno da esfera da gestão das políticas públicas de recursos hídricos no Brasil, implica numa

abordagem que adote como estratégia analítica a associação do que é apresentado como dados técnicos e estatísticos com o conjunto de interesses dos atores envolvidos e interessados na transformação da água em mercadoria, a ser oferecida no mercado como qualquer outra. Nesse processo, o que é sugerido, e em certa medida já está sendo implementado, é o apagamento do caráter de bem comum, de recurso natural coletivo que a água possuía anteriormente, o que determinava sua gestão enquanto serviço público a ser oferecido universalmente, enquanto um direito dos cidadãos.

Categorias sociológicas de análise, tais como a da hierarquização social e a ideologia, precisam ser mobilizadas no sentido da construção de uma abordagem das atuais configurações das questões hídricas, de maneira a dar conta da conexão entre as mudanças nas políticas públicas e suas consequências no cotidiano dos indivíduos (SILVA, 2003).

Nessa direção, a análise que propomos das recentes ações governamentais na área hídrica implica na crítica de uma determinada corrente que tem reduzido a reflexão aos aspectos técnicos das propostas de estratégias para gestão de águas e para o enfrentamento das dificuldades relativas ao abastecimento de água no semiárido nordestino. Ao optarem por uma abordagem aparentemente neutra, os sociólogos passam a funcionar com agentes de transmissão de justificações pseudo-científicas de interesses de grupos privilegiados. Nossa análise se constrói a partir da tarefa de localizar a implementação das novas tecnologias – aqui especificamente a das cisternas de placas – enquanto uma ação microespacial a fim de enfrentar o problema da escassez de recursos hídricos num “todo”, ou seja, num sistema de relações e inter-relações sociais em relação ao qual tem seus sentidos construídos.

O INSTRUMENTAL DA ECOLOGIA POLÍTICA

Para Budds (2003), os parâmetros da ecologia política assumem a seguinte configuração teórico-explicativa: a) referem-se a uma explicação complexa acerca da relação existente entre a natureza e a sociedade sob a forma de um processo de construção social, como também representam uma análise acerca das relações de poder que envolvem o gerenciamento dos recursos naturais em suas relações com a degradação do meio ambiente, considerando a história política e o contexto econômico nas diferentes escalas temporais em que o problema emerge. Visa também mostrar como os aspectos do meio ambiente são utilizados enquanto instrumentos particularistas [recursos naturais alocados e gerenciados] com ênfases na garantia de privilégios específicos.

As argumentações da autora são construídas em torno do estudo de caso realizado no Chile, no final da década de 80, a partir do qual a mesma constata um acesso e uso desigual dos recursos

hídricos por meio da apropriação imposta pelos grandes fazendeiros, o que causa inúmeros conflitos sociais na região. Neste cenário, Budds (2003) indica que há uma correlação com os fundamentos das diretrizes neoliberais que formularam o princípio da água enquanto mercadoria e que se desdobram na panfletagem ideológica das ações microespaciais como sendo as necessárias e capazes de assegurar o desenvolvimento sustentável dos recursos hídricos. Isso se traduz num entendimento de que a ocorrência dos processos locais corresponde a uma dinâmica mais geral, a exemplo das políticas elaboradas pelo Banco Mundial para o setor de recursos hídricos. Assim, a defesa sistemática por parte dos articuladores locais da implementação de ações microespaciais, em certa medida, significa um reflexo das ações do Banco Mundial destinadas a operacionalizar a mercadorização dos recursos hídricos nos países pobres.

De acordo com Budds (2003), a adoção do primeiro modelo mercantilista de gerenciamento de águas no mundo, ocorreu no Chile em 1981, instaurando uma série de conflitos desde o instante em que passou a limitar a participação equitativa dos usuários devido ao encarecimento da água, privilegiando-se o direito dos grandes fazendeiros.

Leff (2006) e Porto-Gonçalves (2006) propõem um método de análise que nos ajuda a pensar a natureza em referência a um conjunto de estratégias de capitalização do modelo de globalização neoliberal, no qual a ideologia do mercado emerge com um viés democrático. Ambos defendem que a atual ordem econômica reconhece como legítima a mercantilização dos recursos naturais, em consonância com o discurso da racionalidade econômica, o que tem produzido a desnaturalização da própria natureza.

Ainda segundo os autores acima citados, a disseminação da ideologia do desenvolvimento sustentável esconde o jogo das estratégias políticas da geopolítica da biodiversidade, instaurando novas formas de dominação, ao mesmo tempo em que termina por acelerar o processo de destruição da natureza, da vida, produzindo a erosão das práticas culturais de significação, convivência e solidariedade. Assim para entender as recentes propostas de gestão racional e participativa dos recursos hídricos, é imprescindível que se considere o contexto de interesses pela mercantilização do recurso, bem como um conjunto de contradições entre a teoria e a prática da proposta de desenvolvimento sustentável e do uso racional das águas.

Ainda para os autores acima citados, a limitação da proposta de participação e de uso-racional sustentável dos recursos hídricos se estabelece a partir do momento em que a água passa a ser um problema para os ricos. Essa ideia também é compartilhada por Ribeiro (2003). A água atualmente não representa um problema de políticas regionais manipuladas por oligarquias latifundiárias ou por

políticos populistas, durante muito tempo associada ao paradigma da modernidade, produzindo, por exemplo, a ideia de que, para evitar a escassez de água, seria necessária a açudagem.

Hoje, sob a ótica do paradigma da sustentabilidade, prevalece o princípio de que a escassez de água poderá ser evitada com a adoção de práticas de acesso e uso-racional sistemática dos recursos hídricos, tal como podemos observar nas diretrizes do **PIMC**. Em meio a essa mudança de paradigma, é necessário que formulemos algumas questões no sentido de tentar entender quais as principais configurações que possibilitam a execução de cisternas de placas enquanto uma estratégia capaz de assegurar água de boa qualidade para as populações do semiárido brasileiro¹.

Nossa análise indica que antigos protagonistas, que durante muito tempo manipularam o discurso da escassez de recursos hídricos na região nordeste, estão sendo substituídos por novos protagonistas, os quais colocam a escassez num outro patamar explicativo. Para Porto- Gonçalves (2006), devemos entender que, no Brasil, a alocação da água está sendo negociada de acordo com os interesses do agronegócio, com avançadas técnicas de captação e armazenamento da água.

A ideia do paradigma da sustentabilidade é incorporada por setores governamentais, não governamentais e pelo setor privado, em forma de *marketing verde*, tacitamente fortalecendo os parâmetros específicos do mercado e a capitalização da natureza.

A implementação das cisternas de placas e o discurso no interior do qual ela acontece necessitam ser entendidos dentro de um contexto mais amplo, incluindo a reflexão sobre as transformações do estado, bem como os interesses de grupos econômicos do agronegócio bem como do hidronegócio, além da referência necessária aos novos *coronéis* do terceiro setor.

INTERPRETAÇÕES DOS PROCESSOS DE MOBILIZAÇÃO EM TORNO DE POLÍTICAS HÍDRICAS

Para os articuladores da ASA em nível regional, o projeto das novas tecnologias das cisternas de placas, emerge num contexto social em que há uma forte mobilização para a melhoria da qualidade de vida das populações residentes na região do semiárido, possibilitando às referidas famílias que são beneficiadas com as cisternas de placas uma maior vivência com a prática do associativismo.

1 A reflexão mais acurada acerca dessa questão pode ser encontrada na parte referente à análise das principais variáveis.

O contexto social é de mobilização para melhoria das condições de vida das populações “difusas” do semiárido ligadas à agricultura familiar, por uma reforma agrária em defesa da segurança alimentar e da biodiversidade, numa perspectiva agroecológica e de gênero, na construção de um projeto alternativo de desenvolvimento com inclusão social e sustentabilidade econômica e ambiental, em contraposição ao projeto do agronegócio, da monocultura e da fruticultura irrigada de produção em larga escala, para exportação (ex-membro da ASA).

Essa função mobilizadora atribuída às cisternas pode ser questionada, tomando como base os fundamentos da teoria social de Baudrillard (apud LEFF, 2006), segundo a qual a mobilização nas sociedades contemporâneas se processa num cenário de refluxo dos movimentos sociais e não o contrário, o que pode explicar a centralização em intervenções de caráter microsocial, mesmo que haja uma tentativa de, nos discursos, ligar supostas consequências em termos domésticos com resultados em termos macrosociais, como vemos no exemplo abaixo:

Cisterna é uma ferramenta mobilizadora, até porque atende uma necessidade básica que é a água de beber para cozinhar. A gente tem ações no campo da mobilização ... A gente tem como missão construir uma política de desenvolvimento para a região semiárida, onde a cisterna é esse elemento mobilizador que dá as condições às diversas entidades e espaços, né? (ex-Articulador da ASA Paraíba).

Na fala acima, ilustra-se claramente a alusão à função doméstica da cisterna e à responsabilidade com a construção de uma *política de desenvolvimento para a região*, discurso em cujo interior se localiza a defesa da construção de cisternas de placas no semiárido nordestino, sem que sejam apresentados dados objetivos a respeito dos resultados em termos de desenvolvimento, crescimento econômico ou coisa que o valha.

Um outro aspecto a ser considerado é a oposição discursiva entre a eficácia das microações e a ineficácia das macroações, presente nas falas de atores que dominam os processos de implementação das recentes estratégias de convivência com a seca. Vejamos o que diz o articulador da ASA Ceará no que tange à defesa das ações microespaciais:

O acesso à água deve ser democraticamente garantido dentro de projetos integrados, de base comunitária e agroecológica ... O PIMC, vem possibilitando às famílias que conquistam sua cisterna a compreensão e a vivência do associativismo como instrumento de melhoria de vida, a partir dos cursos de gerenciamento de recursos hídricos (GRH) do Programa. Os avanços podem se dar também através de outros programas da ASA, tais como o P1+2, O Bomba D'água Popular (BAP), etc.

Tal argumentação esbarra nos dados da realidade observada, na medida em que o modelo de mobilização mediada por meio das políticas públicas de abastecimento de água de amplo espectro, a exemplo de sistemas adutores, já que elas têm funcionado como geradoras de privilégios aos grandes proprietários de terras. Sobre isso, vejamos o pronunciamento de um ex- articulador da ASA Paraíba:

A partir das entrevistas e observações realizadas nas comunidades acima citadas, pelo menos duas questões devem ser formuladas como estratégia de suspensão sociológica das aparências dos processos ali narrados e observados: uma referente à relação entre os discursos em cujo interior os defensores das recentes políticas públicas na área de recursos hídricos e os efeitos da implementação dessas políticas para os indivíduos atingidos; outra, em relação à participação anunciada e efetiva; ainda outra em relação aos mediadores dessas políticas no que se refere às posições por eles ocupadas nos sistemas e posições implicados nos processos de efetivação das políticas mencionadas.

ANÁLISE DOS DADOS

O *locus* empírico da nossa pesquisa foi constituído das comunidades rurais de Boa Vista e de Montadas-PB, nas quais foram conduzidas doze entrevistas semiestruturadas com os beneficiários do PIMC e do COOPERAR. Além desse grupo de sujeitos pesquisados, realizamos entrevistas com dois membros da ASA – Paraíba e do Ceará.

AS CISTERNAS DE PLACAS E A ÁGUA ENCANADA EM BOA VISTA/PB

A primeira parte da pesquisa, realizada em comunidades da zona rural de Boa Vista, consistiu na realização de duas entrevistas com beneficiários das cisternas de placas, a partir de um roteiro

semiestruturado, por meio do qual começamos testar algumas variáveis, com o intuito de entender os processos envolvidos na implementação do PIMC. Não encontrando beneficiários do PIMC na região citada, mas indivíduos que receberam cisternas de placas implementadas pelo COOPERAR, conduzimos as entrevistas de modo a adaptar a estratégia inicial e analisar os mecanismos de operacionalização desse outro projeto também destinado a enfrentar problemas de acesso a água na região. Concomitantemente, escolhemos uma outra área de para coleta de dados, a saber, cidade de Montadas-PB, pelo fato de , nela, existirem cisternas de placas construídas com a mediação da ASA, dentro do PIMC.

Um primeiro elemento a destacar do cenário em que encontramos os atores em articulação com a mediação e construção das cisternas nas comunidades estudadas é um discurso que insiste na despolitização dos processos. Um dos entrevistados², por exemplo, declarou que “detestava política”, exigindo de nós uma identificação como pesquisador e indicadores seguros de pertença à universidade. O que estava em jogo não era o envolvimento do pesquisador com a política, mas o risco deste envolvimento acontecer em oposição às forças políticas mobilizadas nos processos ligados ao **PIMC**. O discurso citado pode ser localizado numa rede de relações de poder que associa a lealdade ao representante político no âmbito local aos processos de instalação das cisternas de placas, sendo que ir de encontro à força política local acarreta um conjunto de dividendos imprevisíveis, incluindo a perda de privilégios.

Os beneficiados pela construção de cisternas de placas são indivíduos do baixo-estrato social, os quais participam de reuniões em que a comunidade local é consultada sobre algumas tecnologias de armazenamento de água.

Um dado a ser considerado é que na zona rural do município de Boa Vista-PB existe um sistema adutor de abastecimento de água encanada, sendo o a taxa mensal para consumo de dez mil litros, de, aproximadamente, R\$ 9,00. Essa informação pode nos levar a questionar os processos de escolhas dos lugares em que serão construídas as cisternas, já que, no caso, percebemos que a cisterna de placas passa a ser, em certo sentido, *desnecessária* na área citada, devido à existência do sistema de abastecimento de água que não é utilizado para a irrigação. Por outro lado, a existência e o funcionamento observados dessa adutora, em certa medida, deslegitima a tese da ASA de que o sistema adutor beneficia apenas os grandes proprietários, como registra o ex-articulador da ASA Paraíba acima citado.

O processo de construção das cisternas é desencadeado por técnicos do COOPERAR, com a escolha de um representante selecionado pela comunidade. Após explanações sobre o projeto, foi colocado

2 Pedido de identificação do partido que representávamos como condição necessária para responder a pergunta.

em votação um conjunto de possibilidades (poço, cisterna e/ou barragem subterrânea) e é executado o orçamento para a viabilização do escolhido, no caso, a cisterna, cuja construção deveria ser feita por um pedreiro, escolhido e pago pelo beneficiário.

No caso da comunidade estudada, as considerações sobre a eficácia do projeto foram influenciadas pelo fato de que logo em seguida à construção das cisternas, ocorreu a instalação de água encanada. Assim, segundo os entrevistados, as cisternas ganham relevância somente no caso de haver racionamento de água encanada.

Nessa situação, em que as cisternas convivem com o sistema de água encanada, é possível perceber que os sujeitos da área valorizam muito mais o sistema adutor, em relação às novas tecnologias apresentadas nos discursos governamentais e de ONGs como sendo de baixo custo, de fácil aprendizagem e de alta viabilidade para os agricultores familiares.

Outro elemento a ser destacado se refere à relação entre as condições de acesso ao recurso e à atividade econômica na região. Nos discursos coletados aparecem as dificuldades tanto em relação às cisternas, já que os montantes armazenados são pequenos e impossibilitam seu uso agrícola, quanto no caso da água encanada, já que os valores pagos pelo consumo de água também limitam sua utilização para a lavoura. Nas palavras de um agricultor do Alto do Cruzeiro, no município de Boa Vista-PB:

[...] Não pegamos mais água em lata à longa distância para beber nem para outras atividades domésticas. Isso não existe mais, porque agente agora tem água encanada, como você pode ver ali na caixa de água, certo? No momento não enfrentamos problemas de água, porque temos a cisterna e a água da torneira. Acontece que nós não usamos a água encanada para a agricultura. Se a gente fizer isso vai pagar muito caro, né, moço?

Sobre a articulação da construção de cisternas através do projeto COOPERAR com o poder local, observamos que os sujeitos beneficiados fazem uma ligação entre a prefeitura, o governo estadual e o federal. Como a presença mais próxima é a da prefeitura (a qual, segundo os entrevistados, “entra com areia, cimento e água”), podemos pensar que os benefícios em termos de construção de lealdades políticas sejam dos grupos ligados ao prefeito. Essa articulação entre o abastecimento de água e as relações locais de poder continua, como podemos ver na fala seguinte:

Os carros pipas colocam água na cisterna, quando a gente precisa. É só pedir e falar com o vereador ou dar uma gorjeta ao motorista que ele coloca água para nós.

Os símbolos que externalizam e fortalecem a ideia que o prefeito *traz a água* são mantidos enquanto uma estratégia de aquisição de dividendos políticos locais, o que pode indicar a necessidade de rever as propostas de participação e de mobilização social, associadas no nível discursivo, inclusive, nas argumentações em defesa das ações recentes executadas pelo poder público na área de abastecimento hídrico no semiárido paraibano.

O PIMC EM MONTADAS/PB

A segunda parte da pesquisa foi realizada na zona rural da cidade de Montadas-PB, na qual entrevistamos dez beneficiários das cisternas de placas, o PIMC.

Em relação à variável referente ao processo de instalação das cisternas, constatamos a existência de uma forte parceria entre o sindicato e os sujeitos beneficiários, sendo a situação local uma replicação de uma tecnologia que já vem sendo implementada sistematicamente em diversas regiões do semiárido paraibano, enquanto uma política de alcance microespacial, nos territórios onde as secas ocorrem com mais frequência. No processo de instalação das cisternas na área considerada, constatamos uma participação direta do sindicato no que tange à condução do processo. O mesmo aparece como um sujeito balizador dos arranjos que devem ser feitos para instalar este e outros programas vinculados às novas tecnologias micro que se estruturam e instalam na área considerada.

No que concerne à assessoria técnica, a grande maioria dos respondentes afirmou que os técnicos não retornam para fazer visitas de manutenção e acompanhamento das cisternas de placas. Ressaltamos, mais uma vez, que o processo de escolha, de construção e de manutenção das cisternas está vinculado sistematicamente ao poder do sindicato dos trabalhadores rurais da comunidade de Montadas-PB, o qual se empodera, à proporção em que o programa que introduz novas tecnologias vai ganhando força e se desdobrando em outros programas complementares, os quais parecem não ser capazes de garantir um abastecimento de água que torne possível, além do consumo doméstico, a produção agrícola familiar.

Constatamos ainda que mesmo havendo um apelo do projeto ao uso racional da água para finalidades domésticas específicas, os beneficiários utilizam a água das cisternas constantemente para outras não previstas, porque as necessidades são bem maiores que a oferta.

A instalação das cisternas de placas é vista como algo que produziu melhorias. Alguns dos entrevistados afirmam “que deixaram de buscar água em baldes ou galões percorrendo grandes distâncias”. Tal colocação será invertida e apresentada como contraditória no instante em que os incômodos são registrados com bastante veemência. Os beneficiários afirmam também em alguns casos “*que até possuíam* o dinheiro para comprar a água durante o período da seca, mas que não possuíam o espaço para armazenar a água e que com a chegada das cisternas de placas essa situação foi invertida”. Alguns dos beneficiários dizem “que a quantidade de água disponível não representa a garantia de um acesso de boa qualidade”, porque a água não dá para a subsistência e nem para gerir de maneira adequada as atividades relacionadas à agricultura.

O problema do incômodo do acesso como já registramos acima e que os beneficiários minimizam num primeiro momento durante a realização da entrevista, aparece quando perguntamos se os indivíduos ainda continuam usando formas ‘arcaicas’ de coleta de água. Vejamos algumas das falas que registram esses incômodos:

Sim, porque a água da cisterna só dá para beber, cozinhar e tomar banho. Se não, falta. Pego água no barreiro para lavar casa, lavar roupa. Dar de beber aos bichos. Sim, pegamos lá no poço, lá na barragem, porque a água da cisterna não serve para tudo, não serve ...temos de pegar nos barreiros.

Em suas falas, os beneficiários do PIMC deixam clara a continuidade de alguns *velhos* incômodos: continuam a buscar em locais distantes água para as diversas atividades, exceto para beber e cozinhar, quando há chuvas regulares; continuam a carregar galões de água com pesos excessivos, aproximadamente com quarenta litros de água por dois galões; continuam a pagar caro pela água em períodos de estiagem, armazenando a água em barreiros e barragens; continuam a depender dos carros-pipa e de toda uma rede de privilégios que estrutura esse serviço; continuam a fazer um uso diário da água que não se adéqua às suas necessidades diárias.

Em relação aos efeitos da construção das cisternas de placas sobre a saúde na comunidade, os beneficiários afirmam que as doenças relacionadas ao consumo da água, agora tratada nas localidades em que as cisternas são instaladas, diminuíram consideravelmente. Os beneficiários consideram a amebíase e problemas intestinais, como doenças que estão ligadas ao uso inadequado da água.

No que se refere à relação entre o montante de água armazenada nas cisternas o uso nas atividades de cultivo da terra, verificamos que os beneficiários do P1MC enfrentam uma limitação no sentido de ter assegurado um acesso e uso regular nas suas diferentes necessidades domésticas e agrícolas, no que tange à disponibilização da água de boa qualidade e à água para a produção. O registro acerca dos limites aparece no instante em que os beneficiários colocam “que se sentem sem meios de utilizar a água para outras finalidades que não seja a de beber ou a de cozinhar”. Como utilizar a água da cisterna em períodos em que os índices pluviométricos são baixos? Utilizar a água para *outras* finalidades pode representar em certa medida um *luxo* pelos que defendem o uso *racional da água*. Assim também seriam considerados *lavar banheiro, tomar banho, lavar a casa, lavar a louça, lavar a roupa* e outras atividades domésticas e extradomésticas que são correlatas e que requerem o uso da água.

Os limites dessa tecnologia afloram ainda mais quando o tema é a atividade da lavoura. De acordo com os beneficiários do P1MC, as cisternas não se adéquam à estrutura da irrigação. Daí decorrem alguns problemas, tais como manejar as atividades agrícolas sem que haja a disponibilização da água nem por parte das ações macroespaciais e nem por parte das ações microespaciais. Desse processo resulta uma série de incômodos para os beneficiários das cisternas de placas para os quais há poucas perspectivas de resolução no sentido de viabilizar uma cultura irrigada de maneira sustentável.

No que tange à visão dos políticos locais acerca do P1MC, diferentemente do que aconteceu em Boa Vista, onde os beneficiários colocaram que os políticos locais vinculados ao prefeito consideram interessante o programa de cisternas e que, em alguns casos, os mesmos chegam a contribuir para o fortalecimento do mesmo com a doação de água e areia, em Montadas, os mesmos não têm uma participação direta no programa, devido à ação de gerenciamento de controle efetivo exercida pelo sindicato dos trabalhadores rurais.

No que se refere à continuidade da ação dos carros-pipas, também em Montadas essa prática persiste, o que indica uma contradição entre o que se alega como resultado das cisternas de placas e a realidade observada. A indústria dos carros-pipa continua a ter uma efetividade prática tão logo o período de estiagem comece a se intensificar na região do semiárido, assegurando o empoderamento dos grupos políticos que se mantêm através do *clientelismo da água*.

À permanência da indústria dos carros-pipas está associado um elemento marcante que deve aqui ser ressaltado, registrado pelos beneficiários das cisternas de placas. Este elemento é o pagamento por parte dos agricultores beneficiários para que tenham água em suas propriedades. Além da continuidade dos carros-pipas, impõe-se ainda o pré-requisito da taxa como condição indispensável à disponibilização da água. Nos relatos que foram colhidos durante a realização da pesquisa, conseguimos constatar o incômodo desses agricultores, expressos da seguinte maneira:

Depende da precisão; se não tem chuva a gente paga uma taxa. Se a gente for comprar mesmo um carro de água boa, a gente paga entre sessenta e setenta reais. Daí a gente não tem condição. Continua ...tem uma taxa mínima, necessária para pagarmos. Pagamos apenas o combustível do caminhão da prefeitura. Não temos carro pipa de graça. Se a cisterna secar nós pagamos uma taxa para encher a cisterna. Uma vez tive de pagar uma taxa de quinze reais ...Só se pagarmos ...Se precisarmos de carro pipa pagamos para colocar água”.

Os depoimentos colhidos em Montadas bem como em Boa Vista indicam os limites das cisternas de placas enquanto estratégia de convivência com os problemas de abastecimento de água no semiárido paraibano. A comercialização através de carros-pipas continua sendo uma realidade, bem como sua potencial instrumentalização política, além do que para o consumo estrito de água as dificuldades somente diminuem nas duas realidades observadas, na área em que existe água encanada, embora persista a questão do valor econômico do uso do recurso. Nossa observação e a análise das entrevistas indicam a necessidade de revisão dos investimentos nas denominadas microações hídricas por parte do governo, ainda mais se houver a intenção de contribuir para o atendimento das necessidades de produção dos agricultores familiares do semiárido.

No que se refere ao discurso dos membros da ASA que entrevistamos, o qual insiste em desvincular o PIMC enquanto uma estratégia político-partidária, aludindo que haveria uma atribuição desse projeto à força dos movimentos sociais na área, nas falas dos beneficiários fica evidente o registro político partidário no vínculo efetuado entre os articuladores e o Partido dos Trabalhadores, bem como na leitura simbólica que os beneficiários fazem acerca do proponente do projeto. Diante dos pronunciamentos, verificamos que há uma identificação construída em torno dos governos estadual/federal como os responsáveis pela implementação do programa.

CONCLUSÕES

As principais conclusões às quais chegamos neste trabalho de pesquisa que tem como finalidade analisar as recentes políticas de enfrentamento de problemas de abastecimento de água no semiárido nordestino, a partir de um diagnóstico dos processos de implementação da estratégia de construção de cisternas de placa em algumas comunidades do semiárido paraibano, podem sinteticamente assim ser

resumidas: num primeiro momento, constatamos a efetivação da mudança de ênfase na ideia do desenvolvimento regional na área hídrica por meio da maximização da oferta água, superando a escassez, por meio da construção de barragens e açudes pelos órgãos governamentais para uma ênfase na sustentabilidade, na qual as microações hídricas aparecem como sendo capazes de superar os problemas hídricos por meio da introdução de novas tecnologias (barragens subterrâneas, cisternas de placas, os tanques de pedras e as bombas de água).

A pesquisa de campo nos revelou que o paradigma da convivência com a seca tende a fortalecer a ideologia das microações na área hídrica, as quais passam a ser geridas pela ASA e por outras organizações não governamentais sem que a relação entre a demanda de necessidades de acesso e uso à água dos agricultores e a oferta do recurso seja estruturalmente modificada. No entanto, o último pleito eleitoral, mostrou que houve uma certa apropriação sistemática do Estado no sentido de mostrar que o mesmo é o executor do programa de instalação das cisternas de placas, o qual viabilizaria o desenvolvimento sustentável da região semiárida do nordeste.

Constatamos ainda a manutenção do clientelismo presente em outros programas de gerenciamento dos recursos hídricos, na medida em que a indústria do carro pipa permanece forte, inviabilizando a autonomia dos agricultores em relação à ação dos políticos profissionais locais.

REFERÊNCIAS

BANNERJEE, S. B. Quem sustenta o desenvolvimento de que? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. **Raízes**, n. 20, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomas. Lisboa: DIFEL, 1996.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983.

_____. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Tradução Mariza Corrêa. – Campinas-SP: Papirus, 1996.

_____. **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. Renato Ortiz (Org.). São Paulo: Olho d'Água: 2003.

BRASIL. Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Dispõe sobre a Política de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do Art. 21 da Constituição Federal, e altera o Art. 1º

da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 jan. 1997.

BRAUN, B.; CASTREE, N. (Ed.). **Remaking reality**: nature at the millennium. Routledge: London, 1998.

BRYANT, Raymond L. Political Ecology: an emerging research Agenda in third world. **Political Geography**, n. 11, p. 12-13, 2001.

BRYANT, R. L.; BAILEY, S. **Third world political ecology**. Routledge: London, 1997.

BUDDS, J; McGRANAHAN, G. Are the Debates on Water Privatizations Missing the Point? Experiences from África, Ásia and Latin América. **Environment and Urbanizations**, v. 15, n. 2, p. 87-114, 2003.

FRIEDMAN, J.; RANGAN, H. (Ed.). **In defense of livelihood**: comparative studies on environmental action. West Hartford, CT: Kumarian Press, 1993.

GOLDMAN, M. (Ed.). **Privatizing nature: political struggles for the global commons**. London: Pluto Press; Transnational Institute (TNI), 1998.

GUERRA, Lemuel Dourado et al. Por uma abordagem sociológica, da crise ambiental e do modelo de desenvolvimento sustentável. In: GHISLAINE, Duque (Org.). **Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisa em Sociologia Rural**. João Pessoa: UFPB; Campina Grande: UFCG, 2002. p.17-46.

HORTA, K. Biodiversity Conservation and the Political Economy of International Financial Institutions. In: STOTT, P.; SULLIVAN, S. (Ed.). **Political ecology**: science myth and power. New York: Oxford University Press, 2000.

LEFF, Henrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução Luís Carlos Cabral. – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

MOORE, D.S. Marxism, culture and political ecology: environmental struggles in Zimbabwe's easter highlands. In: PEET, R.; WATTS, Michael (Ed.). **Liberation ecology**: environment, development and social movements. Routledge, London: 1996.

PEET, Richard; WATTS, Michael. Liberation ecology: development, sustainability and environment in an age of market triumphalism. In: PEET, Richard; WATTS, Michael (Ed.). **Liberation ecology**: environment, development and social movements. Routledge, London: 1996. p. 1-45.

PELUSI, N.; WATTS, M. (Ed.). **Violent environments**. Ithaca: Cornell University Press, 2001. p. 3-38.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIBEIRO, Wagner Costa. C. Água doce: conflitos e segurança ambiental. In: MARTINS, Rodrigo Constante; VALÊNCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva (Org.). **Uso e gestão de recursos hídricos**. RiMa, 2003. p. 71-77.

ROBBINS, P. **Political ecology**: a critical introduction. Oxford: Blackwell Publishers, 2004.

SILVA, Jairo Bezerra. **As transformações do estado e suas implicações sobre as políticas públicas no Brasil**: o caso dos recursos hídricos. Dissertação (Mestrado) – UFCG/UEPB, 2003.

SCHRÖDER, R.A. Contradictions along the commodity road to environmental stabilization: foresting Gambian gardens. **Antipod**, v. 27, n. 4, p. 325-42, 1995.

STOTT, P.; SULLIVAN, S. **Political ecology**: science, myth and power. London: Arnold, 2000.

Classe e consciência de classe em dois estudos sobre o operariado no Brasil

Vanessa Tavares Dias – IUPERJ

RESUMO

O presente trabalho tem como proposta analisar as noções de *classe* e *consciência de classe* a partir da perspectiva de estudos de dois autores particulares: Moisés Vinhas e Antonio Luigi Negro. Uma das diferenças entre eles diz respeito ao momento em que ambos se dedicaram às suas investigações sobre o operariado brasileiro. O primeiro vivenciou um momento marcado por uma leitura mais ortodoxa do materialismo histórico. O segundo, dentre outros aspectos, foi influenciado pelos estudos de Thompson e a sua noção de *experiência* na constituição da classe. Malgrado ambos não representem a totalidade do subcampo acadêmico voltado para análises sobre trabalho, a comparação revela dois enfoques distintos dentro do campo marxista para a compreensão da práxis operária no Brasil.

Palavras-chave: E. P. Thompson. Classe. Consciência de classe. Marxismo.

ABSTRACT

This research intends to analyze the notions of “class” and “class consciousness” from the perspective of two specific authors: Moisés Vinhas and Antonio Luigi Negro. One of the differences between them is related to the moment in which both dedicated themselves to investigations about Brazilian working class. The first one lived in a moment defined by an orthodox view of historical materialism. The other one, in general, was influenced by Thompson’s studies, mainly by the notion of “experience” in class constitution. Though these two authors do not represent the totality of the intellectual field that examines labor, the comparison reveals two different focuses inside the Marxist field to understand the laborer praxis in Brazil.

Keywords: E. P. Thompson. Class. Class consciousness. Marxism.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como proposta inicial analisar as noções de *classe* e *consciência de classe* a partir da perspectiva de dois autores: Moisés Vinhas (1970) e Antonio Luigi Negro (2004). Os dois autores têm em comum o interesse particular em estudar a classe trabalhadora no Brasil. Da mesma forma, partem de uma matriz teórica fundamentada na afirmação da sociedade de classes nos moldes marxianos. Malgrado as coincidências, ambos abordam períodos históricos e universos distintos. Vinhas preocupa-se com a formação do proletariado em todo o território nacional, tendo como ponto de partida os primeiros sinais de assalariamento no campo e nos centros urbanos. Não obstante, recorre, principalmente, a dados empíricos que privilegiam a constituição desta classe entre as décadas de 50 e 60. Negro, por sua vez, examina um período mais amplo, compreendido entre as décadas de 50 e 70, tendo como campo de investigação os trabalhadores do pólo industrial do ABC, na grande São Paulo. Os dois autores, ao mesmo tempo em que estabelecem recortes diferenciados para suas pesquisas, utilizam métodos, fontes e enfoques diferentes, assim como noções distintas para classe, consciência e outras questões conexas.

A diferença analítica entre os autores tem como um dos marcos principais a fronteira estabelecida entre o período anterior e posterior à influência dos estudos sobre a classe trabalhadora inglesa, realizados pelo historiador marxista Edward Palmer Thompson. A chegada, mesmo tardia, de *The Making of the English Working Class* ao Brasil repercutiu no campo acadêmico, especialmente nos estudos específicos sobre trabalho, alterando por completo a forma de compreensão das noções em foco a partir da articulação singular entre elas e a questão da experiência. Sua proposta teórico-metodológica traz ainda como novidade o ousado questionamento da validade teórica da noção de classe em-si, que, segundo ele, seria contraditória à própria concepção de classe.

As ideias inovadoras de Thompson ainda eram desconhecidas de Moisés Vinhas na década de 70, quando o autor refletia sobre a formação e a estrutura do proletariado no Brasil; todavia, foram amplamente analisadas por Antonio Negro, que fez sua investigação no início desta década em curso. Por este motivo, buscaremos abordar comparativamente os autores, tendo como foco o afastamento de uma determinada perspectiva marxista, e a ulterior aplicação do método thompsoniano ao contexto regional e histórico brasileiro. Levando-se em conta que os dois autores não representam a totalidade do subcampo acadêmico voltado para os estudos sobre trabalho sob a ótica marxista, faremos uma análise bem particular dos diferentes paradigmas usados por um e outro autor, sem qualquer ambição de formular generalizações.

O trabalho está organizado da seguinte forma. Após esta introdução, apresentaremos o ponto de vista teórico-metodológico de Moisés Vinhas, com base no capítulo intitulado “Traços Peculiares da Estrutura do Proletariado Brasileiro”, do livro *Estudo sobre o Proletariado Brasileiro* (VINHAS, 1970). Neste capítulo, Vinhas realiza um levantamento minucioso dos aspectos que incidem sobre a estratificação do proletariado no país, levando em consideração as especificidades do capitalismo nacional.

A segunda análise apresentada terá por base alguns capítulos dos três volumes de *A Formação da Classe Operária Inglesa* (2004, 2002, 1988), de Thompson. Além dos motivos apresentados acima, e devido ao fato de sua análise ser reconhecida como paradigma imprescindível para os estudos sobre classe (FORTES, 2006), aqui ela servirá para delimitar a fronteira que separa duas perspectivas analíticas distintas. Por esta razão, propomos uma exposição mais ampla com o fim de ressaltar e consolidar as principais ideias contidas em alguns capítulos dos três volumes.

O terceiro trabalho abordado será a Parte I - “Pós-Guerra e Desenvolvimento” - do livro *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores* (1945-1978), de Antonio Luigi Negro. A proposta do autor é examinar, fundamentalmente, a luta de classes e o papel dos trabalhadores na formação de uma nação industrial brasileira no período pós-guerra, à luz das proposições thompsonianas. Tomando como base a perspectiva da classe subalterna, ele analisa o protagonismo dos operários no que respeita o enfrentamento do despotismo patronal, numa conjuntura marcada pelo avanço da indústria automobilística e a introdução de novas formas de produção no país.

No final da exposição e análise, buscaremos apontar comparativamente as diferentes noções e enfoques teóricos de Vinhas e Negro sobre a classe operária brasileira.

COMPOSIÇÃO SOCIAL E ESTRUTURA DO PROLETARIADO BRASILEIRO: O PONTO DE VISTA DE MOISÉS VINHAS

Vemos assim, que a situação material e cultural do proletariado é crítica. Este estado contribui para a sua sedimentação de classe de um modo simultaneamente negativo e positivo (VINHAS, 1970, p. 180).

Moisés Vinhas apresenta um panorama bastante amplo sobre a estratificação de classes no Brasil. Para tal, dedica um dos capítulos do livro *Estudos sobre o Proletariado Brasileiro* (1970) à morfologia da classe trabalhadora desde pelos menos o fim do escravismo até a década de 60 do século XX.

O objetivo mais específico do texto parece ser entender os aspectos positivos e negativos que incidem sobre uma suposta transição do proletariado brasileiro da condição de *classe em-si* para *classe para-si*, isto é, de classe sem consciência para classe com consciência de seu papel histórico revolucionário.

A análise apoia-se em aspectos teóricos gerais que servem para definir qualquer classe social, independente de tempo e lugar. Todavia, uma vez que a classe “sofreu e sofre um processo de estruturação de conformidade com o desenvolvimento da economia, de acordo com o crescimento e a mobilidade das populações e com o surgimento e o desenvolvimento dos aspectos do capitalismo do país” (VINHAS, 1970, p. 151), ele busca adaptar o instrumental disponível para realizar um estudo particular do proletariado brasileiro.

O analista utiliza, primordialmente, dados primários, sobretudo censos e anuários estatísticos, com o fim de entender a realidade através dos aspectos “extrínsecos” à classe, isto é, situações que se encontram fora do controle do proletariado e que acabam refletindo de forma a auxiliar ou prejudicar a sua conscientização. Em outras palavras, Vinhas busca observar as características objetivas, condições materiais/estruturais, que condicionam o operariado a certos limites, dentro dos quais ele irá exercer a sua *práxis*.

A partir desta proposta, ele irá focar o curso da implementação e expansão do capitalismo no país, demonstrando algumas particularidades que distam do cenário europeu observado por Marx e Engels no século XIX. Em primeiro lugar, o autor assinala que a gênese do assalariamento nacional ocorreu no campo, impelindo o surgimento inicial de um proletariado agrário. Dos núcleos de assalariamento no campo, surgiram os primeiros sinais das relações de produção capitalistas nas cidades, no que respeita, por exemplo, à indústria, comércio, serviços, educação e burocracia estatal. Ao mesmo tempo, os centros urbanos vivenciavam a subsequente multiplicação dos pequenos estabelecimentos e a implementação de redes de comunicação e transporte necessárias para sustentar a nova estrutura socioeconômica e política emergente.

Em razão destas mudanças, surgia uma mão de obra de natureza diversificada, constituída por trabalhadores agrícolas, operários menos ou mais qualificados, intelectuais, comerciantes e funcionários do Estado, que se distribuíram em diferentes setores produtivos. Afora a especialização, os trabalhadores distinguiam-se ainda pela concentração geográfica, gênero, faixa etária, número de alfabetizados e não alfabetizados, condições materiais e culturais. O resultado do cruzamento destas variáveis é a formulação de um extenso mapa socioeconômico, onde constam as desigualdades regionais em âmbito nacional, diferenciação entre setores industriais, formas da produção no campo, presença de investimentos econômicos estrangeiros, dentre outros fatores capazes de fornecer ao leitor um panorama geral sobre a realidade do Brasil no processo de consolidação do capital.

Podemos concluir até aqui que Vinhas descreve, no capítulo em análise, transformações estruturais que atravessaram a história do país até meados do último século; ou seja, ele enumera uma a uma as etapas do desenvolvimento das relações de produção capitalistas e das forças produtivas circunstanciadas dentro do cenário nacional. Inspirado claramente nas proposições que Marx e Engels immortalizaram no *Manifesto do Partido Comunista* (1993), ele evoca as particularidades deste processo, sugerindo que, a despeito de alguns empecilhos, a classe proletária brasileira encontrava-se, na ocasião, em determinada fase de seu desenvolvimento e em marcha para a sua conscientização.

No entanto, para que este “projeto de consolidação espiritual da consciência de classe” se realize (VINHAS, 1970), é preciso, para o analista, que haja, em primeiro lugar, certa conjuntura que permita a assimilação de um conjunto de ideias capazes de produzir homogeneidade intraclasse. Uma das condições necessárias é o grau de concentração da mão de obra num determinado espaço físico. Vinhas considera, tal qual seus inspiradores, que sob a opressão contínua do patrão, os trabalhadores ficam praticamente impedidos de se organizar e produzir unidade. Isto é bastante recorrente nas relações sociais engendradas dentro de pequenos estabelecimentos industriais e comerciais, onde há um número diminuto de funcionários que costumam entrar em contato direto com o empregador. Em um grande estabelecimento, por outro lado, onde a quantidade de funcionários é bem maior e o contato com o patrão é quase nulo, tende a haver mais encontros entre trabalhadores e, por este motivo, maior rapidez na produção de certa identificação coletiva.

Dentro do período observado existia, segundo o analista, um conjunto de fatores que contribuíssem tanto a favor como contra a tomada de consciência revolucionária. Entretanto, ele observa que a ação dos fatores contrários ocasionava certo “atraso sociocultural da classe no plano da conscientização” (VINHAS, 1970, p. 187). Dentre estes fatores, estão:

- Multiplicação dos trabalhos temporários, que impediam o encontro mais intenso entre trabalhadores;
- Proliferação dos pequenos estabelecimentos por todo país, com baixa concentração de mão de obra;
- Introdução das inovações técnico-científicas, tornando os empregos menos estáveis e impedindo o aparecimento de organizações e lideranças;
- Atraso estrutural do empresariado, devido, entre outros aspectos, à sua ligação com o campo;
- Presença de estratos das camadas médias que, na contramão da unidade, buscavam certa distinção dentro da classe.

Embora observe o duplo movimento entre afluência e dispersão de mão de obra, além de todos os outros obstáculos enunciados, o autor confia no processo “natural” de transformação do capitalismo, o qual tenderia a concentrar capital, meios de produção e força de trabalho. Por este motivo, existiria uma disposição intrínseca ao sistema que levaria, mais cedo ou mais tarde, à intensificação da aglomeração de trabalhadores, e, conseqüentemente à consolidação da *consciência*. É possível observar, portanto, que Moisés Vinhas, no texto em análise, segue um *script* muito particular, relativo à certa leitura marxista própria de uma época. Assim sendo, para examinar a composição e a *práxis* da classe trabalhadora no Brasil, adota como pano de fundo o processo histórico de autodestruição do capitalismo, causado por suas próprias contradições e pela formação de uma classe social revolucionária.

Em síntese, Vinhas realizou denso estudo sobre classe social privilegiando um detalhado levantamento sobre a formação e estratificação num período extenso da história do país. Para este trabalho, recorreu a fatores objetivos “extrínsecos” à classe que, uma vez incidindo sobre ela, estabeleceram certas condições para a sequência de etapas de desenvolvimento dos trabalhadores. Para ele, portanto, a classe existe na medida em que existam indivíduos atrelados por certas condições de subordinação, em oposição à outra classe que exerce a dominação. Uma vez estabelecido este contexto, o processo de transformação caminha, apesar dos obstáculos, em direção incondicional à harmonização de seus interesses internos e à consolidação de sua consciência. Portanto, classe existe antes da consciência, sendo esta adquirida em uma das etapas de seu desenvolvimento.

CLASSE, CONSCIÊNCIA E EXPERIÊNCIA: A INOVAÇÃO DE E. P. THOMPSON

A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é a sua única definição (THOMPSON, 2004, p. 12).

O historiador E. P. Thompson apresenta nos três volumes de *A Formação da Classe Operária Inglesa* (2004, 2002, 1988) uma análise detalhada da história dos movimentos dos trabalhadores no transcurso da industrialização da Inglaterra, entre o final do século XVIII e início do XIX. Em linhas gerais, sua proposta (nos capítulos aqui analisados) é compreender, dentre outros fatores: 1) a origem dos movimentos insurgentes; 2) as tradições populares que preexistiam às associações trabalhistas; 3) os aspectos objetivos das experiências coletivas; e, sobretudo; 4) o processo mais amplo formativo da classe operária inglesa, suas lutas e formas de organização.

Seu texto é construído a partir da descrição narrativa de um conjunto de eventos particulares, cuidadosamente escolhidos e pouco sequenciados. Sua abordagem parece se destacar, a nosso ver, pela abrangência de temáticas – algumas frequentemente visitadas pela antropologia – através das quais o autor busca retratar os movimentos sociais e a cultura popular (THOMPSON, 2002, 1988). Ao final da exposição, a análise parece capaz de apresentar ao leitor um panorama amplo e profundo da história da luta dos trabalhadores naquele momento particular.

É importante ressaltar que a construção narrativa dos textos de Thompson, realizada por meio do diálogo permanente com os dados empíricos, não é de forma alguma acidental. O autor, através desta perspectiva, coloca em prática um método particular de investigação, fundamentado, dentre outros aspectos, na ideia de que a História é inteligível somente a partir dos indivíduos e de suas ações. Por este motivo, a análise expressa, propositadamente, múltiplos acontecimentos relativos à luta dos trabalhadores que, embora aparentemente desconexos, dão ao leitor a dimensão de um processo dinâmico que se atualiza a cada dia.

Pela mesma razão, Thompson preocupa-se em apresentar os “personagens” reais que vivenciam a própria luta de classes. Operários, lideranças, juízes, páraquos, fabricantes, espíões e companheiros são, por diversas vezes, referidos na obra pelo seu próprio nome, acompanhados de descrições minuciosas de suas personalidades e histórias de vida¹. A expressão “personagem” está intencionalmente assinalada com aspas, uma vez que o autor nega fortemente a suposição de que os indivíduos seriam “personas” condicionadas por papéis sociais particulares, nos moldes funcionalistas (THOMPSON, 2002, p. 11), ou que seriam meros “fantoques” moldados pelas relações de produção (como acreditavam os marxistas estruturalistas). Os indivíduos são, ao contrário, sujeitos ativos, não autônomos, que realizam ações contínuas, formando miríades da teia das relações humanas que constituem, num olhar macroscópico, a própria História, e dentro dela, as classes e seus antagonismos. Isto não significa, porém, que os indivíduos ajam livremente. Isto é, a formação da classe não deixa de ter, em grande medida, vínculos com as relações de produção em que os homens se encontram em determinado tempo e espaço, ainda que – garante o autor – estas relações não determinem as ações dos sujeitos e a sua consciência.

Pelo exposto acima, nos parece possível compreender porque o autor nega qualquer definição de classe como “estrutura”, “categoria”, ou “coisa”. Antes de tudo, classe é, para ele, um fenômeno histórico e,

1 Ver, por exemplo, o caso do sapateiro e liderança Thomas Hardy (THOMPSON, 2002, capítulo 1 e 5).

enquanto tal, só pode ser compreendida como um processo realizado por pessoas reais, que vivenciam experiências dentro de contextos específicos. Classe, em suma, existe em seu próprio fazer-se.

Do mesmo modo que é evento histórico em contínuo movimento, classe deve ser definida, segundo Thompson, a partir de sua condição dialética. O autor avalia que seria infundada qualquer tentativa de decomposição das classes fundamentais com o fim de entender uma em particular, visto que

não podemos ter duas classes distintas, cada qual com um ser independente, colocando-as a seguir em relação recíproca. Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses. A classe acontece quando alguns homens como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus (THOMPSON, 2004, p. 10).

Ou seja, para o historiador inglês não existe uma classe singular que entre em confronto com outra classe em momentos particulares da história. Uma faz-se continuamente em relação à outra e só existe ou se percebe como tal através da diferença ou oposição.

Uma vez entendida a partir do método dialético, é possível verificar, segundo o autor, que a classe subalterna torna-se mais ou menos insurgente de acordo com as ações da classe dominante; enquanto esta busca maior coesão quanto mais ou menos rebelados estão os trabalhadores².

2 No final do século XVIII, por exemplo, a Sociedade Londrina, formada por chapeleiros, livreiros, artesãos e comerciantes, protestou contra as prisões de seus militantes a partir da radicalização de seu discurso: “A linguagem das reuniões anteriormente se restringia à Reforma Parlamentar: ‘Agora é claramente expressa a intenção de derrubar o Governo do País’” (THOMPSON, 2004, p. 147). O próprio movimento luddista, para citar outro exemplo dado pelo autor, motivou-se pela anulação, por parte das autoridades políticas, de um tipo de legislação baseada em princípios paternalistas. Em seu lugar, foram instituídos princípios da economia do *laissez-faire*, impostos contra a vontade dos trabalhadores. Ainda que a legislação anterior apresentasse aspectos restritivos e punitivos, “existia nela a vaga imagem de um estado corporativo benévolo, onde havia medidas legislativas e morais contra o fabricante inescrupuloso ou o patrão injusto e onde os oficiais formavam um “estamento” reconhecido, ainda que o inferior, do reino” (THOMPSON, 2002, p. 114). Assim, as novas medidas econômicas foram consideradas abusivas e ofensivas, atingindo “em cheio” o sistema moral dos subalternos e a condição de vida dos homens pobres. Em consequência, os luddistas em todo país reagiram de

Ainda que a classe exista por conta de seu coescionamento, Thompson não deixa de verificar sua grande diversidade. O grupo dominante, por exemplo, contava em seus quadros, durante o século por ele investigado, com proprietários, mercadores, páracos, magistrados, membros da aristocracia e da pequena nobreza, além de trabalhadores que aderiam aos interesses dominantes, empunhando fielmente a bandeira em favor da “Igreja e Rei” (THOMPSON, 2002). No revés, havia os trabalhadores paianistas, *luddistas*, jacobinos, médicos, soldados, estivadores irlandeses, pequenos fabricantes, comerciantes e de novo páracos que se mostravam grandes defensores dos trabalhadores e de suas ideias libertárias. Um páraço em Dundee, por exemplo, “foi julgado em Perth. Seu ‘crime’ fora recomendar a leitura de Paine e pertencer à associação Amigos da Liberdade em Dundee” (THOMPSON, 2004, p. 136).

Portanto, nos parece imperativo registrar, mais uma vez, que para o teórico marxista em questão não são as relações de produção que determinam ou produzem a unidade da classe social. Embora estas relações tenham influência fundamental neste processo, a coesão da classe não é garantida pela oposição entre patrões de um lado e empregados do outro, ou entre proprietários dos meios de produção contra o proletariado. Deste modo, não são os “lugares” preestabelecidos dentro do sistema produtivo que garantem a constituição da classe. Como, então, Thompson explica a sua formação?

Para o marxista, é justamente no confronto que a classe encontra os meios necessários para a sua unidade. Este processo se deve ao reconhecimento coletivo de identidades, sentimentos e aspectos culturais unívocos, cuja importância consegue sobrepujar as diferenças internas, em contraposição a outro conjunto de aspectos fundamentalmente distintos ou antagônicos. Ou seja, no processo dinâmico do fazer-se da classe, os homens precisam ter consciência de que compartilham cultura e experiências comuns que distam de outro grupo. No caso da classe subalterna, ele nota, por exemplo, a importância da linguagem, do costume de se organizar de forma clandestina, da tradição sindical semi-legal, do sentimento geral de exploração e de indignação contra os altos preços, como sendo alguns traços definidores da identidade geral dos trabalhadores. Parece-nos claro, portanto, que o historiador não trata consciência no sentido de consciência da exploração do capital propriamente dito, mas sim como re-cognição das experiências culturais unívocas, isto é, do reconhecimento das tradições, símbolos, linguagem e valores morais compartilhados. Uma vez que cada sociedade tem história e cultura distintas, haverá sempre for-

forma violenta, destruindo máquinas, produtos acabados e matérias-primas que pusessem em risco as relações de trabalho previamente estabelecidas.

mas diferenciadas de viver e entender as experiências comuns. Sendo assim, a consciência de classe, no sentido thompsoniano, apresentará variações em cada tempo e lugar.

Um dos aspectos mais interessantes do clássico *The Making of the English Working Class*, a nosso ver, é esta articulação entre o fazer-se da classe e a indissociável consciência dos indivíduos quanto à experiência e cultura compartilhadas. Nos textos analisados, o autor exemplifica esta questão retratando uma série de acordos entre trabalhadores ingleses, firmados em diferentes momentos da história, calcados em uma série de símbolos particulares, tais como espadas, togas, estandartes, assim como ritos e cerimônias, cujo objetivo principal seria produzir um sentido de pertencimento e fidelidade à luta, produzindo, ao mesmo tempo, medidas de segurança contra os patrões. O voto de silêncio entre os luddistas, por exemplo, era feito intencionalmente (no sentido menos racional possível, segundo o autor), contra as forças dominantes. Os magistrados, afirma, sentiam-se, muitas vezes, como estrangeiros no meio dos trabalhadores, cuja opacidade cultural exigia a utilização de intérpretes, encarnados na figura do informante. Configuravam-se, portanto, fortes laços de solidariedade – sedimentados pelo reconhecimento de tradições e experiências comuns – estabelecidos contra os antagonistas.

Até aqui, podemos sintetizar algumas informações cruciais que implicam a definição e articulação das noções de classe e consciência em Thompson. Segundo o marxista inglês: 1) classe só é compreensível pela observação de pessoas, ações e contextos reais; 2) ao mesmo tempo, ela existe dentro de um processo histórico, permanecendo num contínuo fazer-se; 3) o processo formativo da classe se realiza a partir da influência das relações de produção em que os homens vivem; ao mesmo tempo, 4) depende fundamentalmente da consciência da cultura e experiências compartilhadas pelos indivíduos.

Como é possível notar, há algumas propriedades da teoria do autor que se distanciam enormemente daquelas adotadas por Moisés Vinhas no texto apresentado anteriormente. Este retrata a classe social subalterna em processo de formação; ou seja, atravessando etapas de desenvolvimento condicionadas por fatores externos. Thompson, por outro lado, mesmo partindo do princípio de que a classe só existe dentro de uma dada realidade material, avalia serem os atores sociais aqueles que, através de suas ações cotidianas, fazem e experienciam a classe. Portanto, se o primeiro privilegia as condições estruturais “extrínsecas” ao proletariado dentro de um extenso período de tempo, este, diferentemente, busca observar a classe em seu próprio fazer-se diário, atentando para a ação dos sujeitos singulares e coletivos, dentro de um movimento histórico multidimensional, desvinculado de etapas, começo ou fim.

Vinhas observa ainda que as fases de desenvolvimento do proletariado marcam, passo a passo, um *continuum* de estratificação de seus quadros internos, o que produziria, simultaneamente, a sua aparência heterogênea. A separação em camadas sociais intraclasse – distintas pelas condições materiais, graus diferenciados de alfabetização e especialização dos trabalhadores, em meio a outros aspectos

– é considerada por ele, em certo sentido, prejudicial à coesão dos interesses dos trabalhadores e à sua conscientização. Apenas ultrapassando algumas etapas específicas é que as diferentes camadas conseguiriam harmonizar-se em prol da luta revolucionária. Ele sugere, portanto, que a forte estratificação acaba sendo um fator desfavorável à tomada de *consciência* do proletariado³. Thompson, inversamente, coloca a diversidade (de religião, ofício, condições materiais etc.) em um segundo plano, para observar prioritariamente as ações concretas dos sujeitos. Deste prisma, indivíduos que supostamente ocupariam “lugares diferentes no sistema produtivo” poderiam estar lado a lado compartilhando uma série de símbolos culturais. O coescionamento da classe, pois, se deve à conscientização coletiva de experiências em oposição a outro conjunto de indivíduos cujas experiências são outras. Assim, não existiria, segundo Thompson, classe social sem consciência de classe. A consciência é a condição intrínseca de sua existência.

ANTONIO LUIGI NEGRO: A EXPERIÊNCIA DA CLASSE NO “CHÃO DA FÁBRICA”

O operariado dispunha de condições para se pôr em movimento a partir de suas próprias forças, a partir da fábrica, numa relação direta com a burguesia, não sendo presa inerte de processos vindos ‘do alto’, ‘de fora’ (NEGRO, 2004, p. 81).

Em *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores* (2004), Antonio Luigi Negro investiga a experiência operária no pólo industrial do ABC, em São Paulo, entre a década de 50 e 70. Contrapondo-se às concepções que identificam estes trabalhadores com uma “massa” imatura, sem consciência, manipulada por “militantes profissionais” do partido e dos sindicatos, o autor tem a intenção de observar os operários como agentes ativos no processo de construção do Brasil industrial, com foco especial nos acontecimentos vividos no chão da fábrica. Da mesma maneira em que afirma a importância das ações vindas “de baixo”, propõe um reexame do papel

3 Vinhas observa que entre camadas médias da classe há grande dificuldade de integração aos interesses coletivos, pois a “classe média” busca diferenciar-se dos trabalhadores como um todo.

ocupado por vários agentes e agências sociais da época – militantes, governos, forças policiais e sindicatos – no âmbito particular das lutas operárias.

Seu texto é formulado aos moldes thompsonianos, a partir de descrições minuciosas de uma série de episódios particulares, vividos dia a dia por trabalhadores, empresários, jornalistas e outros atores que construíram a história dos embates entre capital-trabalho naquele período e região particulares. Privilegiando o ponto de vista dos operários, o autor preocupa-se em apontar os acontecimentos um a um, desde as mobilizações grandiosas (como a greve dos 400 mil de 1957), até as mais capilares, sempre se apoiando em dados empíricos – depoimentos policiais, matérias de jornais, entrevistas, biografias – devidamente criticados e analisados.

Ao mesmo tempo, o autor não se descuida dos “condicionamentos estruturais” (NEGRO, 2004, p. 13) que ambientam os movimentos sociais. Por isso, para analisar o objeto proposto, ele leva em consideração as políticas macroeconômicas, os dispositivos repressivos usados pelos governos contra os sindicatos e as greves, a industrialização, a mudança da legislação, dentre outros fatores relevantes. Entretanto, é importante ressaltar que o contexto da época não é tratado, no texto em análise, como uma unidade superior que condiciona de forma positiva ou negativa à *práxis* operária. Pelo contrário, é discutida à luz da influência ou pressão dos de baixo, sendo estes considerados sujeitos efetivos no incremento da economia, da política e da história. Em outras palavras, Negro preocupa-se, como Thompson, em depurar as ações sociais dos indivíduos com o propósito de entender o fenômeno da classe e de sua luta.

As duas décadas investigadas pelo historiador caracterizaram-se, em seu juízo, por uma conjuntura bastante específica, marcada pelas consequências da Segunda Guerra, desenvolvimento industrial, expansão da indústria automobilística – particularmente na grande São Paulo –, efetivação do trabalho e de sua ideologia antirrevolucionária, aliança entre empresários e forças policiais, repressão direta do governo Dutra, dentre outros aspectos no campo da produção e da esfera política. Este conjunto de fatores constituiu-se determinante para o enfraquecimento da organização dos trabalhadores, destituídos de tempo, opções ou força para re-fundar um sindicalismo ativo a todo o momento. Todavia, o autor observa que os trabalhadores, em meio aos muitos obstáculos interpostos, encontraram uma alternativa peculiar de associação, baseada na formação de comissões e delegações por fábrica. Embora fossem provisórias e voláteis, estas associações revelam, segundo Negro, que a questão sindical tinha se tornado parte da cultura operária, resultado de demandas, valores e hábitos da classe com forte tradição reivindicatória.

As comissões, consolidadas no chão da fábrica, tinham como característica o fato de serem formadas por representantes escolhidos entre os próprios trabalhadores, eleitos em disputas internas que envolviam, em linhas gerais, negociações com sindicatos, partido e administrações e, ao mesmo tempo,

ações que contrariavam a legislação, a opressão patronal e os “pelegos”. Os comissionados tinham como função apresentar à diretoria os problemas e reivindicações do coletivo dos trabalhadores ligados a cada fábrica em particular. Ainda que limitada ao local de trabalho, este tipo de associação tinha, por via de regra, alto poder de barganha, alcançado por determinadas estratégias, como, por exemplo, preferência pela escolha de representantes com estabilidade.

Outra característica fundamental dessas associações transitórias era a capacidade de seus membros manterem certa independência com relação aos agentes “externos” à fábrica, ou seja, aqueles que se posicionavam para além da experiência da *classe*. Os papéis desempenhados pelos sindicatos dos metalúrgicos e pelo PCB servem especialmente de exemplo. Em linhas gerais, o autor não desconsidera a influência e participação efetiva destes organismos na *práxis* do operariado, e na própria união da classe, com especial destaque para o conteúdo anticapitalista impresso pelo Partido Comunista através de suas “células” implantadas dentro do espaço fabril. Contudo, ele afirma não haver linha ininterrupta entre os movimentos de resistência e as organizações sindicais ou partidárias.

O analista dá ênfase ao fato de que, em certos momentos, quando os agentes “externos” se dispunham a conduzir a formação/ação da classe fazendo uso de interesses ou pontos de vista construídos do lado “de fora” da fábrica, os resultados das ações nunca eram genuinamente satisfatórios. Isto se devia ao fato de que

[...] quando uma organização se propunha a dirigir as lutas sociais, não era apenas com uma estratégia e uma pauta de reivindicações que se imprimia um norte a essas lutas. Estas últimas possuíam sua própria dinâmica e outras motivações, até mesmo as não declaradas. Ir, de modo ‘político’, isto é, partidário, ao encontro dos trabalhadores era ir disputar, na frente das massas, os rumos da formação da classe com diversas outras redes de relações interpessoais. Tal frente de massas, legal ou não, era diferente dos encontros seletos dos comitês centrais (NEGRO, 2004, p. 50).

O analista busca, com esta ideia, chamar a atenção do leitor para o fato de que os trabalhadores habitavam um território detentor de sua própria história. Além disso, possuíam as suas demandas particulares que, em certos momentos, não constavam na pauta de prioridades de outros agentes que se encontravam ausentes ou desatentos ao que respeita às experiências comuns. Portanto, há aqui o uso da questão da experiência, preconizada por Thompson, como chave de compreensão da noção de classe. Era da experiência, pois, que nasciam as demandas dentro dos limites fabris, unindo os trabalhadores

“em um só homem” (NEGRO, 2004, p. 41) contra o bloco opositor. Desta feita, sentiam coletivamente as consequências de problemas que os atingiam diretamente, tais como aumento da tarifa do transporte coletivo, baixas remunerações, restrições para fumar, horários de trabalho inadequados, ausência de assistência médica, revistas nos portões, perseguições, falta de gratuidade no fornecimento de instrumentos de trabalho, dentre outros⁴.

Ao mesmo tempo em que as demandas nasciam da experiência operária, dela também resultavam, segundo Negro, os laços de coesão que identificavam os indivíduos como classe. Isto é, era no chão da fábrica onde se solidificavam amizades; onde os trabalhadores usavam estratégias de enfrentamento e aprendiam os “macetes” para atrapalhar a produção; onde os operários se conheciam uns aos outros por tipos ou apelidos – os bambas, os praças, os come-e-dorme, os ursos –; e os imigrantes costumavam usar a sua língua natal. Também era no âmbito da fábrica que os operários passavam pela mesma experiência de estranhar e se acostumar com o “barulhão”; e os novatos enfrentavam a troça dos veteranos. Ali eram acolhidos aqueles indivíduos que se sentiam injustiçados e os que tinham visivelmente os seus direitos desrespeitados; onde as comissões eram reconhecidas oficialmente ou eram rejeitadas pela oposição patronal. A fábrica é, destarte, o *locus* privilegiado da luta de classes.

Negro (2004), portanto, ambienta a teoria de Thompson no espaço e no tempo. Motivo pelo qual observa a formação e os embates de classe tomando como princípio a experiência dos operários dentro do espaço de trabalho. É a partir da experiência, por conseguinte, que os indivíduos encontram nexos entre as diferenças e, por esta razão, assumem compromisso moral de adesão aos interesses coletivos. Assim, “mediante outras linhas, costurando diferenças, o sentimento de ver-se ligado com colegas que se arriscavam na luta por direitos universais era um dos mais básicos fatores de coesão. Este sentimento de implicação vinha somar-se à indignação contra a injustiça” (NEGRO, 2004, p. 84-85). Por esta via, o autor conclui que mais importante do que conhecer o trabalho fabril e a cultura sindical, os trabalhadores precisavam condescender aos sentimentos de solidariedade, cooperação e fidelidade à maioria. Este compartilhar de sentimentos conduzia muitos trabalhadores, por vezes alheios às lutas precedentes, à adesão às manifestações operárias como forma de demonstrar consideração pelos colegas que lutavam pelo interesse de todos.

Em síntese, é possível avaliar, de acordo com Negro que, no período pós-guerra, o movimento operário tinha como principal forma de associação a formação de organizações de base no “chão da

4 Este conjunto de problemas consta em folheto distribuído em 1952 dentro da fábrica da Ford (NEGRO, 2004, p. 41, 87).

fábrica”. Era, portanto, dentro dos locais de trabalho que os operários uniam-se em torno de interesses comuns, escolhiam seus representantes, planejavam greves e outros tipos de mobilização, faziam frente às conveniências “exclusivamente” partidárias, à aliança empresarial-policial, aos sindicatos e aos governos.

Claro está que o autor trata a fábrica (usina e indústria) como *lócus* privilegiado do embate entre trabalhadores e empregadores, de onde emanam conflitos, mecanismos de dominação, repressão direta, formas de organização e de resistência. Contudo, se este espaço social se configura desta forma, ele não é necessariamente limitado em termos físicos. A vivência coletiva é estendida para as ruas, praças e cafés, onde os operários reunidos em rodinhas confabulavam formas específicas de confronto. A fábrica, por outro lado, é o lugar onde a classe se atualiza; mas também é a “praça” onde agentes e agências iam mercadejar em busca de influência e hegemonia. É justamente o cotidiano destas ações diferenciadas que faz a classe operária.

Em síntese, Negro atualiza a obra de Thompson, aplicando o seu método a uma nova conjuntura e um novo cenário cultural. Desta feita, encontra no âmbito da fábrica os aspectos particulares capazes de unir os indivíduos em classe. Do mesmo modo, a coesão moral e cultural da classe não pode ser abalada pela interferência exterior de organismos políticos, pois nada é capaz de anular a experiência. Assim, o autor parece seguir, a nosso ver, a proposta thompsoniana que afirma ser a consciência de classe o reconhecimento das experiências unívocas.

CONCLUSÃO

Em *O Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels (1993) afirmam que as relações de produção são determinadas e necessárias para a sobrevivência coletiva. O conjunto dessas relações constitui a base econômica concreta sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. Deste prisma, os trabalhadores estariam sujeitos a certas condições estruturais de uma época, atravessando a história como agentes ativos condicionados. Contudo, haveria, supostamente, um destino natural para o capitalismo. A sequência de etapas de seu desenvolvimento tenderia a levar, incondicionalmente, pela primeira vez na História, ao fim da sociedade de classes. Neste processo, o operariado também passaria por etapas distintas de desenvolvimento, na direção de sua consolidação como classe revolucionária. O processo de conscientização é a exata passagem da *classe em-si*, que luta exclusivamente pela sua sobrevivência, para *classe para-si*, consciente da exploração do capital e disposta a mudar por completo as relações de produção estabelecidas.

Seguindo esta trilha, Vinhas (1970) procura abordar aspectos estruturais externos e condicionantes à classe. Por este motivo, o autor elenca uma série de fatores socioeconômicos que incidiriam sobre o quadro geral de formação e estratificação do proletariado brasileiro, com o fim de desvendar sua fase de desenvolvimento. Isto é, as especificidades socioeconômicas e políticas referentes a cada momento do incremento do capitalismo nacional são investigadas à luz das fases do desenvolvimento do próprio proletariado e sua estratificação intraclasse. Adotando as categorias *classe em-si* e *classe para-si*, o autor investiga o proletariado a partir de fatores objetivos de “fora” para “dentro”, com intenção de entender os condicionamentos estruturais que impelem certo ritmo ao processo de consolidação da *classe para-si*, ou seja, da tomada de consciência de classe.

Partindo da teoria marxiana, E. P. Thompson reconhece a existência de um contexto material onde são engendradas as relações de produção. Entretanto, propõe iluminar, contrariamente aos aspectos estruturais, as ações e situações vividas pelos indivíduos, através das quais a própria História se torna inteligível. Costumes, crenças, símbolos, ritos e emblemas tornam-se a matéria-prima de sua análise, e resultam em uma descrição minuciosa da vida dos trabalhadores ingleses e de suas lutas. Da observação dos sujeitos singulares, ele descobre que o processo de coesão da classe não é determinado pela semelhança das condições materiais entre os sujeitos, mas sim pela vivência de certas situações que lhes confere identidade e solidariedade, sempre em oposição a um projeto antagônico. A consciência, portanto, é a experiência mediada pela cultura.

Antonio Negro, ao analisar as ações sociais dos operários paulistas, segue passo a passo a perspectiva de Thompson. Assim, abandona a primazia do “homem econômico”, adotada por uma linha marxista que predominou durante algum tempo dentro do campo científico-social, para buscar a compreensão das experiências dos trabalhadores dentro da fábrica. Apesar do determinismo das condições materiais, ou dos lugares preestabelecidos nas relações de produção, o autor nota que é através da diversidade constituinte da classe – formada por ativistas, comunistas, anticomunistas, infiltrados, delatores e uma gama de interesses, acionados por diferentes associações, partidos e políticos das mais diferentes tendências – que se estabelecia uma rede de relações interpessoais coesa contraposta à repressão burguesa.

Em contraposição ao estudo de Vinhas sobre o proletariado, Negro considera a experiência como o fator decisivo para aglutinar os trabalhadores. Assim, enquanto o primeiro parte de uma análise de “fora” para “dentro” da classe, Negro, inspirado em Thompson, faz o percurso inverso, investigando os operários não como revolucionários incondicionais ou agentes a serviço dos interesses do capital, mas sim, como sujeitos atuantes capazes de pressionar os burgueses a adequarem suas ações diante luta.

REFERÊNCIAS

FORTES, Alexandre. Miríades por toda a eternidade: a atualidade de E. P. Thompson. **Tempo Social**. Revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, jun. 2006.

MARX, K; ENGELS, F. **O manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1993.

NEGRO, Antonio Luigi. **Linhas de montagem**: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. (Parte I). São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004.

THOMPSON, Edward. Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v. 1. (Prefácio, capítulos 1 e 5).

_____. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão. São Paulo: Paz e Terra, 1988. v. 1, cap. 5.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v. 3, cap. 2.

VINHAS, M. Traços peculiares da estrutura do proletariado brasileiro. In: _____. **Estudos sobre o Proletariado Brasileiro**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1970.





Entrevistas

Entrevista com Emir Sader

Entrevistado por

Maria Ivonete Soares Coelho – UFRN/UERN
Simone Cabral Marinho dos Santos – UFRN/UERN
Dalcy da Silva Cruz – UFRN
João Bosco Araújo da Costa – UFRN

Transcrito por

Maria Ivonete Soares Coelho – UFRN/UERN
Kelly Cristina Silva de Brito – UFRN

Emir Sader é Professor aposentado da Universidade de São Paulo – USP (SP/Brasil); Graduado em Filosofia (USP); Mestre e Doutor em Ciências Políticas (USP); Coordenador do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

Esta entrevista foi realizada no dia 17 de setembro de 2009, no Hotel Quality, em Natal/RN.

Como pensador Marxista engajado, o senhor vem à Natal/RN a convite dos sindicatos, dos movimentos sociais, para proferir palestra neste dia 17 de setembro de 2009, intitulada “A importância estratégica do pré-sal e o ataque ideológico a Petrobras”, atividade do movimento em defesa da Petrobras. Qual a importância deste tema na atualidade e do movimento ao qual ele está vinculado?

E. S.: Eu acho que primeiro o que está no centro dos debates no Brasil é o papel do Estado. Então, é o Estado que deu certo, inquestionavelmente a Petrobras. Na crise dos anos 70, crise do petróleo, foi à capacidade que a Petrobras desenvolveu de pesquisar petróleo em águas profundas é que fez o Brasil dar essa volta na questão energética. Então, é o Estado que e um tema central aplicado à questão energética. E depois o pré-sal coloca mais questões, não só a projeção do Brasil no mercado petrolífero mundial, mas os recursos que permitem o Brasil superar a crise fiscal que existe e é uma crise real. Uma crise que o Estado assume responsabilidades e depois ele tem menos recursos para poder atender a elas. Qualquer

candidato de direita que saia dizendo “eu vou baixar os impostos”, sai na frente nas pesquisas. O negócio é baixar impostos. Não interessa se estou me desolidarizando de quem. Mas o Estado tendo esses recursos possui uma malha de transformação social extraordinária. O Brasil continua a ser o país mais desigual do continente mais desigual do mundo. Pela primeira vez melhorou. O contexto de desigualdades melhorou. É significativo isto. Em ditadura, em democracia, em expansão e ascensão, nunca melhoraram. Agora melhorou um pouco, mais isso pode significar uma melhoria muito grande. Então, o que esta se disputando ano que vem também é quem vai manipular o pré-sal, quem vai utilizar os recursos do pré-sal. Quero ver o que eles vão dizer em campanha eleitoral ou não vão dizer nada. Mas acho que também está em jogo: o papel do Estado, a política energética, portanto o Brasil também em escala mundial na política energética, e a questão dos recursos para as políticas sociais.

Como pensador Marxista, quais os grandes temas, os temas fortes, para pensar a conjuntura da América Latina e do Brasil?

E. S.: Como construir um modelo superador do neoliberalismo. Se está vivendo uma instabilidade, latino-americana porque é um mundo velho que está esgotado e um mundo novo que tem dificuldades de surgir. Então, o mundo velho é o modelo neoliberal que se esgotou. As três economias mais importantes da América Latina entraram em crises graves, neoliberais: México em 1994, Brasil em 1999, Argentina em 2000 e 2002. Ai, começaram a surgir governos que procuram alternativas. Esse é o nosso tema: pós-neoliberalismo, como é que se constrói um modelo. O que o neoliberalismo fez? Mercantilizou tudo que podia. Tudo se transforma em mercadoria. O que é preciso fazer? Retirar coisa da esfera mercantil e levar para a esfera pública. A polarização fundamental não é entre estatal e privada. É entre a esfera mercantil e a esfera pública. Esfera pública é a esfera dos direitos, esfera das políticas sociais, esfera da cidadania. Então, democratizar a sociedade é desmercantilizar a sociedade, é tornar gratuito, universais, como direitos, aquilo que foi colocado como mercadoria.

O tema esquerda/direita é recorrente em sua obra. Esse é um tema atual? Como o senhor configuraria direita e esquerda no Brasil neste início de século XXI?

E. S.: Eu acho que é quem é a favor da mercantilização e quem é a favor dos direitos. Quem é a favor da esfera do mercado e quem é a favor da esfera pública. Este é o tema mais importante, depois se desdobra em outras coisas também. Mas acho que a linha divisória fundamental é esta. Um reflete o modelo mercantilizador, neoliberal. Outro segue um modelo pós-neoliberal, que eu espero que seja um modelo

fundado na esfera pública. O Estado em si mesmo não é um pólo, ele é um espaço de disputas entre interesses mercantis e interesses públicos. Predomina os interesses mercantis. Por isso tem uma tributação, onde os grandes bancos não pagam impostos, as grandes empresas não pagam impostos [...] Os impostos são muito mais indiretos do que diretos. É uma tributação injusta e além do mais o que se recolhe se repassa em grande parte, ao capital financeiro através do superávit fiscal, através de pagamento dos juros da dívida. Então, é o Estado que está contribuindo na verdade para aumentar a desigualdade entre mercado e poder. Precisamos então, de um Estado que se oponha a isso, um Estado na esfera pública porque desmercantiliza o Estado. Não pode ter Banco Central independente. A questão da moeda não é uma questão monetária. A moeda mede o valor das coisas, mede o valor do trabalho, mede o valor dos bens. Então é uma questão fundamental. O Lula mesmo dizia antes de ganhar: “Cada vez que aumentar os juros, sendo um por cento de juros, os caras tem que saber o que ele causou de danos”. Acho o mesmo, financeirizou a economia. No governo Fernando Henrique era o capital financeiro, passou a ser o capital fundamental, o capital industrial, então eu acho que tem coisas que um Banco Central independente é uma expressão institucional da hegemonia do capital financeiro e da mercantilização dentro do Estado.

Qual a tese de seu novo livro “A nova toupeira: caminhos da esquerda latino-americana”, editado pela editora Boitempo? Quais os caminhos que são apontados para o Brasil e a América Latina?

E. S.: Primeiro eu quero mencionar um livro muito mais importante, que eu coordenei, se chama “Latinoamericana – Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe”. A imprensa desconheceu, depois por desconhecer, falou mal. A matéria na *Veja* sobre a enciclopédia chamava: “O Bestialógico Latino Americano”. Era uma fotografia de macaquinhos escrevendo em um computador. Não sei e vocês viram a enciclopédia. Uma obra de mil e quatrocentas páginas. Centenas de pessoas escreveram. Foi eleito primeiro, o melhor livro de ciências humanas do ano, depois, o melhor livro de não ficção do ano, pela Câmara Brasileira do Livro. Agora totalmente desconhecido. Agora saiu em espanhol. Mil e quatrocentas páginas, dos últimos cinquenta anos da América Latina. Todos os países grandes, pequenos, médios. Temas fundamentais: energia, gastronomia, esporte, pensadores, políticos, acontecimentos. Mil e quatrocentas páginas financiadas só com Lei Rouanet, só com empresas estatais. Contudo, não se menciona. Eu acho que é uma obra de orgulho.

O outro, é o que fala sobre a América latina hoje. Porque a América Latina deixou de ser o paraíso neoliberal para ser o principal continente alternativo ao neoliberalismo. Justamente por que ela viveu, está vivendo, uma ressaca porque foi o continente onde mais se aplicou neoliberalismo, da maneira mais radical comparado a qualquer país do mundo. Está vivendo justamente a reação com relação a isso. E o

que significa isso? Significa uma nova estratégia. Na América Latina, houve a estratégia das reformas, o máximo foi o governo Allende do Chile que se esgotou. Houve a estratégia da guerrilha, que teve vitórias, mas que se esgotou por que a relação de forças militares não possibilita hoje uma vitória insurrecional. Foi a Colômbia, foi um caso trágico. A estratégia atual é uma estratégia que combina, na Bolívia e no Equador houve luta de sublevação, para se impedir a privatização do gás e do petróleo, se desembocou em vitória eleitoral. Mais não se parou aí. Se refunda o Estado. Então combina luta de sublevação popular com via eleitoral e com refundação do Estado. É uma estratégia nova. A América Latina é uma espécie de nova toupeira. Se você pega os últimos cinquenta anos da revolução cubana, grandes vitórias e grandes derrotas e a capacidade de recuperação, de criatividade popular, democrática, revolucionária extraordinária.

Um dos pontos de partida de suas reflexões em seu novo livro são as eleições presidenciais de governos de esquerda. Porque o ponto de partida das eleições presidenciais?

E. S.: Não é um ponto de partida. É um ponto de chegada transitório. Quer dizer, todas as forças, movimentos sociais, que ficaram na ideia da autonomia dos movimentos sociais não retomaram a disputa hegemônica e a disputa política, ficaram para trás. Temos na Argentina, desapareceram. Se derrubou três presidentes argentinos um atrás do outro em uma semana; veio as eleições que trouxeram os movimentos sociais, dizeres “que se varram todos”. Não se vão mesmo. Se você não derrubar não vão. E no primeiro turno, ganhou o Menem e falou que “vamos moralizar esse troço”. Veio o Kirchner, e ganhou o Kirchner. Eles se ausentaram da disputa política, da disputa hegemônica, e hoje eles desapareceram. Os zapatistas estão refluídos em um movimento de resistência no sul. Os movimentos sociais Bolivianos se uniram e fundaram um partido, o M.A.S. Disputaram a hegemonia e elegeram um índio Presidente da República. Então, eu acho que as eleições são um momento importante, para a disputa hoje em dia, a via pela qual se passa, mas não se deve deter aí, por que não se transforma profundamente a sociedade brasileira com este estado de país, de repente pela inércia, pela revolução das relações existentes. A eleição é importante por que muda a guarda do governo, mas que seja um instrumento, não um fim em si mesmo, para poder transformar profundamente o país. O ano que vem vai se mostrar se o governo Lula é um parêntese, voltam os governos oligárquicos de direita, ou se é uma via contraditória de saída de governo, que pode ser o governo da Dilma.

Como o senhor avalia o comportamento dos grupos de extrema esquerda, PSTU, PSOL, no país? O comportamento durante o governo e o papel destes nas eleições do próximo ano?

E. S.: Bom, eu acho que eles fizeram uma aposta errada. Eles acharam que, com eles têm uma visão moral, o Lula traiu, mordeu a maçã, cometeu o pecado, passou para o outro lado, agora vai ser cada vez pior. Eles se equivocaram. O governo Lula melhorou. Melhorou concretamente com a saída do Palloci, com a entrada da Dilma, com respeito a nosso querido Jose Dirceu, também por que ela peitou um Palloci já enfraquecido, mas peitou. E outra coisa, que eles associaram duas coisas, as duas são ruins. Primeiro, um sectarismo, quem saiu primeiro, foi “vou sair”, foi todo um trotskismo [...] argentino, que é pessimista em relação a esquerda existente e a direita. Sempre disseram. A primeira eleição do Rio Grande do Sul era contra o Raul Point, sempre disseram, essa era velha direita contra nova direita, já claramente [...] enquanto tiveram um erro de sectarismo e de oportunismo, se aliaram com a direita contra o PT. Só tem duas posições na esquerda brasileira hoje, o resto é posição intelectual: ou considerar que o Lula é o melhor administrador do neoliberalismo, porque mantém o modelo e ainda ganha apoio popular, então tem que destruir esse é o inimigo fundamental, quem achar isso joga contra o PT, me alio até com Roberto Marinho; ou você acha que o governo é contraditório, tem uma ala esquerda e uma ala de direita, um setor conservador e um setor progressista, que é um governo transitório. Então eu acho que é uma posição que a gente tende a ter. Então, lutando contra esses três elementos que eu falei, participa de um governo mais coerente. Então eu acho que é isso, eles fracassaram. Estão reduzidos a nada. E agora com a Marina então, está acabado. Por agora se tem um votinho da Heloisa Helena que não era um voto de extrema esquerda, era um voto alternativo, pegou o PT em um momento de fraqueza do PT também. Agora eles são sectários a ponto de não apoiar a Marina. Não vão apoiar porque vão achar que ela não é mais de esquerda. Se fossem inteligentes apoiariam [...]. Quando apareceu o candidato alternativo light, boboca, Soninha em São Paulo, Gabeira no Rio, Ivan Valente e Chico Alencar não tiveram nem 1% dos votos, menos que tiveram quando foram candidatas a parlamentar. Então tem um voto deles que não é PSOL, aquele votinho de esquerda, alternativo, aquele votinho meio ecológico, aquele votinho que agora a Marina vai levar, como a Soninha levou, como o Gabeira levou. [...] O que sobrou foi aquela bancada sectária, estreita. Vão enfraquecer a bancada parlamentar. É uma pena, uma pena que sobra um partido à esquerda do PT, aliado do PT, crítico e aliado fundamental, mas eles sempre foram terceristas [...], para chegar ao segundo turno não votaram em ninguém porque colocar alguém, tanto faz Alckimin ou Lula [...]

Uma preocupação muito pessoal como nordestina. Os nordestinos conhecem muito pouco a América Latina. O que poderíamos fazer, neste momento que a América Latina está ressurgindo como uma alternativa ao neoliberalismo, para levar esta discussão para sala de aula, nas graduações e pós graduações?

E. S.: O Brasil se defendeu melhor da crise por quê? Porque diversificou o mercado internacional. Os Estados Unidos é o segundo parceiro, não é mais o primeiro. Segundo lugar, por que aumentou o intercâmbio dentro da América Latina com a Venezuela e com a Argentina, em particular. E terceiro, por que aumentou o mercado interno de consumo popular. Isso é o que caracteriza os governos progressistas, todos da América Latina. A linha divisória da América Latina não é mais de esquerda e de direita, esquerda boa e esquerda ruim. Isso é o que a direita fala para dividir a esquerda, quer jogar o Lula contra o Hugo Chaves. Nós estamos no bloco que estar contra a política do livre comércio. A gente tem que explicar que a força que tem o Brasil é porque é uma força latino americana. Nós somos o único continente que tem um processo de integração latinoamericano relativamente autônomo em relação aos Estados Unidos. O México assinou o tratado do livre comércio, noventa por cento do comércio exterior do México é com os Estados Unidos, imagine o tamanho da crise. Agora, o Brasil pode não assinar por que tem um bloco. Essa solidariedade permite aos países não assinarem. Se era cada um por si. Quando tinha dívida, era cada um por si negociando sozinho. [...] A força latino americana que possibilita ter essa política que agente tem [...] peso interno de mercado de massa, intercâmbio internacional. Eu acho que se tem que chamar um pouco por aí. Agora, se pudesse falar do que é a Bolívia, todas essas bobagens que se fala, tanta coisa mais importante para se falar sobre isso. Na Venezuela a jornada de trabalho baixa para seis horas, mesmo se for no ano passado imagina se algum jornal fala uma coisa dessas. Venezuela acabou com o analfabetismo não porque o Hugo Chavez disse, mas por que a UNESCO falou. A Bolívia, o segundo país mais pobre da América Latina acabou com o analfabetismo pela solidariedade, solidariedade cubana. Isso tem que falar. O Brasil não acabou.

Neste contexto de América Latina e Brasil, qual seria o papel das Universidades Públicas e dos intelectuais?

E. S.: Bom, nossa intelectualidade está meio em refluxo. Historicamente os intelectuais sempre acompanharam os processos políticos, históricos, contribuindo. Eu acho que uma parte foi cooptada pelo neoliberalismo, uma parte ficou dentro da universidade na divisão técnica do trabalho, trabalho especializado. São de esquerda, mas sem maiores transcendências. A gente vai na ANPOCS os trabalhos são

muito interessantes, mas os grandes temas, o processo de acumulação, o trabalho no Brasil, o modelo hegemônico, esses temas não estão lá. E uma parte foi levada para a ultraesquerda, que é a atitude natural, espontânea do intelectual. O intelectual que não tem prática política olha a teoria uma maravilha, olha a prática uma porcaria. Fica com a teoria. Tudo o resto é traição, é isso, é aquilo, aquela visão, que não percebe o processo histórico como ele realmente se dá. [...] O drama é teoria sem dimensão política e prática política sem reflexão teórica. Isso vem lá de trás. Os grandes dirigentes marxistas eram intelectuais e dirigentes revolucionários. Marx, Engels, Lenin, Rosa de Luxemburgo, Trotsky, Gramsci, eram todos. Depois, os partidos se fecharam por causa do Stalinismo e burocratização, se fecharam à reflexão teórica. A intelectualidade foi se refugiar na Universidade, então a reflexão teórica não tem fertilidade política, é uma prática política que tende a ser pragmática, oportunista, parlamentarista. Então essa coisa é um problema sério dos dois lados, o empobrecimento e reflexão estratégica da prática política que vem se tornando pragmática. O Lula é o exemplo disso. O Lula é um cara que avança pela lei de menor resistência. Política social, para um cara na frente dele, ele recua. Chega imprensa privada, não dá outra. E a gente não reflete para ele, teoricamente. Intelectualidade também nunca ganhou prestígio. Ele era originalmente anti intelectual e o PT não criou sua própria intelectualidade, o primeiro partido importante na esquerda mundial que não gerou sua intelectualidade, sua reflexão, sua elaboração. Tem todo um pragmatismo, muito rasteiro relativamente. Então eu acho que faz falta. Na Universidade, na Bolívia, tem um grupo chamado *Comuna* onde está o Álvaro García Linera, que tem o melhor intelectual latino-americano, o vice-presidente da República. O melhor intelectual latino americano é o vice-presidente da Bolívia. Um cara que esteve na luta armada, passou quatro anos na prisão, saiu, fez trabalho universitário, trabalho político e é o intelectual mais importante. No Equador, o Rafael Correa é um professor universitário. É essa articulação que a gente não tem. Eu acho que a Dilma tem um perfil mais intelectual que o Lula, mesmo assim não é uma intelectual exatamente. Mais também a intelectualidade é muito manipulada pela direita, os espaços que dão, veja agora essa suposta censura ao Estado de São Paulo. Quantidade de picaretas que vão escrever lá no Estadão. O Eugênio Bucci, que é colunista do Estadão, para se limpar por que teve no governo e tal, se prestam também à disputa midiática, disputar espaço com intelectualidade midiática. Ai, é vulgarização, é concessão a ideologia dominante. A intelectualidade latino-americana, na sua maioria, é uma intelectualidade que está atrasada em relação ao processo político existente. Na Venezuela o grande intelectual é o Hugo Chavez. Toda a universidade está à direita dele. Ele é quem lê a Rosa Luxemburgo, o Trotsky, dá ideia. Trágico no tema reflexão, que na Bolívia tem. No Equador tem muito mais elaboração teórica.

Nos fale do papel do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), um pouco de sua experiência e qual a mensagem que deixaria para os docente e discentes de graduação e pós graduação nas ciências sociais.

E. S.: CLACSO é uma rede publica que tem grupos de pesquisas, muitos grupos de pesquisa, todos multidisciplinares, com vários países da América Latina, pelo menos sete países em cada grupo, com concursos de bolsas. CLACSO tem uma biblioteca virtual grátis e integral com mais de cem mil textos. Mensalmente um milhão de textos são impressos na biblioteca. Não é que entrem, o pessoal é que vai procurar, por que a distribuição de livros é muito ruim. Então, é um serviço publico importante. De centros, tem uns trinta e tantos no Brasil. Eu acho que é muito útil para os estudantes em geral. Não tem outra coisa parecida assim latino-americana, pensamento critico, publicações muito importantes. Entrem na página que vocês vão ver isso. Agora intelectualmente nos chegáramos a um limite, tudo que se podia crescer no antineoliberalismo quase que espontaneamente se fez. Agora vão se dar os obstáculos, a direita volta a retomar as iniciativas, tai Honduras, tai a derrota eleitoral na Argentina, coisas deste tipo. Agora as estratégias têm que ser bem mais complexas, porque não é apenas resistir. Neoliberalismo deixou de lado integração latino-americana e políticas sociais. Foi por aí que a gente avançou, impreterivelmente avançou, só que não esta certo, tem de haver uma estratégia, que tipo de Estado agente precisa, construção da moeda única, o Banco do Sul. CLACSO reflete sobre isso também. A política contribui para essas coisas. CLACSO não é CLACSO, é uma rede das principais Universidades, estão ai para mobilizar muito mais a intelectualidade em função dessas coisas.

Entrevista com Bernard Lahire

Tradução e apresentação de Norma Missae Takeuti – UFRN

Revisão de Lília Junqueira – UFPE

Na ocasião da comemoração dos 30 anos do PPGCS-UFRN, um dos eventos marcantes foi a vinda de Bernard LAHIRE, em 12/11/2009, que brindou a comunidade universitária com uma palestra intitulada *Por uma sociologia disposicionalista da ação*, a qual será objeto de publicação com a outra conferência proferida na UFPE (*O campo, o mundo e o jogo: o universo literário em questão*, 03/11/2009) e demais artigos em torno da abordagem desse autor, numa coletânea prevista para 2010, em parceria entre as Pós-Graduações de Ciências Sociais da UFRN e de Sociologia da UFPE.

Para a Revista *Cronos*, Bernard LAHIRE disponibilizou-nos imediatamente uma entrevista recentemente publicada na França no site *Nathan Université* <http://www.nathan-u.com>. A entrevista foi realizada por Philippe Wozniak e tem como tema a obra *L'Homme pluriel: Les ressorts de l'action* (Paris, Nathan, coll. "Essais & Recherches", 1998). Esta obra foi publicada no Brasil sob o título *o Homem plural: Os determinantes da ação* (Petrópolis, Editora Vozes, coll. "Ciências Sociais da Educação", 2002, 232 p.).

Nessa entrevista, Bernard LAHIRE fornece-nos esclarecimentos sobre as suas posições científicas, o seu *modus operandi* em pesquisas sociológicas, inclusive a sua postura face aos trabalhos de Pierre Bourdieu em relação aos quais adota uma atitude heterodoxa. Esclarece-nos, ainda, sobre as armadilhas contidas em certos usos das palavras "teoria" e "interdisciplinaridade". Finalmente, abre-nos a perspectiva de um trabalho na via de uma "sociologia à escala individual".

Seus trabalhos sobre o iletrismo, as práticas de leitura e de escrita nos meios populares; em que eles o conduziram para a definição do homem plural?

B. LAHIRE – Sem dúvida, a constatação de uma difícil transferenciabilidade das competências leitorais ou escriturais de um gênero de escrita a outro, de uma situação de escrita ou de leitura a outra começou a me fazer avançar para a ideia de uma pluralidade de competências ou de disposições constituídas no âmago de cada ator e que se desenvolvem ou não de acordo com o contexto de cada ação. Mas foi, sobretudo, o estudo dos universos familiares populares que me fez tomar consciência da heterogeneidade e, às

vezes mesmo, do aspecto contraditório dos princípios de socialização aos quais as crianças são submetidas no próprio seio familiar. Se acrescentarmos a isso, os princípios de socialização escolares aos quais a própria criança encontra-se muito rapidamente exposta vemo-nos numa via de reflexão sobre o ator plural, caracterizado por um patrimônio mais ou menos heterogêneo de disposições e de competências.

O que é um homem plural? Em que o homem é plural?

B. LAHIRE – Um ator plural é um ator que nem sempre viveu no interior de um só e único universo socializador, de modo que é alguém que atravessou e frequentou, mais ou menos duravelmente, espaços (matrizes) de socialização diferentes (e, às vezes, socialmente vividos como altamente contraditórios). O ator plural é, portanto, portador de disposições, de “sumários de experiências” múltiplas e nem sempre compatíveis entre elas. Não obstante, ele deve “lidar com isso”. Essa situação pode-lhe causar um grave problema quando as disposições se contradizem na ação. Ela pode também ficar despercebida ao nível do próprio ator se, como frequentemente acontece, as disposições só se ativam em contextos ou domínios de práticas limitados e separados uns dos outros. O ator plural é aquele em que o conjunto das práticas é irredutível a “uma fórmula geradora” ou a “um princípio gerador” (expressões segundo as quais Pierre Bourdieu definia o *habitus*).

O que é “trânsfuga de classe”? Você pensa que se pode escapar totalmente de seu meio de origem, à sua classe social?

B. LAHIRE – Denomina-se, às vezes, em sociologia “trânsfuga de classe” a pessoa que nasceu num meio social e que, em sua vida adulta, vive num outro meio social. Casos mais frequentemente estudados (ou ao menos mencionados) são os de mobilidade social ascendente através da via escolar. O “trânsfuga” é um caso particular do ator plural, mas não o único modelo da pluralidade do ator. No que diz respeito à segunda interrogação, devido às razões de incorporação de experiências socializadoras familiares, pode-se dizer que jamais se escapa verdadeiramente, nem totalmente do seu meio de origem. E só “sai-se do seu meio” com a cumplicidade parcial desse “meio”.

Você compara o homem a uma “folha dobrada”: você seria determinista?

B. LAHIRE – Sou determinista tanto quanto se pode ser em ciências sociais... É claro, penso que os comportamentos, percepções e pensamentos dos seres sociais se explicam, de parte a parte, pelos elos

sociais passados e presentes que os constituíram. Mas, explico, na obra *O Homem plural*, que não se pode prever tão facilmente os comportamentos humanos tanto quanto os acontecimentos físicos ou químicos. De fato, comparo cada ser social singular a uma folha de papel dobrada ou amassada. Somos todos relativamente singulares, mesmo quando somos constituídos socialmente: se a folha de papel simboliza o mundo social, suas estruturas, seus diferentes domínios, suas instituições etc., a folha de papel amassada, ou diversas vezes dobrada, pode oferecer uma imagem interessante daquilo que representa cada caso singular.

Segundo você, o si é uma ilusão?

B. LAHIRE – O “si” coerente e único, essa identidade pessoal idêntica a ela própria, em todos os lugares e em toda circunstância, é efetivamente uma ilusão; porém, uma ilusão socialmente bem fundada, isto é, uma ilusão que encontra numerosos suportes linguísticos, simbólicos, sociais (o nome e o prenome, os diferentes códigos e registros pessoais, as diversas ocasiões verbais de reconstrução *a posteriori* da coerência de um percurso, de uma identidade, de um “caráter”...). O pesquisador em ciências sociais não pode *a priori* dar razão a essa concepção ordinária de ator, sempre idêntico a ele próprio; mesmo quando uma parte de seu trabalho consista em compreender as razões da predominância desse modelo de identidade no mundo social.

Você diz ser “mais bourdieusiano que os bourdieusianos”. Pode nos explicar sua posição?

B. LAHIRE – O que quero dizer, bem seriamente e sem alguma provocação, é que, através dos meus trabalhos, penso ser, definitivamente, bem mais fiel ao trabalho de Pierre Bourdieu do que os seus mais “fiéis” epígonos. De fato, para realizar o que Bourdieu fez no campo das ciências sociais, é preciso absolutamente evitar a relação mestre/discípulo e a repetição, sem fim, do seu “pensamento” em áreas particulares. Em revanche, seria necessário fazer o que ele próprio soube fazer quando tinha a idade dos seus mais jovens discípulos atuais: romper, em parte, com o estruturalismo (enquanto que alguns permaneciam presos nos impasses desse modelo de pensamento); zombar de certas fronteiras disciplinares; não temer em ser antiacadêmico; preservar um espírito crítico sempre em alerta e desenvolver sua imaginação sociológica; defender a autonomia científica das ciências sociais... Mas, o “acadêmico” hoje em ciências sociais (um dos seus pólos, de todo modo), é a escola bourdieusiana. É com essa tradição sociológica que aprendi a ser crítico; porém, essa tradição deve ser criticada, por sua vez, sobretudo num momento em que ela se engessa, em grande parte sob o efeito da consagração científica e social. Ser fiel

ao modo de pensamento de Pierre Bourdieu, àquilo que ele possui de mais precioso no que ele nos ensinou, é recusar a “maleta conceitual” selada que Pierre Bourdieu, o mestre, nos “vendeu”, por vezes, com a cumplicidade de determinados jovens epígonos no seu desejo de *fast success* (rápido sucesso). Digamos, eu seria algo assim como um “bourdieusiano heterodoxo” que tenta fazer a sociologia progredir *com* e *contra* Bourdieu.

Você não gosta de duas palavras: “teoria” e “interdisciplinaridade”. Por que?

B. LAHIRE – Não gosto da palavra “teoria” do modo como ela é usada na França, principalmente, para designar esses pequenos modelos um pouco misteriosos, que pretendem à universalidade de sua pertinência, e pelos quais não se chega a se apreender bem os fundamentos históricos (ou empíricos). Isso dito, a atividade teórica é evidentemente bem indispensável em ciências sociais; entretanto, gostaríamos que ela fosse mais lúcida, mais pragmática, menos nebulosa... É nesse ponto que o ensinamento filosófico de Wittgenstein me parece central para uma higiene mental (linguística e teórica) de todo o pesquisador em ciências sociais. Quanto à palavra “interdisciplinaridade”, pode parecer estranha vê-la estigmatizada por um pesquisador que, aliás, lança mão dela por uma “sociologia psicológica” e por colaborações científicas entre pesquisadores oriundos de tradições disciplinares diferentes. Porém, muito frequentemente, a palavra “interdisciplinaridade” fica remetida a colagens heteróclitas de “pontos de vista» disciplinares dos quais cada pesquisador sai intocado. Penso que é necessário saber ir em direção a outras disciplinas; do interior de sua disciplina, nela sentindo a necessidade interna, nela apreendendo a indispensabilidade do ponto de vista da lógica própria de seu trabalho científico. Se não sentirmos essa abertura para outras disciplinas como uma necessidade interna, então, nem vale a pena se esforçar em direção às ditas “colaborações interdisciplinares”.

Qual é o seu projeto para a sociologia? O que é sociologia psicológica?

B. LAHIRE – Inicialmente, uma importante precisão a ser feita: não vejo em minha démarche, que desemboca naquilo que chamo de uma “sociologia psicológica” (ou uma “sociologia à escala individual”), o grande projeto para o qual toda a sociologia deva tender... Penso que é uma via (tomada, geralmente, não conscientemente pelos pesquisadores) possível de desenvolvimento de pesquisas em ciências sociais. Tal sociologia tenta apreender o social (os múltiplos aspectos e dimensões do social) sob a sua forma singularizada, individualizada. Ela é uma maneira de ir ao encaixe do social nas suas pregas mais

singulares. Isso supõe, principalmente, acompanhar os mesmos atores em cenas diferentes, em contextos ou microcontextos diferentes; mais do que deduzir prematuramente uma “visão de mundo” ou um “habitus” de comportamentos observados numa cena singular.





Poemas

Nei Leandro de Castro nasceu em Caicó. Viveu em Natal dos cinco aos 28 anos de idade. A partir de 1968, passou a morar no Rio de Janeiro, onde trabalhou como redator e diretor de criação, em algumas das principais agências de propaganda. Colaborou com crônicas para O Pasquim, sob o pseudônimo de Neil de Castro, e escreveu resenhas literárias para o Jornal do Brasil e para O Globo. Voltou a morar em Natal em 2005.

Publicou os seguintes livros de poesia: **O pastor e a flauta** (1961), **Voz geral** (1964), **Romance da cidade de Natal** (1975, com reedição em 2004), **Feira livre** (1975), **Canto contra canto** (1981), **Zona erógena** (1981), **50 sonetos de forno e fogão** (1982, de parceria com Celso Japiassu), **Musa de verão** (1984), **Era uma vez** (1993), **Diário íntimo da palavra** (2000), **Autobiografia** (2008).

Romances publicados: **O dia das moscas** (1983, segunda edição em 2008), **As pelejas de Ojuara** (1986, com reedições em 1991, 2002 e 2006, premiado pela U.B.E. e adaptado para o cinema pela produtora LC-Barreto), **As dunas vermelhas** (2003). **A fortaleza dos vencidos** (2008).

Publicou ainda um livro sobre a linguagem de João Guimarães Rosa, **Universo e vocabulário do Grande Sertão**, prêmio de ensaio do Instituto Nacional do Livro, publicado em 1970 pela Editora José Olympio, com reedição em 1982.

FABULISTA

À noite, quando o sono começava a aquietar
a alma buliçosa dos meninos,
o velho Pedro reunia todos à sua volta
e contava as mais belas
e arrepiantes histórias de horror.
Poderia ter sido o maior romancista
de Natal, ou Macau, ou Caicó, ou Currais Novos,
não fosse analfabeto.
Todos os meninos, até os mais valentes,
sabiam que não iriam dormir mais uma noite,
depois das histórias do bruxo
da Rua Professor Zuza.
Mas nenhum perdia uma só palavra
dos casos de amofinar coragem.
e todos suspiravam ao mesmo tempo
na pausa estudada que o velho Pedro fazia,
antes de chupar o cachimbo
e soltar baforadas sobre os medos.

O COLÉGIO DA INFÂNCIA

O colégio de padres era infernal.
Rezas, repressões, castigos
e ai de quem cobiçasse
as mangas que perfumavam o quintal.
O padre diretor escrevia
E publicava, sem piedade,
Os piores livros da humanidade.
Do seu púlpito, com voz de castrado,
ele ameaçava a todos
com um Lúcifer, príncipe das trevas,
que jamais sorria em sua danação.
E o padre sorria? Também não.

VISITA AO POETA NO RIO DE JANEIRO

Na Conselheiro Lafayette encontro
um fazendeiro do ar e da poesia.
A sala é arrumada com um verso.
Há, sim, alguns retratos na parede

mas já não doem, a na ser que haja dor
na claridade imensa desse olhar
de Maria Julieta lá no quadro
do gênio Portinari. O fazendeiro

é mito? Não. Nenhum mito é assim
tão simples, mesmo tendo oitenta e quatro
anos de glória, de poesia, de amor

e morte em cada verso. Um universo
está contido em cada gesto dele:
Carlos Drummond. Carlos Drummond de Andrade.

A DOR DA ELEGIA

Todas as elegias são inúteis
como uma lareira sob o vendaval,
como um pacto de amor no sonho que se esvai,
como uma dor que não eleva, apenas dói.
Uma elegia, amigo, não devolve
o essencial do teu olhar sobre as coisas líricas,
o gesto que enlaça a poesia como um abraço,
o calor humano que emanava de ti

e queimava qualquer possibilidade
de desencanto, de desencanto, de desamor.
A elegia que teima em surgir
como uma convidada vestida em roupas soturnas
não recompõe teus passos numa tarde de Natal,
numa segunda-feira de bares fechados
e amigos abertos ao teu lirismo congênito.
Não, a elegia não traz de volta
a tua voz saudando poetas e vinhos,
elegendo poemas, tocando na última esquina
os peitos dormidos de uma casada infiel.
A elegia traz lembranças e as lembranças
são belas mas doem como um soco, um espasmo
que conduz ao infarto do miocárdio.
As lembranças me conduzem, prisioneiro de mãos atadas,
aos primeiros poemas, aos porres inaugurais,
ao vinho bebido, quase pela última vez,
num calçada do Porto, junto à beleza melancólica
dos poetas portugueses.
A elegia não refaz a amizade, não responderá
semanalmente às minhas cartas. Não atende telefone.
Um elegia, meu amigo,
é uma forma de dor que não quero mais para mim.
Melhor é me ferir no gume delicado dos teus versos.

NOVA CANÇÃO DO EXÍLIO

Já cruzei todos os mares,
bebi em todos os bares,
amei cento e dez mulheres,
sem falar em mal-me-queres.
Já seduzi num minuto,
já fui chamado de puto,
andei por vários países,
desvirginei meretrizes.
Em Lisboa, em pleno inverno,
vi o céu e o inferno
nas coxas da namorada
que era bruxa e era fada.
Já fiz doutorado em línguas
com mestra da Califórnia,
verti para dez idiomas
a dura palavra esbórnica.
Tenho estrada, muito chão,
à sombra do Redentor,
cavando o gozo chiado
das cariocas em flor.

Mas que saudades que tenho
da Rua Professor Zuza,
dos assaltos aos maristas,
das turmas de boca suja.

PRELÚDIO E FUGA

Por um triz
não escalei os abismos do teu corpo
como o primeiro homem diante da fuga,
do prelúdio e da certeza de ser um deus.
Por um triz,
imortal e onipotente como um ser amado,
não arremessei as falésias contra o azul do mar
que rugia e desmoronava a nossos pés.
Por um triz,
não fiz dos teus cabelos longos e espessos
o ninho do pássaro de fogo que volta sempre
ao local do beijo, da dança, do acasalamento.
Por um triz,
não me perdi no labirinto do teu sexo
molhado como uma dádiva e nele me afoguei
trinta vezes e mais uma.
Por um triz,
não fiz do teu pranto, do teu grito
a minha veste, a minha culpa, punhal cravado
na palma de minhas mãos.
Por um triz,
Não te amei para sempre, não te levei
para o céu dos amantes, para o gozo infinito
mais, mais, mais adiante.
Por um triz,
não te mostrei os rios de ternura na jusante,
não te levei para a ponte onde Dante
viu Beatriz.





Resenhas

Desenvolvimento como política para uma liberdade possível

Ozaias Antonio Batista – UFRN

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 409 p.

Amartya Sen é economista, nasceu em *Santiniketan* (Índia) e lecionou na *Delhi School of Economics*, *London School of Economics*, *Oxford* e *Harvard*. Participou da fundação do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento (*WIDER*), na Universidade da Organização das Nações Unidas. Foi reitor da Universidade de Cambridge. E em 1998 ganhou o *Prémio Sveriges Riksbank* de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel por suas contribuições à teoria acerca da economia do bem-estar social, o *welfare state*. Além de escrever vários artigos, os quais retratam assuntos voltados majoritariamente para estudantes, professores e pesquisadores que se interessam por discussões voltadas para o âmbito da Economia, Sen também é autor dos seguintes livros: “Desenvolvimento como Liberdade” (2008) que ora resenhamos, “Desigualdade Reexaminada” (2001) e “Sobre Ética e Economia” (1999). Destes podemos dizer que no conjunto há uma tentativa do autor de demonstrar que um país para gerir seu processo de desenvolvimento deve ir além dos direitos sociais básicos (saúde e educação), garantindo oportunidades à população para que esta exerça a cidadania e consiga o que ele considera também essencial para o bem-estar social: habitação, cultura, segurança e liberdade. Faz críticas em suas argumentações às desigualdades geradas pela opulência, privações e opressões existentes no mundo para desenvolver seu pensamento sobre desenvolvimento como eliminação via política econômica dos países, das privações limitadoras de liberdade de qualquer natureza.

“Desenvolvimento como Liberdade” foi editado pela primeira vez no Brasil no ano 2000, pela Companhia das Letras. É um livro que deverá interessar aos pesquisadores das ciências humanas e sociais em geral, especialmente os alocados na esfera do direito, serviço social, sociologia e ciências políticas e econômicas, área a qual se dirige particularmente. Nele Sen discute a ideia de desenvolvimento vinculada a expansão das capacidades dos indivíduos, isto é, os sujeitos poderão melhorar de forma satisfatória sua realidade social a partir do crescimento do índice de liberdade que cada homem e/ou mulher irá deter. É importante compreender ainda, que para ele o crescimento das capacidades dos indivíduos está diretamente vinculado ao aumento da liberdade detida por estes (indivíduos) em sociedade e pelas escolhas oportunas que estes possam fazer.

Já no prefácio, o autor afirma existir diferentes formas de liberdade, e estas auxiliam no apaziguamento das dificuldades sociais, políticas e econômicas enfrentadas pelos indivíduos na atualidade. Entretanto, torna-se relevante apreender esta liberdade (também) como um mecanismo capaz de vincular o sujeito à dimensão individual, de modo que a individualidade pode chegar a incidir sobre o universo coletivo.

Sen explicita ainda que eliminar as privações dos indivíduos consiste na manutenção do desenvolvimento, uma vez que os homens e as mulheres são passíveis de realizar alguma benfeitoria na sociedade, bastando que a eles sejam possibilitadas as oportunidades e as condições básicas de exercício de liberdade, exercendo, assim, a cidadania. Por conseguinte, o autor ressalta que é preciso desvincular a imagem dos indivíduos como seres unicamente receptores de benefícios, pois são eles também geradores ou não de benefícios sociais.

Além de retomar a ideia central de sua obra, qual seja o aumento da liberdade dos sujeitos como fonte de desenvolvimento aborda, na introdução, a concepção que conflita com interpretações que associam o desenvolvimento a industrialização e ao aumento do Produto Nacional Bruto (PNB), por enfatizar a necessidade das condições de bem-estar dos sujeitos sendo o Estado o gerador de oportunidades.

Não é que o autor esteja ignorando o crescimento econômico como via para aumentar a liberdade dos indivíduos, contudo defende que “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos [...]” (SEN, 2008, p. 18).

No primeiro capítulo, “A Perspectiva da Liberdade”, o autor vai trabalhar, como o título sugere, as perspectivas de liberdade. Estas aglomeram os mecanismos que possibilitam as ações e escolhas dos indivíduos, bem como as oportunidades detidas pelos sujeitos. As perspectivas de liberdade levam em consideração as realidades sociais e pessoais de cada sujeito.

As capacidades – de ação e escolha dos sujeitos – podem ser acrescidas por políticas públicas, mas o rumo tomado por esta política pode ser ministrado através do poderio participativo da população com ênfase nas questões de cidadania.

Outro ponto discutido no primeiro capítulo e que é relevante está relacionado com impedimentos econômicos e de capacidades. Ambas as privações (econômica e de capacidade) estão correlacionadas, todavia nem sempre se deve tomar como ponto de análise a rentabilidade do sujeito, pois não será possível retirar alguma conclusão do nível de possibilidades (capacidades) que cada indivíduo irá possuir. Isto é, não se aplica uma regra geral que categoriza as capacidades do indivíduo unicamente pelo seu rendimento econômico.

No capítulo segundo, Sen discute a finalidade e os meios do desenvolvimento, considerando o caráter instrumental da liberdade. Este caráter engloba diferentes componentes, entretanto estes componentes possuem inter-relações, tais como: “[...] facilidades econômicas, liberdades políticas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora” (SEN, 2008, p. 71). Portanto, ao exercício da liberdade vincula-se um caráter social instituído pelas relações estatais, sociais e econômicas.

No terceiro capítulo o autor aborda a liberdade relacionada aos embasamentos da justiça. É um equívoco, segundo o autor, interpretar o bem-estar de algum indivíduo tomando como fundamento sua renda real, pois esta pode consistir em uma informação por demais imprecisa para se julgar o bem-estar do sujeito – ou sujeitos – em questão, pois com ele coexistem as limitações impostas pela legalização institucionalizada como garantia de direitos e deveres.

“Pobreza como privação de capacidades” é o título adotado por Sen para o quarto capítulo do livro. Neste, o autor vai refletir sobre a pobreza como um estado capaz de privar as capacidades dos sujeitos, e não unicamente como decorrência de alguma limitação financeira, mas como privação de liberdades, como impossibilidade geradas pela condição de pobreza que poderá ser resolvida, conforme o autor pelas garantias de políticas estatais coerentes com as necessidades da população.

O quinto capítulo trata do mercado, do Estado e da oportunidade Social. Para o autor, o mercado deve atuar como auxiliar na criação de oportunidades sociais para os indivíduos, de modo que estas oportunidades sirvam para estabelecer uma igualdade entre os sujeitos e implementem a justiça social. De acordo com seu ponto de vista, as ferramentas estatais também devem contribuir para a criação de oportunidades sociais, pois haverá uma melhoria na qualidade de vida dos cidadãos.

A abordagem adotada no sexto capítulo envereda pela importância da democracia para a expansão das capacidades dos sujeitos. Sen caracteriza como desenvolvimento econômico não apenas o crescimento do PNB, mas também a influência das ideias democráticas sobre a vivência dos indivíduos, ou seja, como regime democrático influenciando no processo de capacitação destes (indivíduos) inseridos socialmente. Em seu ponto de vista, a democracia deve ser vista como criadora de oportunidades, porque “desenvolver e fortalecer um sistema democrático é um componente essencial do processo de desenvolvimento” (SEN, 2008, p. 185).

No sétimo capítulo, o autor vai aludir ao fenômeno intitulado como “fome coletiva” (SEN, 2008, p. 188) e aqui a desigualdade influencia diretamente o desencadeamento das fomes coletivas, porque esta trata da privação de víveres pela qual passam determinadas nações aliada ao baixo rendimento econômico. Assim, para alicerçar ainda mais a sua argumentação Sen expõe diversos casos de fomes coletivas existentes no mundo, tais como em Bengala (situada na Índia), Sahal (região da África localizada entre

o deserto do Sahara e as terras do Sul), Etiópia (país africano), Somália (situada na África Oriental), Bangladesh (localizado ao sul da Ásia). Corroboramos a alusão do autor, mas o questionamos para futuras reflexões: poderá a fome ser articulada a desenvolvimento como liberdade, entendendo-se que fome é questão emergencial e de sobrevivência?

O oitavo capítulo trata do papel do agente feminino para a concretização de alguma mudança social. Apesar de neste Sen tratar especificamente da mulher, entende que os sujeitos de ambos os sexos devem agir como agentes de mudanças, pois todos devem se responsabilizar pela realidade social na qual estão inseridos. Dessa maneira, defende que o trabalho feminino deve se expandir para além do espaço domiciliar, porque mantendo as mulheres unicamente em suas residências estarão impossibilitando-as de aumentarem suas liberdades e, por conseguinte, poderá essa postura barrar o desenvolvimento econômico de uma nação inteira.

Essa ideia, de aumento da liberdade feminina, ganha vigor quando Sen argumenta a favor do aumento do poderio das mulheres como um dos fatores do processo de desenvolvimento de alguns países na conjuntura atual.

No nono capítulo retoma a importância do papel feminino para o desenvolvimento de uma nação. Abordando a questão da fecundidade e mostrando que é a favor da redução do nível de fertilidade, porque esta medida contribuirá para a prosperidade da economia de um país, o autor diz: “[...] o desenvolvimento econômico pode estar longe de ser “o melhor anticoncepcional”, mas o desenvolvimento social – especialmente a educação e o emprego das mulheres – pode ser realmente muito eficaz” (SEN, 2008, p. 251).

Sen no capítulo dez discorre sobre a cultura e os direitos humanos. Para o autor a valorização da liberdade deve articular todas as realidades culturais, independente das disparidades. Ratifica desse modo, sua compreensão acerca dos direitos humanos vinculados a ideias relacionadas com “pretensões éticas, as quais não devem ser identificadas com direitos legais legislados [...]” (SEN, 2008, p. 275).

No décimo primeiro capítulo, o autor aponta alguns mecanismos importantes para a gestão de políticas públicas enfatizando que toda política pública deve levar em consideração como os indivíduos, que serão beneficiados por esta política social, enxergam sua realidade social. Isto é, sugere que se torna importante identificar quais os valores que estão intrínsecos ao grupo social que está sendo direcionado pela política em uma determinada iniciativa, seja esta estatal ou não.

E, no último capítulo, Sen reflete sobre a liberdade individual dos sujeitos, relacionado-a ao comprometimento social que os indivíduos poderiam ter frente às possibilidades de escolha entre fazer ou não determinada ação. Indica que o indivíduo destituído de liberdade não pode ser responsabilizado por deixar de tomar alguma atitude diante das dificuldades ou injustiças sociais. Porém, contendo a

liberdade e a capacidade de tomar determinada iniciativa, o indivíduo pode refletir sobre realizá-la ou não. Neste momento, no livro, aparece a “responsabilidade individual” (SEN, 2008, p. 322). Esta está vinculada a escolha do indivíduo em tomar – ou não – determinada iniciativa diante dos vários problemas sociais existentes na conjuntura histórica atual. Todavia, esta “responsabilidade individual” só será possível se for disponibilizado para o indivíduo as possibilidades geradoras das capacidades de escolha.

Indicamos a leitura de Desenvolvimento como liberdade para qualquer estudante professor ou pesquisador que deseje pensar sobre políticas voltadas para combater as desigualdades sociais, a pobreza e a miséria por este nos fazer refletir de maneira procedimental e atitudinal diante das questões que nele são discutidas.

Análises e perspectivas acerca da irregular (C)idade brasileira

Thereza Cristina Bertazzo Silveira Viana – UFRN

VALENÇA, Márcio Moraes (Org.). **Cidade (i)legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

A urbanização brasileira vem sendo marcada por profundos contrastes na distribuição espacial das moradias, no acesso aos serviços e equipamentos urbanos, bem como à terra e à sua regularização. No um cenário global, as cidades ganham visibilidade na arena da gestão pública e, ao mesmo tempo em que se encontram diante do desafio de planejar o espaço urbano, coordenar sua ocupação e gerir seus recursos, buscam, de acordo com suas características e especificidades, diferentes saídas para esses impasses e desafios. Nesse contexto, o livro *Cidade (i)legal* – organizado pelo professor Márcio Moraes Valença do departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – ganha relevância não só no campo acadêmico, como também entre aqueles que querem (re)pensar o papel da gestão pública urbana e dos atores sociais envolvidos nesse processo. Com a proposta de discutir o (i)legal, o (in)formal e o (ir)regular presentes na paisagem de diversas cidades brasileiras, essa obra está organizada em dez capítulos escritos por pesquisadores renomados nas áreas do direito, sociologia urbana, geografia e arquitetura. Composto por reflexões teóricas e estudos empíricos, *Cidade (i)legal*, através de seus autores, lança olhares sobre as discussões acerca do direito à propriedade privada, do direito à moradia, das alterações do espaço urbano, do crescimento acelerado de ocupações em assentamentos informais e suas transformações, bem como da dinâmica do mercado imobiliário.

No primeiro capítulo, intitulado *O caso contra os direitos de propriedade*, Peter Marcuse trata das diferentes formas de acesso à terra, alternativas à forma estabelecida pelo direito pleno à propriedade individual. Com o objetivo de instigar um debate sobre essa questão, o autor afirma que o direito pleno à propriedade individual não se caracteriza como a melhor maneira de garantir a segurança da posse sem, obviamente, defender a ilegalidade como uma alternativa para a falta de proteção desse direito.

Denominado *Cidade legal X ilegal*, o segundo capítulo consiste em uma palestra proferida por Edésio Fernandes em um Colóquio realizado na UFRN. Com o objetivo de discutir as dimensões do direito urbanístico e seu papel na sociedade brasileira do século XXI, Fernandes diferencia três paradigmas que perpassam o campo jurídico no que tange à regularização e leis sobre as cidades. O primeiro é o paradigma jurídico tradicional, o segundo do direito administrativo e o terceiro do direito urbanístico

contemporâneo. Este último vem sofrendo críticas de vários setores, que defendem a redução do direito à moradia ao direito de propriedade privada. Fernandes aponta os perigos que perpassam essa ideia e reafirma que esses dois direitos não são a mesma coisa. Ao contrário, a legalização fundiária por si só, pode acabar cerceando o direito à moradia daqueles que não podem pagar pelos tributos e impostos advindos desta legalização.

Com o objetivo de discutir quatro diferentes aspectos da lei do Estatuto da Cidade o terceiro capítulo, também escrito por Edésio Fernandes, intitula-se *Do código civil ao estatuto da cidade: algumas notas sobre a trajetória do direito urbanístico no Brasil*. Para o autor, a garantia de que o direito urbanístico seja um ramo autônomo do direito público brasileiro é um dos maiores avanços do Estatuto da Cidade. Entretanto, essa quebra paradigmática ainda sofre resistências por parte dos juristas que insistem em vincular o Direito Urbanístico como um sub-ramo do Direito Administrativo ou do Direito Ambiental.

Reformando a ordem jurídico-urbanística no Brasil é o título do quarto capítulo, novamente escrito por Edésio Fernandes. Ele vai tratar da reforma da ordem jurídico-urbanística no Brasil, condição *sine qua non* para que haja uma reforma urbana. O autor argumenta que esta nova ordem jurídica faz-se necessária aos países da América Latina e, especificamente ao Brasil, pelo fato de esses países possuírem uma trajetória de crescimento urbano marcada pelo legalismo liberal e por uma visão civilista, que privilegia a propriedade individual plena em detrimento do reconhecimento de outras formas alternativas de direitos reais de propriedade.

Com o objetivo de desvendar o fenômeno da favela no município de São Paulo, Suzana Pasternak contribuiu neste livro com dois artigos. O primeiro, intitulado *A cidade que virou favela*, foi publicado em 1984 e analisa a distribuição espacial, os processos de invasão de terras e as condições ambientais das habitações em favelas da capital paulista. O segundo, escrito vinte anos depois, observa e compara as transformações e a considerável expansão da favela em São Paulo, que acabou virando cidade. Esses dois artigos estão apresentados neste livro, estrategicamente, na ordem inversa à cronologia de sua publicação pelo fato de que, no segundo artigo, *A favela que virou cidade*, a autora faz um resgate teórico dos paradigmas que delineararam o tema favela dentro das pesquisas acadêmicas. Essa retrospectiva amplia o campo analítico de ambos os artigos e proporciona uma melhor comparação entre eles. Ao analisar a mudança que ocorreu na intervenção estatal durante esses vinte anos – que passou de expulsão e repressão para aceitação e estímulo – a autora conclui que esta se deu em função da dimensão do número de favelas existentes e da falta de providências estatais para sanar o déficit habitacional oriundo desse crescimento.

Denominado *O mercado de trabalho e a cidade brasileira*, o sétimo capítulo consiste em uma entrevista concedida por José Borzacchiello da Silva, professor titular do Departamento de Geografia da UFC, realizada em Natal por iniciativa da Unidade Interdisciplinar de Estudos sobre a Habitação e o Espaço Construído. Nessa entrevista, Borzacchiello faz, de maneira informal e despretensiosa, uma retrospectiva do desenvolvimento econômico brasileiro, traçando uma análise sobre a relação entre este e o mercado de trabalho ao longo do processo de industrialização ocorrido no país. Para o autor, há uma relação íntima entre o modelo de desenvolvimento econômico e o mercado de trabalho e essa relação é melhor identificada na cidade, uma vez que esta é o espaço privilegiado da divisão do trabalho.

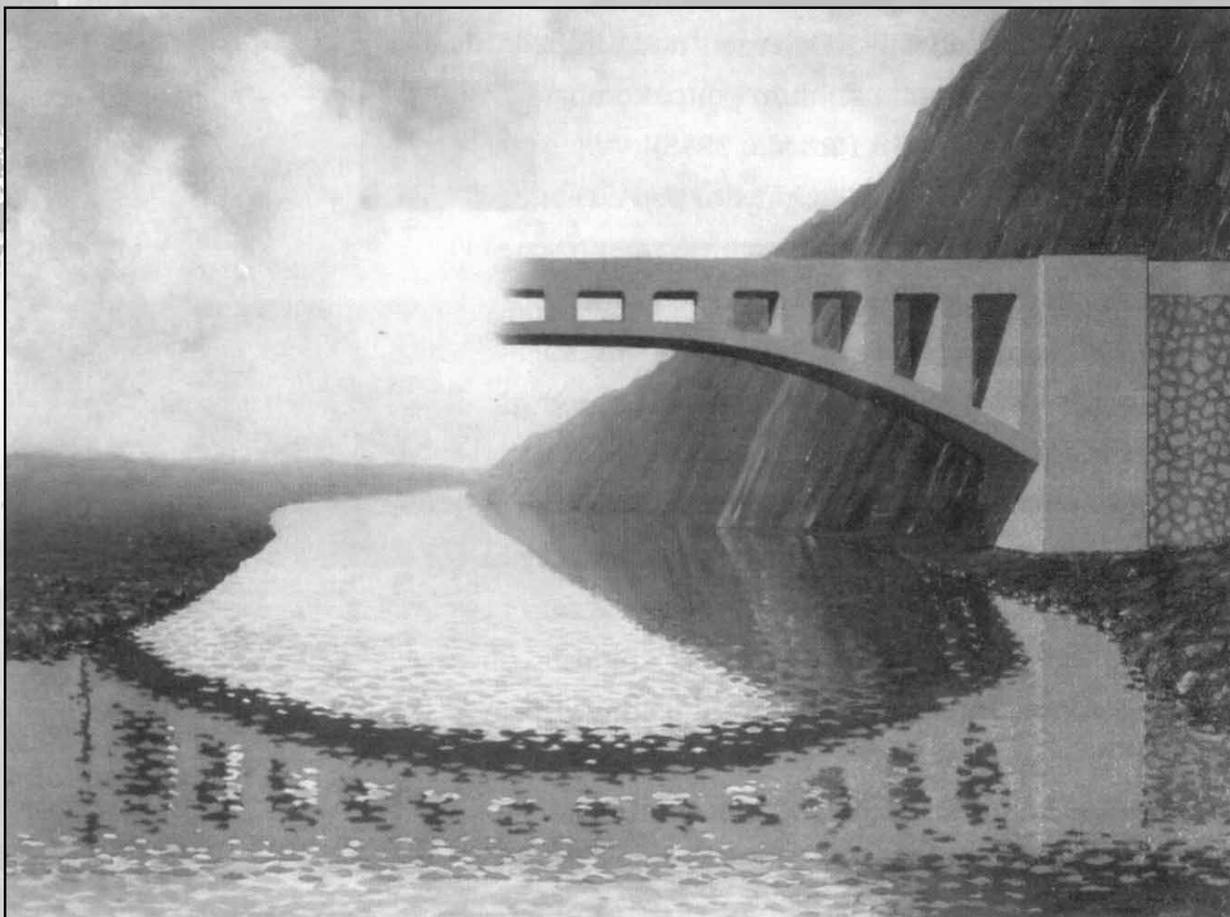
Ana Cláudia Duarte Cardoso escreve o capítulo oitavo desta obra – *Assentamentos informais e a pobreza urbana. Belém em foco* –, fruto de uma pesquisa realizada em assentamentos informais, localizados na cidade de Belém/PA. Utilizando os autores Moser, Wratten e Kempen que consideram como fatores que caracterizam o estado de pobreza de determinado indivíduo ou família, as variáveis como acesso à educação, à saúde e aos direitos legais, a autora vai mostrar como os moradores dos assentamentos pesquisados administram, de forma bem complexa, seu portfólio de oportunidades e como as iniciativas governamentais, calcadas em análises simplistas em relação às moradias de interesse social, está equivocada.

A partir da experiência de dois assentamentos, que se diferenciam pela condição socioeconômica dos moradores (favelas e mansões), mas que se assemelham no que tange à localização, à ilegalidade e à clandestinidade, o capítulo nove, denominado *A regularização fundiária como reconhecimento de direitos: os empreendimentos residenciais Vila Emater II e Vista Atlântica*, retoma a discussão teórica dos três capítulos iniciais deste livro sobre o direito à moradia e as diferenças entre este e o direito à propriedade privada. Através de uma análise acerca da luta pela regularização fundiária, Regina Lins problematiza, de maneira muito profícua, a constante formação de territórios ilegais e clandestinos nas cidades brasileiras e os diferentes tratamentos que são dados, pelo poder público, quando se trata de distintos estratos sociais. Ao narrar a história da favela e do loteamento de mansões, Lins aponta as diferenças entre o direito de propriedade e o direito à moradia, diferença esta também apresentada por Peter Marcuse no primeiro capítulo da presente obra. A autora mostra que o direito à propriedade privada, reivindicação dos moradores das mansões, é uma luta portadora de visibilidade entre os sistemas hegemônicos e dominantes, respaldado no processo de especulação e valorização imobiliária. Já o direito à moradia, reivindicação dos moradores da favela, constitui-se em algo difuso por tratar de um direito coletivo e geograficamente não localizável.

O mercado imobiliário possui uma dinâmica própria? Que dinâmica seria esta? Existe alguma lógica espacial da acumulação do capital? Que lógica seria esta? Por que o sistema capitalista passa por

crises periódicas de sobreacumulação? Quais as saídas para essas crises? Essas questões são respondidas por Márcio Moraes Valença, à luz das contribuições teóricas do geógrafo David Harvey, no último capítulo deste livro intitulado *Ensaio sobre a dinâmica do imobiliário em Harvey*. No sistema capitalista, para que haja acumulação do capital, são necessários – entre outros fatores – investimentos em capital fixo localizados, em sua maioria, nas cidades. Essa fixação do capital gera a médio e longo prazo uma impossibilidade de investimentos nestes espaços e uma constante depreciação da estrutura construída. Quando há alguma crise de sobreacumulação, fato constante e inerente ao sistema capitalista, há uma necessidade de se redirecionar os investimentos. A esse redirecionamento, Harvey dá o nome de ‘resolução espacial’, isto é, o capital se expande geograficamente e passa a ser investido em outros espaços (como, por exemplo, os países em desenvolvimento) ou em outros circuitos como é o caso dos circuitos secundário (imobiliário) e terciário (educação, ciência e tecnologia). A grande contribuição de Valença nesse ensaio consistiu em demonstrar como a teoria de David Harvey pode auxiliar na análise do imobiliário e na compreensão dos porquês dos investimentos grandiosos neste mercado em determinado momento histórico e os motivos pelos quais em determinado tempo há uma evasão de investimentos neste setor.

O livro *Cidade (i)legal* traz à tona um dos maiores desafios a serem enfrentados tanto pelos gestores públicos, como entre os estudos acadêmicos, que consiste na transformação e ocupação do espaço urbano de maneira economicamente viável e ambientalmente sustentável. Ao levantar questionamentos teóricos e evidenciar algumas realidades empíricas que compõem o mosaico espacial das cidades brasileiras, esta obra torna-se de indiscutível importância para aqueles que querem debruçar-se em estudos sobre o crescimento e o planejamento urbano, a regularização fundiária, o direito urbanístico, bem como os problemas acerca de assentamentos e favelas.



Dossiê dos Autores

BERNARD LAHIRE

É professor de sociologia da École normale supérieure de Lyon e diretor do Groupe de Recherche sur la Socialisation (CNRS). É autor, entre outros livros, de *À quoi sert la sociologie ?*, Paris, La Découverte. Traduit en Argentine. (2004) *Sociologia de la lectura*, Barcelona, Gedisa. (2004) *La Culture des individus. Dissonances culturelles et distinction de soi*, Paris, La Découverte. Traduit au Brésil. (2005) *L'Esprit sociologique*, Paris, La Découverte. Traduit en Argentine. (2006) *La Condition littéraire: la double vie des écrivains*, Paris, La Découverte. En cours de traduction en Allemagne. (2008) *La Raison scolaire. École et pratiques d'écriture, entre savoir et pouvoir*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, Paideia. (2008) (avec C. Rosental) *La Cognition au prisme des Sciences sociales*, Paris, éditions des archives contemporaines. (2010) *Franz Kafka. Éléments pour une théorie de la création littéraire*, Paris, La Découverte. No Brasil foram publicados os livros Sucesso escolar nos meios populares (São Paulo, Ática, 19997); O homem plural (São Paulo, Instituto Piaget, 2003). Retratos sociológicos (Porto Alegre, Artmed, 2004) e Cultura dos indivíduos (Porto Alegre, Artmed, 2006).

DALCY DA SILVA CRUZ

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (1959), graduação em Sociologia e Política pela Fundação José Augusto (1969), mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (1982), doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2001) e pós-doutorado em Filosofia pela Universidade Nova de Lisboa (2003). É professora associada da UFRN.

EMIR SADER

Sociólogo e cientista político. Graduado em Filosofia, Mestre em Filosofia Política e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, onde também se tornou professor. Foi pesquisador do Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile e professor de Política na Unicamp. Atualmente, é professor aposentado da Universidade de São Paulo e dirige o Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde é professor de sociologia. É autor de “A Vingança da História”, entre outros livros.

GLEICE DONINI DE SOUZA

Geógrafa formada pela USP, com mestrado em Geografia Humana também pela USP, título obtido com a dissertação intitulada “Aplicação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo: o caso Novagerar”. Publicou artigos relacionados ao Protocolo de Kyoto e ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Atua na área socioambiental há mais de sete anos, tendo trabalhado com licenciamento ambiental, governança corporativa, gestão ambiental e inserção de sustentabilidade nos negócios. E-mail: gleice_d@yahoo.com.br

HERVÉ THÉRY

Geógrafo francês, com doutorado em Geografia na Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Primeiro titular da Cátedra Pierre Monbeig Atualmente é pesquisador no Centre de Recherche et de Documentation sur l’Amérique Latine (Credal) du Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) em Paris, professor convidado da USP, e pesquisador convidado da Universidade de Brasília. Sua área de pesquisa são Geografia do Brasil, Geografia Política, Cartografia Tématica, Europa e América Latina. E-mail: herve.thery@usp.br

JAIRO BEZERRA

Professor da Universidade Estadual do Piauí e doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (2000) e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2003). Tem experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: recursos hídricos, estratificação social, acesso à água, qualidade de vida e os recursos hídricos no nordeste do Brasil. E-mail: jairobezerra@bol.com.br

JOÃO BOSCO ARAÚJO DA COSTA

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1985), mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992) e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998). Atualmente é professor adjunto IV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

KELLY CRISTINA SILVA DE BRITO

Aluna do curso de Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e bolsista do grupo de pesquisa Poder Local, Cultura Política e Políticas Públicas do Departamento de Ciências Sociais da UFRN.

LEMUEL DOURADO GUERRA

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande-PB (UFCG) e do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba. Dr. em Sociologia pela UFPE, com estágio doutoral na Cambridge University, UK. Organizador do livro “Contra-Discursos do Desenvolvimento Sustentável” (2003) e artigos publicados na CRONOS, na área de Sociologia das Questões Ambientais. E-mail: lenksguerra@yahoo.com

LÍLIA JUNQUEIRA (UFPE)

liliajun@hotmail.com.br

MARCIONILA FERNANDES

Graduada em Licenciatura em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (1980), mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (1992) e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2000). Exerce o cargo de Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). É professora pesquisadora do curso de mestrado em Relações Internacionais; Desenvolvimento Regional. E-mail: marcionilafernandez@yahoo.com

MARIA ADÉLIA APARECIDA DE SOUZA

Possui graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo, mestrado e doutorado em Geografia pela Universidade de Paris I (1975). É professora titular aposentada da USP continuando, no entanto, a trabalhar no seu Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana dando aulas e orientando teses de Doutorado e dissertações de Mestrado. Atualmente é Presidente do – TERRITORIAL – Instituto de Pesquisa, Informação e Planejamento e Professora Titular convidada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É também pesquisadora de nível 1A do Conselho Nacional de Pesquisa do Brasil. Tem longa experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Teoria do Planejamento Urbano e Regional, trabalhando, principalmente, nos seguintes temas: planejamento urbano, desenvolvimento urbano, globalização, metropolização e cidadania. Tem vários livros publicados, destacando-se Governo Urbano, A Identidade da MetrÓpole, TerritÓrio Brasileiro Usos e Abusos, A MetrÓpole e Futuro Refletindo sobre Campinas, coletânea que organizou em 2008 e foi redatora do verbete sobre Milton Santos na Enciclopédia Britânica de Geografia Humana publicada pela Editora Elsevier de Londres, em 2009. E-mail: madelia@territotal.org.br

MARIA IVONETE SOARES COELHO

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (1983), graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (1997) e mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2006). Atualmente é Professora Adjunto IV da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN.

NELI APARECIDA DE MELLO

Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (1978), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (1997) e mestrado em Géographie et Pratique du Développement – Université de Paris X – Nanterre (1999). Concluiu dois doutorados, em Géographie – Université de Paris X (Paris-Nanterre) (2002) e em Geografia Humana, pela Universidade de São Paulo (2002). Professor associado da Universidade de São Paulo, tendo defendido sua livre docência em 2008 sobre a tematica das terras publicas federais na Amazônia e sua relação com o meio ambiente e a gestão. E pesquisador-associado da Universidade de Brasília. E-mail: namello@usp.br

NORMA FELICIDADE LOPES DA SILVA VALENCIO

Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal de São Carlos. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres. Área de Sociologia do Desenvolvimento. **Últimas publicações:** VALENCIO, N. F. L. S. *Pescadores do Rio São Francisco: a produção social da inexistência*. São Carlos: RiMa Editora, 2007; VALENCIO, N. F. L. S. et al. Chuvas no Brasil: representações e práticas sociais. *Revista Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 163-183, set. 2005; VALENCIO, N. F. L. S. e GONÇALVES, J. C. Da confiança à fatalidade: colapso de barragens como limite ao paradigma da modernização? *Revista Política & Trabalho*, João Pessoa, v. 25, p. 203-222, out. 2006. E-mail: normaf@terra.com.br

NORMA MISSAE TAKEUTI

Graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – SP (1975). Mestrado (DEA) (1981) em Estruturas e Mudanças Humanas nas Organizações na Universidade Paris 9 – Dauphine, França; Doutorado (1985) em Estruturas e Mudanças Humanas nas Organizações pela Universidade de Paris 9 – Dauphine, França Pós-doutoramento (2001) na Universidade Paris 7 – Denis-Diderot, França Professora associada II no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: nortak@uol.com.br

OZAIAS ANTONIO BATISTA

Aluno do Curso de Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e bolsista do Grupo de Pesquisa Poder Local, Cultura Política e Políticas Públicas do Departamento de Ciências Sociais da UFRN. E-mail: ozaias_antonio@yahoo.com.br

RAMONILDES ALVES GOMES

Graduada e Mestre em Sociologia. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande-PB. Coordenador(a) do Laboratório de Sociologia Aplicada – LASAP. E-mail: rnildes@hotmail.com

SARA GURFINKEL MARQUES DE GODOY

Bacharel em Economia – FEA/USP, mestre em Economia Política, PUC/SP, doutoranda de Ciência Ambiental pelo PROCAM/USP e bolsista CAPES. Bacharel em Economia – FEA/USP, mestre em Economia Política, PUC/SP, doutoranda de Ciência Ambiental pelo PROCAM/USP e bolsista CAPES. E-mail: sara_gurfinkel@yahoo.com.br

SIMONE CABRAL MARINHO DOS SANTOS

Professora do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Campus de Pau dos Ferros). Graduada em Ciências Sociais pela UERN (1999) e mestre em Sociologia Rural pela UFPB (2002). Atualmente é aluna do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Foi coordenadora de projetos de extensão e de pesquisa na UERN, em parceria com organizações não-governamentais e Assessora Pedagógica da Pró-Reitoria de Extensão.

THEREZA CRISTINA BERTAZZO SILVEIRA VIANA

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000), mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003) e está cursando o Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2007).

VANESSA TAVARES DIAS

Mestre em Sociologia e Antropologia pelo PPGSA/IFCS/UFRJ. Doutoranda em Sociologia pelo IUPERJ/UCAM. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho – NUPET/IUPERJ. E-mail: vanessadias@coppead.ufrj.br

WAGNER COSTA RIBEIRO

Geógrafo, professor Associado do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) – Universidade de São Paulo (USP), onde coordena o Grupo de Pesquisa em Ciências Ambientais do Instituto de Estudos Avançados. Pesquisador do CNPq, é autor de vários livros e artigos. E-mail: wribeiro@usp.br; wagner.ribeiro@pq.cnpq.br



Normas para Publicação de Artigos

CRONOS, Revista semestral da UFRN, CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais é impressa nas dimensões do presente volume (22cm x 23,5cm).

- 1) Os artigos originais apresentados devem ser entregues em três cópias, digitados em *times new roman*, espaço duplo, tamanho 12. Não devem ultrapassar 30 laudas e as resenhas cinco laudas. Cada artigo deve conter um resumo (no máximo 10 linhas) com tradução (inglês ou francês) e três a cinco palavras-chave. Deverão ser enviados à Comissão Editorial da Revista: UFRN, CCHLA. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – Natal/RN – CEP: 59072-970. E-mail: cronos@cchla.ufrn.br
- 2) Todos os artigos, resenhas e outros tipos de trabalhos acadêmicos encaminhados a CRONOS para publicação, serão avaliados por pareceristas *ad hoc*.
- 3) A primeira página deve conter: título do trabalho, autoria, endereço e dados sobre o autor (endereço e telefone para contato, e-mail, instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações etc.).
- 4) Os autores cujos textos forem aprovados para publicação entregarão seu trabalho em disquete ou CD, com cópia em papel.
- 5) A citação deverá ser indicada através do sistema autor-data. Ex: Teixeira (1992, p. 46); (TEIXEIRA, 1992, p. 30); para obras sem autoria, entrar pela primeira palavra do título em maiúscula. Ex: (A PREVIDÊNCIA social..., 1978, p. 58). De acordo com a NBR 10520/2002.
- 6) As notas de rodapé devem ser explicativas e não de referências. A numeração é feita em algarismos arábicos e deve ser única e consecutiva da primeira à última página.
- 7) As ilustrações devem ser inseridas no corpo do texto. Qualquer que seja seu tipo (desenhos, esquemas, fluxogramas, gráficos, mapas, organogramas, plantas, fotografias, quadros e outros), sua identificação aparece na parte inferior, precedida do tipo designativo, seguida do número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, e do respectivo título (NBR 6022/2003). Colocar a fonte de onde foi retirada a ilustração logo abaixo da mesma no canto inferior esquerdo: Fonte: Autor, ano e página. No caso de fotografias usar: Foto: Nome do fotógrafo, mês/ano. Quanto aos mapas, croquis, plantas, cartogramas ou outros tipos de ilustrações que forem adaptadas pelo autor do artigo, colocar após a fonte a informação: Adaptado por: Nome, mês/ano. As Tabelas não são ilustrações e seguem as *Normas de apresentação tabular* do IBGE (1993). Tabela é uma “forma não discursiva de apresentar informações, das quais o dado numérico se destaca como informação central” (IBGE, 1993, p. 9).
- 8) As referências devem listar todas as citações mencionadas no texto. Devem ser organizadas em ordem alfabética de sobrenome de autor e redigidas segundo a norma brasileira da ABNT, NBR – 6023, 2002. A lista de REFERÊNCIAS deve vir, sob este título, no final do texto.

Natal (RN), 2009.

CRONOS is a biannual publication of the UFRN Center for Human Sciences, Letters and Arts (CCHLA) – Post-Graduation Program in Social Sciences. It is published at the present size (22cm x 23,5cm).

- 1) Original articles should be rendered in three copies, typed in times new roman letters, size 12, double space. Articles may not exceed 30 pages; reviews, five pages. Each article must bring in an abstract (no longer than 10 lines), translated in English or French, and including from three to five keywords. Articles and reviews can be sent to Cronos' Editorial Board: UFRN, CCHLA. Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas. Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – Natal/RN – CEP: 59072-970. Email: cronos@cchla.ufrn.br
- 2) Any article, review or other kind of academic paper that should be sent to Cronos for publishing will be submitted to analysis by *ad hoc* experts.
- 3) On first page should be typed the following information: title, name, address and other author's data, like: telephone number, email, institution, position, interest áreas, last publications etc.
- 4) The authors whose works come to be approved for publishing will be asked to send their works on diskette or CD, as well as in a paper copy.
- 5) Quotations should be ruled by the author-date system. For exemple: Teixeira (1992, p. 46) (TEIXEIRA, 1992, p. 30). Works without authorship should follow this way: the first word of the title in majuscule. As in: (A PREVIDÊNCIA social..., 1978, p. 58), according to NBR 10520/2002.
- 6) Footnotes should be of an explaining kind, not referential ones. The numbers must be placed in Arabic numerals, obeying an only and sequential order from the first to the last page.
- 7) Illustrations should be inserted amid texts, independently of their kinds (drawings, sketches, organization charts, plans, photos, pictures and others). Their identification should be given at the bottom of the page, coming before the denominating type, and followed by the order of appearance in the text, in Arabic numerals, and with their respective titles (NBR 6022/2003). The illustration must inform its source right under the left angle of the page: Source: author, year and page. What concerns maps, sketches, plans, cartograms and other kinds of illustration employed by the authors in their articles, they should come after the indicated source. Thus: adapted by: Name, month, and year. Charts are not illustrations, so they need to follow the *Rules for presenting charts* (IBGE, 1993, p.3). "Chart is a non-discursive kind of presenting information in which the numerical data stand out as central information" (IBGE, 1993, p. 9).
- 8) References should list all quotations of the text in alphabetic order starting from the author's surname and obeying the Brazilian ABNT's rule, NBR- 6023, 2002. REFERENCES ought to come under this title in the end of the text.

Natal (RN), 2009.

Cronos – Volume 1 – Número 1 – janeiro/junho – 2000

DOSSIÊ CÂMARA CASCUDO

Francisco de Assis de Sousa Lima – Conto popular: o legado de uma tradição

Gilberto Felisberto Vasconcellos – O ensaio de Luís da Câmara Cascudo na interpretação da cultura brasileira

Ilza Matias de Sousa – Câmara Cascudo e a história dos nossos gestos: o homem, um signo

Vânia de Vasconcelos Gico – Luís da Câmara Cascudo e o conhecimento da tradição

ARTIGOS

Norma Takeuti – Desafios sociais e abordagens socioclínicas: por V. de Gaulejac

Robert Austin – Neoliberalismo y renovacion pos dictatorial em la educacion superior chilena, 1989-1997

Cronos – Volume 1 – Número 2 – julho/dezembro – 2000

DOSSIÊ VISÕES DO BRASIL

Brasília Carlos Ferreira – Antonio Candido: um homem simples

Dalcy da Silva Cruz – Caio Prado Júnior: uma nova possibilidade de olhar o Brasil

Marta Maria de Araújo – Um capítulo da história intelectual dos anos de 1930 aos de 1950 e a presença de Anísio Teixeira

Ana Laudelina Ferreira Gomes – Auta de Souza e a escrita feminina nos oitocentos

Afonso Henrique Fávero – Pedro Nava: um memorista e tanto

Tânia Elias Magno da Silva – Imagens da fome e o itinerário intelectual de Josué de Castro

Idilva Maria Pires Germano – Nações de papel: livros e povos

ARTIGOS

Maria da Conceição Xavier de Almeida – O ensino das Ciências Sociais no Brasil

Norma Takeuti – Imaginário social “mortífero”: a questão da delinquência juvenil no Brasil

Maria Helena Braga e Vaz da Costa – A cor no cinema: signos da linguagem

Cronos – Volume 2 – Número 1 – janeiro/junho – 2001

DOSSIÊ TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

- Brasília Carlos Ferreira* – Trabalhadores e cidadania: metamorfoses sindicais
Eleonora Tinoco Beaugrand – A nova economia e a frágil euforia por mais empregos
Cristiano German – Acesso Denid: marginalização na era da informação
Alexandre Carneiro de Souza – As dimensões do trabalho
Dinah dos Santos Tinôco – As políticas de emprego: uma abordagem comparativa das principais medidas de combate ao desemprego no Brasil
Edilson José Graciolli – Reestruturação produtiva e movimento sindical
Aldenôr Gomes da Silva – Irrigação informatizada: a fase superior da automação do trabalho na agricultura moderna
 Henrique Caetano Nardi – Dois cenários, duas gerações: os impactos da reestruturação produtiva nos processos de subjetivação

ARTIGOS

- Vincent de Gaulejac* – A gênese social dos conflitos psíquicos
Pedro Vicente Costa Sobrinho – Revendo uma certa literatura sobre a imprensa alternativa no Brasil
Daniele Gugelmo Dias – Aplicando a sistêmica à composição dos séculos
Mauro Guilherme Pinheiro Koury – Enraizamento, pertença e ação cultural

Cronos – Volume 2 – Número 2 – julho/dezembro – 2001

DOSSIÊ COMPLEXIDADE – CAMINHOS

- Maria da Conceição Xavier de Almeida* – Reforma do pensamento e extensão universitária
Edgar Morin – A suportável realidade
José Luiz Salana Ruiz – Sobre el concepto de complejidad: de lo insimplificable a la fraternidad amante
Juremir Machado da Silva – Da impossibilidade do método
Orivaldo Pimentel Lopes Júnior – As ciências do diálogo
Edgard de Assis Carvalho – Tecnociência e complexidade da vida
Henri Atlan – Viver e conhecer

ARTIGOS

Jean Philippe Bouilloud – Recepção e sociologia

Beatriz Maria Soares Pontes – Globalização, processo produtivo e território

Maria Helena Braga e Vaz da Costa – A face escura do cinema: interpretação sobre o espaço urbano no filme *Noir*

Cronos – Volume 3 – Número 1 – janeiro/junho – 2002

DOSSIÊ COMPLEXIDADE – MOVIMENTOS

Aldo Aloízio Dantas da Silva – Complexidade e geografia

Ana Sánchez – Complexidade e feminismo

Cezar González Ochoa – A dimensão do tempo nas culturas

Gustavo de Castro e Silva – Seis ou sete motivos para o amanhã

Jean Tellez – O sujeito complexo

Lisabete Coradini – Cidades, imagens e desordem

Tereza Mendonça – Complexidade, educação e ética da responsabilidade

ARTIGOS

Michel Maffesoli – É tempo de rebelião!

Mauro Guilherme Pinheiro Koury – Medos corriqueiros: em busca de uma aproximação metodológica

Almir de Carvalho Bueno – Poder central e autonomia estadual no início da República no Rio Grande do Norte

Francisco Rudiger – A modernidade como época de crise: Leo Strauss e as raízes do niilismo ocidental

Cronos – Volume 3 – Número 2 – julho/dezembro – 2002

DOSSIÊ EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Anne-Marie Fixot – Educação, cidade e democracia

Evson Malaquias de Moraes Santos – Afetividade e gestão democrática na Escola Pública patrimonialista

José Willington Germano – Imagens da destituição: os pobres e a educação no Brasil

Melânia Mendonça Rodrigues – Fórum Municipal de Educação de João Pessoa: espaço de participação?

- Michel Thiollent* – Construção do conhecimento e metodologia da extensão
Norma Missae Takeuti – Os jovens e a “fome de cultura”
Paulo Henrique Martins – Educação, cidadania e emancipação:
 explorando as teses antiutilitaristas de Anne-Marie Fixot
Robert Austin e Paulina Vidal – La pared invisible: género, intelectuales
 y educación superior en Chile en el largo siglo XX

ARTIGOS

- Dalva Maria da Mota* – Frutas de Sergipe, mercado do Brasil: política de irrigação,
 agricultura empresarial e trabalho no platô de Neópolis/Sergipe.
Evaldo Vieira – As eleições de 2002 e a vontade popular
Heribert Schmitz – Uma assistência técnica participativa para a agricultura familiar
José Castello – Literatura e jornalismo literário num mundo em fragmentos
Luciano Vasapollo – Integración europea y moderna competencia
 global: la nueva redistribución territorial del dominio
Marcos Falchero Falleiros – Presépio animado
Maria de Lourdes Patrini – Vida e fatos passados a limpo

Cronos – Volume 4 – Número 1/2 – janeiro/dezembro – 2003

DOSSIÊ GASTON BACHELARD

- Jean-Jacques Wunenburger* – O pensamento rhenano de Gaston
 Bachelard: conflito ou aliança da razão e da imaginação?
Fábio Ferreira – O valor ontológico do pensamento bachelardiano
Elyana Barbosa – Gaston Bachelard e o racionalismo aplicado
Marly Bulcão – Tempo e matéria na poesia visceral de Lautréamont
Ana Laudelina Ferreira Gomes – A demiurgia da mão no cosmos poético de Sertania, de Nivaldete Ferreira
Catarina Sant’Anna – Gaston Bachelard : os índices do dramático no seio do lírico
Alvaro de Pinheiro Gouvêa – O feminino em Bachelard: A gênese do devaneio
Adailson Tavares de Macedo – A casa do sertão
Cláudia Netto do Valle – Histórias brasileiras
Maurício de C. T. Panella – País da infância imóvel

Cronos – Volume 5/6 – Número 1/2 – janeiro/dezembro – 2004/2005

DOSSIÊ SOCIOLOGIA CLÍNICA

Norma Missae Takeuti – Apresentação

Eugène Enriquez – Da solidão imposta a uma solidão solidária

Norma Missae Takeuti – O difícil exercício da alteridade

Aécio Gomes de Matos – A democracia na miséria

Vincent de Gaulejac – O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito

Christophe Niewiadomski – Indivíduo pós-moderno, sofrimento psíquico e desafios do trabalho social

José Newton Garcia de Araújo e Maria Mercedes Merry Brito – Loucos pela rua: escolha ou contingência?

Tereza Cristina Carreiro e Cristine M. Mattar – História de vida, subjetividade e violência conjugal

Jean Gabriel Offroy – O prenome e a identidade social: do projeto social e familiar ao projeto parental

ARTIGOS

Maria da Conceição de Almeida – Novos contextos das Ciências Sociais

Celso Frederico – O marxismo de Lucien Goldmann

Assis Brandão – As polêmicas de Bobbio com os comunistas italianos

Maria José de Rezende – Diferenciação, evolução e mudança social em Fernando de Azevedo

Marcos M. B. de Mesquita – O barroco ibero-americano: “ausência de síntese”?

Maria Célia Leonel, José Antonio Segatto – Desmandos e violência no sertão rosiano

John Lemons – Conservação e uso sustentável da biodiversidade: um portfolio de estudos de caso de regiões áridas da América Latina e do Caribe

Maria Noel Lapoujade – Los imaginarios en la construcción de la identidad latinoamericana

Soraya Fleische – Entre silêncios e esperas: uma aproximação do mundo feminino tunisiano através dos filmes de Moufida Tlatli

Márcio de Oliveira – Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília

Alan Daniel Freire de Lacerda, Bruno Cesário de Oliveira – Patronagem e formação de coalizões: o caso da Unidade Popular no RN

Ivanaldo Santos – Da gênese à crise do Estado de bem-estar

Márcio de Lima Dantas – Valdetário Carneiro: mártir e comediante

Cronos – Volume 7 – Número 1 – janeiro/junho – 2006

DOSSIÊ POLÍTICAS PÚBLICAS

Vera Schattan Ruas P. Coelho, Ilza Araújo L. de Andrade, Mariana C. Montoya – Fóruns deliberativos: uma boa estratégia para melhorar nossas políticas sociais?

Maria do Livramento Miranda Clementino – Inovando no desenho das relações intermunicipais: o pacto territorial

Aldenôr Gomes – A gestão participativa nas políticas públicas: a experiência do Programa Fome Zero no semiárido nordestino

Fernando Bastos – Estabelecidos e *outsiders* nas políticas de crédito: o caso do PRONAF B

Mónica Isabel Bendini, Pedro Damián Tsakoumagkos – Las tramas sociales en los procesos de modernización y globalización en los valles frutícolas del río Negro, Argentina

Lincoln Moraes de Souza – A agenda e as agendas no Brasil

ARTIGOS

Elda Rizzo de Oliveira – Comunicação mediática, modelo biomédico e curas mediúnicas

Célia Regina Congílio Borges – Ações governamentais e reestruturações produtivas no Brasil: o mito do Estado mínimo

Jean Carlo de Carvalho Costa – Sílvio Romero e a “ideia das três raças”: uma hermenêutica do nacional a partir da categoria miscigenação

Edison Bariani – Padrão e salvação: o debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos

Fernando Bessa Ribeiro, Octávio Sacramento – Sexo, amor e interesse entre *gringos* e *garotas* em Natal

Marina Soler Jorge – Cultura popular, cultura erudita e cultura de massas no cinema brasileiro

Cronos – Volume 7 – Número 2 – julho/dezembro – 2006

DOSSIÊ MODERNIDADE & PÓS-MODERNIDADE: REFLEXÕES

Olgária Matos – Metrópole e angústia: acosmismo e cosmopolitismo

João Emanuel Evangelista – Teoria social e pós-modernismo: a resposta do marxismo aos enigmas teóricos contemporâneos

Michel Maffesoli – Religação imaginal

Renarde Freire Nobre – Weber e a influência do protestantismo na configuração da modernidade ocidental

Wilma de Nazaré Baía Coelho – Igualdade e diferença na escola: um desafio à formação de professores

Lúcia Leitão – Um traço, muitos riscos

Paulo Roberto Ceccarelli – As repercussões das novas organizações familiares nas relações de gênero

Maria Ruth Sousa Dantas de Araújo – Um lugar onde se situar

ARTIGOS

Benedito Nunes – Volta ao Mito na ficção brasileira

Flavio Lúcio R. Vieira – O método sem história: uma crítica da metodologia moriniana da complexidade

Edmilson Lopes Júnior – Os cangaceiros viajam de Hilux: as novas faces do crime organizado no interior do Nordeste do Brasil

Giovanni Alves – Trabalho, técnica e estranhamento: uma análise sociológica do filme “Matrix”

Maria Tereza Garcia – Violência e medo, elementos extintos no *newsmaking* do jornalismo público?

Cristiano Lima Ferraz – Repensar 1942: o SENAI frente à metamorfose do industrialismo

Cronos – Volume 8 – Número 1 – janeiro/junho – 2007

DOSSIÊ GLOBALIZAÇÕES ALTERNATIVAS

Boaventura de Sousa Santos – Os direitos humanos na zona de contacto entre globalizações rivais

José Willington Germano – Globalização contra-hegemônica, solidariedade e emancipação social

Elida Lauris – Pluralismo emancipatório? Uma abordagem a partir dos movimentos indígenas da América Latina

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, Mariana Siena, Victor Marchezini e Daniela de Cunha Lopes – O desastre como desafio para construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados

Cristiane do Socorro Loureiro Lima – Reinvenções necessárias no século XXI: democracia direitos humanos e instituições de segurança

Eunice Cristina do Nascimento Castro Seixas – Discursos pós-coloniais sobre a lusofonia: comparando Agualusa e Saramago

Luciana Rosa Marques – Políticas de democratização da educação: um estudo com base no pensamento de Boaventura de Sousa Santos

Débora Regina Pastana – O “Estado punitivo brasileiro” e a “democracia representativa elitista” de Boaventura de Sousa Santos

ARTIGOS

Maria Noel Lapoujade – Traduzido por *Nelson Patriota* – Ariel e Calibã como protótipos da espécie humana

Homero de Oliveira Costa – Democracia e participação na teoria pluralista

Dacier de Barros e Silva – Fragilidades de uma sociedade: em busca de um eu não perdido, ou os entraves do desenvolvimento nacional

Daniel Pereira Andrade – O perigo da “normalidade”: o caso Eichmann

Luciana Carlos Celestino – História da Donzela Teodora: uma narrativa de transgressão feminina em direção ao reino da Alma Selvagem

Cronos – Volume 8 – Número 2 – julho/dezembro – 2007

DOSSIÊ ENSINO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

Heloísa Martins – O ensino de métodos e técnicas de pesquisa nos cursos de Ciências Sociais

Amaury Cesar Moraes – O que temos de aprender para ensinar ciências sociais?

Ileizi Fiorelli Silva – A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina

Tânia Elias – Trajetórias da Sociologia Brasileira: considerações históricas

Simone Meucci – Entre a escola nova e a oligarquia: a institucionalização da sociologia na escola normal de Pernambuco – 1929-1930

Ana Laudelina Ferreira Gomes – Notas críticas sobre as Orientações Curriculares Nacionais (OCN's) para o ensino de Sociologia no Ensino Médio

ARTIGOS

Beatriz Maria Soares Pontes – Região e regionalização no contexto da globalização: a região sob diferentes óticas, no contexto do método dialético

Patrícia Alves Ramiro – Ensaio sobre a renda

Ana Paula Pereira Gomes – O Negro – Individual, coletivo, self, raça e identidade: algumas questões sobre o tornar-se negro e a auto-rejeição

Arilson Silva de Oliveira – O jardim encantado da religião chinesa sob o olhar weberiano

José Antonio Spinelli e Rubens Pinto Lyra – Capitalismo de acumulação flexível e as categorias gramscianas

Cronos – Volume 9 – Número 1 – janeiro/junho – 2008

DOSSIÊ UTOPIAS URBANAS

Laurent Vidal – Utopias urbanas no Brasil contemporâneo dos equívocos do nome à multiplicidade das experiências

Maria da Conceição Coelho Ferreira – O sertanejo e a cidade, uma imagem utópica

Remy Lucas O ano em que Zumbi tomou o Rio ou a utopia revolucionária das favelas

Inaê Elias Magno da Silva – Utopia e silêncio: vida pedestre, imagem e emoção em Brasília

Christiane Machado Coelho – Utopias urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto

Daniella de Castro Rocha – Da utopia brasiliense à realidade do Distrito Federal: a emergência e a difícil estabilização de um espaço político específico em Brasília

Maria Isabel de Jesus Chrysostomo – Um projeto de cidade-indústria no Brasil moderno: o caso de Ipatinga (1950-1964)

ARTIGOS

Ricardo Luiz de Souza – A ordem e a síntese: aspectos da sociologia de Auguste Comte

Edgard de Assis Carvalho – Ética complexa e democracia política

Patrick Le Guirriec – A sociabilidade nos condomínios horizontais: ensaio de tipologia

Joana El-Jaick Andrade – O ocaso da sociedade do trabalho? reflexões sobre a crise do paradigma do trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas

Márcio Luiz do Nascimento – Desencantamento do mundo: acréscimos-explicativos de Max Weber à “versão final” de “A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo”

Cronos – Volume 9 – Número 2 – julho/dezembro – 2008

DOSSIÊ NARRADORES DO SENSÍVEL

Edgard de Assis Carvalho (PUC, São Paulo) – A paixão pelo entendimento: Claude Lévi-Strauss e a universalidade da cultura

Abrahão Costa Andrade (UFRN) – Merleau-Ponty e Lévi-Strauss: narradores do sensível?

Mariza Martins Furquim Werneck (PUC, São Paulo) –

Claude Lévi-Strauss e a experiência sensível da Antropologia

- Iraquitã de Oliveira Caminha (UFPB)* – Percepção e motricidade
- Wagner Wey Moreira (UFPA) e Terezinha Petrucia da Nóbrega (UFRN)* – Fenomenologia, educação física, desporto e motricidade: convergências necessárias
- Maria da Conceição Xavier de Almeida (UFRN)* – Claude Lévi-Strauss e três lições de uma ciência primeira
- Maria Isabel Brandão de Souza Mendes (CEFET/RN) e Wani Fernandes Pereira (UFRN)* – Sentir, olhar, ler, escutar: Claude Lévi-Strauss, Maurice Merleau-Ponty, narradores do sensível
- Terezinha Petrucia da Nóbrega (UFRN)* – Merleau-Ponty: o corpo como obra de arte e a inexatidão da verdade
- Salma Tannus Muchail (PUC, São Paulo)* – Merleau-Ponty e a história

ARTIGO

- Jean Carlo de Carvalho Costa (UFPB)* – Nação, estado e raça em Manoel Bomfim: a “impertinência” bomfiniana em torno da identidade nacional

Cronos – Volume 10 – Número 1 – janeiro/junho – 2009

DOSSIÊ JOSUÉ DE CASTRO – 100 ANOS

- Antonio Alfredo Teles de Carvalho (UNEAL)* – Josué de Castro e a construção de uma matriz dos estudos sobre a fome na história do pensamento geográfico no Brasil
- Maria Aparecida Lopes Nogueira (UFPE)* – Utopias: Josué de Castro e o *Mangue Beat*
- Renato Carvalheira do Nascimento (UFRRJ)* – O resgate da obra de Josué de Castro, onde estamos?
- Tânia Elias Magno da Silva (UFS)* – Josué de Castro e os estudos sobre a fome no Brasil
- Tayguara Torres Cardoso (UERJ)* – A Memória, a História e a Denúncia entre Homens e Caranguejos: a literatura como elemento eloquente de crítica e desvelamento da realidade na obra de Josué de Castro

ARTIGO

- Francisco das Chagas Silva Souza (CEFET/RN)* – As contribuições de Caio Prado Júnior para a história ambiental no Brasil

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

TEMA DO PRÓXIMO DOSSIÊ

Poder Local e Cultura Política

Estamos disponíveis para o recebimento de artigos e resenhas de acordo, ou não, com as temáticas citadas acima. Deverão ser enviados à Comissão Editorial da revista: UFRN, CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Av. Senador Salgado Filho, 3000, Lagoa Nova - Natal/RN - CEP: 59078-970 - E-mail: cronos@cchla.ufrn.br

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

Ficha de Intercâmbio

SELO
STAMP

À
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
BIBLIOTECA SETORIAL
Serviço de Intercâmbio
Av. Senador Salgado Filho, 3000 - Lagoa Nova - Natal-RN - Brasil - CEP 59078-970
E-mail: cronos@cchla.ufrn.br

Remetente: _____
Sender

Endereço: _____
Address

Cidade e Estado: _____
City and State

País: _____
Country

Senhores,
Dear Sirs

Por gentileza preenchem a solicitação abaixo, devolvendo-a, a fim de que não haja interrupções na remessa do próximo número de sua revista.

Please fill the request below and return it to us, so we can send you the next number of revista.

1. Recebemos e agradecemos: **Cronos, v. 10, n. 2, jul./dez. 2009.**

We have received

2. Faltam-nos: _____

We are in want of

3. Enviamos em permuta: _____

We sent you in exchange

Local e data: _____

City and date

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Oficinas Gráficas da EDUFRRN
Editora da UFRN, em julho de 2010.